



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CRISTIANE CORADIN

ENTRE BUVAS E FLORES VERMELHAS:  
AUTORIAS DAS MULHERES SEM TERRA NA ECOLOGIZAÇÃO DA REFORMA  
AGRÁRIA NO PARANÁ

CURITIBA

2020

CRISTIANE CORADIN

ENTRE BUVAS E FLORES VERMELHAS:  
AUTORIAS DAS MULHERES SEM TERRA NA ECOLOGIZAÇÃO DA REFORMA  
AGRÁRIA NO PARANÁ

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente de Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Agrárias, como requisito à obtenção parcial do título de doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Comitê de orientação: Dr. Alfio Brandenburg (coord.); Dra. Sonia Fátima Schwendler; Dr. Julio Carlos Veiga Bittencourt

CURITIBA

2020

Coradin, Cristiane

Entre buvas e flores vermelhas: autorias das mulheres sem terra na ecologização da reforma agrária no Paraná. / Cristiane Coradin. - Curitiba, 2020.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador: Alfio Brandenburg.

Coorientadores: Sonia Fátima Schwendler; Julio Carlos Veiga Bittencourt.

1. Mulheres camponesas. 2. Feminismo. 3. Ecologia agrícola. I. Brandenburg, Alfio. II. Schwendler, Sonia Fátima. III. Bittencourt, Julio Carlos Veiga. IV. Título. V. Universidade Federal do Paraná.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO - 40001016029P1

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **CRISTIANE CORADIN** intitulada: **ENTRE BUVAS E FLORES VERMELHAS: AUTORIAS DAS MULHERES SEM TERRA NA ECOLOGIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ**, sob orientação do Prof. Dr. **ALFIO BRANDENBURG**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa. A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 25 de Março de 2020.

Assinatura Eletrônica  
13/04/2020 09:24:36.0  
**ALFIO BRANDENBURG**  
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica  
11/05/2020 17:44:48.0  
**MARIA DE LOS ANGELES ARIAS GUEVARA**  
Avaliador Externo (UNIVERSIDAD DE HOLGUIN - UHO)

Assinatura Eletrônica  
07/04/2020 09:03:44.0  
**EMMA CADEMARTORI SILIPRANDI**  
Avaliador Externo (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA  
AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO)

Assinatura Eletrônica  
02/04/2020 17:52:25.0  
**KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES**  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

## DEDICATÓRIA

FIGURA 1 – ROSAS VERMELHAS



FONTE: A autora (2019)

Dedico essa tese a todas as mulheres Sem Terra e às mulheres feministas da Via Campesina, da Marcha Mundial de Mulheres e da Associação Brasileira de Agroecologia que, de alguma forma, direta ou indiretamente, me auxiliaram ao longo desses meus 35 anos de vida a tornar-me uma mulher mais liberta, democrática e humanizada. É uma honra para mim poder retribuir ao menos parte desse aprendizado à vocês através da apresentação desta tese. Em especial à Isabel Grein, pelo exemplo de vida feminina e feminista que sempre nos inspirou.

Também dedico essa tese à libertação de sexo-gênero das várias gerações de mulheres e homens de toda minha família, em especial a todas as mulheres que vieram, às que já se foram e àquelas que ainda virão. Em especial à minha Mãe Ivete de Jesus Mottim Coradin, às minhas irmãs e à minha Nona Adélia Coradin *In memoriam*, por todo ânimo, inspiração, amor, força e coragem que sempre me incentivaram e me conduziram ao longo da vida.

Por fim, também dedico essa tese à libertação de sexo-gênero de todas as mulheres, homens e de todxs xs sujeitxs que não se enquadram em binômios heteronormativos de sexo-gênero. No desejo de que as próximas gerações possam desfrutar de relações de sexo-gênero mais igualitárias e menos preconceituosas que as que ainda vivenciamos hoje.

## **AGRADECIMENTOS**

FIGURA 2 – FLOR DA BUVA



FONTE: Matos de comer (2019)

Agradeço ao comitê de orientação, em especial ao Prof. Alfio Brandenburg pelo exemplo humanista que inspirou, pela imensa cordialidade e coerência intelectual com que me orientou ao longo de todo o percurso desta tese, e à Prof.<sup>a</sup> Sonia Fátima Schwendler, pela parceria intelectual e pela contribuição teórica que proporcionou a este estudo. Ao membro do comitê de orientação Julio Carlos Bittencourt Veiga da Silva, pelos diálogos que pudemos compartilhar durante esse percurso e também pelo ânimo que sempre me estimulou ao longo dessa jornada. Agradeço à toda a banca de defesa de tese pelos aprendizados que me proporcionaram ao longo desse percurso. Agradeço ao Núcleo de Estudos de Gênero da UFPR, e em especial à Prof.<sup>a</sup> Dra. Marlene Tamanini, da Sociologia, pelas várias contribuições teóricas que realizou a esse estudo. Agradeço ainda à CAPES e ao CNPQ, pelos recursos financeiros que dispuseram ao longo desses quatro anos de doutoramento para execução desta pesquisa e aos coordenadores e secretárias do PPG-MADE-UFPR. Também agradeço à professora Dra. Helene Guetat Bernard e à sua ex-orientanda Heloise Prévost pela minha acolhida na Universidade Jean Jaurres - Toulouse-França, onde realizei o estágio de pesquisa doutoral. Agradeço, por fim, às minhas amigas queridas, Jaqueline Teixeira Soares e Laura Morita, por todo apoio amigo que prestaram durante realização dessa pesquisa, pelas forças e motivações que me mantiveram nesse percurso.

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a inter-relação entre gênero e ecologização a partir de experiências agroecológicas das mulheres Sem Terra do Estado do Paraná. Para isso foi realizada pesquisa com o método de história de vida oral e observações de campo. O estudo foi realizado com o Acampamento Emiliano Zapata – Ponta Grossa - PR e com as Jornadas de Agroecologia. Essas experiências agroecológicas emergem através da ressignificação de hortas, quintais produtivos e pomares. As Sem Terra veiculam saberes culturalmente acumulados em agricultura à modernos conhecimentos de produção ecológica, através de diálogos de saberes e de redes de movimentos sociais ecológicos, por meio de processos eco, hétero e autoformativos, onde as Jornadas de Agroecologia cumprem papel central. A partir da inclusão das mulheres em Programas Governamentais de compras diretas, elas ampliam suas capacidades de agencia, constroem circuitos curtos agroalimentares e ampliam sua participação sócio-produtiva e sociopolítica no movimento social e em redes de movimentos sociais ecológicos. Entretanto, quase todos os trabalhos domésticos ainda permanecem sendo executados apenas por elas, o que gera sobrecargas de trabalho e reflete desigualdades em divisões sexuais e territoriais do trabalho. Através dessas experiências elas questionam territorialidades e racionalidades patriarcais e colonialistas, bem como ethos masculinos atrelados ao monocultivo convencional de grãos em territórios de roçados. Essas ações são nutridas por coletivos feministas, a partir dos quais elas fortalecem subjetividades ativas e ampliam capacidades interseccionais de resistências coletivas frente à colonialidade de gênero e da natureza. Emergem através dessas experiências territorialidades e racionalidades socioambientais, ecofeministas e decoloniais, que apontam para a uma noção ética democrática de cuidado com a vida. Embora elas agenciem essas experiências, o reconhecimento, a valorização e a visibilização delas como autoras dessas ecologias ainda é ausente dos discursos proferidos através das Jornadas de Agroecologia, evidenciando persistências de fragmentos teórico-políticos da colonialidade de gênero nesses espaços.

Palavras-chave: Mulheres rurais. Feminismos. Agroecologia.

## ABSTRACT

This research aimed to analyze the interrelationship between gender and ecologization based on the agroecological experiences of landless women (from the Brazilian Landless Workers' Movement) in the State of Paraná. For this purpose, research was conducted using the oral life history method and field observations. The study was carried out at the Emiliano Zapata Encampment – Ponta Grossa - PR and at the Agroecological Journeys. These agroecological experiments emerge through the resignification of vegetable gardens, productive yards and orchards. The Landless convey culturally accumulated knowledge in agriculture to modern knowledge of ecological production, through dialogues of knowledge and networks of ecological social movements, through eco, hetero and self-forming processes, where the Agroecological Journeys play a central role. By including women in Government Programs for direct purchases, they expand their agency capacities, build short agro-food networks and expand their socio-productive and socio-political participation in the social movement and networks of ecological social movements. However, almost all domestic work is still performed only by them, which generates overloads of work and reflects inequalities in sexual and territorial divisions of labor. Through these experiences they question patriarchal and colonialist territorialities and rationalities, as well as male *ethos* tied to conventional grain monoculture in swidden territories. These actions are nurtured by feminist collectives, from which they strengthen active subjectivities and broaden intersectional capacities of collective resistance towards the coloniality of gender and nature. They emerge through these experiences territorialities and socio-environmental, ecofeminist and decolonial rationalities, which point to an ethical democratic notion of care for life. Although these experiences are acknowledged, their recognition, appreciation and visibility as authors of these ecologies are still absent from the discourses delivered through the Agroecology Journeys, highlighting the persistence of theoretical-political fragments of gender coloniality in these spaces.

Keywords: Rural women. Feminisms. Agroecology.



## RÉSUMÉ

Cette recherche visait à analyser l'interrelation entre le genre et l'écologisation à partir des expériences agroécologiques des femmes Sem Terra de l'État du Paraná. Pour cela, des recherches ont été menées avec la méthode de l'histoire de la vie orale et les observations de terrain. L'étude a été réalisée au "Acampamento" Emiliano Zapata - Ponta Grossa - PR et aux Journées d'Agroécologie. Ces expériences agroécologiques émergent de la démission de jardins potagers, de chantiers productifs et de vergers. Les Sem Terra transmettent les connaissances culturellement accumulées en agriculture aux connaissances modernes de la production écologique, à travers des dialogues de connaissances et des réseaux des mouvements sociaux écologiques par processus éco, hétéro et auto-formateurs, où les Journées de l'Agroécologie jouent un rôle central. De l'inclusion des femmes dans les programmes d'achat direct du gouvernement, elles élargissent leurs compétences d'agence, construisent de courts circuits agro-alimentaires et élargissent leur participation socio-productive et socio-politique au mouvement social et aux réseaux de mouvements sociaux écologiques. Cependant, presque tout le travail domestique est toujours effectué par eux seuls, ce qui crée des surcharges et reflète des inégalités dans les divisions sexuelles et territoriales du travail. À travers ces expériences, ils remettent en question les territorialités et rationalités patriarcales et colonialistes, ainsi que l'éthos masculin lié à la monoculture céréalière conventionnelle dans les territoires délaissés. Ces actions sont nourries par des collectifs féministes, à partir desquelles elles renforcent les subjectivités actives et élargissent les capacités intersectionnelles de résistance collective face à la colonialité de genre et de nature. Les rationalités socio-environnementales, écoféministes et décoloniales émergent à travers ces expériences, qui pointent vers une notion éthique démocratique de prendre soin de la vie. Bien qu'ils gèrent ces expériences, leur reconnaissance, leur appréciation et leur visibilité en tant qu'auteurs de ces écologies sont toujours absentes des discours prononcés lors des Journées de l'agroécologie, montrant la persistance de fragments théoriques et politiques de la colonialité de genre dans ces espaces.

Mot-clé: Femmes rurales. Féminismes. Agroécologie.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – ROSAS VERMELHAS .....	4
FIGURA 2 – FLOR DA BUVA.....	5
FIGURA 3 – FOTO DA PLANTA BUVA EM CAMPOS OU PLANTA ISOLADA. ....	15
FIGURA 4 – 13ª JORNADA DE AGROECOLOGIA. MARINGÁ- PR.....	20
FIGURA 5 – ARQUIVOS DA 19º JORNADA DE AGROECOLOGIA – CURITIBA – PR- 2019.....	24
FIGURA 6 – MAPA DO ESTADO DO PARANÁ COM LOCALIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS PESQUISADOS.....	26
FIGURA 7 – ORQUÍDEA EM SUA HORTA.....	114
FIGURA 8 – DONA ERVA DOCE EM SUA HORTA. ....	116
FIGURA 9 – HORTÊNCIA EM SEU QUINTAL.....	117
FIGURA 10 – DONA ARRUDA E SEU PREPARADO REPELENTE: BUVA & CIA. .....	118
FIGURA 11 – DONA ARRUDA EM SUA HORTA .....	120
FIGURA 12 – PALMAROSA EM SUA HORTA.....	121
FIGURA 13 – IPÊ ROXO EM SUA HORTA.....	122
FIGURA 14 – AMORA MOSTRANDO AS SEMENTES DE MILHO CRIOULO QUE CULTIVAM EM SEU LOTE .....	126
FIGURA 15 – AMORA E SEU FILHO CAÇULA NA AGROFLORESTA.....	128
FIGURA 16 – ROSA ROSA EM SUA HORTA COM SEUS/AS FILHOS/AS .....	141
FIGURA 17 – AROEIRA EM SUA HORTA.....	152
FIGURA 18 – MOMENTO DE TRABALHO DO GRUPO DE MULHERES DO ZAPATA DA HORTA COLETIVA.....	155
FIGURA 19 – SACOLAS SOLIDÁRIAS DO PROJETO EXECUTADO COM A UEPG .....	156
FIGURA 20 – GRUPO DE MULHERES DO ELI VIVE I E II NA FEIRA NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA DE 2018 .....	162
FIGURA 21 – REPRESENTAÇÃO DO QUE DENOMINO DE UMA MULHER TERRA DESDE OS IMAGINÁRIOS SOCIAIS DAS SEM TERRA .....	201
FIGURA 22 – FLORES ARTESANAIS DE GIRASSÓIS DO GRUPO DE MULHERES DO ELI VIVE I E II.....	219

## LISTA DE SIGLAS

ABA –	Associação Brasileira de Agroecologia
ANA –	Articulação Nacional de Agroecologia
AS-PTA –	Agricultura Familiar e Agroecologia
ASSESOAR –	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Técnica
ATER –	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAPA –	Centro de Promoção e de Apoio à Agroecologia
CLOC –	Coordenadoria Latino-americana das organizações camponesas
CUT –	Central Única dos Trabalhadores
EJA –	Educação de Jovens e Adultos
ELLA –	Escola Latino-Americana de Agroecologia do Paraná
ENFF –	Escola Nacional Florestan Fernandes
FETRAF – Sul –	Federação dos Trabalhadores na Agricultura familiar da Região Sul
FIOCRUZ –	Fundação Oswaldo Cruz
IESOL –	Incubadora de empreendimentos solidários
INCRA –	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
LGBTs –	Lésbicas, gays, transgêneros
MMC –	Movimento das Mulheres Camponesas
MST –	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEAD –	Núcleo de <i>Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural</i>
ONGs –	Organizações Não-governamentais
PAA –	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE –	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPGMADE – UFPR –	Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná
PR –	Estado do Paraná
SAN –	Segurança Alimentar e Nutricional
SC –	Estado de Santa Catarina
TA-SUL –	Tecnologias Alternativas da Região Sul
UEL –	Universidade Estadual de Londrina
UEPG –	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFFS –	Universidade Federal Fronteira Sul

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UnB – Universidade Nacional de Brasília

UNICAFES – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia  
Solidária

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	CAMINHOS TEÓRICOS E EXPERIÊNCIAS ANALISADAS .....	30
2.1	CAMINHOS EPISTEMOLÓGICOS FEMINISTAS DECOLONIAIS PARA ESTUDOS RURAIS.....	30
2.2	COLONIALIDADE DE GÊNERO, RESISTÊNCIAS E AGENCIAS DAS MULHERES.....	42
2.3	ECOFEMINISMOS E TEORIAS FEMINISTAS DE CUIDADO .....	51
2.4	COLONIALIDADE DA NATUREZA, RESISTENCIAS SOCIOAMBIENTAIS E ECOFEMINISTAS.....	64
3	MULHERES RURAIS E AGROECOLOGIA.....	69
3.1	AGROECOLOGIA, RACIONALIDADE SOCIOAMBIENTAL E ECOFEMINISTA.....	71
3.2	MULHERES SEM TERRA E AGROECOLOGIA .....	81
3.3	EXPERIÊNCIAS E TRAJETÓRIAS DAS MULHERES PESQUISADAS .....	87
3.3.1	As trajetórias das mulheres pesquisadas .....	88
3.3.1.1	As mulheres do Acampamento Emiliano Zapata .....	88
3.3.1.2	As Mulheres das Jornadas de Agroecologia .....	98
4	APRENDIZAGENS DE AGRICULTURA ECOLÓGICA E CIRCUITOS CURTOS AGROALIMENTARES.....	107
4.1	O NASCIMENTO DAS EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS DAS MULHERES SEM TERRA NO PARANÁ.....	111
4.2	APRENDIZAGENS FEMININAS DE AGRICULTURAS ECOLÓGICAS.....	115
4.3	AGENCIAS COLETIVAS DAS SEM TERRA NA CONSTRUÇÃO DE CIRCUITOS CURTOS AGROALIMENTARES ECOLÓGICOS .....	140
5	AGROECOLOGIA, DIVISÃO SEXUAL E TERRITORIAL DO TRABALHO.....	166
5.1	DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E TERRITORIALIZAÇÃO GENDRIFICADA DA AGROECOLOGIA .....	171

5.2	TERRITORIALIZAÇÕES ECOFEMINISTAS EM DEFESA DA VIDA .....	180
5.3	VIOLÊNCIAS CONTRA OS CORPOS-TERRITÓRIOS DAS MULHERES E CONTRA O CORPO-TERRITÓRIO DA TERRA .....	190
5.4	OS SENTIDOS DAS ECOLOGIAS DAS MULHERES SEM TERRA.....	196
5.5	O RECONHECIMENTO DA AUTORIA DAS MULHERES SEM TERRA NA ECOLOGIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ.....	207
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	219
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	225
	ANEXO I.....	235

## 1 INTRODUÇÃO

As temáticas gênero, mulheres rurais e agroecologia vêm conquistando espaços na academia brasileira em anos recentes. Isso se deve à ampliação contemporânea das experiências e capacidades de agencia sociopolítica e acadêmica das mulheres nesse campo, associado também ao fato da agroecologia ter se expandido e se institucionalizado como ciência, prática e movimento social em nosso país, principalmente nessas duas últimas décadas.

A combinação dessas frentes, mulheres rurais, estudos de gênero e agroecologia tem sido cada dia mais visível e cotidiana, o que nos tem demandado estudar e compreender melhor que processos e que emergências sociais e ecológicas tem se tornado possíveis através das práticas dessas agriculturas, desde as agencias das mulheres. Dessa forma, a produção desse estudo se situa no contexto desses esforços intelectuais coletivos.

Para introduzir esse estudo, começo situando meu local de fala. Enquanto identidade múltipla de mulher, branca, não heterossexual, com ensino superior. Como a terceira filha mulher de uma família de colonos descendentes de italianos, cuja expectativa de prole sempre fora a obtenção de filhos homens, como potencial de trabalho produtivo e de sucessão familiar. Logo cedo já pude vivenciar padrões de sexo-gênero binários, desiguais e patriarcais, e desde onde logo cedo, também busquei sublevar tal ordem das coisas, através da construção de agencias feministas. Além disso, na graduação de agronomia, em meio às violências científicas do agronegócio patriarcal, me inseri em movimentos sociais do campo, movimentos feministas e ecologistas, em redes agroecológicas e em redes de reconstruções de ecologias humanas, por meio da promoção de saúde coletiva e natural. A aproximação com gênero e agroecologia me trouxe para a aproximação com a saúde, por meio de pastorais sociais, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e de redes sócio-profissionais de saúde popular e natural. Mais recentemente também, por meio de atividades de pesquisas no âmbito do Grupo de Trabalho em saúde e agroecologia e do Grupo de Trabalho de gênero da Associação Brasileira de Agroecologia.

É importante destacar que foram principalmente sequências múltiplas de violências de gênero vivenciadas nesses múltiplos espaços de socialização e de ativismo político que me levam ao exercício de práticas de cuidado em saúde, em um

primeiro momento buscando o meu auto-cuidado e, em um segundo momento, intervindo na minha reconstrução sócio-profissional, que hoje intersecciona gênero, educação, saúde e agroecologia. Essas experiências de vida me fizeram enxergar, já em contato com os feminismos camponeses populares, que os conflitos e injustiças ambientais portam violências de gênero, e que existe um machismo socioambiental entranhado à lógica de acumulação de capital, que atravessa as relações sociais de forma interseccional, congregando gênero, geração, raça, classe social e natureza, e que coloca em risco o cuidado com a vida. Por fim, também é necessário reconhecer a relevância das homoafetividades, presentes nas vidas dos sujeitos que atravessaram esses percursos de vida e de pesquisa, por me fazerem enxergar para além de binários heterossexuais, como expressões de amor, sexualidade e potências de vida que podem e precisam ser vividas como expressões de liberdade, respeito e amorosidade, sem preconceitos sócio-sexuais.

Como introdução ao texto, esclareço o porquê da utilização do termo buvas, flores vermelhas e desabrochar, como títulos desta tese. A buva (*Conyza bonariensis* e a *Coniza canadenses*) é considerada pelo campo sócio-técnico da agricultura convencional como uma das ditas “plantas daninhas” invasoras mais resistentes e temidas, sobretudo em campos de soja. Assumindo mutações diferenciadas, ela tem resistido a herbicidas, como o Roundup, emergido e rompido com os monocultivos de soja, milho e grãos cereais em campos agrícolas brasileiros.

FIGURA 3 – FOTO DA PLANTA BUVA EM CAMPOS OU PLANTA ISOLADA.



FONTE: MATOS DE COMER (2019)

Com potente ação anti-infecciosa, anti-inflamatória e desintoxicante, ecologicamente a Buva (FIGURA 3) é uma planta desintoxicadora e regeneradora da



vida dos solos. Quando não há outra coisa além de monocultivo convencional, transgênico com intenso uso de agroquímicos, ou seja, quando a terra está no máximo de seu processo de colonização agroindustrial, é ela, a Buva, que entra em cena para dizer aos humanos que a natureza pulsa por si mesma e que está dando sinais de limites à essa dominação monocultural. Embora colonizada pela indústria moderna petroquímica agrícola, a terra resiste, persiste, renasce e se refaz nesses territórios, reintroduzida pela ação das Buvas (MATOS DE COMER, 2019). Pelas suas propriedades medicinais, a Buva é capaz de desintoxicar os solos da ação de agrotóxicos e de restituir o primeiro momento da construção de novos caminhos para a re-emergência da ecologia de vida dos solos e da biodiversidade na agricultura “[...] A buva é uma planta excepcional. Ela resiste a todos os tipos de solo, de ambiente e de temperatura. Consegue florir e crescer mesmo nascendo entre frestas de concreto” (MATOS DE COMER, 2019).

A campo, as Sem Terra trouxeram várias vezes a simbologia das Buvas, algumas delas correlacionadas à construção de si mesmas como mulheres ecologistas. Como mulheres resistentes e que também atravessam as monoculturas dos cereais e dos pensamentos colonialistas e patriarcais presentes no campo, retecendo a agrobiodiversidade da Terra através de suas experiências agroecológicas.

Além das Buvas, elas também trouxeram a simbologia da produção artesanal de flores vermelhas articulada com seus processos de organização sócio-produtiva e de agencia agencia feminista Sem Terra. As flores vermelhas são simbólicas pela sua cor, vermelha, cor da bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), símbolo da mobilização e da luta sociopolítica desse movimento social. Flores vermelhas aqui nos remetem, portanto, às mulheres Sem Terra, à bandeira vermelha do Movimento Sem Terra e também às forças de vida e de resitência que a cor vermelha porta e simboliza para a luta feminista das mulheres Sem Terra. Em campo algumas delas correlacionaram os processos de desabrochar das flores com os processos de construção das agencias femininas, da decolonialidade de gênero e de construção de subjetividades ativas. No momento da floração, quando a planta expressa o máximo de sua beleza, sutileza, força e potência de vida, para a continuidade e a transformação da vida, é o momento que elas compararam o desabrochar das flores à construção das agencias feministas, como subjetividades ativas que resistem e fraturam a colonialidade de gênero e da natureza. É por isso que aqui trouxe e vou trazendo no decorrer desse texto essas três simbologias

emergentes, através das narrativas das interlocutoras de pesquisa. Traçando a combinação entre elas, buvas, flores vermelhas e o desabrochar das flores como analogias aos processos de construção das agências e subjetividades ativas feministas das Sem Terra.

O presente trabalho foi construído no contexto do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (PPGMADE – UFPR), a partir da experiência interdisciplinar em pesquisas sobre meio ambiente e desenvolvimento. O referido programa de pós-graduação, em seu contexto interdisciplinar, proporciona aos seus acadêmicos uma visão holística de temáticas relacionadas ao Meio Ambiente e Desenvolvimento. Assim, sua grade curricular é formada, em seu primeiro ano de curso, para mestrandos e doutorandos, em módulos sobre: “Fundamentos e teorias das Ciências Humanas e Sociais”, “Fundamentos e Teorias das Ciências na Natureza” e um módulo integrador denominado “Sociedade, Meio Ambiente e Desenvolvimento”, além das disciplinas de Metodologia de Pesquisa e Pesquisa Interdisciplinar (FLORIANI et al., 2011). Cada uma das turmas de doutorado do PPGMADE recebe um tema geral para a oficina IV<sup>1</sup>. A Turma XII, a nossa turma, que ingressou em 2016, recebeu o tema: “Conflitos Socioambientais e (In) Justiça Socioambiental, Resistências, Estratégias e Alternatividades de Desenvolvimento”. Este tema geral foi dividido em três subtemas: (in)Justiça Ambiental, Conflitos e Formas de Resistência à injustiça ambiental; os quais foram discutidos em seminários preparados pelos doutorandos para aprofundamento dos conceitos em uso e noções de pesquisas, a partir de bibliografias recomendadas pelas professoras tutoras e professores tutores de cada sessão (Trabalho coletivo final da Oficina IV, Turma XII, Doutorado - PPGMADE, 2017).

Como consequência dos vários encontros coletivos o grupo passou então para a etapa de análise de dados secundários, mais especificamente voltada à compreensão acerca dos conflitos socioambientais no Brasil. Essa primeira etapa

---

<sup>1</sup> As oficinas coletivas são tempo-trabalho pedagógicos e de pesquisa realizados coletivamente. São baseados em metodologias interdisciplinares, onde as diferentes turmas ou equipes, linhas de pesquisa selecionam um problema comum e buscam, através de conhecimentos de áreas do conhecimento, tecer novos conhecimentos para compreensão e elucidação do problema de pesquisa elencado. Cada nova turma que ingressa no MADE recebe um tema problema gerador comum, desenvolve um estudo coletivo durante a oficina IV e depois, se dividindo em linhas de pesquisa, constroem novo problema de pesquisa coletivo, novo trabalho interdisciplinar coletivo na linha, chegando por fim ao problema de pesquisa individual de cada doutorando/a. Dessa forma, o problema e o projeto de pesquisa de cada um de nós é resultante dos trabalhos coletivos, seja da oficina coletiva geral, oficina IV, ou da oficina coletiva da linha de pesquisa Ruralidades, Ambiente e Sociedade.

teve como objetivo principal a identificação dos casos de injustiça socioambiental, dos conflitos socioambientais gerados a partir dessas injustiças e dos sujeitos geradores e impactados por estas injustiças. Para isso realizamos levantamento e análise qualitativa do mapa dos conflitos e injustiças socioambientais do Brasil, organizado pela FIOCRUZ<sup>2</sup>.

A partir desse estudo, delimitamos como temática específica da nossa linha de pesquisa “Ruralidade, Ambiente e Sociedade”, como sub-temática coletiva de pesquisa o tema alternativas socioambientais em ruralidades. O objetivo dessa fase da pesquisa coletiva foi compreender os significados teóricos e a abrangência do uso do termo alternativas para se pensar ruralidades hoje. Como objeto de estudo, realizamos um levantamento bibliométrico e análise qualitativa desse tema, com recorte socioambiental e rural. O estudo coletivo sobre conflitos e injustiças socioambientais, bem como o estudo bibliométrico, permitiram a análise de diversos temas e experiências socioambientais emergentes, pesquisadas ao longo das últimas duas décadas, dentro dessa linha de pesquisa do Programa. Porém, esse estudo me conduziu à problematização da ausência de estudos de gênero e meio ambiente.

Dada minha trajetória pessoal e profissional, como ativista e assessora de grupos socioprodutivos de mulheres, observei essas lacunas de conhecimento. E isso me motivou à realização do presente estudo. Com objetivo de avançar na compreensão empírica e teórico-conceitual sobre alternativas socioambientais e de gênero, busquei, portanto, debruçar-me no estudo de experiências agroecológicas praticadas por mulheres Sem Terra. Quando dizemos alternativas socioambientais, estamos nos referindo a emergências e ausências de caráter contra-hegemônico. Essas experiências criam fraturas na hegemonia capitalista, e se constroem como resistências de caráter contra-hegemônico, a partir de perspectivas socioambientais (SCHNEIDER, KAHLAL, CORADIN e MELO, 2019). Essas

---

<sup>2</sup> Através desse estudo abordamos, como conflitos socioambientais, as “lutas de significações, como uma espécie particular de conflito social que envolve diferentes representações sobre meio ambiente na disputa entre outros modos de uso e apropriação, material e simbólica, de territórios” (VIEGAS, 2009, p. 146). De acordo com Little (2001, p.107), conflitos socioambientais podem ser definidos como “disputas entre grupos sociais derivados dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural”. Dessa forma, os conflitos socioambientais são desencadeados a partir do questionamento sobre a legalidade de algumas formas de apropriação, as quais projetam resultados indesejados de uma prática social sobre outra, gerando antagonismos entre algumas práticas territoriais e colocando em questionamento, também, a maneira de distribuição do poder sobre os recursos desses espaços (ACSELRAD et al., 2004).

experiências congregam materialidades e subjetividades, estruturas sociais e representações simbólicas na produção das experiências, das territorialidades, das subjetividades e dos sujeitos socioambientais.

Partindo desses acúmulos coletivos, meu problema de pesquisa se constituiu através da seguinte pergunta: Quais são as interrelações possíveis entre gênero e agroecologia emergentes através das experiências das mulheres Sem Terra do Paraná?

Meu objetivo geral foi, portanto, analisar a inter-relação entre relações de gênero e ecologização. Como objetivos específicos busquei:

- a) Analisar os processos de aprendizagem em agroecologia;
- b) Examinar como as dinâmicas ecológicas e de gênero se relacionam com a construção de circuitos curtos agroalimentares;
- c) Verificar como as dinâmicas ecológicas e de gênero se relacionam com a divisão sexual do trabalho no plano territorial;
- d) Analisar como as dinâmicas ecológicas e de gênero resistem à colonialidade de gênero e da natureza no plano territorial;
- e) Compreender os sentidos de ecologia emergentes através dessas experiências.

Esse estudo se justifica na medida em que as temáticas Mulheres, Reforma Agrária e Agroecologia ainda configuram-se como assuntos recentes no campo de estudos sociais rurais, podendo, por isso, gerar novos aportes para esta área.

Após finalizar a fase da oficina IV no MADE, cada um de nós buscou desenvolver seus projetos individuais de pesquisa a partir de suas problemáticas individuais. Nesse momento fui convidada a participar do projeto de pesquisa intitulado “*Jornadas de Agroecologia e a construção de um projeto agroecológico*”, onde fui instigada a pesquisar os protagonismos das mulheres Sem Terra nas Jornadas de Agroecologia do Estado do Paraná. As Jornadas de Agroecologia se constituem há mais de dez anos com um dos mais importantes espaços de debate sociopolítico e de intercâmbio de experiências em agroecologia no Paraná. Associadas a redes sociotécnicas e de movimentos sociais ecológicos, elas possibilitam que uma ampla gama de diversidades de sujeitos com visões de mundo diversas se encontrem e, através do diálogos de saberes, aprendam e desenvolvam processos de ecologização. As Jornadas de Agroecologia nasceram na Cidade de

Ponta Grossa no ano de 2002, como confluência de três situações principais: 1) fruto de um contexto nacional específico, em que em 2000 o MST decide assumir a agroecologia como parte da proposta da Reforma Agrária Popular (HARSEN, 2008) e de um contexto político nacional favorável; 2) de um contexto político estadual e local favorável e 3) da confluência de atores locais e estaduais imersos em redes de movimentos sociais rurais e ecológicos, que já desenvolviam trabalhos com a agricultura familiar e agroecologia há algum tempo no Paraná e que estavam inquietos com a liberação das sementes transgênicas no Brasil e no Paraná.

FIGURA 4 – 13ª JORNADA DE AGROECOLOGIA. MARINGÁ- PR.



FONTE: Arquivos de: <https://atemisems.wixsite.com/escolamiltonasantosvc/donate>. Acesso em: 20 de jan. 2020.

Na região Centro-Sul do Paraná, desde os anos 1970, camponeses e agricultores familiares, organizados através de sindicatos rurais e organizações não-governamentais, vinham desenvolvendo experiências com agroecologia, através da Rede TA-Sul. Então, a partir dessa Rede TA-Sul<sup>3</sup>, em conjunto com os movimentos sociais da Via Campesina<sup>4</sup> e Organizações Não Governamentais (Terra de Direitos,

<sup>3</sup> Rede TA-Sul é o nome que foi dado à Rede de Tecnologias Alternativas da região Sul do Brasil. Ela nasceu nos anos 1960-70, pela atuação de organizações não governamentais que junto a agricultores familiares começaram a desenvolver experiências agroecológicas no Sul do Brasil. Nos anos de 1990 essa Rede foi se transformando, e passou a denominar-se Rede Ecovida de Agroecologia. Aos poucos foi se transformando em uma rede agroecológica que trabalha com certificação participativa, congregando novos sujeitos como técnicos, professores, educadores de universidades, escolas, além das organizações não governamentais, agricultores familiares e camponeses. O MST hoje no Estado do Paraná, no âmbito dos assentamentos, acampamentos e cooperativas de produção participa dessa Rede de Agroecologia (REDE ECOVIDA, 2007 apud VEIGA SILVA, 2014).

<sup>4</sup> A Via Campesina é uma articulação mundial dos movimentos camponeses que tem entre seus objetivos: a construção de relações de solidariedade, reconhecendo a diversidade do campesinato no mundo; a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definir suas próprias políticas agrícolas; e a preservação do meio ambiente com a proteção da biodiversidade”(MANÇANO, 2020). Ela foi

ASSESOAR<sup>5</sup> e AS-PTA<sup>6</sup>), a I Jornada de Agroecologia nasce em Ponta Grossa (PG) em 2002.

As Jornadas são compostas por conferências, seminários, atividades artísticas, místicas, atividades pedagógicas, cirandas infantis, oficinas práticas, festas e partilhas de sementes crioulas, barraca da saúde e feira de produtos da Reforma Agrária e da agricultura familiar:

A sua organização, inspirada na Pedagogia do Movimento Sem Terra (CALDARTI, 2002), funciona como um acampamento do Movimento, onde os participantes compartilham ambientes, alimentação e todas as atividades coletivas que envolvem a organização do evento. Como parte dessa dinâmica, também são realizadas marchas pela cidade. Essas atividades são compreendidas como ações pedagógicas constitutivas da construção social dos sujeitos Sem Terras. As Jornadas se caracterizam pelo seu caráter massivo, cujo público participante tem variado entre cinco mil pessoas fixas - nas primeiras jornadas - e cerca de duas mil fixas - nas últimas duas edições. O perfil desse público é na grande maioria de acampados e assentados de Reforma Agrária, e em menor número agricultores familiares, estudantes, profissionais autônomos e público das cidades.

A primeira Jornada de Agroecologia teve como enunciados principais denunciar os experimentos transgênicos de empresas transnacionais presentes na região, se posicionando contrária à liberação dos transgênicos no Brasil, contra os agrotóxicos em prol da autonomia camponesa e ecológica e da construção de um projeto popular e soberano para a Agricultura. Nos anos subsequentes, essa Jornada continuou sendo realizada em Ponta Grossa, e com esses mesmos enunciados. Em 2005, 2006 e 2007, as Jornadas de Agroecologia foram realizadas na cidade de Cascavel, em meio a um contexto político conflitivo. Nessa cidade, antes da Jornada de Agroecologia de 2006, a Via Campesina ocupou uma área experimental da Empresa

---

nasceu em 1992 e esta presente em várias partes do mundo: Europa do leste, Europa do oeste, nordeste e sudeste da Ásia, América do Norte, Caribe, América Central, América do Sul e África.

<sup>5</sup> Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR). Essa Associação foi criada, em 1966, por leigos da igreja católica. É uma entidade jurídica de direito privado, de caráter filantrópico, sem fins lucrativos. A ASSESOAR atua na região Sudoeste do Paraná e se relaciona com muitos atores sociais que interagem no fortalecimento da Agricultura Familiar Camponesa, e no Desenvolvimento Multidimensional, com ênfase na Ecologia, Agroecologia e Tecnologias Ecológicas, na Educação Popular e Pública para o fortalecimento da Educação do Campo (ASSESOAR, 2019).

<sup>6</sup> Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA). É uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1983 atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil (AS-PTA, 2019).

Transnacional Syngenta, onde posteriormente foram realizadas as Jornadas de Agroecologia, para denunciar experimentos ilegais de milho transgênico, realizados em uma zona de preservação ambiental do Parque do Iguaçu. Essa ocupação foi duramente reprimida pela polícia militar e milícias armadas locais, sendo que um assentado foi morto em uma das ações dessas milícias<sup>7</sup>.

Os enunciados principais das Jornadas de Cascavel continuaram sendo contra a liberação dos transgênicos, contra os agrotóxicos, a favor da biodiversidade, das sementes crioulas e da agroecologia. É importante destacar que essas Jornadas de Cascavel, em que pese seu caráter conflitivo e de enfrentamento às transnacionais, proporcionaram a apresentação das primeiras experiências agroecológicas realizadas em áreas de Reforma Agrária no Paraná, principalmente localizadas nas regiões Oeste e Centro-Sul, Região Metropolitana de Curitiba e Campos Gerais.

Na sequência, as Jornadas se deslocaram para o Sudoeste do Paraná, território cuja presença de agricultura familiar é significativa. Em Francisco Beltrão (anos de 2008 e 2009), buscou-se recuperar e reunir as forças populares do campo da agricultura familiar, camponesas e da agroecologia.

A partir das Jornadas de Francisco Beltrão, passa-se a dar maior ênfase às oficinas, aprendizagens sociotécnicas e trocas de experiências práticas de agroecologia. Foi um período em que vários novos assentamentos rurais foram criados, sobretudo aqueles da região Norte do Paraná, Eli Vive I e II, onde buscava-se avançar em práticas agroecológica. Por isso, experiências práticas em agroecologia vão “dar o principal tom” dessas Jornadas, sem que, ao mesmo tempo, esses eventos tenham deixado de refletir, problematizar e aprofundar entendimentos críticos sobre o agronegócio, agroecologia e o Projeto Camponês Popular para a Agricultura.

Em 2010 a Jornada seguiu seu caminho para o norte do Paraná, chegando à cidade de Londrina, onde várias novas ocupações de terra e assentamentos haviam sido recém criados ou estavam se formando, a partir da ocupação de antigas fazendas (com denúncias de trabalho escravo).

Em 2015 e 2016 a Jornada retornou para a região centro-Sul do Paraná, chegando à cidade de Irati, em apoio aos agricultores familiares locais e estaduais em processo de criminalização em virtude de denúncias realizadas quanto à sua inclusão

---

<sup>7</sup> Valmir Motta (Keno). Em memória.

no PAA. Criaram-se novos enunciados, contrários às perseguições, denúncias e criminalizações de agricultores familiares então participantes dos Programas Governamentais de compras diretas - PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)<sup>8</sup>.

Essa Jornada também é marcada pela presença e aproximação entre organizações da agricultura familiar, camponesa, grupos e temáticas que trabalhavam com economia solidária e com povos e comunidades tradicionais historicamente organizados em Redes sociais nessa região. Também foi destacado o crescimento das feiras. É importante destacar que as universidades estaduais e federais, órgãos de assistência técnica e extensão rural, bem como as escolas, turmas e cursos de agroecologia, sempre participaram em maior ou menor medida da organização das Jornadas de Agroecologia, conformando redes de movimentos sociais ecológicos que estiveram, ao longo dessa trajetória, construindo experiências, vivências, práticas, ensino, pesquisa e extensão em agroecologia junto com os Sem Terra.

Em 2017 a Jornada volta às imediações da Região dos Campos Gerais chegando ao Município da Lapa, e ao assentamento Contestado, onde se destaca a relevância das aprendizagens colaborativas, do diálogo de saberes, e a expansão das feiras ecológicas da Reforma Agrária.

Em 2018 a Jornada foi realizada no centro da Capital do Estado do Paraná, Curitiba, na Universidade Federal do Paraná. Essa Jornada simboliza a apresentação desses vários anos de experiências agroecológicas acumuladas nos vários territórios por onde as Jornadas de Agroecologia foram passando. Na Jornada de Curitiba destaca-se a feira da Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Economia Solidária, como a principal tônica constitutiva dos discursos e práticas dessa atividade.

Essas duas últimas Jornadas (2018 e 2019), ambas realizadas em Curitiba, marcam também o maior engajamento de relações campo-cidade nas construções do Projeto Popular da Agricultura Camponesa e da Agroecologia, bem como sua estreita ligação com as reconstruções agroalimentares ecológicas campo-cidade.

A participação das mulheres tem sido massiva desde o início das Jornadas. Além disso, com o crescimento das feiras, é possível observar aumento da participação de grupos produtivos coletivos de mulheres. Em campo todas as

---

<sup>8</sup> É importante destacar que essa Jornada teve intenção de denunciar essas perseguições políticas e apoiar as redes de agricultores familiares territoriais daquele contexto. Todos os/as agricultores/as denunciados/as foram inocentados, em processos julgados em primeira e segunda instância.



mediadoras sociopolíticas entrevistadas foram unânimes em afirmar que a participação das mulheres nas Jornadas de Agroecologia ampliou, tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos, como será analisado nesse estudo adiante.<sup>9</sup>

FIGURA 5– ARQUIVOS DA 19ª JORNADA DE AGROECOLOGIA – CURITIBA – PR- 2019.



FONTE: Arquivos das jornadas de Agroecologia. Disponível em: <https://jornadadeagroecologia.org.br/>. Acesso em: 20 de setembro de 2019.

Para compreender a interseccionalidade da participação das mulheres e dos debates de gênero nas Jornadas de Agroecologia, solicitei em reunião com mulheres dirigentes nacionais e estaduais, responsáveis também pelo setor de gênero, indicações de nomes de mulheres chaves que praticavam agroecologia no Paraná, e que também estiveram ou estão ligadas às Jornadas de Agroecologia, tanto como participantes, quanto como organizadoras e dirigentes políticas. A partir dessas indicações de atoras-chave das regiões chegamos à Francisco Beltrão e entrevistamos Sem Terra e mediadoras de organizações não governamentais, em Cascavel e Marmeleiro e entrevistamos mediadoras de sindicatos e Sem Terras do Assentamento Walmir Motta. Depois disso, chegamos à Irati e entrevistamos uma professora da Rede Pública Federal de Ensino Superior e ex-técnica-dirigente do movimento social. Também chegamos à região de Londrina, onde entrevistamos mediadoras e agricultoras dos assentamentos Eli Vive I e II. Por fim, complementamos essas entrevistas com algumas observações de campo e entrevistas com mediadoras agricultoras da região da Lapa do Assentamento Contestado.

Porém, já no começo da pesquisa, percebi que essas entrevistas não seriam suficientes para aprofundar análises acerca do cotidiano das experiências agroecológicas e conflitos de gênero. Dessa forma, entendi que precisaria reduzir a lente de análise, sair do macro social para o micro social para que, através de

<sup>9</sup> Pelas observações de campo e através das estimativas das coordenadoras da Jornada, estima-se que hoje a participação seja de 50% do total dos participantes.

observação do cotidiano e das vozes das camponesas ecologistas imersas na produção de experiências agroecológicas em seu dia-a-dia. Dessa forma, dado meu engajamento com o Acampamento Emiliano Zapata, resolvi fazer o estudo de caso com elas. A escolha dessa comunidade também se deu por já ter informações prévias de que nessa comunidade as mulheres estavam protagonizando experiências agroecológicas. A trajetória do acampamento Emiliano Zapata está imbricada ao início das discussões sobre agroecologia no Movimento Sem Terra e também ao nascimento das Jornadas de Agroecologia do Estado do Paraná.

Esse acampamento nasceu em 2002, a partir de uma confluência de trabalhos de base do movimento social realizados nas periferias da cidade de Ponta Grossa e de Curitiba e da construção de experiências iniciais com agroecologia em assentamentos rurais circunvizinhos (Teixeira Soares, Lapa). Em busca de terra para morar, plantar e viver, mediante situações de desempregos ou empregos precarizados, vieram para esse acampamento mulheres, homens, jovens e crianças oriundas dessas duas regiões metropolitanas, somados a filhos de assentados de outras áreas próximas (Castro, Palmeira), em 2002 somava-se cerca de 80 famílias acampadas.

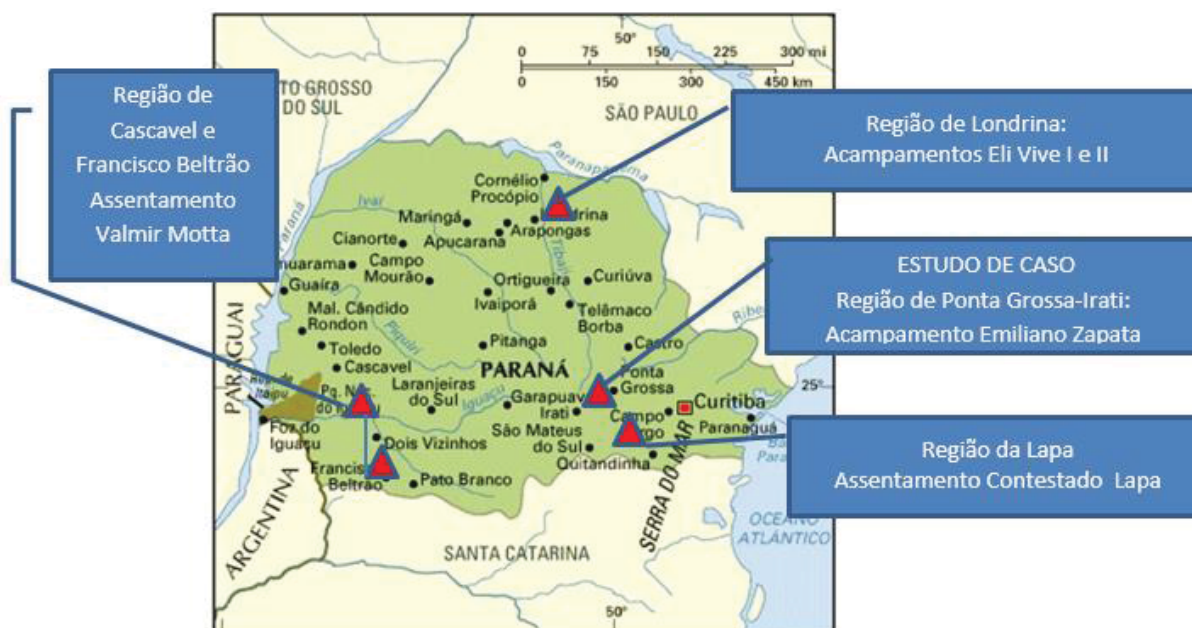
Tendo em vista as discussões já realizadas pelo MST e na região, desde o início da formação desse acampamento decidiram que ali se constituiria um assentamento 100% ecológico. Conseguiram desenvolver as atividades de forma ecológica até o ano de 2013, quando passaram por crises financeiras e algumas famílias decidiram utilizar insumos químicos para cultivo, principalmente para áreas de roçados de milho e feijão.

Em 2005 esses acampados criaram uma Associação chamada ATERRA (Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária), e a partir disso puderam começar a acessar os programas públicos de segurança alimentar e nutricional e de compras institucionais da Agricultura Familiar. Ademais, ao longo desses quinze anos de acampamento, eles têm feito ocupações anuais no INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), buscando a regularização dessa área para a Reforma Agrária. No entanto, até hoje o assentamento não foi regularizado, impedindo o acesso desses sujeitos a recursos públicos para estruturação de seus lotes. Por isso, em muitas famílias um dos seus membros, normalmente o homem, sai para trabalhar fora como diarista ou como assalariado, a fim de angariar recursos financeiros para estruturação dos lotes. Nesse contexto, uma pequena parte das

mulheres ficou restrita à execução dos trabalhos domésticos e outra parte assumiu produção agrícola familiar, iniciando então as experiências agroecológicas.

Através da análise das experiências das Jornadas de Agroecologia busquei obter um visão macro social de abrangência estadual, por meio da realização de entrevistas nas várias regiões onde houve Jornadas de Agroecologia<sup>10</sup>, e uma visão micro social ao realizar entrevistas e observações de campo em profundidade no Acampamento Emiliano Zapata. Dessa forma, esta pesquisa movimenta duas lentes de descrição e de análise, uma primeira, do micro e do local, e outra do macro social, ou seja, do acampamento Emiliano Zapata com as Jornadas de Agroecologia. A figura abaixo mostra a localização do Estado do Paraná onde foi possível realizar entrevistas

FIGURA 6 – MAPA DO ESTADO DO PARANÁ COM LOCALIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS PESQUISADOS



FONTE: Adaptado de Viagemdeferias.com

Para atingir meus objetivos de pesquisa realizei pesquisa qualitativa, entendida como uma pesquisa que “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001. p. 21). Para isso, priorizei o método da história oral, complementando-o por algumas entrevistas semi-estruturadas realizadas com mediadores e mediadoras sociotécnicas, por observações de campo,

<sup>10</sup> Essas experiências serão detalhadas em item específico a frente.

e por dados coletivos obtidos através deste Projeto de Pesquisa sobre as Trajetórias das Jornadas de Agroecologia.

A história oral, tal como conceituada por Thompson (2002) significa “[...] a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências” (THOMPSON, 2002, p.09). Esse autor aponta para a relevância do uso de instrumentos variados de coletas de dados, associando entrevistas com observações de campo. Segundo ele “[...] essa combinação interdisciplinar de métodos representa o maior potencial para a pesquisa do futuro” (THOMPSON, 2002, p.12). Thompson (2002, p. 13) acrescenta que “[...] a melhor pesquisa de história de vida abrange tanto a compreensão e a interpretação das vidas individuais, quanto a análise das sociedades mais amplas”.

Minayo (2001, p. 59-60) reforça essa definição, afirmando que, “[...] em relação à *história de vida*, como estratégia de compreensão da realidade, sua principal função é retratar as experiências vivenciadas, bem como as definições fornecidas por pessoas, grupos ou organizações”.

A história oral pode ser aberta ou tópica, temática. Nesse estudo optei pela história oral temática que é aquela que “focaliza uma etapa ou um determinado setor da experiência em questão” (MINAYO, 2001, p. 59-60). Isso foi realizado para possibilitar, através das vozes das mulheres, compreender como elas agenciam essas experiências agroecológicas. Nesse procedimento metodológico, destaco a noção de entrevista em profundidade para possibilitar um “[...] diálogo intensamente correspondido entre entrevistador e informante” (MINAYO, 2001, p. 59-60).

Além disso, através das observações de campo, busquei preencher possíveis lacunas deixadas pelas entrevistas de história oral temática, aprofundando os entendimentos sobre as dinâmicas analisadas. Assim, como definidas por Minayo (2001), as observações de campo:

[...] se realizam através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos.[...] A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real (MINAYO, 2001, p. 60).

Entre os meses de março e outubro de 2018 foram realizadas 22 (vinte e duas) entrevistas com atoras-chave, das quais: (03) mediadoras sociopolíticas nacionais e estaduais, engajadas com o setor de gênero, sendo uma delas da direção nacional do

Movimento Sem Terra; (11) agricultoras-mediadoras ecológicas locais e regionais; (2) professoras de universidades estaduais e federais; (4) com mediadoras sociotécnicas, agentes de assistência técnica e extensão rural locais e regionais; (2) com mediadoras de organizações não governamentais; e (1) com mediadora de sindicatos de trabalhadores rurais<sup>11</sup>.

Para alcançar abrangência estadual, essas entrevistas foram realizadas em sete das oito cidades onde houve Jornadas de Agroecologia ao longo desses 18 anos, quais sejam: Ponta Grossa, Irati, Cascavel, Francisco Beltrão, Londrina, Lapa e Curitiba. Não foi possível entrevistar mediadoras de Maringá. Para seleção dessas mulheres identifiquei dirigentes nacionais e do setor de gênero do Movimento Sem Terra; e algumas mediadoras de ações de gênero e agroecologia e engajadas na organização das Jornadas de Agroecologia. A partir dessas mulheres, cheguei a mais algumas outras mulheres dos territórios onde as Jornadas de Agroecologia foram realizadas.

Como meio de adensar esses entendimentos, fiz um estudo de caso no Acampamento Emiliano Zapata, localizado em Ponta Grossa. Através de entrevistas profundas, tive acesso à história oral temática de mais 18 (dezoito) mulheres. Para isso foram realizadas duas reuniões coletivas no mês de março de 2018 com dirigentes locais. A escolha dessas 18 mulheres camponesas locais se deveu ao fato de todas elas praticarem agroecologia em seus lotes e de terem algum engajamento coletivo com o movimento social. A escolha e o acesso a essas mulheres se deu por indicação de uma mediadora local, e também a partir de indicações de outras mulheres entrevistadas<sup>12</sup>.

Busquei enfatizar histórias de diferentes mulheres ecologistas engajadas em diferentes territórios do Paraná, por meio de suas vozes, trajetórias e experiências de vida. De certa forma, categorizo esse estudo como um processo de tradução social (SOUSA SANTOS, 2008), que visa, através das narrativas dos sujeitos, visibilizar ausências e creditar emergências, para que elas mesmas tenham ciência social pelas suas vozes.

---

<sup>11</sup> Algumas dessas interlocutoras foram entrevistadas a título de complementação de informações de campo, para qualificar entendimentos, principalmente dos processos organizativos e de gênero nas redes socio-técnicas de agroecologia do Paraná.

<sup>12</sup> Além destas entrevistas descritas, foram descartadas outras duas. Pelo fato de não se ajustarem ao perfil selecionado (experiência agroecológica e engajamento coletivo). Também foram realizadas mais duas outras com um mediadores sociais locais do Emiliano Zapata, para obter informações complementares sobre o histórico da ocupação desses território e sobre a Cooperativa ATERRA.

Dessa forma, no próximo capítulo deste estudo abordo aspectos relativos à construção do marco referencial teórico que utilizo como lente de análise para esta Tese. No capítulo três, abordo os processos de aprendizagens de agricultura ecológica e a construção social de circuitos curtos agroalimentares pelas mulheres. No quarto capítulo, discuto a divisão sexual do trabalho em relação ao território, à construção de processos ecofeministas de territorialização da agroecologia, os sentidos das ecologias das Sem Terra, finalizando com as autorias das mulheres Sem Terra na construção da agroecologia no Paraná. Por fim, teço considerações finais, contemplando apontamentos para estudos futuros.

## 2 CAMINHOS TEÓRICOS E EXPERIÊNCIAS ANALISADAS

Este capítulo está dividido em duas partes. Na primeira delas, apresento os principais caminhos e perspectivas epistemológicas e teóricas adotadas para realizar as análises desse estudo. Em seguida, na segunda parte, introduzo a apresentação das mulheres interlocutoras de pesquisa.

Assumi na pesquisa o desafio de romper com marcos teóricos interpretativos eurocentrados de estudos de ruralidades e me estimular a construir uma abordagem teórico-conceitual feminista, ecofeminista e decolonial, a fim de compreender as experiências das mulheres Sem Terra na construção da agroecologia no Paraná.

Por isso, justifico a ênfase e prioridade no uso de autoras feministas, ecofeministas e decoloniais. Abrindo-se também para diálogos com autoras feministas rurais do Brasil. Dessa forma, friso que embora adote um olhar Sul centrado e utilize-me prioritariamente de olhares feministas decoloniais. Essa lente teórica, apesar de ser âncora e ter assumido centralidade interpretativa, não é exclusiva.

### 2.1 CAMINHOS EPISTEMOLÓGICOS FEMINISTAS DECOLONIAIS PARA ESTUDOS RURAIS

Como descrito na introdução desse texto, ao longo das disciplinas e oficinas coletivas do PPG-MADE, com o Programa de Pós Graduação de Sociologia e também no Programa de Pós Graduação de Educação da UFPR, tive contato e me aproximei de epistemologias do Sul e de estudos feministas decoloniais. Essa aproximação acadêmica direcionou a construção do meu olhar epistemológico e teórico neste estudo.

Boaventura Sousa Santos (2001), um dos autores de referência do campo das epistemologias do Sul, caracteriza a modernidade ocidental como um paradigma fundado na tensão entre o pilar da regulação, da apropriação e violência, como componentes da constituição de uma razão indolente. Essa razão instrumental constitui a matriz estrutural da racionalidade moderna, princípio constitutivo da crise que vivenciamos nas sociedades contemporâneas e incapaz de apontar alternativas a essa crise (SOUSA SANTOS, 2002).

Além disso, esse autor compreende que existe uma linha abissal que separa o mundo da modernidade ocidental, e outro lado desta linha, que é produzido como

inexistência, insignificância, crença, não-conhecimento. O primeiro lado desta linha é regido pelo pilar da regulação-emancipação e o segundo pelo pilar da expropriação-violência. O pilar da regulação-emancipação e o pilar da apropriação-violência produzem, em conexão entre si, uma ausência radical, uma ausência de humanidade, uma exclusão que se torna ao mesmo tempo radical e inexistente, “[...] uma vez que seres subumanos não são considerados sequer candidatos à inclusão social.” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 76)

Como contra-hegemonia, as epistemologias do Sul se propõem a gerar um repensar das ciências, o que implica em novas formas de conhecer e de compreender as relações entre sociedades e natureza, o que sugere a superação da dicotomia entre ciências naturais/ciências sociais, um processo que:

[...] tende assim a revalorizar os ‘estudos humanísticos’. Mas esta revalorização não ocorrerá sem que as humanidades sejam, elas também, profundamente transformadas. O que há nelas de futuro é terem resistido à separação entre sujeito e objeto e entre natureza e cultura, e terem preferido a compreensão do mundo à manipulação do mundo (SOUSA SANTOS, 2001, p. 93).

Essa nova forma de conhecer, Sousa Santos (2002) irá denominar como uma razão cosmopolita. Ela deve ser capaz de produzir “[...] um conhecimento-emancipação construído a partir das tradições epistemológicas marginalizadas da modernidade ocidental.” (SOUSA SANTOS, 2001, p.103) Para ele isso se torna possível através da sociologia das ausências e emergências. A sociologia das ausências atravessa essa linha abissal ao reconhecer essas experiências desperdiçadas e, pela construção de um pensamento pós-abissal e pela tradução, transforma ausências em presenças.

Através dessa perspectiva epistemológica (SOUSA SANTOS, 2002) compreendi que mais do que nós pesquisadoras dizemos, ou falamos pelas Sem Terra, o trabalho intelectual a ser realizado nesse estudo deveria construir um processo de tradução social, capaz de possibilitar que as vozes das interlocutoras da pesquisa dissessem por elas mesmas, através de suas experiências agroecológicas, quais as intersecções de gênero se tornam ausentes e emergentes através dessas experiências.

Sousa Santos (2002) considera que isso pode ser alcançado pela atividade de tradução. Para ele: “[...] tradução é o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis quanto as possíveis,



reveladas pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências” (SOUSA SANTOS, 2002, p. 262). Nesse processo o autor identifica dois desafios:

O primeiro, um desafio desconstrutivo, consiste em identificar os resíduos eurocêntricos herdados do colonialismo e presentes nos diversos setores da vida coletiva, da educação à política, do direito às culturas. O segundo desafio, um desafio reconstrutivo consiste em revitalizar as possibilidades histórico-culturais da herança africana interrompida pelo colonialismo e pelo neo-colonialismo. O trabalho de tradução procura captar estes dois momentos: a relação hegemônica entre as experiências e o que nestas está para além desta relação. (SOUSA SANTOS, 2002, p. 262)

Dessa forma, o trabalho da tradução busca identificar os traços de manutenção, transformação cultural e de resistências dos sujeitos, grupos sociais, culturas e materialidades, frente à colonialidade, adentrando à tradução das agências de resistências individuais e coletivas dos sujeitos diante dessa dominação colonialista de si mesmos/as como ser, saber e poder.

Assumo essa perspectiva sociológica proposta por Sousa Santos (2002), no entanto, ressalto que este autor não intersecciona sexo-gênero em suas análises. Por isso, optei por assumir essa perspectiva da sociologia das ausências e emergências como metodologia para este estudo, porém, flexionada a partir de uma crítica epistemológica e teórica feminista, sobretudo decolonial.

Os estudos feministas questionam as ausências de gênero em estudos sociais. Através de epistemologias feministas, gênero vem a constituir-se como categoria central de análise, onde “a escrita passa a ser considerada por excelência o lugar da interrogação sobre a noção do ‘feminino’, sentida como o lócus da *errância*, do ‘silêncio’ e da ‘falta’”. (SHOWALTER, 1994, p. 12-13)

Azadeh Kian-Thiébaud (2010), autora feminista islâmica que fala desde feminismos pós-coloniais, argumenta que, de forma geral, tanto estudos pós-coloniais quanto decoloniais se baseiam em uma crítica “[...] o status da condição universal das mulheres”<sup>13</sup>. (KIAN-THIÉBAUT, 2010, p. 07, tradução nossa)

Esses feminismos questionam visões universais de mulheres e feminismos universalistas da igualdade, dando ênfase à intersecção gênero e raça na introdução do conceito de colonialismo. Nas palavras de Kian-Thiébaud (2010):

As teorias feministas pós-coloniais e decoloniais são, de uma parte, a racialização da teoria feminista (branca), e de outra parte, integram as

<sup>13</sup> “[...] *le mythe de la condition universelle des femmes*”. (KIAN-THIÉBAUT, 2010, p.07).

preocupações feministas na conceitualização do colonialismo e dos pós colonialismo<sup>14</sup>. (KIAN-THIÉBAUT, 2010, p.08, tradução nossa)

Além disso, destacam a perspectiva situacional e interseccional na construção desses conhecimentos, a partir das experiências e locais de fala: “as feministas pós-coloniais e decoloniais convidam, assim, as mulheres a se verem e a verem seus saberes e suas experiências como situados, socialmente construídos, marcados pela raça, classe, gênero, sexualidade e etnicidade”<sup>15</sup> (KIAN-THIÉBAUT, 2010, p. 08, tradução nossa).

Kian-Thiébaud (2010) destaca a relevância da construção contextualizada e situada desses estudos, os quais somente adquirem valor se realizadas em diálogo e, a partir dessas experiências:

[...] Os estudos de gênero vão seguidamente adicionar certos escritos de raça como variáveis de análise, sem no entanto, recorrer à re-conceitualização do saber branco de classe média. Por Chandra Mohanty e Jacqui Alexander essa inclusão simbólica significa que as teorias não ocidentais, não brancas e não situadas na classe média, são plausíveis apenas em relação à experiências específicas que não teriam valor para o mundo ocidental<sup>16</sup> (KIAN-THIÉBAUT, 2010, p. 09, tradução nossa).

Além disso, esses estudos criticam visões eurocêntricas do feminismo liberal, que se constroem pela justificativa civilizatória eurocêntrica de socorro às mulheres vítimas dos países não-ocidentais. Ela aponta que essas mulheres dos países do Sul Global agenciam processos emancipatórios, e que têm começado a falar por si mesmas através dos estudos feministas e pós-decoloniais: “As mulheres foram usadas para estabelecer as identidades raciais e para construir um racismo apto a legitimar a exploração colonial com base na ‘missão civilizatória’”<sup>17</sup> (KIAN-THIÉBAUT, 2010, p. 16, tradução nossa).

---

<sup>14</sup> *Les théories féministes poscoloniales et décoloniales ont, d'une part, racialisé la théorie féministe (blanche), et, d'autre part, intégré les préoccupations féministes dans les conceptualisations du colonialisme et du post colonialisme* (KIAN-THIÉBAUT, 2010, p.08).

<sup>15</sup> “[...] les féministes post/décoloniales invitent ainsi les femmes à se voir et à voir leurs expériences et leur savoir comme situés, socialment construits marqués par la race, la classe, le genre, la sexualité ou l’ethnicité”. (KIAN-THIÉBAUT, 2010, p.08).

<sup>16</sup> “[...] les études féministes et du genre ont solvent additionné certains écrits des féministes de couleur comme variables à analyser sans pour autant procéder à la re-conceptualisation du savoir blanc de classe moyenne. Pour Chandra Mohanty et Jacqui Alexander, cette inclusion symbolique signifie que les théories non occidentales, non blanches et non issues de la classe moyenne sont plausibles seulement en rapport avec des expériences spécifiques qui seraient sans valeur pour le monde occidental (KIAN-THIÉBAUT, 2010, p, 09).

<sup>17</sup> *Les femmes étaient utilisées pour établir les identités raciales et pour construire un racisme apte à légitimer l’exploitation coloniale sur la base de la “mission civilisatrice”*. (KIAN-THIÉBAUT, 2010, p.16).

Maria Lugones (2014), ao debruçar-se sobre a formulação de feminismos decoloniais, corrobora Kian-thiebaut (2010) e reforça a crítica ao feminismo universalista, branco e eurocentrado, apontando para necessidade da construção de feminismos decoloniais:

O feminismo branco-burguês que aspira a superação da desigualdade de gênero ou da dominação das mulheres se torna não somente insustentável, mas também um impedimento para uma real transformação que redefine os modos de organização social comunitária e a ordem histórico-político-econômica em seu conjunto e modifica a ideia entre o humano e o não-humano e a episteme da diferenciação hierarquizada entre o que se considera um e o outro.<sup>18</sup> (LUGONES, 2014, p. 31, tradução nossa)

Assumir esse olhar feminista “*desde abajo*” me fez enxergar através das experiências analisadas, que a modernidade ocidental alimenta a colonialidade do poder dos países do Sul global, porém, que esse processo é atravessado material e simbolicamente pela colonialidade de gênero (LUGONES, 2008; 2014).

Yurderkys Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal e Karina Ochoa Muñoz, feministas decoloniais e epistemólogas latino-americanas, em diálogo com o pensamento de Lugones (2008; 2014), argumentam que não se pode pensar em decolonialidade do poder sem se pensar em decolonialidade de gênero. Atentando para “[...] as múltiplas formas em que se desafia a hegemonia desde as realidades subalternas<sup>19</sup>” (MIÑOSO; CORREAL; MUÑOZ, 2014, p.11, tradução nossa<sup>20</sup>). Segundo elas:

Produzimos a partir da diferença colonial. Diferença que se faz múltipla, que chama a não silenciar as distintas posicionalidades que fazem parte do feminismo. [...] Assim, aprendemos que a emergência da voz que produz a diferença colonial não pode silenciar a nenhuma, nem às mestiças, nem às migrantes que produzem a contrapeso do cânone do norte global, nem muito menos às que sistematicamente ocultadas pelas intelectuais que terminam

<sup>18</sup> *El feminismo blanco-burgués que aspira a la superación de la ‘desigualdad de género’ o de la dominación y opresión de las mujeres se nos torna ya no solo insostenible, sino un impedimento para una real transformación que trastoque los modos de la organización social comunitaria y el orden histórico-político-económico en su conjunto y que revierta la idea entre lo humano y lo no humano y la episteme de diferenciación jerarquizada entre lo que se considera lo uno y lo otro.* (LUGONES, 2014, p. 31)

<sup>19</sup> O uso do termo subalterno faz referência à conceituação elaborada por Gayatri Spivak: “[...] o termo subalterno descreve as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”. (SPIVAK, 2000 apud SPIVAK, 2003, p. 12). “[...] Refere-se ao fato de a fala do subalterno e do colonizado ser sempre intermediada pela voz de outrem, que se coloca em posição de reivindicar algo em nome de um/a outro/a” (SPIVAK, 2003, p. 14).

<sup>20</sup> “[...] *las múltiples formas en que se desafia la hegemonia desde las realidades subalternas* (MIÑOSO; CORREAL; MUÑOZ, 2014, p.11)

representando-as.<sup>21</sup> (MIÑOSO; CORREAL; MUÑOZ, 2014, p. 19, tradução nossa).

Gayatri Spivak (2003), em estudo sobre decolonialidade e subalternidades, problematiza o potencial de expressão da vontade e do desejo a partir de sujeitos subalternos. Da filosofia clássica e materialista, ela questiona as ausências intelectuais das falas dos subalternos, cuja escuta privilegia e restringe-se aos sujeitos e construções de pensamentos eurocêntricos. Ela contra-argumenta essa postura intelectual analisando que:

[...] a teoria é um revezamento da prática [...] e os sujeitos oprimidos podem saber e falar por si mesmos. Isso reintroduz o sujeito constitutivo em pelo menos dois níveis: o Sujeito de desejo e poder como um pressuposto metodológico irreduzível; e o sujeito do oprimido, próximo de, senão idêntico, à si mesmo (SPIVAK, 2003, p. 44).

Para Spivak, a não escuta dos subalternos não é neutra em relação aos gêneros que falam ou se calam. A escuta das mulheres subalternas é duplamente bloqueada:

No contexto do itinerário obliterado do sujeito subalterno, o caminho da diferença sexual é duplamente obliterado. [...] apesar de ambos serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (SPIVAK, 2003, p. 66-67).

Spivak(2003) argumenta que esse processo de escuta e de expressão das vozes subalternas não se dará a partir de locais de fala e vozes historicamente construídos como dominantes. Ela dá ênfase à escuta e expressão das vozes subalternas como potencial para construção de outras relações sociais de gênero possíveis, para além do silenciamento e da ausência colonialista e eurocêntrica.

Utilizo as críticas que Lugones (2014), Miñoso, Correal e Muñoz (2014), Kian-Thiébaud (2010) e Spivak (2003) fazem ao feminismo branco e eurocentrado para atender para as ausências das diversidades constitutivas dos campesinatos e das mulheres camponesas e, dessa forma, abrir possibilidades de leituras de ausências e emergências feministas das mulheres Sem Terra ecologistas, através das suas

---

<sup>21</sup> *Producimos desde la diferencia colonial. Diferencia que se hace múltiple, que llama a no silenciar las distintas posicionalidades que hacen parte del feminismo [...]. Así, aprendimos que la emergencia de la voz que produce la diferencia colonial no puede silenciar a ninguna, ni a las mestizas, ni a las migrantes que producen a contrapelo del canon en el norte global, ni mucho menos a las que son sistemáticamente ocultadas por las intelectuales que terminan representándolas* (Espinosa, 2010). (MIÑOSO; CORREAL; MUÑOZ, 2014, p. 19).

agências, experiências e vozes. Essa perspectiva possibilita entender como elas, ao se construírem como sujeitos mulheres ecológicas, constroem concepções de ecologias, questionam a colonialidade de gênero e da natureza, e se produzem como sujeitos ecológicos, suas territorialidades e racionalidades ecofeministas e socioambientais.

Para isso, assumo a categoria gênero como um conceito social histórico e culturalmente construído. Scott (1991) define gênero como uma categoria histórica, apropriada e conceituada de diferentes formas pelo movimento feminista e pelas teóricas feministas para designar os sistemas de relações sociais que podem permear os sexos. “O uso do gênero coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo e nem determina diretamente a sexualidade” (SCOTT, 1991, p. 07).

Scott (1991) critica interpretações a-históricas e aculturais, enfatizando o caráter histórico, social e cultural dessas identidades que, segundo elas, precisam incluir a des-dicotomização e des-binarização circunscrita nos corpos e nos sexos:

Precisamos rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária, precisamos de uma historicização e de uma desconstrução autêntica dos termos da diferença sexual. Temos que ficar mais atentas às distinções entre o nosso vocabulário de análise e o material que queremos analisar. Temos que encontrar os meios (mesmo que imperfeitos) de submeter, sem parar, as nossas categorias à crítica, nossas análises à autocrítica. (SCOTT, 1991, p. 18)

Teresa de Lauretis (1994) corroborando com Scott (1995), também questiona essa dicotomização binária do sexo-gênero, baseada na diferença sexual, propondo a desconstrução da binarização e da biologização do sistema sexo-gênero:

[...] com sua ênfase no sexual, a ‘diferença sexual’ é antes de mais nada a diferença entre a mulher e o homem, o feminino e o masculino, e mesmo os conceitos mais abstratos de ‘diferenças sexuais’, derivados não da biologia ou da socialização, mas da significação e de efeitos discursivos (e a ênfase aqui é menos no sexual e mais na ‘*differance*’) acabam sendo em última análise uma diferença (da mulher) em relação ao homem - ou seja, a própria diferença no homem. Se continuarmos a colocar a questão do gênero em qualquer uma destas duas formas, a partir de um esboço completo da crítica do patriarcado, o pensamento feminista permanecerá amarrado aos termos do próprio patriarcado ocidental”. (LAURETIS, 1994, p. 207)

Para Lauretis (1994) o sujeito se constrói a partir da diferença sexual, através de relações e de representações sociais:

Um sujeito construído no gênero, sem dúvida, mas não apenas na diferença sexual, e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais. Um sujeito 'engendrado' não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça, de classe: um sujeito portanto, múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de dividido (LAURETIS, 1994, p. 208)

Lauretis(1994) argumenta que a construção de relações de gênero não opressivas passa pela desconstrução de dicotomias e de binários sexo-gênero “[...] a imbricação de gênero e diferença(s) sexual(is) precisa ser desfeita e desconstruída” (LAURETIS, 1994, p. 208). As representações de gênero em sistemas sexo-gênero nas sociedades modernas se constituem com base na complementariedade binária entre masculino e feminino, interligadas à produção de hierarquias e à produção de desigualdades sociais:

As concepções culturais de masculino de feminino como duas categoriais complementares, mas que se excluem mutuamente, nas quais todos os seres humanos são classificados, formam dentro de cada cultura, um sistema de gênero, um sistema simbólico ou um sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo como valores e hierarquias sociais. Embora os significados possam variar de uma cultura para outra, qualquer sistema de sexo-gênero está sempre intimamente interligado a fatores políticos e econômicos em cada sociedade. Sob essa ótica a construção cultural do sexo em gênero e a assimetria que caracteriza todos os sistemas de gênero através das diferentes culturas (embora cada qual de seu modo) são entendidas como sendo 'sistematicamente ligadas à organização da desigualdade social'. (LAURETIS, 1994, p. 211)

Dessa forma, construções históricas e culturais de representações de sexo e gênero, ao mesmo tempo em que retroalimentam desigualdades de gênero e de sexo, também produzem essas desigualdades sociais, dadas sobretudo na reprodução de hierarquias de poder binárias e dicotômicas que opõem masculino, homem, ativo, produtivo, como critério de superioridade e valorização ao feminino, mulher, passivo, reprodutivo, como critérios de inferioridade e desvalorização. Esse sistema sexo-gênero é tanto uma construção material quanto simbólica, semiótica, uma dimensão que coexiste e retroalimenta a outra de forma simétrica e não hierárquica:

O sistema sexo-gênero é tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia sociais, etc.) aos indivíduos dentro da sociedade. [...] assim a proposição de que a representação de gênero é a sua construção, sendo cada termo a um tempo o produto e o processo do outro, pode ser reexpressa com mais exatidão: a construção do gênero é tanto o produto quanto o processo de sua representação. (LAURETIS, 1994, p. 212)

Compreendo a relevância dessa noção histórica e cultural da categoria gênero e do sistema sexo-gênero proposta por Lauretis(1994) e Scott(1996), como referência teórico-conceitual para compreender relações de gênero como construções sociais materiais e simbólicas, contextualizadas na história e na cultura. Dessa forma, associo essas duas autoras à formação do meu olhar feminista decolonial, colocando-as em diálogo com as demais autoras feministas decoloniais aqui citadas: Lugones (2014), Miñoso, Correal e Muñoz (2014) e Kian-Thiébaud (2010) e Spivak (2003).

Vinculado a esse necessário giro feminista decolonial, associo o conceito de sistema sexo-gênero ao conceito de patriarcado, como uma das categorias chave de explicação das desigualdades sociais que se estabelecem nos sistemas sexo-gênero colonialistas e que serão assim analisados neste estudo. Isso também se deve ao fato de ter encontrado na bibliografia sobre estudos de mulheres rurais e mulheres camponesas, usos da categoria patriarcado para explicação das desigualdades de gênero em ruralidades. Alicea Puleo em seu texto de 2005, intitulado *“El patriarcado, una organizacion social superada?”* Entende que:

A antropologia tem definido o patriarcado como um sistema de organização social em que os pontos chave de poder (político, econômico, religioso e militar) se encontram, exclusiva ou majoritariamente nas mãos de homens.<sup>22</sup> (PULEO, 2005, p. 02, tradução nossa)

Alicea Puleo (2005) entende que através de relações de sexo-gênero patriarcais constroem-se relações sociais de poder e representações simbólicas hierárquicas, binárias e dicotômicas, que estabelecem e legitimam diferentes papéis e atribuições sociais a homens e mulheres na sociedade. Esse padrão social vincula as ações dos homens ao espaço público e produtivo, tomando tanto essas ações quanto os sujeitos homens como superiores e, ao mesmo tempo, vincula as mulheres ao mundo do privado e da reprodução, construindo e legitimando posições de inferioridade tanto a essas ações quanto às mulheres (PULEO, 2005; 2013). Isso em alguma medida se reproduz como um sistema meta estável:

Como bem nos recorda Celia Amorós em *A grande diferença e suas pequenas consequências...* para as lutas das mulheres (Cátedra, 2005), o patriarcado não é uma essência, mas sim um sistema metaestável de dominação exercido pelos indivíduos que, ao mesmo tempo, são atingidos por ele. Todos formamos parte dele, e estamos forjados por ele, mas isso não nos exime da responsabilidade de tentarmos nos afastar criticamente de

---

<sup>22</sup> *La antropología ha definido el patriarcado como un sistema de organización social en el que los puestos clave de poder (político, económico, religioso y militar) se encuentran, exclusiva o mayoritariamente, en manos de varones.*(PULEO, 2005, p. 02).

suas estruturas e atuar ética e politicamente contra suas bases e efeitos. Que o patriarcado seja metaestável significa que suas formas vão se adaptando aos distintos tipos históricos de organização econômica e social, mantendo-se em maior ou menor medida, no entanto, seu caráter de sistema para o exercício do poder de distribuição do conhecimento entre os pares.<sup>23</sup> (PULEO, 2005, p. 02, tradução nossa)

Alicea Puleo (2005) destaca que embora reconheça que o patriarcado seja um sistema meta estável, este não deve ser entendido de forma abstrata e estanque. Ela entende que em diferentes circunstâncias e contextos, o patriarcado pode se apresentar de diferentes formas. E, por isso, em diálogo com os pressupostos epistemológicos decoloniais que aqui adoto, entendo que a forma como essas relações efetivamente acontecem precisam ser buscadas no interior das experiências.

A fim de visibilizar e discutir essas desigualdades sociais em contextos de ruralidades e agroecologia, assumo esse conceito relacionado às experiências e agências das mulheres Sem Terra, articulado aos sistemas sexo-gênero que se estabelecem nesse campo de pesquisa.

Além disso, também associo a este conceito de patriarcado o conceito de interseccionalidade. Vigoya (2016) traça uma genealogia do conceito de interseccionalidade pelo movimento feminista, destacando a relevância do feminismo negro, sobretudo norteamericano, na construção da crítica ao feminismo branco e universalista e dá ênfase às intersecções entre sexo, raça e classe como opressões conjugadas e inseparáveis, produtoras de identidades e desigualdades sociais:

O conceito de interseccionalidade tem sido muito útil para superar a conceitualização aritmética das desigualdades sociorraciais como fruto da convergência, fusão e adição de distintos critérios de discriminação das mulheres (Dorlin, 2008). Ao mesmo tempo, tem servido para desafiar o modelo hegemônico da "Mulher" universal e para entender as experiências de mulheres pobres e radicalizadas como um produto da interseção dinâmica entre sexo / gênero, classe e raça em contextos de dominação construídos historicamente. No entanto, é importante notar que, embora as metáforas geométricas da interseccionalidade sejam mais complexas que as formulações aritméticas, elas também oferecem problemas. Segundo Danièle Kergoat (2009), o termo "interseção" supõe a existência de grupos que estariam na interseção de sexismo, racismo e classismo, e não nos permite pensar em uma relação de mudança e dominação histórica. A

<sup>23</sup> *Como bien nos recuerda Celia Amorós en La gran diferencia y sus pequeñas consecuencias... para las luchas de las mujeres (Cátedra, 2005), el patriarcado no es una esencia, sino un sistema metaestable de dominación ejercido por los individuos que, al mismo tiempo, son troquelados por él. Todos formamos parte de él y estamos forjados por él pero eso no nos exime de la responsabilidad de intentar distanciarnos críticamente de sus estructuras y actuar ética y políticamente contra sus bases y sus efectos. Que el patriarcado sea metaestable significa que sus formas se van adaptando a los distintos tipos históricos de organización económica y social, preservándose en mayor o menor medida, sin embargo, su carácter de sistema de ejercicio del poder y de distribución del reconocimiento entre los pares. (PULEO, 2005, p. 02).*



interseccionalidade estabiliza as relações em posições fixas e setoriza mobilizações sociais, da mesma forma que o discurso dominante naturaliza e encerra os sujeitos em identidades preexistentes de alteridade.<sup>24</sup> (VIGOYA, 2016, p. 08, tradução nossa)

Vigoya (2016) problematiza a necessidade da construção de uma noção de interseccionalidade cultural e historicamente situada, como multiplicidade e sobreposição de diferentes opressões que se conectam entre si, contextualizadas e mutáveis no tempo e no espaço.

Dessa forma, corroborando com Vigoya (2016) e colocando-a em diálogo com as demais autoras acima citadas, reafirmo o caráter sociocultural e histórico das intersecções entre gênero, classe e raça, situadas a partir de contextos latino-americanos, como uma multiplicidade de diferentes opressões que se conectam em sobreposição e hibridação, como componentes constitutivos da colonialidade de gênero.

No entanto, friso que não estabeleci como objetivo desse estudo abranger todas as interfaces possíveis das interseccionalidades que podem se sobrepor a gênero. Optei por adotar como centralidade para este estudo a intersecção entre gênero, classe e condição camponesa subalterna. Isso, no entanto, não implica em invisibilizar intersecções de sexo e de raça, as quais são indicadas para a realização de estudos futuros.<sup>25</sup>

Para compreender essas intersecções, a experiência aqui é tomada como lócus privilegiado de produção de diferentes formas de expressão dessas intersecções,

---

<sup>24</sup> *El concepto de interseccionalidad há sido muy útil para superar la conceptualización aritmética de las desigualdades sociorraciales como fruto de la convergencia, fusión o adición de distintos criterios de discriminación de las mujeres (Dorlin, 2008). A la par, há servido para desafiar el modelo hegemónico de "La Mujer" universal, y para comprender las experiencias de las mujeres pobres y racializadas como producto de la intersección dinámica entre el sexo/género, la clase y la raza em contextos de dominación construídos históricamente. Sin embargo, es importante señalar que, aunque las metáforas geométricas de la interseccionalidad son más complejas que las formulaciones aritméticas, también ofrecen problemas. Según Danièle Kergoat (2009), el término "intersección" supone la existencia de grupos que estarían en la intersección del sexismo, el racismo y el clasismo, y no permite pensar una relación de dominación cambiante e histórica. La interseccionalidad estabiliza las relaciones em posiciones fijas y sectoriza las movilizaciones sociales, de la misma manera em que el discurso dominante naturaliza y encierra a los sujetos em unas identidades de alteridade preexistentes (VIGOYA, 2016, p. 08).*

<sup>25</sup> Classe social nesse estudo é compreendida partindo das agências dos camponeses Sem Terras, das formas como eles se apropriam dessa categoria social e produzem sentidos, em sua condição camponesa, como construção subalterna das relações de produção capitalista e também como construção sociopolítica que lhes identifica como classe oprimida, classe trabalhadora. Berstein (2011), delimita a condição de classe subalterna dos camponeses em três categorias básicas: auto-exploração, subordinação ao capital e construção de resistências. Segundo Berstein: "[...] essa resistência se manifesta em lutas causadas por disputas em torno da terra, arrendamento, impostos, dívidas, cultivo forçado, trabalho obrigatório e o controle que os Estados coloniais tentam impor aos pequenos lavradores em nome do progresso" (BERNSTEIN, 2001, p 113-116).

como ausências e emergências, seguindo na esteira de epistemologias feministas decoloniais.

Ochy Curiel (2014) em seu texto “*Hacia la construcción de um feminismo descolonizado*”, argumenta que uma das chaves de leitura para estes feminismos é a experiência como produção de teoria. Segundo ela, a ação cria pensamento crítico. Nesta esteira, Vigoya (2016) vê “[...] a experiência e a prática social como fontes de conhecimento, e o lugar designado à resistência, à revolta e à emergência de novos sujeitos políticos.”<sup>26</sup> (VIGOYA, 2016, p. 14, tradução nossa)

Sobre o conceito de experiência, Teresa de Lauretis (1994) em seus estudos sobre gênero, cinema e tecnologias de gênero, define o termo experiência como categoria útil:

[...] para designar o processo pelo qual a subjetividade é construída para todos os seres sociais. Procurei definir experiência mais exatamente como um complexo de efeitos, hábitos, disposições e associações e percepções significantes que resultam da interação semiótica do eu com o mundo exterior. [...] a constelação ou configuração de efeitos de significados que denomino experiência se altera e é continuamente reformada, para cada sujeito, através do seu contínuo engajamento na realidade social, uma realidade que inclui e, para as mulheres de forma capital – as relações sociais de gênero. (LAURETIS, 1994, p. 288)

As experiências constroem as culturas e as normas sociais de convivência. Constroem os sujeitos, suas aprendizagens, os sentidos e os significados de suas existências, bem como, seus *ethos* e visões mundo. Dessa forma, a partir de um olhar sócioantropológico, também assumo neste estudo o conceito de cultura, *ethos* e visão de mundo, tal como conceituados por Clifford Geertz (2012). Esse autor define a cultura como um agrupamento de símbolos e significados historicamente constituídos, transmitidos, transformados e criados constantemente, “[...] um sistema de concepções herdadas [...] expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida [...]” (GEERTZ, 2012, p. 93). Já as visões de mundo são entendidas por ele como:

[...] aspectos cognitivos, existências [...] do cotidiano da vida social, como o quadro que um povo, uma estrutura social, governos, partidos, administradores público estatais [...] elaboram das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito da natureza, de si mesmo e da sociedade, cada qual a seu modo, buscando legitimar-se diante da outra” (GEERTZ, 2012, p. 66).

---

<sup>26</sup> *la experiencia y la práctica social como fuentes de conocimiento, y el lugar asignado a la resistencia, la revuelta y la emergencia de nuevos sujetos políticos.* (VIGOYA, 2016, p. 14)

E o *ethos* é compreendido como a moral, os valores, a estética do grupo social específico, de ser, de viver e de se reconhecer como tal, etc. revelando “[...] o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético, e sua disposição é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete” (GEERTZ, 2012, p. 67).

Dessa forma, me utilizo das categorias experiência e agencia das mulheres Sem Terra para compreender as práticas e representações sociais de intersecção entre gênero e ecologia a partir dessas categorias.

## 2.2 COLONIALIDADE DE GÊNERO, RESISTÊNCIAS E AGENCIAS DAS MULHERES

A construção do conceito da colonialidade de gênero por Maria Lugones (2008; 2014) se dá pela crítica ao conceito de colonialidade do poder elaborada por Anibal Quijano(2005). Lugones (2008; 2014) questiona as ausências de gênero na conceituação de Quijano (2005), propondo o conceito da colonialidade de gênero.

Sobre a colonialidade do poder, Quijano (2005, p. 117) explica que um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de *raça*, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido.

Essa lógica de classificação social racializada foi naturalizada, sobreposta e hibridizada às relações capitalistas de trabalho e ao pilar da expropriação-violência (SOUSA SANTOS, 2002), assegurando diferentes papéis sociais às diferentes raças e identidades na estrutura global do trabalho. “Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se” (QUIJANO, 2005, p. 118).

Todo esse processo levou a uma infinidade de processos de exploração, expropriação, etnocídios e ecocídios de corpos, territórios, biodiversidades, conhecimentos, tecnologias, subjetividades e cosmovisões. Colonizando, dessa forma, o poder, o ser e o saber dos diversos povos autóctones da América Latina,

bem como daqueles africanos que migraram de forma escravizada para cá. Nesse interim, culturas foram despedaçadas e desperdiçadas, levando à construção do etnocentrismo, à naturalização dos europeus como superiores, como meta a ser alcançada, desprezando, desconsiderando e bloqueando possibilidades de coexistência entre si com os ditos “outros”, indígenas, negros e mestiços. Não existe colonialidade do poder sem que haja ao mesmo tempo colonialidade do ser e do saber do sujeito subalterno (QUIJANO, 2005).

Maria Lugones (2008) em seu estudo sobre colonialidade de gênero, problematiza os limites conceituais de Anibal Quijano para analisar a complexidade constitutiva do sistema sexo-gênero colonial. Essa colonialidade do ser, do poder e do saber do sujeitos, segundo ela, é transversalizada pelo gênero. Essa autora argumenta que Quijano compreende a estruturação do poder colonial “[...] Em relações de dominação, exploração e conflito entre atores sociais que disputam o controle ‘dos quatro âmbitos básicos da existência humana: sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e produtos’”<sup>27</sup> (QUIJANO, 2001-2002:1 apud LUGONES, 2008, p. 78, tradução nossa). E aponta para os limites heterossexuais e mecanicistas dessa leitura binária e produtivista do sistema sexo-gênero:

Para Quijano, as lutas pelo controle do ‘acesso sexual, seus recursos e produtos’ definem o âmbito do sexo/gênero e, estão organizadas pelos eixos da colonialidade e da modernidade. Esta análise da construção moderna/colonial de gênero e seu alcance é limitado. O olhar de Quijano supõe uma compreensão patriarcal e heterossexual das disputas pelo controle do sexo, seus recursos e produtos. Quijano aceita o entendimento capitalista, eurocentrado e global, oculta as maneiras em que as mulheres colonizadas, não brancas, foram subordinadas e desprovidas de poder. O caráter heterossexual e patriarcal das relações sociais pode ser percebido como opressivo ao desmascarar as pressuposições deste marco analítico.<sup>28</sup> (LUGONES, 2008, p. 78, tradução nossa)

<sup>27</sup> [...] *en relaciones de dominación, explotación, y conflicto entre actores sociales que se disputan el control de «los cuatro ámbitos básicos de la existencia humana: sexo, trabajo, autoridad colectiva y subjetividad/intersubjetividad, sus recursos y productos»* (QUIJANO, 2001-2002:1 apud LUGONES, 2008, p. 78).

<sup>28</sup> [...] *para Quijano, las luchas por el control del «acceso sexual, sus recursos y productos» definen el ámbito del sexo/género y, están organizadas por los ejes de la colonialidad y de la modernidad. Este análisis de la construcción moderna/colonial del género y su alcance es limitado. La mirada de Quijano presupone una comprensión patriarcal y heterosexual de las disputas por el control del sexo y sus recursos y productos. Quijano acepta el entendimiento capitalista, eurocentrado y global de género. El marco de análisis, en tanto capitalista, eurocentrado y global, vela las maneras en que las mujeres colonizadas, no-blancas, fueron subordinadas y desprovistas de poder. El carácter heterosexual y patriarcal de las relaciones sociales puede ser percibido como opresivo al desenmascarar las presuposiciones de este marco analítico* (LUGONES, 2008, p. 78).

Lugones (2008) entende que o pilar da dominação de gênero constitui categoria estruturante da colonialidade do poder, em interseccionalidade com a categoria raça. Para ela a visão colonialista de gênero se baseia em visões patriarcais e heterossexuais, binárias e biologizantes do sistema sexo-gênero:

Tanto o dimorfismo biológico, o heterossexualismo, como o patriarcado são característicos do que chamo o lado claro/visível da organização colonial/moderna de gênero. O dimorfismo biológico, a dicotomia homem/mulher, o heterossexualismo, e o patriarcado estão inscritos [...] hegemonicamente no significado do gênero.<sup>29</sup> (LUGONES, 2014b, p. 57, tradução nossa)

Ela argumenta que Quijano não se dissocia dessa biologização do gênero, do dimorfismo sexual e do heterossexualismo, o que torna sua leitura de sexo-gênero presa a categorias hegemônicas, biologizantes, mecanicistas e produtivistas:

Quijano não tem tomado consciência da sua própria aceitação do significado hegemônico de gênero. Ao incluir estes elementos na análise da colonialidade do poder trato de expandir e complicar o enfoque de Quijano que considero central ao que chamo de sistema gênero moderno-colonial.<sup>30</sup> (LUGONES, 2008, p. 85, tradução nossa)

Maria Lugones (2008; 2014) objetiva complexificar as formulações desse autor, introduzindo a categoria de gênero e sexualidade às lógicas de classificação racial e social colonialista, a fim de complexificar o entendimento dos processos de colonialidade do poder, do ser e do saber a partir de uma perspectiva gendrificada:

Proponho o sistema moderno colonial de gênero como uma lente através da qual aprofundar a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas de lógica categorial. Quero enfatizar que a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade. (LUGONES, 2014a, p. 935)

Para ela a interseccionalidade entre gênero, sexualidade e colonialidade, se constitui como a matriz de referência para análise da colonialidade do poder, constituindo o que ela denomina como sistema moderno-colonial de gênero (LUGONES, 2008). A autora afirma que é “somente através da constituição dessa

<sup>29</sup> *Tanto el dimorfismo biológico, el heterossexualismo, como el patriarcado son característicos de lo que llamo el lado claro/visible de la organización colonial/moderna del género. El dimorfismo biológico, la dicotomía hombre/mujer, el heterossexualismo, y el patriarcado están inscriptos [...] hegemónicamente en el significado mismo del género* (LUGONES, 2014b, p. 57).

<sup>30</sup> *Quijano no ha tomado conciencia de su propia aceptación del significado hegemónico del género. Al incluir estos elementos en el análisis de la colonialidad del poder trato de expandir y complicar el enfoque de Quijano que considero central a lo que llamo el sistema de género moderno/colonial* (LUGONES, 2008, p. 85).

interseccionalidade que se torna possível enxergar as inexistências de intersecção: Somente ao perceber gênero e raça como entrelaçados ou fundidos indissociavelmente, podemos realmente ver as mulheres de cor.”<sup>31</sup> (LUGONES, 2008, p. 82, tradução nossa)

A colonialidade de gênero é constituída e constitui a colonialidade do poder, do ser e do saber, tal como constrói e é construída por raça. Visualizar e compreender essa intersecção demanda entender as relações e as representações sociais como constitutivas da produção de identidades, subjetividades, materialidades e desigualdades de gênero histórica, cultural e territorialmente situadas:

Portanto, ‘colonialidade’ não se refere somente à classificação racial. É um fenômeno abrangente, já que se trata de um dos eixos do sistema de poder e, como tal, permeia todo o controle do acesso sexual, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, a produção do conhecimento desde o interior mesmo destes relações intersubjetivas. Para colocá-lo de outro modo, todo o controle do sexo, a subjetividade, a autoridade e o trabalho, estão expressos em conexão com a colonialidade.<sup>32</sup> (LUGONES, 2008, p. 79, tradução nossa)

Além disso, analisando os estudos de Oyewùmi (1997), Lugones explica que a emergência da categoria mulher como uma categoria reconhecível foi:

“[...] definida anatomicamente e subordinada ao homem em todo tipo de situação, resultou, em parte, da imposição de um Estado colonial patriarcal. Para as mulheres, a colonização foi um processo dual de inferiorização racial e subordinação de gênero. Um dos primeiros feitos do Estado colonial foi a criação de ‘mulheres’ como categoria.”<sup>33</sup> (LUGONES, 2008, p. 88, tradução nossa)

Ela argumenta que nunca foi objetivo dos colonizadores construir os colonizados como seres humanos. A missão civilizatória, segundo ela, teve como objetivo impor a dominação colonialista, com base na exploração, espoliação e violência física e simbólica sistemática, as quais tiveram como fundamento a produção dos colonizados como entes não humanos. Assumindo-se homens não brancos como

<sup>31</sup> [...] *solo al percibir género y raza como entretamados o fusionados indisolublemente, podemos realmente ver a las mujeres de color.* (LUGONES, 2008, p. 82).

<sup>32</sup> *Por lo tanto, «colonialidad» no se refiere solamente a la clasificación racial. Es un fenómeno abarcador, ya que se trata de uno de los ejes del sistema de poder y, como tal, permea todo control del acceso sexual, la autoridad colectiva, el trabajo, y la subjetividad/intersubjetividad, y la producción del conocimiento desde el interior mismo de estas relaciones intersubjetivas. Para ponerlo de otro modo, todo control del sexo, la subjetividad, la autoridad, y el trabajo, están expresados en conexión con la colonialidad.* (LUGONES, 2008, p. 79).

<sup>33</sup> [...] *definida anatómicamente y subordinada al hombre en todo tipo de situación, resultó, en parte, de la imposición de un Estado colonial patriarcal. Para las mujeres, la colonización fue un proceso dual de inferiorización racial y subordinación de género. Uno de los primeros logros del Estado colonial fue la creación de «mujeres» como categoría.* (LUGONES, 2008, p. 88).

não humanos e mulheres não brancas como não humanas, menos que homens não brancos (LUGONES, 2014). Nessa perspectiva, a modernidade-colonialidade se constitui através da violência física e simbólica sistemática, que gera o apagamento e o silenciamento sistemático dos conhecimentos, subjetividades e cosmovisões dos sujeitos subalternos:

Eles tornam a importância nítida quando nos dizem que a modernidade tenta controlar, ao negar a existência, o desafio da existência de outros mundos com diferentes pressuposições ontológicas. A modernidade nega essa existência ao roubar-lhes a validade e a coexistência no tempo. Essa negação é a colonialidade. (LUGONES, 2014b, p. 943)

Para ela, ver a colonialidade é ver como os sujeitos são subtraídos do seu ser, como processo de desumanização:

[...] ver as pessoas – qualquer um/uma na verdade – pressionadas sob circunstâncias difíceis a ocupar posições degradantes que as tornam seres enjoantes aos superiores sociais. Ver a colonialidade é ver a poderosa redução de seres humanos a animais, a inferiores por natureza, em uma compreensão esquizoide de realidade que dicotomiza humano de natureza, humano de não-humano, impondo assim uma ontologia e uma cosmologia que, em seu poder de constituição indeferem a seres desumanizados toda humanidade, toda possibilidade de compreensão, toda possibilidade de comunicação humana (LUGONES, 2014b, p. 946).

Rita Segato (2014), antropóloga feminista, corrobora esses estudos de Lugones (2008; 2014) e acrescenta a interpretação de que a dominação masculina em territórios coloniais não se deu e não se dá da mesma forma que em países eurocentrados:

O feminismo eurocêntrico, que afirma que o problema da dominação de gênero, da dominação patriarcal, é universal, sem maiores diferenças, justificando, sob esta bandeira de unidade, a possibilidade de transmitir os avanços da modernidade no campo dos direitos das mulheres não brancas, indígenas e negras dos continentes colonizados. Sustenta, assim, uma posição de superioridade moral às mulheres europeias ou eurocentradas, autorizando-as a intervir com sua missão civilizadora-colonial/modernizadora.<sup>34</sup> (SEGATO, 2014, p. 76, tradução nossa)

Ela questiona leituras que apontam para a inexistência de relações de dominação masculina nas sociedades pré-coloniais indígenas e negras, argumentando a existência de um patriarcado de baixa intensidade nesses contextos,

<sup>34</sup> [...] *el feminismo eurocéntrico, que afirma que el problema de la dominación de género, de la dominación patriarcal, es universal, sin mayores diferencias, justificando, bajo esta bandera de unidad, la posibilidad de transmitir los avances de la modernidad en el campo de los derechos a las mujeres no-blancas, indígenas y negras, de los continentes colonizados. Sustenta, así, una posición de superioridad moral de las mujeres europeas o eurocentradas, autorizándolas a intervenir con su misión civilizadora-colonial/modernizadora* (SEGATO, 2014 p. 76).

anterior à colonização eurocêntrica. Dessa forma, ela defende a tese de que não cabe à interpretação dessas sociedades abordagens teóricas feministas eurocêntricas, que afirmam que somente com os processos de colonização é que relações de dominação masculina e patriarcal teriam entrado nessas sociedades da mesma forma como se constituíram nos países ocidentais. Segundo ela “[...] é com os homens que os colonizados guerrearam e negociaram, e é com os homens que o Estado da modernidade/colonialidade também faz.”<sup>35</sup> (SEGATO, 2014, p. 80, tradução nossa) Por isso, analisar as relações de dominação colonial implica em analisar as formas específicas que os colonizadores lançaram mão de relações de dominação masculina nesses contextos locais e a partir dos sujeitos subalternos, buscar compreender as intersecções e dimensão dessa dominação.

De acordo com Rita Segato (2011), a colonialidade de gênero estabelece a construção de uma heterossexualidade patriarcal, que se transforma e que se produz como uma moralidade que reduz as subjetividades e os corpos das mulheres à condição de objeto, ao mesmo tempo que lhes incute uma noção de pecado, e que legitima e justifica toda sorte de crimes e violências nefastas contra os corpos e as subjetividades das mulheres colonizadas (justificação para feminicídios, exploração sexual, tráfico de corpos de mulheres, crianças, etc.).

Longe de resistir, se negar à introdução da colonialidade de gênero, as notórias maiorias dos homens das zonas coloniais, sejam elas da África ou das Américas adotaram, compartilharam e reproduziram de diferentes modos práticas e representações simbólicas de dominação masculina e patriarcal eurocentradas (SEGATO, 2014).

Para Segato (2011) das principais transformações das relações de gênero em comunidades autóctones latino-americanas através da introdução de padrões culturais patriarcais e ocidentais modernos se destacam:

[...] A superinflação dos homens no ambiente comunitário, em seu papel de intermediários com o mundo exterior, ou seja, com a administração do branco; a emasculação dos homens no ambiente extracomunitário, frente ao poder dos administradores brancos; a superinflação e a universalização da esfera pública, habitada ancestralmente pelos homens, com o desmonte e a privatização da esfera doméstica; e a binarização da dualidade, resultante da universalização de um dos seus fins, quando constituído como público, em

---

<sup>35</sup> [...] *es con los hombres que los colonizadores guerrearon y negociaron, y es con los hombres que el estado de la colonial/modernidad también lo hace*” (SEGATO, 2014, p.80).



oposição ao outro, constituído como privado.<sup>36</sup> (SEGATO, 2011, p. 15, tradução nossa).

Os homens habitantes dos territórios colonizados se constituem nos sujeitos protagonistas da mediação sociopolítica colonialista em territórios colonizados. Eles que foram chamados a se constituir como os sujeitos centrais da mediação colonialista, que promoveu a internalização da colonialidade do poder, do ser e do saber em zonas colonizadas, assumindo para isso sua estrutural vinculação à colonialidade de gênero: “[...] a gestão colonial estatal, tem, como o primeiro de seus sintomas, a cooptação dos homens como a classe ancestralmente dedicada às tarefas e papéis do espaço público como suas características pré-intrusão.”<sup>37</sup> (SEGATO, 2011, p. 16, tradução nossa).

Apesar das modificações socio-históricas possíveis através da introdução da colonialidade do poder na América Latina, Lugones (2014) argumenta que a colonialidade de gênero ainda está conosco e operante. “Este sistema de gênero se consolidou com o avanço do(s) projeto(s) colonial(is) da Europa. Tomou forma durante o período das aventuras coloniais da Espanha e Portugal e se consolidou na modernidade tardia.”<sup>38</sup> (LUGONES, 2008, p. 98, tradução nossa).

No entanto, mesmo que a colonialidade de gênero seja internalizada e ainda presente em nossos territórios de vida, é também justamente no espaço da diferença colonial, onde essa colonialidade se afirma e que se produzem resistências capazes de criar, manter e expandir formas de existências outras, para além da dominação colonialista de gênero.

Lugones (2014) argumenta que as resistências se tornam possíveis no que ela denomina de *lócus fraturado* “[...] pela presença que resiste, a subjetividade ativa dos/as colonizados/as contra a invasão colonial de si próprios/as na comunidade desde o habitar-se a si mesmos/as” (LUGONES, 2014b, p. 943). Esse *lócus fraturado*

---

<sup>36</sup> [...] *la superinflación de los hombres em el ambiente comunitario, em su papel de intermediarios con el mundo exterior, es decir, con la administración del blanco; la emasculación de los hombres em el ambiente extra-comunitario, frente al poder de los administradores blancos; la superinflación y universalización de la esfera pública, habitada ancestralmente por los hombres, con el derrumbe y privatización de la esfera doméstica; y la binarización de la dualidad, resultante de la universalización de uno de sus términos cuando constituído como público, em oposición a outro, constituído como privado* (SEGATO, 2011, p. 15).

<sup>37</sup> [...] *la gestión colonial estatal, tienen, como el primero de sus síntomas, la cooptación de los hombres como la clase ancestralmente dedicada a las faenas y papeles del espacio público con sus características pre-intrusión.* (SEGATO, 2011, p. 16).

<sup>38</sup> *Este sistema de género se consolidó con el avance del(los) proyecto(s) colonial(es) de Europa. Tomó forma durante el período de las aventuras coloniales de España y Portugal y se consolidó en la modernidad tardía.* (LUGONES, 2008, p. 98).

está contido dentro da “[...] diferença colonial, é o espaço onde a colonialidade do poder é exercida.” (MIGNOLO, 2000, p. IX apud LUGONES, 2014b, p. 943). Para ela, é na diferença colonial que a colonialidade opera, cria invisibilidades e se legitima, que o seu questionamento se torna possível através do lócus fraturado, onde resistências se tornam presenças e emergências:

A diferença colonial é o espaço onde as histórias ‘locais’ inventando e implementando os desígnios globais encontram histórias ‘locais’, o espaço onde os desígnios globais tem que ser adaptados, rejeitados, integrados ou ignorados (LUGONES, 2014b, p. 946).

O lócus fraturado na diferença colonial é, portanto, o espaço da produção e reconstrução dos imaginários sociais, das diferenças, das identidades, dos territórios. E é nesse espaço que Lugones propõe atuar a partir da proposição do feminismo decolonial:

O que estou propondo ao trabalhar rumo a um feminismo decolonial é, como pessoas que resistem à colonialidade do gênero na diferença colonial, aprendermos umas sobre as outras. [...]. Ou seja, a tarefa da feminista decolonial inicia-se com ela vendo a diferença colonial e enfaticamente resistindo ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-la. Ao vê-la, ela vê o mundo renovado e então exige de si mesma largar seu encantamento com “mulher”, o universal, para começar a aprender sobre as outras que resistem à diferença colonial. [...] Ao pensar o ponto de partida desde a coalizão, porque o lócus fraturado é comum a todos/as, é nas histórias de resistência na diferença colonial onde devemos *residir*, aprendendo umas sobre as outras. (LUGONES, 2014b, p. 948)

Lugones define as resistências como uma noção mínima de agenciamento:

A resistência é a tensão entre a sujeitificação (a formação/informação do sujeito) e a subjetividade ativa, aquela noção mínima de agenciamento necessária para que a relação opressão resistência seja uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do sujeito moderno. (LUGONES, 2014b, p. 940).

Para ela, a agencia, ou o agenciamento se define como capacidade mínima de ação, que questiona e desconstrói intersubjetiva e materialmente a colonialidade de gênero, afirmando a construção de outras intersubjetividades e materialidades possíveis. Teresa de Lauretis (1994) define a agencia ou o agenciamento, como a capacidade de ação do sujeito na sociedade. A agencia do sujeito ao mesmo tempo em que é construída pelos sistemas de representação social, constrói essas relações e representações sociais através da experiência. Saba Mahmood (2006), pesquisadora de feminismos pós-coloniais, islamismos, ética e religião, define agencia como capacidade de ação do sujeito frente a relações de subordinação:

Sugiro que pensemos na agencia não como um sinônimo de resistências em relações de dominação, mas sim como uma capacidade de ação criada e propiciada por relações concretas de subordinação historicamente configurada (MAHMOOD, 2006, p. 123).

A subordinação cria, segundo Mahmood (2006) condições subjetivas e concretas para a emergência de agencias contra-hegemônicas, como capacidades de ação frente à sujeição e à dominação masculina. A dominação masculina tenta se impor, mas através dessas agencias feministas, elas conseguem questionar essa dominação, rompê-la e ultrapassá-la.

À luz dos diferentes entendimentos das três autoras acima citadas e de suas convergências, compreendo agencia ou agenciamento como a capacidade de questionar de forma ativa, de fraturar e de romper com a colonialidade de gênero, ao mesmo tempo em que possibilita a emergência de novas intersubjetividades e materialidades.

Agencia significa, portanto, a construção de uma subjetividade ativa que enfrenta e desconstrói a sujeição e a naturalização da colonização e da dominação de gênero. O que se torna possível através da desnaturalização e da desconstrução da autoinferiorização, desvalorização, da passividade, complacência, inanição, e da liberação de capacidades ativas de expressão da fala, da vontade, da criação e da ação ativa mediante situações opressoras (LUGONES, 2014; LAURETIS, 1994; MAHMOOND, 2006). Significa a ruptura com a dominação e a violência, entendidas como componentes da colonialidade do ser, do saber e do poder das mulheres, abrangendo dimensões subjetivas, simbólicas e materiais, em nível individual e coletivo. (LUGONES, 2014; LAURETIS, 1994; MAHMOOND, 2006).

Rita Segato (2011), em seu texto sobre gênero e colonialidade, analisa que se trata de encontrar as “brechas”, as fraturas onde a colonialidade de gênero possa ser desconstruída, possibilitando a emergência de novas subjetividades como práxis sociais individuais e coletivas. Esse pensamento de fronteira, construído a partir da enunciação subalterna desde o lócus fraturado da diferença colonial, se constitui como espaço “onde a restituição do saber subalterno está tomando lugar e onde o pensamento de fronteira está emergindo” (LUGONES, 2014, p. 947).

Para que a ruptura com a colonialidade de gênero ocorra, segundo Lugones (2014), é necessária a construção de uma subjetividade ativa. Para que existam agencias proativas é preciso a construção de subjetividades ativas, como condições

de liberação dessas capacidades mínimas de agenciamento feminino, frente à dominação masculina e à colonialidade de gênero:

A subjetividade que resiste com frequência expressa-se infrapoliticamente, em vez de em uma política do público, a qual se situa facilmente na contestação pública. Legitimidade, autoridade, voz, sentido e visibilidade são negadas à subjetividade oposicionista. A infrapolítica marca a volta para o dentro, em uma política de resistência, rumo à libertação. Ela mostra o potencial que as comunidades dos/as oprimidos/as têm, entre si, de constituir significados que recusam os significados e a organização social, estruturados pelo poder. Em nossas existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, somos também diferentes daquilo que o hegemônico nos torna. Esta é uma vitória infrapolítica. Se estamos exaustos/as, completamente tomados/as pelos mecanismos micro e macro e pelas circulações do poder, a “libertação” perde muito de seu significado ou deixa de ser uma questão intersubjetiva. (LUGONES, 2014, p. 940).

Essas subjetividades ativas congregam dimensões materiais, simbólicas e subjetivas constitutivas dos sujeitos, o que abrange de forma não hierárquica a construção de autonomia econômica, os códigos normativos coletivos da cultura e das relações sociais, bem como a autoestima. O que engloba também a construção da psique, da identidade e da cultura dos sujeitos, no plano individual e coletivo.

Segundo Lugones (2014), a subjetividade ativa se manifesta sobretudo no nível infrapolítico e não em narrativas coletivas e políticas abstratas e alheias à construção e às transformações simbólicas e subjetivas simultâneas dos sujeitos, territórios, materialidades, subjetividades e identidades individuais e coletivas. É, portanto, no domínio da produção das subjetividades ativas como meio da liberação de agencia que se produzem, a partir do lócus fraturado da diferença colonial, resistências contra-hegemônicas. É nesse lócus fraturado da colonialidade de gênero que as agencias e as solidariedades femininas emergem, criando condições para a produção de sujeitos, existências e experiências de gênero outras, em sentido decolonial e emancipatório.

### 2.3 ECOFEMINISMOS E TEORIAS FEMINISTAS DE CUIDADO

Entendida a relação entre gênero e colonialidade, passo a interseccionalizar a categoria ecologia e cuidado às formulações feministas até aqui percorridas. No âmbito da ecologia, utilizo como lentes teóricas os estudos ecofeministas de Karen Warren (1996), Alicea Puleo (2013), Vandana Shiva e Marie Mies (1993), Maristela Svampa (2015) e de Lorena Cabnal (2010; 2015). Do campo dos estudos de teorias

de cuidado, utilizo os aportes de Joan Tronto (2007; 2013), Carol Gilligan (2013), de Garrau e Le Goff (2010) e de Paperman e Moliner (2013).

No âmbito do pensamento ecofeminista, Karen Warren (1996), ao teorizar sobre ecofeminismos, contextualiza que existe uma variedade de perspectivas que se destinam a compreender a relação de dominação das mulheres e da natureza. Em que pese as diferenças e diversidades de abordagem, ela argumenta que todas as pensadoras ecofeministas “[...] Sustentam a opinião de que existem vínculos entre a dominação da mulher e outros oprimidos) e a dominação da natureza”<sup>39</sup> (WARREN, 1996, p. 13, tradução nossa).

Ela afirma que existe um marco conceitual opressivo comum entre essas distintas opressões. Tratar-se-ia de um conjunto de valores, crenças, práticas, socialmente construídos com base em binários hierarquizantes que atuam em sobreposição entre si, compondo uma lente através da qual é possível vermos o mundo e legitimamos relações de dominação das mulheres e do restante da natureza. Esse marco conceitual se torna opressivo quando “[...] explica, justifica e mantém a subordinação das mulheres aos homens.”<sup>40</sup> (WARREN, 1996, p. 15, tradução nossa) Dentre essas dicotomias ela destaca:

Algumas dicotomias frequentemente citadas entre esses dualismos de valor organizados hierarquicamente são: razão / emoção, mente / corpo, cultura / natureza, humano / animal e homem / mulher. Se argumenta que o que tem sido (historicamente) associado com a emoção, o corpo, a natureza, o animal e a mulher, se considera inferior a aquilo que (historicamente) tem sido associado à razão, à mente, à cultura, ao humano (em seu sentido masculino) e ao homem.<sup>41</sup> (WARREN, 1996, p. 15, tradução nossa).

Na interação entre gênero, mulheres e ecologia, também outras autoras ecofeministas (PULEO, 2013; SHIVA; MIES, 1993) argumentam que nos sistemas sexo-gênero modernos e ocidentalizados foram internalizadas representações sociais binárias e hierárquicas entre homem / mulher, mente / corpo, razão / emoção, força /

---

<sup>39</sup> [...] *sostienen la opinión de que existen vínculos entre la dominación de la mujer (y otros oprimidos) y la dominación de la naturaleza.* (WARREN, 1996, p.13).

<sup>40</sup> [...] *explica, justifica y mantiene la subordinación de las mujeres a los hombres.* (WARREN, 1996, p.15).

<sup>41</sup> *Algunas dicotomias frecuentemente citadas entre estos dualismos de valor organizados jerarquicamente son: razón / emoción, mente / cuerpo, cultura / naturaleza, humano / animal y hombre / mujer. Se argumenta que lo que ha sido (historicamente) asociado con la emoción, el cuerpo, la naturaleza, lo animal y la mujer se considera inferior a aquello que (historicamente) ha sido asociado a la razón, la mente, la cultura, lo humano (em su sentido masculino) y el hombre.* (WARREN, 1996, p.15).

fraqueza, público / privado, produção / reprodução, agressividade / passividade, objetividade / subjetividade, cultura / natureza.

O pensamento conjunto dessas autoras, no que tange a produção e reprodução desses binários de sexo-gênero, natureza e cultura, está fundamentado na produção do pensamento evolucionista moderno, na ideia do dimorfismo sexual, que justifica e naturaliza a existência de hierarquias de poder, valoração e diferentes papéis sociais para homens e mulheres a partir do sexo (WARREN, 1996; PULEO, 2013; SHIVA; MIES, 1993).

Essa biologização de papéis sociais a partir dos sexos levou à naturalização de papéis sociais ditos “de mulheres” e circunscritos no âmbito doméstico. Ou seja, o conjunto das atividades relacionados ao cuidado, tais como alimentação da família, organização e higiene do espaço doméstico, educação e cuidado com os filhos, idosos, doentes, etc. Como atividades e papéis inferiorizados, essas práticas de cuidado foram relegadas às mulheres e circunscritas à reprodução social da família. Enquanto que para os homens, relegou-se o domínio da razão, da ciência, do público, papéis considerados superiores (WARREN, 1996; PULEO, 2013; SHIVA; MIES, 1993).

Em ambos os casos, tanto como positividade anímica, como reivindicado pelas ecofeministas clássicas, quanto como objetividade moderna, a natureza é vista como feminina, cuja representação está estreitamente vinculada às representações femininas das mulheres. “Então, o caminho para as feministas, ecologistas e ético-ambientalistas, é transgredir as metáforas e modelos que afeminizam a natureza e naturalizam a mulher para mutuo prejuízo”<sup>42</sup> (WARREN, 1996, p. 17, tradução nossa).

A construção de novas racionalidades, subjetividades e práxis ecofeministas passa, segundo algumas dessas autoras – ecofeminista clássicas e Shiva (1993) – pela valorização de práxis e representações sociais histórica e culturalmente ligadas ao feminino. Já para outras ecofeministas críticas (PULEO, 2013), essa posição é vista como potencialmente problemática, por correr riscos de naturalizar e reforçar papéis e representações sociais binárias de sexo-gênero, bem como as desigualdades de gênero constitutivas desses sistemas em sociedades modernas

---

<sup>42</sup> *Entonces, el reto para las feministas, ecologistas y éticos medioambientales, es transgredir las metáforas y modelos que afeminizan la naturaleza y naturalizan la mujer para mutuo perjuicio.* (WARREN, 1996, p.17).

ocidentais. Para isso, reivindicam a democratização das relações de sexo-gênero e de cuidado com a natureza.

Shiva (1993) argumenta que o sistema capitalista patriarcal se construiu, se constrói e se mantém “[...] por meio da colonização das mulheres, dos povos estrangeiros e de suas terras, da natureza, a qual estão destruindo pouco a pouco.”<sup>43</sup> (SHIVA, 1993, p. 09, tradução nossa). Shiva e Mies (1993), em consonância com Warren (1996), esclarecem que a perspectiva patriarcal-capitalista de sexo-gênero interpreta a diferença como hierarquia e a uniformidade como critério para igualdade. Frente a esse pensamento limitante, problematizam a necessidade de criarmos feminismos que sejam capazes de desconstruir essas desigualdades de sexo-gênero.

Shiva (1993) desenvolve uma perspectiva ecofeminista pós-colonial, que se apresenta como uma nova cosmologia e antropologia. Ela reconhece que a vida se “[...]se mantém através da cooperação, do cuidado mútuo e do amor”<sup>44</sup> (SHIVA, 1993, p. 15, tradução nossa). O que implica em internalizar diferenças e diversidades sócio-culturais, em interconexão com as naturezas não humanas da Terra. Essa interconexão se tece através da construção de relações sociais não desiguais, hierárquicas ou binárias, e se recria “[...] como as verdadeiras fronteiras de nosso bem-estar e felicidade. [...]”<sup>45</sup> (SHIVA, 1993, p. 15, tradução nossa). Para explicar estas relações Shiva e Mies(1993) se utilizam de metáforas como retecer o mundo, curar as feridas e reconectarmos em redes. Essas autoras designam essa visão ecofeminista de perspectiva da subsistência, como capacidade de “[...] alimentar e conservar o potencial de subsistência da natureza em todas as suas dimensões e manifestações”<sup>46</sup> (SHIVA; MIES, 1993, p. 17-18, tradução nossa).

Para Shiva (1993), a subsistência da Terra e das mulheres tem centralidade. Shiva e Mies (1993) analisando as lutas sociais das mulheres rurais da Índia, argumentam que a reivindicação da representação social da mulher nutrícia para aquele contexto se justifica como um essencialismo estratégico, não para essencializar as mulheres e a natureza não humana da dominação patriarcal binária e heterossexual, mas para problematizar relações colonialistas de sexo-gênero,

<sup>43</sup> [...] *por medio de la colonización de las mujeres, de los pueblos ‘extranjeros’ y de sus tierras, y de la naturaleza, la qual que estas destruyendo poco a poco.* (SHIVA, 1993, p.09).

<sup>44</sup> [...] *mantiene por medio de la cooperación el cuidado mutuo y el amor.* (SHIVA, 1993, p. 15)

<sup>45</sup> [...] *como verdaderos frontes de nuestro bienestar y nuestra felicidad.* (SHIVA, 1993, p. 15)

<sup>46</sup> [...] *nutrir y conservar el potencial de subsistencia de la naturaleza en todas sus dimensiones y manifestaciones.* (SHIVA; MIES, 1993, p. 17-18)

classe, raça e da natureza, a fim de mobilizar desconstruções colonialistas de sexo-gênero e da natureza. Existe aqui, uma estreita relação entre materialidade, lutas sociais por subsistência, criação e recriação subjetiva e cosmogônica de si mesmas como sujeitos mulheres nutridoras e da Terra. Como essencialismos estratégicos, esses estereótipos valorizam a representação social da mulher nutrícia e da mãe natureza.

Considero a relevância desse pensamento ecofeminista pela capacidade de inaugurar um campo de pensamento ecofeminista social Sul-centrado. Na medida em que articula subalternidade terceiro mundista, gênero e ecologia, desde olhares do Sul. Por isso, sua voz será trazida aqui nesse estudo em diálogo com as ecologias das Sem Terra.

No entanto, à luz dos estudos críticos de Puleo (2013), destaco os riscos da exaltação à simbologia da mulher nutrícia e da Mãe Natureza, e os riscos de naturalização de binários e dicotomizações hierarquizantes de sexo-gênero. Puleo (2013) desenvolve uma leitura crítica da modernidade em intersecção com sistemas de sexo-gênero e com a ecologia, construindo uma abordagem ecofeminista não binária, crítica e democrática. Ela argumenta que “[...] não considero que as mulheres sejam os únicos e os principais agentes capazes de uma atuação ambiental positiva, mas sim que a crítica feminista tem muito a aportar a uma cultura ecológica da igualdade.”<sup>47</sup> (PULEO, 2013, p. 14, tradução nossa).

Ela argumenta que nós mulheres não somos apenas vítimas dos impactos ambientais. Ela considera as mulheres como sujeitos ativos no cuidado com o meio ambiente e com a construção de uma nova cultura democrática de respeito com a natureza (PULEO, 2013). Para a autora, esse processo passa pela desconstrução do modelo androcêntrico de desenvolvimento, como desejo fálico de conquista, baseado na dominação-espoliação-exaustão-violência, o que implica em assumir um olhar empático com a natureza, a partir de uma análise crítica das relações de poder, o que, segundo ela, constitui um processo de ilustrar a ilustração (PULEO, 2013). Essa ilustração, segundo ela, se constitui como reivindicação democrática de direitos de existência aos organismos vivos não-humanos, como responsabilidade ética e democrática de cuidado, como responsabilidade não somente de mulheres (como

---

<sup>47</sup> [...] no considero que las mujeres sean los únicos o los principales agentes capaces de una actuación medioambiental positiva, pero si que la crítica feminista tiene mucho que aportar a una cultura ecológica de la igualdad. (PULEO, 2013, p. 14).



atividade de cuidado feminina), mas de todos os humanos presentes na Biosfera (PULEO, 2013, p. 28).

Dessa forma, Puleo (2013) aponta para a relevância da construção de noções éticas holísticas de cuidado, dando ênfase à noção de cuidado com a Terra. Para ela, “[...] de uma maneira ou de outra, em maior ou menor medida, as distintas correntes do ecofeminismo existentes na atualidade mantêm relações com a fonte teórica chamada ética do cuidado.”<sup>48</sup> (PULEO, 2013, p. 33, tradução nossa). A autora problematiza a persistência do fenômeno social atual que mantém a prevalência das mulheres na execução das tarefas domésticas, como trabalho não pago, não visível e inferiorizado. “Esta divisão sexual do trabalho se apoia no dualismo que opõe e hierarquiza produção e reprodução.”<sup>49</sup> (PULEO, 2013, p. 28, tradução nossa). Além disso, ela estende essa divisão sexual do trabalho doméstico à externalização dos custos e passivos ambientais:

A atual economia do trabalho produtivo repousa na externalização dos custos ambientais da exploração da natureza não humana e nas tarefas domésticas não remuneradas das mulheres, que permitem a renovação da força de trabalho, no centro da cultura. Emerge, no segundo plano inferior, cuja função apenas visível, consiste em permitir que tenham lugar as tarefas humanas superiores, que são as únicas que contam.<sup>50</sup> (PULEO, 2013, p. 30, tradução nossa)

Essa completa inviabilidade e desvalorização das tarefas de cuidado doméstico, que não se vê como dependente e vulnerável a essas atividades, também se baseia em uma negação da dependência e da vulnerabilidade da humanidade diante da natureza, como fonte de regeneração da vida:

Os serviços do dominado são declarados em essência, inferiores. Nega-se toda dependência com respeito a eles. Da mesma maneira o capitalismo se apoia na negação da dependência da humanidade com respeito a natureza como solo nutridor.<sup>51</sup> (PULEO, 2013, p. 31, tradução nossa)

---

<sup>48</sup> [...] de una manera u otra, en mayor o menor medida, las distintas corrientes de ecofeminismo existentes en la actualidad mantienen relaciones con una fuente teórica llamada ética del cuidado. (PULEO, 2013, p. 33).

<sup>49</sup> Esta división sexual del trabajo se apoia en el dualismo que opone y hierarquiza producción y reproducción. (PULEO, 2013, p. 28)

<sup>50</sup> La actual economía del trabajo productivo reposa en la externalización de los costes medioambientales de la explotación de la naturaleza no humana y en las tareas domésticas no remuneradas de las mujeres que permiten la renovación de la fuerza de trabajo. El ámbito doméstico aparece así, como un espacio de naturaleza en el centro de la cultura. Emerge en segundo plano inferior cuya función, apenas visible, consiste en permitir que tengan lugar las tareas humanas superiores, que son las únicas que cuentan. (PULEO, 2013, p. 30).

<sup>51</sup> Los servicios del dominado son declarados en esencia, inferiores. Se niega toda dependencia con respecto a ellos. De misma manera el capitalismo se apoya en la negación de la dependencia de la humanidad con respecto a la naturaleza como suelo nutricional. (PULEO, 2013, p. 31).

Pelo fenômeno histórico-cultural de mulheres terem sido diretamente mais envolvidas em atividades de cuidado e de reprodução pela cultura patriarcal ocidental, elas têm assumido o protagonismo de processos de regeneração da vida através da ecologia:

Não se trata de afirmar uma essência feminina do cuidado, mas antes de reconhecer, desde uma perspectiva nominalista, o direito de que as obrigações de cidadania ecológica do momento são assumidas maioritariamente pelo coletivo feminino, justamente porque seu âmbito de ação coincide com o doméstico ou provado que é onde Robson situa o exercício dessa nova dimensão da cidadania.<sup>52</sup> (PULEO, 2013, p. 14, tradução nossa)

Em que pese às mulheres que assumam o protagonismo das agências dessas experiências, Puleo (2013) reivindica a necessidade da democratização das atividades de cuidado e a construção de uma ética do cuidado. Isso contempla tanto a democratização das atividades domésticas, quanto o assumir essa noção ética de cuidado com a vida. No conjunto das relações sociais da sociedade, por exemplo, como regeneração e manutenção das capacidades ecológicas de sustentação das vidas da Terra:

As práticas de cuidado, que historicamente, foram somente femininas, hão de universalizar-se, desgenerizando-se. [...] estas práticas têm, além disso, que estender-se ao mundo natural, mesmo que seja por uma questão de autopreservação da nossa espécie.<sup>53</sup> (PULEO, 2013, p. 14-15, tradução nossa)

Por fim, ela visualiza a construção dessa ética democrática do cuidado com a Terra como possibilidade e capacidade de reconciliação com a natureza, associada à conservação da potência crítica e emancipatória da humanidade. O que para ela, também se associa à reconstrução de concepções e práticas de desenvolvimento com enfoques humanistas e democráticos:

Entres os pontos de encontro do feminismo com o ecologismo, destacam um objetivo comum: a sustentabilidade social, humana e ecológica. Esta sustentabilidade não implica unicamente na sobrevivência, senão na

<sup>52</sup> *No se trata de afirmar una esencia femenina del cuidado, sino de reconocer, desde una perspectiva nominalista, el hecho de que las obligaciones de ciudadanía ecológica por el momento son asumidas mayoritariamente por el colectivo femenino, justamente porque su ámbito de acción coincide con el doméstico o provado que es donde Robson situa el ejercicio de esse nueva dimensión de la ciudadanía.* (PULEO, 2013, p. 14).

<sup>53</sup> *Las practicas del cuidado, que historicamente, fueran solo femininas, han de universalizarse, desgenerizandose. [...] Estas practicas tienen, ademas, que extenderse ao mundo natural, aunque fuera por una question de autopreservacion de nuestra especie.* (PULEO, 2013, p. 14-15).

equidade e em uma qualidade aceitável de vida.<sup>54</sup> (PULEO, 2013, p. 39, tradução nossa).

Para Puleo (2013), não há como haver desenvolvimento humano, socioeconômico, político e cultural sem que a noção ecológica de regeneração da natureza seja internalizada. É essa capacidade regenerativa que se preocupa e se ocupa das vulnerabilidades e dependências entre humanos e não-humanos, e que constitui o caráter ecofeminista da ética de cuidado com a Terra.

Maristela Svampa (2015), uma das autoras ecofeministas e do pensamento da ecologia política latino-americana, se aproxima dessas abordagens materiais e simbólicas críticas dessas autoras (WARREN, 1996; SHIVA; MIES, 1993; PULEO, 2013), a partir de olhares ecofeministas e decoloniais. Ao debruçar-se sobre a estruturação de ecofeminismos na América Latina, ela destaca a relevância da interseccionalidade na construção dos ecofeminismos populares, onde busca dar ênfase “[...] *sobre tierras, territorios, cuerpos y representaciones*” (SVAMPA, 2015, p. 129), em relação de codependência com a natureza. Ela nos chama a atenção para buscarmos compreender a construção dessas noções éticas ecofeministas através da atividade de tradução das experiências e agências das mulheres para entendermos como elas se constroem como sujeitos, identidades, territorialidades e materialidades decoloniais, ao mesmo tempo em que constroem noções éticas ecofeministas situadas de cuidado com a vida. Essa ética é, portanto contextualizada e situada nas agências e subjetividades ativas decolonizadoras dos corpos-territórios das mulheres e nos corpos-territórios da Terra.

Tendo em vista o aprofundamento de possíveis conexões entre o pensamento ecofeminista e teorias feministas de cuidado, procedo também uma breve revisão de estudos de cuidado, como meio de colocar ambos estes campos teóricos, em diálogo com os estudos e abordagens agroecologistas, através da análise da experiência do meu trabalho de campo.

O cuidado, como campo teórico, vem sendo problematizado a partir de diferentes perspectivas epistêmicas por autoras feministas (GARRAU; LE GOFF, 2010; PAPERMAN; MOLINER, 2013; TRONTO, 2007; 2013; GILLIGAN, 2013;

---

<sup>54</sup> *Entre los puntos de encuentro del feminismo con el ecologismo, destacan un objetivo básico compartido: la sostenibilidad social, humana y ecológica. Esta sostenibilidad no implica únicamente la supervivencia, sino la equidade y una calidad aceptable de vida.* (PULEO, 2013, p. 39).

TAMANINI, 2018). O cuidado, em tais abordagens diz respeito a uma noção de atenção, de preocupação e de solicitude:

O termo cuidado insiste, sobre uma maneira, em perceber o mundo e os outros. Esse cuidado e solicitude remetem a uma maneira de trabalhar concretamente. O termo *care* vacila entre uma disposição - uma atenção a outro - que se desenvolve a partir de uma consciência com o respeito ao seu cuidado, uma preocupação com o seu bem estar e atividade. A junção das atividades individuais e coletivas visam favorecer esse bem estar.<sup>55</sup> (GARRAU; LE GOFF, 2010, p. 05, tradução nossa)

Marie Garrau e Alice Le Goff (2010), Patricia Paperman e Pascale Moliner (2013) e Marlene Tamanini (2018), em seus estudos sobre cuidado, traçam os percursos teóricos da construção desse conceito através de lentes feministas. Essas autoras analisam que esse termo histórica e culturalmente é associado de forma natural e dicotômica a uma condição e propensão natural feminina das mulheres em se preocupar, dar atenção e prover de cuidados os vulneráveis, aqueles que necessitam de cuidados, idosos, doentes, deficientes e crianças, principalmente. Entendido como manifestação de doação, de amor e de afeto feminino, sendo por isso, “papel e dever moral” das mulheres. Essa primeira noção foi bastante desenvolvida por Carol Gilligan em seus estudos sobre a ética do cuidado.

Carol Gilligan (2013), em seu livro, *“Uma voz diferente”*, através da psicologia do desenvolvimento humano, constrói uma crítica a noções abstratas de racionalidade moderna, de moral e de justiça, desenvolvendo um conceito relacional de ética do cuidado, baseada na condição da diferença feminina. Essa ética do cuidado, segundo ela, é baseada em uma condição feminina natural voltada à doação e à construção de atitudes e ao exercício de papéis sociais propensos a cuidar, entendidos como atos de doação baseados no afeto, no amor e na compaixão. A ética do cuidado é uma atitude moral dos sujeitos frente às demandas individuais e sociais de vulnerabilidade e de dependência social. É esse senso “feminino” de preocupação, de atenção com o outro, associado ao afeto, empatia e amor é acionado e é o que define a ação moral da ética do cuidado (GILLIGAN, 2013).

É na relação social entre quem cuida e quem necessita de cuidado que essas representações sociais são acionadas e postas em cena como ato moral e ético. Isso

---

<sup>55</sup> [...] *le terme d'attention insiste sur une manière de percevoir le monde et les autres; ceux de “souci” et de “sollicitude” renvoient à une manière de s'em occuper concrètement. Le terme de care oscille entre la disposition – une attention à l'autre qui se développe dans la conscience d'une responsabilité à son égard, d'un souci de son bien-être - et 'activité – l'ensemble des taches individuelles et collectives visant à favoriser ce bien-être.* (GARRAU et le GOFF, 2010, p. 05).

é uma construção contextual, situacional e moral, que coloca em diálogo de negociação os sujeitos da relação do cuidar, quem recebe e quem doa cuidado. Não se trata de uma moral abstrata e normativa, mas antes uma moral e uma ética relacional e contextual que é dependente das relações e das negociações sociais entre os indivíduos para que se realize. Segundo ela, é por falta de haver esse cuidado em sentido coletivo que acontecem as injustiças e desigualdades sociais. Por isso é necessária uma tomada de atitude moral dos sujeitos a sua desconstrução em sentido igualitário e cidadão, o que passa pela valorização da voz dessa condição feminina de quem cuida (GILLIGAN, 2013).

Garrau e Le Goff (2010) destacam a relevância dos estudos de Carol Gilligan e de outras feministas, por conseguir analisar o cuidado a partir de categorias de vulnerabilidade e dependência como categorias que fundamentam as relações sociais. Segundo elas, “[...] nós somos todos fundamentalmente vulneráveis.”<sup>56</sup> (GARRAU; LE GOFF, 2010, p. 07, tradução nossa)

Vulnerabilidade remete à dimensão relacional da existência, marcada pela passividade e exposição, que as relações de dependência não limitam, mas sustentam e protegem. As teóricas do cuidado se esfoçam em efeito para mostrar que a vulnerabilidade, longe de caracterizar um estado transitório que deverá passar a partir do acesso à autonomia, ou um estado patológico resultante da impossibilidade de tal acesso, devemos pensar como uma modalidade irreduzível da nossa relação com o mundo – uma sorte de invariável antropológica.<sup>57</sup> (GARRAU; LE GOFF, 2010, p. 08, tradução nossa)

Elas criticam visões individualistas de sujeito e de autonomia, que analisam que existe na modernidade um sujeito autônomo e que não precisa de cuidados. Elas argumentam em contrapartida que todos nós fazemos parte de relações sociais que demandam e recebem a todo tempo cuidados, e que isso nos constitui em permanente relação de dependência e de vulnerabilidade uns diante dos outros, não havendo, portanto, sujeito autônomo e abstrato (GARRAU e LE GOFF, 2010). Segundo elas, os sistemas sociais (instituições de saúde, educação, assistência social, etc.) e as relações sociais (parentesco, vizinhança, comunitárias, territoriais, familiares, etc.) precisam atentar para essas vulnerabilidades e dependências de forma a prover dos

<sup>56</sup> [...] *nous sommes tous fondamentalement vulnérables.* (GARRAU et LE GOFF, 2010, p. 07).

<sup>57</sup> *Vulnerabilité renvoie à la dimension relationnelle d'une existence marquée par la passivité et l'exposition, que les relations de dépendance ne viennent pas d'abord limiter, mais soutenir et protéger. [...] les théoriciennes du care [...] s'agit en effet pour elles de montrer que la vulnérabilité, loin de caractériser un état transitoire qui devrait être dépassé dans l'accès à l'autonomie, ou un état pathologique résultant de l'impossibilité d'un tel accès, doit d'abord être pensée comme une modalité irréductible de notre rapport au monde – une sorte d'invariant anthropologique.* (GARRAU e LE GOFF, 2010, p. 08).

cuidados necessários de forma satisfatória a todos em todos os momentos de suas vidas (GARRAU; LE GOFF, 2010).

A noção de ética do cuidado, tal como elaborada por Carol Gilligan também é problematizada, além de Garrau e Le Goff (2010), por outras teóricas feministas do cuidado (TRONTO, 2007; 2009; 2013; PAPERMAN; MOLINER, 2013; TAMANINI, 2018). Essas autoras também apontam para a invisibilização de desigualdades de gênero que a naturalização dessa condição feminina propensa ao cuidado como doação porta, ao invisibilizar as desigualdades e violências de gênero que essas relações sociais podem ocasionar. Além disso, discutem a necessidade da problematização ampliada do cuidado, como categoria constitutiva de noções abrangentes de ética, democracia, justiça e de cidadania.

Em seus estudos, Tronto (2007; 2009; 2013), Garrau e Le Goff (2010), Paperman e Moliner (2013) e Tamanini (2018) buscam desnaturalizar essa condição natural feminina propensa à realização de atividades de cuidado como ato de doação e de amor feminino, bem como dar visibilidade e problematizar as desigualdades de gênero que essas representações sociais reproduzem em nível global. Em seus estudos, elas destacam e analisam em profundidade as desigualdades e violências de gênero que se inscrevem no exercício dessas experiências. Por fim, elas também reivindicam a internalização da noção ética de democratização do cuidado, como noção feminista de justiça, democracia e de cidadania frente à situações de vulnerabilidade e dependência social, não como uma ética feminina moral e relacional apenas, como sugere Gilligan (2013), mas como princípio moral, democrático e de justiça na construção coletiva de cidadania. O cuidado, na definição de Joan Tronto (2007), significa:

[...] uma atividade da própria espécie que inclui tudo o que podemos fazer para manter, continuar e reparar nosso 'mundo' para que possamos viver nele da melhor maneira possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nós mesmos e nosso meio ambiente, e tudo que procuramos intervir de forma complexa e autossustentável. (Fischer & Tronto, 1990 apud Tronto, 2007, p. 287)

Fischer e Tronto também vão caracterizar o cuidado em quatro momentos distintos, que o caracteriza como um movimento de trabalho duplo entre oferecê-lo e recebê-lo:

Fischer e eu também descrevemos quatro fases do 'cuidar'; mais tarde, adicionei dimensões morais a cada uma dessas fases: cuidar de si, importar-se com, oferecer cuidado e recebê-lo. Cuidar de algo envolve o reconhecimento da necessidade do cuidado em primeiro lugar. Exige a qualidade especial moral de ser atencioso, de reconhecer as necessidades. Importar-se com algo envolve a suposição da responsabilidade pelo trabalho

que necessita ser feito; seu resultado moral óbvio é a responsabilidade. (TRONTO, 2007, p. 288)

Essa perspectiva de cuidado elaborada por Joan Tronto implica em uma noção mínima de empatia do sujeito que oferece cuidado ao que necessita recebê-lo, sem o que a atividade de cuidar se torna instrumental, considerada um “mal cuidado”. O bom cuidado, em contraparte demanda empatia, além disso, depende de qualificação sociotécnica e de condições materiais adequadas para que se realize adequada e suficientemente (GARRAU; LE GOFF, 2010).

Tronto (2007) desenvolve uma noção de cuidado holística, complexa, que atende desde o autocuidado, como cuidado de si mesmo, até o cuidado com o planeta como responsabilidade, mas com empatia, sem que se torne um processo mecanicista e um fardo exclusivo das mulheres:

[...] cuidado não é apenas algo que podemos medir pela ‘importância’ daquilo pelo qual nos desvelamos...”, nem pode ser reduzido a uma atitude de ‘estrelançado’ (*throwness*), ‘altruísmo’, alteridade, compaixão, reconhecimento, etc. cuidado diz respeito a tais atitudes, mas também significa ter responsabilidade, fazer bem seu trabalho e suprir as necessidades que tentamos satisfazer. (TRONTO, 2007, p. 289)

É, portanto, através de uma retomada crítica e feminista desse conceito que podemos reconstruir a sua capacidade discursiva democrática. Para ela, “[...] o propósito para o qual o cuidado deveria ser direcionado é tornar a sociedade o mais democrática possível. A tarefa que permanece é verificar como o cuidado se encaixa na natureza da teoria política democrática e a transforma” (TRONTO, 2007, p. 290).

Dessa forma, o senso de preocupação, responsabilidade e de receptividade incutidos no conceito de cuidado, se torna também preocupação, empatia e responsabilidade pela construção da justiça, da cidadania e de construção de sociedades mais democráticas. E isso visibiliza e desconstrói desigualdades de sexo-gênero ao mesmo tempo em que produz cidadania e justiça social (TRONTO, 2007).

Mediante esses estudos de Garrau e Le Goff (2010) e Tronto (2007; 2009; 2013) e Gilligan (2013), compreendo que o conceito de cuidado, pensado por lentes feministas e decoloniais, se propõe a desconstruir noções abstratas de ética, justiça e cidadania, para se relocalizar nas experiências e agências das mulheres. O que implica sua intersecção com a colonialidade de gênero e da natureza.

O cuidado e a ética do cuidado acontecem, dessa forma, em interrelação ativa dentre humanos e não-humanos da Terra e com a Terra. Não como princípio exclusivo

das mulheres, mas como responsabilidade e desejo de ambos os sexos-gêneros com a construção de uma noção ética democrática, de justiça e de cidadania.

Além disso, em uma perspectiva decolonial, dá-se ênfase à observação das formas como impactos e injustiças socioambientais afetam de forma diferenciada mulheres, jovens, idosos, diferentes raças e etnias, sobretudo sujeitos de cor (negros, indígenas, mestiços), camponeses/as e classes sociais populares (CABNAL, 2010, 2015; CRUZ et al. 2017).

Svampa (2015), Cruz et al. (2017) e Lorena Cabnal (2010; 2015) frisam em seus estudos que vêm sendo as mulheres, sobretudo as mulheres camponesas, negras, indígenas, do Sul global, as mais afetadas pelo agravamento de desigualdades e violências sociais, bem como por conflitos e injustiças socioambientais globais. De outra forma, esses estudos mostram como essas mulheres desenvolvem agências e subjetividades ativas que tem possibilitado construir experiências alternativas, ancoradas em novas práxis de gênero e ecológicas. De modo que esses estudos apontam para a vinculação interseccional entre gênero, classe, raça, situacionalidade na construção de formas coletivas resistências e de produção de alternativas socioambientais.

Na esteira desses estudos e, atentando para as interseccionalidades de gênero, classe e situacionalidade na produção de resistências femininas coletivas, teço as análises que se seguem, buscando compreender as experiências e agências das mulheres Sem Terra na produção de alternativas socioambientais coletivas.

## 2.4 COLONIALIDADE DA NATUREZA, RESISTÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS E ECOFEMINISTAS

Nesse item pretendo esclarecer o que denomino por colonialidade da Natureza, a partir da realidade rural brasileira, a fim de possibilitar melhor articulação analítica entre essa categoria e a colonialidade de gênero e gerar elementos para compreensão das análises de campo que se seguirão adiante.

Ao refletir sobre processos de colonialidade do poder, interculturalidade e pedagogia intercultural na América Latina, Catherine Walsh (2009) introduz a categoria colonialidade da natureza como objeto de análise. Ela entende que essa colonialidade da natureza está associada às relações de dominação e de poder,



chamando atenção para compreendermos a colonialidade da natureza como uma das dimensões constitutivas da colonialidade do poder. Essa colonialidade da natureza:

É a colonialidade cosmogônica ou da mãe natureza, que se relaciona à força vital-mágico-espiritual da existência das comunidades afrodescendentes e indígenas, cada uma com suas particularidades históricas. É a que se fixa na diferença binária cartesiana entre homem/natureza, categorizando como não modernas, “primitivas” e “pagãs” as relações espirituais e sagradas que conectam os mundos de cima e de baixo, com a terra e com os ancestrais como seres vivos. Assim, pretende anular as cosmovisões, filosofias, religiosidades, princípios e sistemas de vida, ou seja, a continuidade civilizatória das comunidades indígenas e as da diáspora africana. (WALSH, 2009. p. 15).

Para ela a colonialidade da natureza se estabelece a partir da dessacralização de cosmovisões que interseccionam cultura, raça e natureza, produzindo a dicotomização entre homens-natureza, criando e mantendo processos de expropriação e exploração da natureza, ao mesmo tempo em que se mobiliza processos de desumanização (WALSH, 2009).

Enrique Leff (2004) em estudos sobre ecologia política latino-americana entende que essa visão da devastação da natureza constitui uma racionalidade instrumental, através da qual a natureza é descolada dos processos de produção e reprodução da vida, como imanência, como componente material e simbólica constitutiva de sujeitos, culturas e materialidades, como condição para tornar-se um recurso natural manipulável, explorável, expropriável.

Para o caso brasileiro, a colonização se deu com base na dessacralização de cosmovisões autóctones, bem como na construção de racionalidade instrumental baseada na expropriação e na exploração da Natureza, tecendo uma visão de mundo do Brasil como uma grande fonte de extração de recursos, tal como argumenta Padua (2002). Essa visão de mundo do Brasil, está contida entre os múltiplos dispositivos simbólicos que legitimam a dominação colonialista brasileira, e que se inscrevem na legitimação do que Porto-Gonçalves (2017) entende por sistema mundo moderno-colonial.<sup>58</sup>

<sup>58</sup> Porto-Gonçalves(2017) e Porto, Pacheco e Leroy(2013), qualificam esse modelo agroexportador dependente pela concentração da propriedade da terra e pela expropriação e violência no uso dos recursos humanos e da natureza e se vincula ao sistema mundo moderno-colonial (PORTO, PACHECO, LEROY, 2013; PORTO-GONÇALVES, 2017). No âmbito rural, entendo que isso se expressa de outras iniciativas, na ação de grandes empreendimentos de mineração, na ação de grandes empreendimentos agropecuários brasileiros e transnacionais e nos conflitos socioambientais e eles associados.“[...] Estamos sim, diante de um *sistema-mundo moderno-colonial*, que é um mundo cada vez mais independente – sistema mundo -, mas cuja interdependência está organizada com base em um sistema de relações hierárquicas de poder –

De acordo com os estudos de Arturo Escobar (2014) e de Porto, Pacheco e Leroy (2013), entre outros autores, essa colonialidade da natureza tanto abrange a colonização de cosmovisões autóctones, quanto as materialidades, territorialidades, identidades e subjetividades dos sujeitos humanos que habitam esses territórios, bem como as biodiversidades e os organismos daqueles seres não humanos que habitam os diferentes agroecossistemas e sistemas agroalimentares nesses espaços. Para exercer tal domínio, esse sistema mundo moderno-colonial lança mão da expropriação e da violência material e simbólica sistemáticas e estruturais como formas de apropriação e de controle desses diferentes corpo-territórios sejam eles humanos ou não humanos da Terra.

Dessa forma, entendo que não se pode desconsiderar os impactos e injustiças socioambientais, bem como as dimensões materiais da vida, da colonialidade da Natureza em contextos brasileiros. Pois, além de cosmovisões indígenas e negras – assim como os meios e as estratégias de subsistência desses povos em seus territórios de vida – suas identidades e relações sociais e culturais são despedaçadas, espoliadas e por fim exploradas, através da ação colonizadora, tal como nos esclarecem os estudos de Arturo Escobar (2014), de Enrique Leff (2014) e de Porto, Pacheco e Leroy (2013).

Outrossim, os estudos sobre conflitos e injustiças ambientais brasileiros também apontam que esses sujeitos não têm se mantido passivos diante de tais contextos de exclusão e de violência. E que a emergência de conflitos ambientais (ACSELRAD; HERCULANO; PADUA, 2004) tem colocado em cena e de forma ativa esses sujeitos na produção de resistências e de alternativas de existências emancipatórias outras, para além dessas dominações colonialistas.

Essas resistências coletivas portam a construção de novos sujeitos, territorialidades e identidades, frente à colonialidade do poder e da Natureza, e defendem a existência de si mesmos como ser, saber e poder, como potenciais de vida que impulsionam a produção de existências ontológicas emancipatórias outras, expressas em seus territórios, subjetividades, identidades, visões de mundo e *ethos*<sup>59</sup>.

---

*moderno-colonial*” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 25). Configurando o que Van der Ploeg (2008) também intitula como a dominação transnacional de impérios alimentares.

<sup>59</sup> Através do levantamento realizado pela nossa turma de doutorado sobre o mapa de conflitos socioambientais do Brasil confeccionado pela FIOCRUZ (PORTO, PACHECO, LEROY, 2013), identificamos como principais empreendimentos capitalistas que tem impactado as populações camponesas e tradicionais, bem como a população de periferias urbanas, as empresas de mineração, agronegócios, barragens, hidrelétricas, parques de energia eólica e do desmatamento.

Leff (2004, p.102) sustenta que mediante essa racionalidade econômica instrumental, às leis de mercado e à globalização, tem emergido uma política situada no contexto dos territórios, dos espaços e dos tempos dos sujeitos. Essa nova política mobiliza novos direitos culturais dos povos, donde a recomposição de potências de vida é acionada junto à reivindicação cultural de identidades e com a natureza.

Segundo ele, essas potências de vida, identidades, culturas, se entrelaçam em processos coletivos, redes, movimentos sociais e territorialidades que se animam, se recriam e se retroalimentam cotidianamente, recriando condições de construção da sustentabilidade ecológica, baseada na construção de uma racionalidade ambiental:

A **sustentabilidade** se enraíza em bases ecológicas, em identidades culturais e em territórios de vida; se desconecta do espaço social, onde os atores sociais exercem seu poder de controle da degradação ambiental e mobilizam potenciais ambientais em projetos autogestionários para satisfazer as necessidades e aspirações que a globalização econômica não pode cumprir. O **território** é o **lócus** dos desejos, demandas e reivindicações das pessoas para reconstruir seus mundos de vida e reconfigurar suas identidades através de suas formas culturais de valorização dos recursos ambientais e de novas estratégias de reapropriação da natureza. Se a economia global gera o espaço onde as sinergias negativas da degradação socioambiental fazem manifesto os limites do crescimento, no espaço local se forjam novas **territorialidades**. (GUATARRI, 1989) e emergem as sinergias positivas da racionalidade ambiental para construir um novo paradigma de produtividade ecotecnocultural. Suas geografias são as marcas que os movimentos sociais vão deixando sobre a biosfera para inscrever-se em **seu território**, inscrever a **sua história** e reapropriar-se de **sua natureza**.<sup>60</sup> (GONÇALVES, 2001 apud LEFF, 2004, p. 125, tradução nossa, grifo do autor).

Para Leff (2004) a racionalidade ambiental não é uma ecologização do pensamento nem um conjunto de normas e técnicas para melhorar e controlar a natureza e a sociedade. A racionalidade ambiental é uma teoria que orienta uma práxis desconstrutora da racionalidade instrumental. É uma racionalidade teórica e

---

<sup>60</sup> *La sustentabilidad se enraiza en bases ecológicas, en identidades culturales y en territorios de vida; se despliega en el espacio social donde los actores sociales ejercen su poder de control de la degradación ambiental y movilizan potenciales ambientales en proyectos autogestionarios para satisfacer las necesidades y aspiraciones que la globalización económica no puede cumplir. El territorio es el locus de los deseos, demandas y reclamos de la gente para reconstruir sus mundos de vida y reconfigurar sus identidades a través de sus formas culturales de valorización de los recursos ambientales y de nuevas estrategias de reapropiación de la naturaleza. Si la economía global genera el espacio donde las sinergias negativas de la degradación socioambiental hacen manifiestos los límites del crecimiento, en el espacio local se forjan nuevas territorialidades (GUATTARI, 1989) y emergen las sinergias positivas de la racionalidad ambiental para construir un nuevo paradigma de productividad ecotecnocultural. Sus geografías son las marcas que los movimientos sociales van dejando sobre la biosfera para inscribirse en su territorio, escribir su historia y reapropiarse su naturaleza* (GONÇALVES, 2001, apud LEFF, 2004, p.125, grifo do autor)

uma práxis social ontológica, que integra pensamento, práticas, valores, diferença e diversidade, cultura e natureza.

Através de uma crítica ecofeminista e decolonial, entendo que a construção dessa racionalidade ambiental assume sentido na medida em que é interseccionalizada por gênero (LUGONES, 2008), tendo em vista a forma diferenciada como as múltiplas desigualdades são vivenciadas pelas mulheres em contextos de conflitos e injustiças ambientais, tal como nos esclarecem os estudos de Cruz et al. (2017), de Cabnal (2010; 2015) e de Svampa (2015). Esse padrão colonialista de dominação da natureza, na medida em que se articula de forma interseccional à colonialidade de gênero, legitima um conjunto de violências contra os corpos-territórios da Terra e contra os corpos-territórios das mulheres, como nos apontam os estudos ecofeministas de Shiva e Mies (1993), de Svampa (2015), de Cabnal (2010; 2015), de Cruz et al. (2017).

Para o contexto da América Central, Cruz et al. (2017) nos alertam que os impactos socioambientais de grandes empreendimentos mineradores e agroalimentares na América central têm sobrecaído de forma mais intensa na vida das mulheres rurais, onde elas identificaram, dentre outros elementos, o aumento da violência contra a mulher, o aumento do desemprego feminino, a masculinização dos espaços rurais e o aumento de casos de feminicídios. Esses dados demonstram alguns elementos relevantes para olharmos para transversalidades de gêneros em estudos sobre conflitos, injustiças e impactos ambientais.

No Brasil, o estudo de Christiane Senhorinha Soares Campos (2011) intitulado “A face feminina da pobreza em meio à riqueza do Agronegócio”, ao transversalizar gênero na leitura sobre os impactos dos agronegócios na vida das mulheres rurais pela experiência do Rio Grande do Sul e em contextos de monocultivos de soja, analisa como os impactos desses empreendimentos têm recaído sobre as mulheres, aprofundando quadros de pobreza rural feminina e desigualdade de gênero. Os estudos de Paulilo (2016) em áreas de plantio de fumo em Santa Catarina também identificaram como esses cultivos têm gerado sobrecargas de trabalhos para as mulheres rurais, além de impactarem diretamente a saúde das mulheres e das crianças rurais. Também os estudos de gênero e agroecologia produzidos por Siliprandi (2015), como veremos mais detalhadamente nos capítulos seguintes, são exemplos de resistências coletivas feministas frente à hegemonia do sistema mundo moderno-colonial e dos sistemas agroalimentares.

Esses são alguns exemplos brasileiros de como a colonialidade da natureza em intersecção com a colonialidade de gênero se manifesta através do sistema mundo moderno-colonial, produz desigualdades de gênero e violências contra os corpos-territórios das mulheres e contra os corpos-territórios da Terra.

### 3 MULHERES RURAIS E AGROECOLOGIA

Este capítulo visa nos aproximar da realidade social do rural brasileiro e do campo de pesquisa. Ele está dividido em duas partes. Na primeira, volto-me à realidade rural brasileira, tratando de elucidar conceitos, temáticas e pesquisas específicas sobre mulheres rurais, campesinato, agroecologia e luta pela terra, dando ênfase à organização das mulheres Sem Terra. Na segunda parte, adentro o meu objeto de pesquisa, fechando o capítulo com as apresentações das interlocutoras de pesquisa.

No âmbito da interface gênero, campesinato e ruralidades no Brasil, as autoras Neves e Medeiros (2013) tecem algumas pistas para a compreensão das agências femininas mediante contextos de desigualdades sociais vivenciados em ruralidades. Em coletânea organizada por elas, as autoras argumentam que longe de vítimas subordinadas, fadadas à condição de passividade feminina, frente a contextos excludentes, as camponesas agenciam, negociam capitais, simbologias, constroem processos que ultrapassam o mundo da vida doméstica; transformam trabalhos reprodutivos em produtivos, acessam mercados, etc. possibilitando diferentes perspectivas de produção de autonomia feminina (NEVES; MEDEIROS, 2013).

O estudo de Esmeraldo (2013), presente nessa coletânea, é especialmente significativo por apontar um marco conceitual para compreendermos como as mulheres rurais, através de sua organização sociopolítica e produtiva têm conseguido reivindicar e conquistar igualdade de gênero por meio do reconhecimento de si mesmas como sujeitos, a partir do reconhecimento político de si como agricultoras e produtoras rurais, como sujeitos de direitos políticos, econômicos, sociais e cidadania.

Maria Ignez Paulilo (2016), em seus mais de 40 anos de estudos sobre mulheres rurais no Brasil, também buscou dar visibilidade para as desigualdades de gênero constitutivas das relações sociais camponesas e familiares rurais, analisando diferentes sistemas sexo-gênero em formações sociais camponesas e familiares rurais. De outra forma, Paulilo também destaca os processos de organização sociopolítica das mulheres rurais em seus vários contextos e momentos sociopolíticos. Ao longo das últimas quatro décadas a autora analisa como as camponesas e agricultoras familiares vêm questionando dicotomizações, binarismos e desigualdades de sexo-gênero, e conseguem conquistar a construção de

reconhecimento sociopolítico como mulheres agricultoras, produtoras e sujeitos de direitos políticos com igualdade de gênero (PAULILO, 2016).

A partir de movimentos sociais feministas as mulheres nutrem, alimentam e potencializam agências e resistências coletivas femininas rurais de forma interseccional, visando tanto a produção de múltiplas formas de resistências coletivas frente a conflitos e injustiças ambientais, em associação interseccional à construção da igualdade de gênero e o exercício da cidadania plena das mulheres. É importante frisar o caráter interseccional das agências dessas mulheres rurais que, ao mesmo tempo em que se organizam politicamente, mobilizam a construção de reconhecimento, valorização e visibilidade de si mesmas como mulheres e de seus trabalhos, constroem alternativas socioprodutivas e sociopolíticas, tais como experiências agroecológicas.

Assumo neste estudo a categoria campesinato, tal como vem sendo refletida a partir de estudos rurais brasileiros, sobretudo por Maria Nazareth Baudel (2009) e Delma Peçanha Neves (1985; 2007), por compreender a relevância dessa categoria social na capacidade explicativa situada e contextualizada das dinâmicas socioculturais rurais brasileiras, e em intersecção entre gênero, classe e raça. Complemento essas formulações com estudos de Chayanov (1974) e de Van Der Ploeg (2008).

Para Chayanov (1974), o campesinato representa uma categoria social específica, uma unidade de produção econômica, cuja constituição organizativa baseia-se no trabalho familiar, na produção de valores de uso diversificados; no bem estar familiar, objetivando um equilíbrio mínimo entre produção / consumo / bem estar / trabalho doméstico, e não uma taxa média de lucro, conectando-se a mercados e instituições de diferentes formas, a depender dos contextos, não dividindo entradas e saídas de renda, sem calcular custos e “lucros” específicos.

Van Der Ploeg esclarece que o campesinato se mantém com base na reprodução social de uma condição camponesa que se orienta para “[...] a produção e crescimento do máximo de valor agregado possível”, em que a “[...] base de recursos disponíveis é quase sempre limitada [...] por tendência, intensiva [...]” (PLOEG, 2008, p. 60-61). O autor afirma que “os recursos sociais e materiais disponíveis representam uma unidade orgânica e são possuídos e controlados por aqueles que são diretamente envolvidos no processo de trabalho” (PLOEG, 2008, p. 60). Além disso, há centralidade no trabalho familiar, onde os “[...] níveis de intensidade e o

desenvolvimento continuado dependem criticamente da quantidade e qualidade do trabalho” (PLOEG, 2008, p. 61), priorizando-se a otimização de recursos internos da propriedade, desenvolvendo relações parcialmente dependentes e vinculadas a mercados.

Voltando-se para a realidade brasileira, Maria Nazareth Baudel (2009) e Delma Peçanha Neves (1985; 2007), assumem essas concepções acima citadas de diferentes formas. Em seus estudos sobre campesinato e ruralidades, elas explicam que o campesinato brasileiro, como sujeito heterogêneo, se constitui com base na heterogeneidade estrutural e em diversidades socioculturais, associadas à migração constante, pendular e à precariedade estrutural. Essa diversidade se ressignifica no tempo e no espaço, através de continuidades, descontinuidades, persistências e de transformações. Além disso, esses sujeitos se inscrevem em relações de poder político que constituem e legitimam formas hierárquicas de poder e de controle social macro e micro sociais.

Além disso, Neves e Medeiros(2013), bem como Paulilo(2016) , dentre outras autoras feministas deste campo, questionam as ausências e as invisibilidades de interseccionalidades de gênero deixadas por estes autores clássicos no pensamento social rural brasileiro. Em seus estudos elas apontam para as diversidades constitutivas das mulheres rurais brasileiras, bem como analisam processos coletivos de reivindicação de direitos de igualdades de gênero, bem como de visibilização e reconhecimento do trabalho produtivo das mulheres rurais.

É, portanto, na esteira destas autoras feministas rurais, em associação com outras feministas aqui citadas situo este estudo em uma perspectiva decolonial, dando ênfase à intersecção de gênero, classe e posicionalidade social camponesa subalterna , na produção de desigualdades sociais, bem como as ausências e as emergências de caráter emancipatório.

### 3.1 AGROECOLOGIA, RACIONALIDADE SOCIOAMBIENTAL E ECOFEMINISTA

A agroecologia no Brasil destaca-se hoje como uma alternativa socioambiental (SCHNEIDER, et al. 2019). A partir dela uma diversidade de sujeitos sociais, camponeses ou não, alcançam possibilidades de se reconstruir como existências sociais relativamente emancipatórias, para além da dominação moderna-colonial. É importante salientar que mesmo antes de emergir com esse nome,



agricultores e agricultoras de vários continentes, com uma ampla gama de diversidades e heterogeneidades constitutivas de etnias latino-americanas, têm praticado experiências de manejos de agroecossistemas baseadas em princípios e práticas que hoje denominados agroecológicas. Desse modo “os sistemas agroecológicos estão profundamente enraizados na racionalidade da agricultura tradicional.” (ALTIEIRI, 2004; TOLEDO, 1990 apud ALTIERI; TOLEDO, 2011, p. 11, tradução nossa)<sup>61</sup>.

O reconhecimento das agências das mulheres agroecologistas e dos conflitos de gênero que envolvem essas experiências passam a ser visibilizados e analisados através da emergência dos estudos feministas agroecologistas de Emma Siliprandi (2002; 2009; 2015; 2018), de Valdete Boni (2012), Boni et al. (2015; 2017), de Maria Ignez Paulilo (2016) e de Paulilo e Boni (2017), de Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo e de Laeticia Jalil et al. (2017; 2019). E ainda pelas publicações da Sempre Viva Organização Feminista (SOF, 2018) e da publicação sobre Feminismo e Agroecologia, organizada por Carmem Silva (2007). É, portanto, na esteira dessas autoras e atoras sociais feministas e ecológicas que também me situo.

Brandenburg (2010), ao analisar experiências agroecológicas em contextos rurais brasileiros, aponta para persistências e coexistências contemporâneas entre um rural tradicional, vinculado a *ethos* e estilos de vida camponeses, e rurais modernos e integrados a complexos agroindustriais globais, bem como a coexistência entre eles e rurais de um novo tipo, os socioambientais. Para ele:

Esse rural reflexivo ou reconstruído é uma característica da modernidade avançada. É o rural em que o tradicional não é simplesmente substituído pelo moderno, mas é ressignificado, assim como a natureza é revalorizada e, juntamente com as questões ambientais, passa a ser tratada como uma política pública. É um rural socialmente reorganizado a partir de uma tradição reinventada por um agrupamento ou comunidade local e apresenta-se como uma continuidade de uma vida fundamentada na condição camponesa. (BRANDENBURG, 2010, p. 124)

A reconstrução reflexiva do rural em sentido socioambiental, se dá através de apropriações ressignificadas e positivadas da natureza, ao mesmo tempo em que possibilitam reconstruções de condições camponesas ecologizadas nos âmbitos territoriais, familiares, comunitárias ou em meio a redes e redes de movimentos sociais. Segundo ele, esses processos comportam agências não somente de

---

<sup>61</sup> [...] *los sistemas agroecológicos están profundamente arraigados en la racionalidad ecológica de la agricultura tradicional.* (ALTIEIRI, 2004; TOLEDO, 1990 apud ALTIERI e TOLEDO, 2011, p. 11)

produtores rurais, mas também outros atores que passam a integrar múltiplas e variadas formas de se reconstruir de modo ecologizado em ruralidades refletidas: “Os atores do ecologismo também não se resumem aos produtores agrícolas. Outros personagens da reconstrução do rural relacionados a serviços de turismo rural, da conservação da natureza, redesenham uma nova paisagem rural.” (BRANDENBURG, 2010, p. 427).

Além disso, ele entende que a construção dessas novas ruralidades socioambientais se vinculam à construção de uma racionalidade ambiental, tal como conceituada por Leff (2014) e ecossocial, tal como conceituada por Gorz (1991), construindo o que ele denomina de racionalidade socioambiental (BRANDENBURG, 2012):

[...] o desenvolvimento da ecologia na agricultura traz consigo a emergência de outra ruralidade: a socioambiental. Isto porque traduz ações de agricultores que constroem uma outra racionalidade, que, a partir de tensões e conflitos, se diferencia da racionalidade instrumental. (BRANDENBURG, 2012, p. 30)

Essa racionalidade entrelaça categorias constitutivas de racionalidades camponesas de modo descontínuo, variado e reflexivo a racionalidades socioecológicas:

Essa racionalidade que inclui a dimensão do ambiental, difere daquela racionalidade do campesinato tradicional porque se situa num contexto de modernidade em que as práticas socioprodutivas não são produzidas de modo complementar ao ambiente e segundo o movimento da natureza, conforme já apontado por Candido (1975), mas resultam de uma reflexividade que abrange interesses diversos. A construção dessa racionalidade não ocorre, no entanto, sem contradições ou recuos e está relacionada de um lado com a sobrevivência do agricultor e de outro com a lógica do sistema que impõe uma racionalidade instrumental ou técnica. (BRANDENBURG, 2011, p. 141-142)

A construção dessa racionalidade, por sua vez, vincula-se às transformações e reconstruções das subjetividades e das identidades dos atores sociais, implicando nas suas reconstruções como atores ecológicos:

Trata-se de um novo movimento, de um novo ator, na medida em que transforma as relações com o ambiente natural e as relações sociais ao reagir à dominação de um paradigma industrial de produção agrícola. Entende-se como novo ator, conforme Touraine (1995) aquele que age no sentido de transformar o ambiente em que vive, afirmando-se como sujeito. Duas dimensões orientam as ações do ator: racionalidade e subjetividade. O sujeito em ação, ‘novo ator’ seria o artífice da articulação dessas duas dimensões. (BRANDENBURG, 2011, p. 132)

Dessa forma, os processos de ecologização<sup>62</sup> operados através das experiências agroecológicas de redes de movimentos ecológicos, tal como aquelas analisadas por Brandenburg (2010; 2011; 2012; 2017) e por Brandenburg e Ferreira (2012), portam, para além de transformações ecológicas de agroecossistemas, transformações de ruralidades, de racionalidades, de subjetividades e de identidades, que tecem de modo descontínuo a construção de novos sujeitos e atores sociais ecológicos, que anunciam novos projetos de existências individuais e coletivas, para além da dominação do sistema mundo moderno-colonial. Por tratar-se de processos descontínuo e ajustados às logicas, culturais e dinâmicas sociais dos sujeitos, assumem caracteres heterogêneos. Dessa forma, Stassart et al. (2012) admitem que não se pode conceituar a agroecologia de uma forma única e abstrata. Esses autores admitem mudanças no domínio referido na definição do conceito de agroecologia, situando-a nas relações ecológicas, em sistemas agroalimentares e partir de redes de movimentos sociais ecológicos. Segundo eles, essa leitura abrangente da agroecologia:

Essa noção permite igualmente integrar as dimensões socioeconômicas e políticas da construção dos sistemas alimentares e, através do desenvolvimento histórico, analisar a construção de transformações sociotécnicas e dos ricos irreversíveis. (Stassart et Jamar, 2008; Vanloqueren et Baret, 2009 ). (STASSART et al. 2012, p. 04, tradução nossa)<sup>63</sup>

Além disso, junto a Norder et al. (2016), esses autores destacam o caráter polissêmico da agroecologia e permitem distinguir três possibilidades de definição: (1) agroecologia como sistemas de produção ecológico em sentido estrito, (2) agroecologia como sistemas alimentares e (3) agroecologia como estudo da relação entre a produção de alimentos e a sociedade ampliada, o que contempla os estudos das ações coletivas em redes e movimentos sociais ecológicos (STASSART et al. 2012). Dessa forma, o conjunto desses autores destaca a importância de buscar-se

---

<sup>62</sup> O termo ecologização que provém do termo alemão “*oekologisierung*”, e significa justamente ecologização, demonstra preocupações ambientais com relação às políticas públicas (KNOEPFEL, LARRUE, AND ZIMMERMANN, 1987). Esse termo apareceu na Europa por volta de 1980, mediante crescentes preocupações ambientais, inicialmente utilizado por profissionais das ciências agrárias a fim de reduzir usos e impactos ambientais de insumos sintéticos, manejos e equipamentos na agricultura, em prol de manejos mais ambientalmente sustentáveis. Nesse interim, pesquisadores das ciências humanas e sociais se apropriam desse termo, e lhe conferem novos sentidos, adotando, para além de categorias biológicas e agrônomicas de agroecossistemas, categorias de análise sociais, culturais, políticas e econômicas. (CASTRO, 2009 apud SILVA, 2014)

<sup>63</sup> *Il permet également d'intégrer les dimensions socio-économique et politique de la construction des systèmes alimentaires et, à travers leur développement historique, d'analyser la construction de verrouillages socio-techniques et les risques d'irréversibilités* (Stassart et Jamar, 2008; Vanloqueren et Baret, 2009 ). (STASSART et al. 2012, p. 04)

no interior de cada experiência os sentidos específicos que as ecologias possam assumir para cada grupo social e experiência analisada.

É importante esclarecer que, mesmo que esses autores acima citados enfatizem a relevância de buscar-se no interior das experiências os sentidos de ecologias, não há em seus estudos registros de leituras de gênero. Dessa forma, assumo os olhares desses autores nesse estudo, porém partindo de uma crítica feminista e ancorada na esteira de estudos feministas e agroecológicos brasileiros.

Em contraponto a essas invisibilidades de gênero em estudos de agroecologia, as autoras feministas e agroecologistas têm tratado de dar visibilidade e reconhecimento público às agências das mulheres na construção da agroecologia. Abre-se, dessa forma, novas possibilidades de compreensão feminista dos sentidos e significados de ecologias emergentes através das agências das mulheres rurais.

Essas pesquisadoras e autoras ecológicas têm encontrado na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), na Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), nos Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs) e nos Congressos Brasileiros de Agroecologia (CBAs), junto a movimentos sociais e redes feministas e de agroecologia, tempos e espaços fortuitos para se pronunciar como agências feministas e ecologistas que existem e que se constroem como sujeitos, como racionalidades socioecológicas feministas, bem como pessoas portadoras de projetos de vida alternativos.

Siliprandi (2009; 2015) argumenta que somente a partir dos textos de Maria Emilia Pacheco, produzidos ainda nos anos 1990, é que a interface entre gênero, mulheres e agroecologia passa a ser problematizada, ou seja, a ser visibilizada e reconhecida como categoria de análise da organização socioprodutiva e sociopolítica das mulheres rurais. Apesar de tal invisibilidade histórica, ela identifica avanços em contextos atuais de movimentos sociais ecológicos:

Os movimentos agroecológicos brasileiros se colocam hoje num espectro 'ideológico' de transformação social, aproximando-se das propostas dos movimentos por ecojustiça. Propõe-se a construir outro 'modo de vida' em que ganham relevo valores éticos de justiça e equidade social. Por isso, são destacadas como importantes as mudanças nos relacionamentos entre as pessoas, não apenas no relacionamento dos seres humanos com o meio natural. É aí que se abre espaço para o questionamento desde, dentro do ideário agroecológico, das desigualdades de poder existentes entre os homens e as mulheres no meio rural, assim como entre os jovens, os adultos e idosos, ou entre os diferentes grupos étnicos e raciais [...] (SILIPRANDI, 2015, p. 143)

Em sua tese de doutoramento Emma Siliprandi (2009) busca compreender como as mulheres rurais se constroem como sujeitos políticos através de experiências agroecológicas, a partir de movimentos sociais mistos e de mulheres rurais, que agenciam resistências e abrem caminhos para construções de gênero em sentido igualitário e contextualizando as lógicas das mulheres agricultoras ecológicas.

Para ela (SILIPRANDI, 2015), ao longo dos anos 1970-80 os movimentos sociais mistos e de mulheres rurais se encontram com pautas e redes de movimentos sociais ambientalistas e ecologistas, o que intervém na reconstrução ecológica das pautas e do caráter do feminismo no campo. Esse feminismo passa então a assumir a construção de perspectivas de desenvolvimento rural sustentáveis, de segurança e soberania alimentar e nutricional e de agroecologia. Nesse percurso, ela reconhece o histórico da organização sociopolítica das mulheres rurais desde idos de 1980 e também identifica que:

Em muitos movimentos mistos, as agricultoras foram quem primeiro se aproximou das discussões sobre a agroecologia. Em todos os trabalhos de base das ONGs agroecológicas existem mulheres se organizando, participando de cooperativas, associações, feiras ecológicas, trocas de experiências. Quando chegamos à criação da ANA [Articulação Nacional de Agroecologia] em 2002, portanto, essas mulheres já vinham de distintas experiências organizativas. A participação em articulações locais, regionais e nacionais que tem por tema principal a agroecologia será, para as agricultoras, um passo a mais nessa trajetória. (SILIPRANDI, 2015p, p. 145)

Para compreender essas dinâmicas sociais pelo viés de gênero, Siliprandi (2009, 2015), realiza aproximação conceitual com o pensamento feminista e ecofeminista crítico e destaca o papel proativo das mulheres na construção política da agroecologia no Brasil, dando ênfase ao protagonismo político das mulheres como sujeitos políticos ecológicas e da construção de marcos conceituais e na institucionalização de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no Brasil e América Latina. Para ela “[...] um aspecto fundamental dessa proposta é que reivindicar a igualdade e a autonomia das mulheres significa reconhecer a necessidade de existência de um sujeito político ‘mulher’ – proposto pelo feminismo – para superar o sistema patriarcal. [...]” (SILIPRANDI, 2015, p. 79)

Ao se construírem como agroecologistas e reivindicarem direitos de igualdade de gênero nesses espaços e políticas públicas, através de agenciamentos coletivos em redes de movimentos feministas e ecologistas, elas se constroem como sujeitos ecologistas. Dessa forma, entendo que não tem como se pensar em agroecologia como construção social de sujeitos, de racionalidades e de territorialidades

socioambientais, reproduzindo violências e desigualdades de sexo-gênero, raciais e geracionais. Por isso, reivindicações outrora vinculadas a movimentos sociais culturais, tais como movimentos feministas e étnico-raciais passam a compor transversalidades da construção dessas racionalidades, territorialidades, identidades e sujeitos ecológicos.

Além disso, a partir de estudos de caso, Siliprandi (2015) argumenta que a agroecologia, por se construir através da valorização de atividades histórica e culturalmente praticadas por mulheres, tais como quintais produtivos e hortas, pode, potencialmente, gerar maior autonomia econômica para elas, proporcionando transformações de relações de gênero em sentido mais igualitário. Outrossim, ela problematiza a necessidade do empoderamento feminino em múltiplas dimensões, como forma de assegurar a igualdade de gênero plena nessas construções coletivas:

A experiência tem mostrado, no entanto, que a participação em processos de transição para a agroecologia, ao introduzir elementos que potencialmente desestabilizam a lógica patriarcal, pode abrir espaço para a mudança dos padrões de gênero, criando brechas para o reconhecimento de alternativas de vida às mulheres, para além dos papéis tradicionais. Mas para quebrar essa lógica é preciso que haja um processo de 'empoderamento' também político dessas mulheres, o que vai depender basicamente de que elas consigam aparecer (individual e coletivamente) como sujeitos ativos, nas famílias, nas comunidades, até influenciarem nas instituições públicas, nas políticas, na sociedade. Enfim, que as mulheres se façam reconhecer e sejam reconhecidas (SILIPRANDI, 2015, p, 109).

Dessa forma, ela frisa a relevância da indissociabilidade entre organização sociopolítica das mulheres às suas construções socioprodutivas, como condições de produção e de sustentação da igualdade de gênero e autonomia feminina nessas atividades, sejam elas realizadas no âmbito familiar, comunitário, territorial, ou através das redes e movimentos sociais ecológicos.

Valdete Boni (2012), ao pesquisar a experiência do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Santa Catarina, em diálogo com o pensamento ecofeminista, analisa que “[...] a luta das mulheres do Movimento das Mulheres Camponesas ultrapassa o essencialismo, a noção ‘mulher-natureza’, se construindo como luta política, de caráter anticapitalista e ambientalista. [...] É uma luta pela sobrevivência, sua e das próximas gerações. Mas para isso devem preservar o planeta. É uma luta política também.” (BONI, 2012, p. 104)

Valdete Boni e Maria Ignez Paulilo (2017) analisam o caráter crítico desse movimento social, destacando seu caráter prático, ativo e ambientalista, expresso nas

atividades de conservação de sementes crioulas e na construção de sistemas agroalimentares ecológicos e saudáveis.

No âmbito da produção agroecológica praticada por essas mulheres, essa autora destaca que “[...] embora seja voltada para um importante nicho de mercado, nem sempre é suficiente para sustentar a família” (BONI, 2012 p, 168). Dessa forma, se constitui uma ecologização parcial das unidades de produção familiares, entendida como estratégia de reprodução social de suas condições camponesas. Essa ecologização parcial é constituída por hortas, pomares e quintas ecológicos e diversificados, produzidos pelas mulheres e voltados à alimentação da família e por áreas de cultivo de grãos ou produções de animais integrados convencionais, conduzidos por seus maridos e voltados à obtenção de maior remuneração financeira familiar.

Segundo as interlocutoras da pesquisa de Boni (2012), essa ecologização parcial das unidades de produção familiares é o que hoje ainda assegura a reprodução social da condição camponesa dessas famílias, não, podendo, portanto, ser abandonada abruptamente, o que somente assume sentido em uma lógica de transição que não seja de curto prazo. Isso, no entanto, “[...] não a impede de se autodenominar camponesa justificando que ‘camponês é aquele que produz seu próprio alimento’” (BONI, 2012, p, 168). Para elas:

O discurso ferrenho contra o agronegócio também deve ser analisado pela ótica de como essas mulheres enxergam o agronegócio e a diferenciação entre grandes e pequenos agronegócios, estes últimos desenvolvidos em regime de produção familiar. Assim, o discurso crítico se refere aos grandes agronegócios, mesmo porque, segundo algumas lideranças, não há como colocar os dois sob o mesmo guarda-chuva, porque se os camponeses não buscarem alternativas junto às empresas integradoras, não sobrevivem no campo. A produção dos integrados distingue-se, assim, do agronegócio ligado aos monocultivos de soja transgênica, das plantações de pinus e eucaliptos, dos produtos voltados para a produção do biodiesel, etc. (BONI, 2012p, 169).

Destaco a relevância dessas experiências das mulheres do Movimento das Mulheres Camponesas de Santa Catarina, no sentido da recuperação da qualidade ecológica e diversificada da alimentação familiar, em associação à valorização do trabalho das mulheres, como garantia de segurança alimentar e nutricional para essas famílias, bem como maior autoestima e autonomia relativa feminina frente à dependência da compra de insumos e alimentos exteriores. Isso pode ser identificado também através das atividades realizadas no âmbito do Projeto de Extensão

“Organização Produtiva de Mulheres e Promoção de Autonomia por Meio do Estímulo a Práticas Agroecológicas”, sob coordenação da Universidade Federal Fronteira Sul, com a participação de mulheres camponesas e agricultoras familiares do MMC, MST e FETRAF-Sul (Federação dos Trabalhadores na Agricultura familiar da Região Sul) (BONI et al. 2015; 2017). No entanto, também destaco a necessidade de problematizações futuras acerca da necessidade da expansão dessas experiências agroecológicas também “do roçado para dentro”, das áreas e atividades que ainda são convencionais, sobretudo ainda geridas pelos homens.

Outros estudos recentes no campo de gênero e agroecologia, realizados no contexto dos estados do Nordeste brasileiro, acerca das ações executadas no âmbito do ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) Mulheres e ATER Agroecologia (JALIL; ESMERALDO; OLIVEIRA, 2017), demonstram como, através de metodologias participativas, as mulheres puderam participar de processos coletivos de formação social feminista e produtiva agroecológica. A partir dessas experiências, foi possível identificar que elas têm conseguido se expressar, se capacitar e se fortalecer material e subjetivamente, aprendendo a reconhecer e a valorizar seus trabalhos reprodutivos e produtivos, a adquirir maior autoconfiança, conhecer mais sobre desigualdades de gênero, violência contra as mulheres, promovendo transformações nas relações de gênero no âmbito doméstico e comunitário.

Dessa forma, as autoras compreendem que essa extensão rural diferenciada possibilitou a construção de novas agriculturas, novos manejos, valorizações das produções diversificadas das mulheres realizadas em quintais produtivos, hortas e pomares, bem com a valorização de tecnologias sociais adotadas pelas mulheres, promovendo maior o desenvolvimento das mulheres na comercialização e em engajamentos sociopolíticos. Com isso, “compreendemos que a agroecologia vai para além da relação ecológica com os recursos naturais mas também na possibilidade de construir outras relações sociais e culturais” (JALIL; COSTA; OLIVEIRA, 2017, p. 49).

Outrossim, as autoras também esclarecem que embora a agroecologia esteja possibilitando melhores engajamentos socioprodutivos e sociopolíticos das mulheres, esses processos continuam plenos de conflitos de gênero, manifestos em amplos espaços sociopolíticos e sociotécnicos, através das persistentes invisibilidades e não reconhecimentos dos trabalhos femininos em agroecologia e também através das ainda não igualitárias distribuições do trabalho doméstico:



Após discussões, provocações, problematizações trazidas a partir das lutas nos e pelos territórios protagonizadas pelas mulheres, percebemos que a velha e atual divisão sexual do trabalho sobrecarrega as mulheres e impõe que sejam as únicas responsáveis pelas tarefas de cuidado (JALIL; COSTA; OLIVEIRA, 2017, p.14).

Dessa forma, ainda que através da ATER diferenciada elas tenham conseguido obter avanços no âmbito social, político, econômico e cultural, os principais dilemas ainda permanecem à discussão da divisão sexual igualitária do trabalho e da violência contra as mulheres, indicando que essas temáticas ainda são contemporâneas e não foram resolvidas coletivamente.

Além disso, ao analisar a participação e a organização sociopolítica das mulheres na ANA (Articulação Nacional de Agroecologia), ABA (Associação Brasileira de Agroecologia), Encontros Nacionais de Agroecologia e Congressos Brasileiros de Agroecologia, Gema Esmeraldo e colaboradoras notam determinados avanços nos últimos anos, em virtude da maior organização social das mulheres nesses espaços:

É possível identificar uma interessante estratégia nessa trajetória, qual seja, a de inicialmente as mulheres inserirem-se na pauta geral das entidades, num envolvimento comum nos ambientes citados, que é a questão da agroecologia. Porém as discussões apresentam limites no que diz respeito às questões trazidas pelas mulheres, na medida em que estas pautas não incluem formas específicas de atuação e de demandas. (ESMERALDO; VIANA; CAMURÇA, 2017, p. 88)

De outra forma, mesmo reconhecendo esses avanços para esses espaços Siliprandi (2017), em análise sobre a inclusão de reivindicações das mulheres rurais na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, também aponta à necessidade da mobilização política permanente das mulheres dentro desses espaços. Frente a persistências de invisibilidades e conflitos de gênero ainda existentes nesses espaços coletivos de construção sociopolítica da agroecologia, o que se manifesta sobretudo, nos usos sistemáticos, por parte dos movimentos de mulheres, da expressão: sem feminismo não há agroecologia.

Todos esses estudos de ecologia e gênero são necessários para possibilitar diálogos com as ecologias das Sem Terra. No entanto, como aqui me propus à tradução em particular das ecologias das Sem Terra, entendo que as especificidades das ecologias emergentes através das agências dessas mulheres devam ser buscadas no interior da sua atuação situada das Sem Terra, seguindo a coerência teórico metodológica proposta para este estudo.

### 3.2 MULHERES SEM TERRA E AGROECOLOGIA

Na confluência de múltiplas formas de exclusões sociais, em 1984 nasce o Movimento dos Trabalhadores Rurais no Brasil, e junto com ele, associam-se também um conjunto de práxis sociais feministas e, mais recentemente, também agroecologistas, que transformam e complexificam de forma interseccional as construções sociopolíticas desses sujeitos sociais na atualidade.

A opção hegemônica de modernização conservadora da agricultura brasileira foi incapaz de gerar soluções adequadas à sobrevivência de amplas massas camponesas rurais. Elas não tiveram como se instalar adequadamente nesses territórios e acabaram migrando para o interior do país, em busca de terra, ou para grandes e médios centros urbanos, em busca de emprego e renda. Incapaz de receber todo esse contingente de trabalhadores disponíveis, tanto no campo quanto na cidade, esse modelo de industrialização e de modernização dependente adotado no Brasil acabou gerando uma infinidade de exclusões sociais, que acabaram por se manifestar na criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras e na construção dos sujeitos Sem Terras (MANÇANO, 1998; 2000; STEDILE, 1996).

Adotando a estratégia política de ocupações de terra, os Sem Terra começaram a ocupar terras improdutivas<sup>64</sup> e a territorializar as lutas sociais por Reforma Agrária. A partir da segunda metade dos anos 1980 e inicialmente a partir de áreas rurais localizadas no Sul e no nordeste do país, esse movimento social se espalhou pelo centro-Oeste e norte no Brasil ao longo dos anos 1990 e 2000 (MANÇANO, 1998).

Esse processo demandou a ampliação das pautas políticas da Reforma Agrária para além da posse da terra, assumindo também pautas coletivas de reivindicação de linhas de créditos agrícola específicos para assentamentos rurais, assistência técnica e extensão rural, infraestrutura rural e educação do campo. Essas demandas recriaram os sentidos da reforma agrária, deixando de ser entendida somente como conquista da terra e processo produtivo agrícola, para significar a criação de

---

<sup>64</sup> Terras improdutivas são aquelas designadas pela Constituição Brasileira de 1988 como aquelas que possuem baixos índices de produtividades, condições irregulares de trabalho e de conservação dos recursos naturais. Por isso são passíveis de desapropriação para fins de Reforma Agrária. Diante da morosidade dos governos brasileiros em aplicar essa lei, os Sem Terra começaram a ocupar essas terras como uma estratégia de pressão social para aceleração da concretização da Reforma Agrária Brasileira.

territorializações de promoção da vida e de cidadania, internalizando também experiências agroecológicas (HARSEN, 2008; VALADAO, 2012).

Desde a formação inicial do MST as mulheres Sem Terra têm se organizado e problematizado desigualdades de gênero para dentro e para fora desse movimento social, reivindicando condições igualitárias de participação das mulheres na construção da luta pela terra e por reforma agrária (ESMERALDO, 2013; BUTTO, 2017; SCHWENDLER, 2015; 2017).

A participação sociopolítica das mulheres Sem Terra e em sindicatos rurais também foi estudada por Esmeraldo (2013), por Paulilo (2016), Boni (2012) e por Butto (2017). Nesses estudos, essas autoras reforçam o papel das agências das mulheres na produção de resistências femininas frente à relações de dominação de sexo-gênero presentes nesses espaços sociopolíticos, dando ênfase à reivindicação da visibilidade, valorização e reconhecimento do trabalho, do protagonismo político e simbólico das mulheres na construção da Reforma Agrária e dos sindicatos rurais.

É essa experiência feminista que intervém de forma proativa na produção do reconhecimento da autoridade da fala das mulheres, na reivindicação e no agenciamento individual e coletivo da participação, do aprender, do produzir, do pensar a práxis política que as constrói como sujeitos mulheres como subjetividade ativa, agência feminista decolonial. É parte da decolonialidade de gênero – como processo de decolonialidade do saber, do ser e do poder das mulheres – romper com toda e qualquer sujeição, constrangimento e limitação tempo-espacial da fala, do agir, do movimentar-se, do autoafirmar-se, do criar, reconhecer e ser reconhecida, visibilizada e valorizada, como saber, ser e poder, em critério de igualdade mediante as relações de gênero (MAHAMOOD, 2006; LUGONES, 2008; 2014; SPIVAK, 2003).

É através da constituição de redes de movimentos sociais<sup>65</sup>, entre mulheres Sem Terra e mulheres rurais, que as Sem Terra vão também começar a debater

---

<sup>65</sup> O conceito de redes de movimentos sociais utilizado nesse estudo faz referência aos estudos de Scherer-Warren (2006, 2008). Essa autora pesquisa como se constroem dinâmicas sociais em redes de movimentos sociais na América Latina e Brasil. Segundo ela, as redes de movimentos sociais, na atualidade, caracterizam-se por articular a heterogeneidade de múltiplos atores coletivos em torno de unidades de referências normativas, relativamente abertas e plurais. Compreendem vários níveis organizacionais – dos agrupamentos de base às organizações de mediação, aos fóruns e redes políticas de articulação. Essas redes ora têm como nexos uma temática comum (terra, moradia, trabalho, ecologia, direitos humanos etc.), ora uma plataforma de luta política mais ampla (a altermundialização, a soberania nacional, um projeto de nação, ou a luta contra o neoliberalismo, contra a hegemonia mundial do capitalismo, as guerras imperialistas, contra o monopólio dos meios de comunicação, dentre outras), indicando uma relativa volatilidade das redes, mas também

questões de gênero, de representação política e de organização social das mulheres (SCHWENDLER, 2017). Schwendler (2017) analisa que as mulheres Sem Terra, pela sua ação feminista organizada, começam a atuar pela reivindicação do direito das mulheres a ter seu nome como titulares dos lotes. Nesse processo, foram tomando e construindo espaços políticos de tomada de decisão dentro desse movimento social:

É significativo que há um discurso no mesmo campo semântico que sugere a inauguração da luta de gênero dentro da luta pela terra. As mulheres conquistaram alguns direitos porque participaram de um contexto mais amplo de luta e politizaram seus interesses de gênero através da participação e da organização de seus próprios espaços. Lá elas tornaram-se conscientes de que a reforma agrária não é neutra em termos de gênero; e como as mulheres tem sido historicamente excluídas dos principais espaços de decisão, elas perceberam a necessidade do seu empoderamento, através da criação de espaços específicos para a formação e a organização das mulheres. (SCHWENDLER, 2017, p. 99)

Há estudos densos e externos que analisam como se deu a inserção do debate de gênero e a organização social das mulheres dentro do MST ao longo de sua formação. Esses estudos indicam que, em um primeiro momento, a principal questão enfrentada pelas mulheres foi o reconhecimento do seu direito ao acesso à terra (DEERE, 2004). Junto a isso, elas descobriram que também precisavam lutar para obter o reconhecimento e a visibilização de si mesmas como mulheres agricultoras, produtoras rurais e não somente “mulheres do lar”, para tornarem-se sujeitas de direitos produtivos e políticos (ESMERALDO, 2013).

Mais à frente, elas também se cruzaram com redes de movimentos sociais do campo e feministas, do Brasil e Internacionais, assim como na Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, da Via Campesina, da Coordenação Latino Americana de Organizações do Campo (CLOC), a Marcha Mundial das Mulheres, entre outras, passando a se assumir como feministas e a reivindicar Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, bem como a defesa da agroecologia, em contraposição ao modelo do agronegócio (SCHWENDLER, 2015; 2017; SILIPRANDI, 2015). Nas palavras de Schwendler:

Nesses espaços de luta política, as mulheres acumulam força política de conhecimento para compreenderem a questão agrária no contexto nacional e internacional e o papel da agricultura camponesa na produção da soberania alimentar. Ao mesmo tempo, através da categoria teórica de gênero, articulada à categoria classe, elas problematizam a produção e reprodução

---

sugerindo indícios de sua capacidade de abertura ao pluralismo democrático agonístico (vide Mouffe, 2003). (SCHERER-WARREN, 2008, p. 515)

da subalternização da mulher na sociedade e, particularmente, na cultura camponesa. (SCHWENDLER, 2015 p, 101)

À medida em que se organizam como coletivos e setores de gênero, pautam essa temática para dentro e para fora do movimento social. Elas questionam visões de mundo materialistas, classistas e mecanicistas<sup>66</sup>, abrindo esses espaços e se construindo como sujeitas da luta pela terra:

Embora ingressem na luta como mães, esposas ou filhas, ocupando papéis secundários, dentro de um movimento social camponês que também reflete em sua organização a lógica da cultura patriarcal as mulheres Sem Terras vão ocupando espaços e se tornam protagonistas da luta pela terra (SCHWENDLER, 2015, p. 92).

Nesse bojo, Sonia Fatima Schwendler (2017) também analisa como a atividade das mulheres na destruição de mudas transgênicas de eucalipto em um viveiro da Aracruz Celulose no Rio grande do Sul, realizada em 2006 pela ação das Mulheres da Via Campesina, teve um impacto significativo na qualidade das capacidades de agências de luta política das mulheres, ampliando ao mesmo tempo seu reconhecimento político como capacidade propositiva de projetos alternativos de existência, baseados na ecologia e na reprodução social de modos de vida baseados em lógicas camponesas populares:

Esta forma de protesto releva que as mulheres se superaram não somente no que lhes é esperado enquanto papéis de gênero, mas também pela sua capacidade organizativa e propositiva. [...] na proposição de um modelo de desenvolvimento para o campo que combina questões estratégicas presentes nos movimentos ecologistas / ambientalistas com elementos trazidos historicamente pelo feminismo (SCHWENDLER, 2015, p. 103).

Na década de 2000, elas passam a assumir junto às mulheres do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e à Via Campesina a construção do feminismo como uma reivindicação sua, construindo condições específicas para a emergência de um feminismo próprio, camponês e popular. Schwendler (2017) analisa que o nascimento desse feminismo camponês popular está estreitamente vinculado às relações nacionais e internacionais que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras vem estabelecendo ao longo de seus 35 anos, com movimentos sociais do

---

<sup>66</sup> Essa visão materialista, classista e mecanicista entendia que através da organização da classe trabalhadora e da luta de classes, as questões de gênero seriam dissolvidas, quando da emergência do socialismo real. No entanto, pela práxis social, essa concepção mecanicista se mostrou limitada, passando a ser tensionada e dissolvida dentro desse movimento social, em prol da construção de concepções interseccionais (VIGOYA, 2016; HIRATA, 2014) da luta pela terra e pela construção de outra sociedade.

campo no Brasil, através da Via Campesina, na América Latina, através da CLOC – coordenadoria Latino-americana das organizações camponesas e com a Via Campesina Internacional.

Em seu estudo, a autora destaca que a construção desse feminismo camponês popular tem se dado através de redes feministas e mistas formadas por esses movimentos sociais nacionais e internacionais. Para ela, o feminismo camponês popular se diferencia do feminismo branco da igualdade, porque questiona o moderno sistema mundo-moderno colonial e reivindica para além da igualdade de gênero, lutas sociais contra-hegemônicas por transformações sociais mais amplas e estruturais.

Essas lutas reivindicativas se associam a pautas contrárias ao modelo dominante de agricultura e de desenvolvimento rural, propondo ações combinadas de promoção da igualdade de gênero no campo, no combate a toda e qualquer forma de violência contra as mulheres, por soberania e segurança alimentar e mais recentemente, também em defesa da agroecologia (SCHWENDLER, 2017). É nesse contexto que pautas feministas também vão se encontrar com movimentos ecológicos. Dentro deles, as Sem Terra vão também assumir a construção da agroecologia como categoria constitutiva de sua construção feminista camponesa popular.

Harsen Schlachta (2008) e Valadão (2012) analisam que, a partir dos anos 2000, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra amplia as noções de cooperação e passa a incentivar a agroecologia. Destaca-se neste processo o IV Congresso Nacional do MST, realizado de 07 a 11 de agosto de 2000, em que foi aprovada uma deliberação específica sobre esse tema, que afirma a necessidade de “[...] Estimular práticas agroecológicas e o respeito ao meio ambiente” ( HARSEN SCHLACHTA, 2008, p. 59).

Para as mulheres Sem Terra, Vasconcellos (2015) analisa que o trabalho associado e a agroecologia promovem a participação das mulheres em espaços ampliados de mediação sociopolítica, por meio da valorização das atividades realizadas pelas mulheres, interferindo na reconstrução de relações de gênero. Outrossim, essa autora reforça os dados já observados por Siliprandi (2015) e por Jalil, Esmeraldo e Oliveira (2017), que admitem que, mesmo ampliando as capacidades produtivas e políticas, as mulheres Sem Terras agroecologistas permanecem vivenciando tradicionais divisões sexuais do trabalho, mantendo a clássica dimensão reprodutiva do trabalho feminino (cuidado com filhos, casa,

alimentação). Nesse contexto, cirandas e refeitórios coletivos são acionados pelo setor de gênero do MST em alguns assentamentos rurais, como mecanismos de responsabilização coletiva por esses trabalhos.

Vasconcellos (2015) ainda acrescenta que a assunção da pauta da soberania e segurança alimentar pelas mulheres da Reforma Agrária, em ressonância com as pautas das mulheres da Via Campesina, o que requalifica uma pauta historicamente destinada ao âmbito doméstico e feminino, como a temática da alimentação, transformando-as em uma questão política ampliada. Além disso, acrescenta que a associação dessa pauta à da construção do projeto agroecológico mobiliza a construção de uma ética feminista bem como de outras relações sociais com a natureza.

Hadich e Bastiani (2017) analisam a experiência das mulheres assentadas de Reforma Agrária do Oeste Catarinense na criação de experiências agroecológicas, a partir do Projeto de Organização Produtiva de Mulheres e Promoção da Autonomia por Meio do Estímulo à Prática Agroecológica. Esse projeto foi desenvolvido no âmbito da ATER mulheres e ATER agroecologia, com movimentos do campo e ecológicos e com a UFFS (Universidade Federal Fronteira Sul).

Nesse texto, as autoras contextualizam a agroecologia no âmbito da luta de classes e como estratégia de construção da Reforma Agrária Popular: “[...] é uma ferramenta de enfrentamento do agronegócio desde sua essência” (HADICH; BASTIANI, 2017, p. 135). No âmbito da participação das mulheres, elas compreendem que “a agroecologia, é um projeto em defesa da vida e as mulheres, em sua essência, em sua natureza são capazes de entender e assimilar isso” (HADICH; BASTIANI, 2017, p. 135). Além disso, para elas:

Via de regra, o trabalho feminino (em atribuições e tempo) está concentrado em sistemas dedicados à reprodução e autossustentação da família [...]. Nesses sub-sistemas estão concentradas a biodiversidade e a soberania alimentar, que são pilares da autonomia da família. E isso é controlado, organizado e realizado pelas mulheres (a chamada renda não monetária). (HADICH; BASTIANI, 2017, p. 139).

Essas autoras reconhecem e destacam a relevância do trabalho produtivo das mulheres na conservação da agrobiodiversidade e da soberania e segurança alimentar familiar e problematizam a necessidade de reconhecimento das mulheres e da igualdade de gênero em contextos de Reforma Agrária. De outra forma, as mulheres, como geradoras e cultivadoras de vida, também são tomadas como

promotoras da soberania alimentar e da conservação da agrobiodiversidade dos agroecossistemas.

Esses estudos demonstram que está em curso a construção de processos de tradução dos sentidos e significados emergentes das ecologias praticadas pelas mulheres Sem Terra. Na atualidade, um volume significativo de estudos sociais em ruralidades e com agroecologia e gênero vem sendo realizados no Brasil. Buscando analisar alguns desses aspectos, adentro às descrições e análises das experiências ecológicas das Mulheres Sem Terras do Paraná. É, portanto, na intenção de dar sequência e ampliar o aprofundamento dessa construção que proponho construir os itens e capítulos subsequentes desse estudo.

### 3.3 EXPERIÊNCIAS E TRAJETÓRIAS DAS MULHERES PESQUISADAS

Nesse item apresentarei uma breve descrição das histórias de vida das interlocutoras de pesquisa. Embora esse estudo focalize na intersecção entre classe, gênero e condição camponesa situada, destaco na apresentação das mulheres também intersecções geracionais e de sexualidade, a fim de visibilizar as diversidades sexuais e geracionais constitutivas dessas interlocutoras, apontando-as como indicações para a realização de estudos futuros.

No que diz respeito à raça, embora assumo um referencial decolonial, que dá ênfase à categoria raça nas interseccionalidades de gênero, esclareço que não obtive suficientes condições de pesquisa para interseccionalizar essa categoria social às análises que se seguirão neste estudo. Dessa forma, optei por não realizar de forma aleatória e não autodeclaratória categorizações raciais das interlocutoras. Portanto, considero que qualquer categorização racial aqui imposta em minha autoria se refere ao conceito de etnogênese<sup>67</sup> das mulheres Sem Terra. Dessa forma, destaco a relevância da continuidade da pesquisa acadêmica para a realização de estudos futuros, em que se possa interseccionalizar raça aos estudos de ecologia e gênero das mulheres Sem Terra.

---

<sup>67</sup> Para Arruti (2006), a etnogênese contempla dois processos principais: um primeiro no qual ocorre o reconhecimento do grupo na esfera pública, o qual concebe que os conflitos tomem uma dimensão pública e reverberam em direitos mais amplos, e um segundo momento destinado à “[...] auto-identificação do grupo de acordo com o novo enquadramento categorial, o que implica o grupo passar a reconhecer que o desrespeito a que está submetido é parte constituinte (eventualmente constituinte) de sua identidade coletiva” ARRUTI, 2006. p. 44)



As descrições e análises que seguirão sempre partirão do contexto local, da Comunidade Emiliano Zapata, do cotidiano da vida, para se encontrar com formulações e vozes abrangentes de nível regional, estadual e nacional, em intersecção com as Jornadas de Agroecologia.

### 3.3.1 As trajetórias das mulheres pesquisadas

Nesse subitem apresentarei as interlocutoras de pesquisa, trazendo alguns elementos sobre suas trajetórias. Para identificar as interlocutoras de pesquisa, buscando manter o diálogo com as simbologias das buvas e das flores vermelhas e, ao mesmo tempo preservar as identidades verdadeiras das mesmas, escolhi nomes fictícios baseados em flores, arbustos e árvores para identificá-las, buscando traçar perfis de associação entre flores, árvores e mulheres.

#### 3.3.1.1 As mulheres do Acampamento Emiliano Zapata

A primeira delas, Rosa Vermelha, 66 anos de idade, nascida em São Sepé, Rio Grande do Sul, viveu com os pais na roça até a juventude. Lá, trabalhava com os pais no cultivo de feijão, milho, arroz, e alimentos diversificados para subsistência familiar e comercialização. Ainda quando jovem, partiu para a cidade. Casou-se, teve sete filhos e realizou vários processos migratórios entre os Estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Divorciou-se e chegou ao Paraná com seus filhos, pois segundo ela, o marido bebia, não conseguia arrumar serviço, gastava todo o dinheiro com bebida e maltratava as suas crianças. Já nas imediações de Curitiba, em São José dos Pinhais, ela trabalhou em restaurantes, como diarista, de dia e por vezes também à noite para sustentar sozinha seus sete filhos:

RV: eu trabalhava de sol a sol. Às vezes de sábado a segunda. [...] Eu fiz tudo que é coisa. Mas na verdade o que dava mais dinheiro, porque tinha tudo aquela criançada para sustentar, era diarista. Então teve um tempo, uns dez anos, que eu trabalhava de diarista de dia e pizzaiola de noite [...] Então eu trabalhava das 8:00h às 18:00h limpando uma casa e das 18:00h eu passava para a pizzaria [...] e ficava as vezes até 01:00h da manhã. (ENTREVISTADA R.V. Informação verbal)

De 1998 a 2003 ela e seus filhos viveram um período de crise de trabalho. Nesse período ouviram falar de um acampamento dos Sem Terra que sairia em uma

região próxima dali, no município de Palmeira. Decidiram então acampar. Primeiro foi o filho mais velho a ir para o acampamento, depois ela foi com os mais novos. Alguns que estavam empregados em Curitiba e já haviam se casado ficaram em Curitiba mesmo:

R.V.: [...] Daí fomos lá, sentamos a família lá, o que que é aquilo lá? É um negócio que vai ter uma terra, qual que é o nosso planejamento? Porque isso nós tinha na família, tudo que nós ia decidir, tudo era nós sete daí tinha o A., para ver o que temos. Então o que o F. disse? F. disse que o tal fulano disse, que o fulano disse que vai ter uma terra para nós, daqui mais ou menos um tempo. Daí o que nós faz. Bom, nós podemos pegar essa terra e tudo nós morar nessa terra, tudo os sete. Tudo nós já pode morar nessa terra, pelo menos vamos ter onde morar. (ENTREVISTADA R.V. Informação verbal)

Já acampados, logo ela começou a se engajar nos processos coletivos, a contribuir na coordenação do acampamento, no setor de saúde, de gênero e ao longo de vários anos, também na direção da brigada<sup>68</sup> da região:

R.V.: [...] Bom, deixa eu te dizer da minha contribuição. Bom, [...] daí chegou o C., viu, a senhora não quer ir lá na Embrapa com nós para negociar para plantar lá embaixo. [...] Nós ia negociar para começar plantar milho, as plantas grandes. Eu falei eu vou né, mas cheguei ali, eu entendi que era para ter um tanto de mulher ali, eu cheguei ali tinha 14 homens e eu de mulher. O povo que ia lá. Daí eu disse não mas eu vou mesmo assim. Daí o C. disse, não aqui não tem isso. Daí fomos. Entramos por uma estrada que vai sair por trás do escritório do IAPAR, 14 homens e eu. (ENTREVISTADA R.V. Informação verbal)

Ela relata que nesse período o setor de gênero se organizava junto com o setor de saúde e que iam para os encontros de saúde e também faziam debates de gênero. Segundo ela, faziam isso como uma estratégia para que os maridos permitissem às mulheres participar desses encontros, com a justificativa de que eram encontros de saúde.

Hoje ela participa do cultivo de horta no espaço da horta coletiva da comunidade. Além disso, tem uma agrofloresta em seu lote, criação de aves para autoconsumo e uma pequena horta local individual para autoconsumo e comercialização de bolsas e feiras ecológicas. Ela também participa da coordenação do seu acampamento e da direção da sua brigada do MST. Ao longo desse período ela fez vários cursos de formação política, de gênero, saúde, de agricultura, etc.

<sup>68</sup> Brigada é o nome que os Sem Terra atribuem à organização coletiva das famílias. Essa organização coletiva começa pela organização local de núcleos de base de dez famílias, organização do acampamento ou assentamento e a cada 500 famílias, reunidas entre os acampamentos e assentamentos de uma dada região do Estado. Essa organização regional dos Sem Terras em grupos de 500 famílias é denominada Brigada. Cada núcleo de base e coordenação de acampamento, assentamento ou brigada é coordenada por um homem e uma mulher.

A segunda entrevistada é Dona Arruda. Ela tem 76 anos de idade e estudou até a oitava série. Ela teve nove filhos do primeiro casamento e hoje é bisavó. Antes de vir para o acampamento, ela viveu até dos 42 anos na roça, depois foi para a cidade de Curitiba e lá trabalhou como diarista até aos domingos para sustentar seus filhos. Nesse período, ainda com os filhos pequenos, ela ficou viúva e precisou trabalhar para sustentar seus filhos. Em Curitiba ao longo desse período ela conheceu seu atual esposo, se uniram, os filhos cresceram, se casaram. Mais tarde ficaram sabendo do acampamento. O esposo decidiu vir e ela, segundo seu relato, teve que vir junto, mesmo contra sua vontade. Ela tinha recém se operado da vesícula e veio para o acampamento. Segundo ela, não teve tempo de resguardar a cirurgia direito e isso gerou sequelas que persistem até hoje. Ela nos contou que passou muito sofrimento na época do acampamento, em virtude da sua cirurgia e com falta de banheiros, tanques para lavar roupas, etc.

No acampamento ela pode continuar seus estudos, e também se engajar na produção agrícola. Em seu lote, ela sempre esteve engajada na produção diversificada de olerícolas, frutas, plantas medicinais e roçados de milho, feijão, mandioca, batata, amendoim, etc.:

A: Eu tocava um pedaço de terra aí plantando. Teve um ano que eu colhi 40 sacos de amendoim. É e eu enfrentando sozinha. Sabe o que eu fazia? Eu estudando de dia até a quarta série, eu vinha em casa. Eu vinha cedo, eu ia cedo lá para a horta, olhar lá a horta, regar, ir para a roça e quando era 10:30h eu vinha em casa e fazia almoço, limpava a casa e daí almoçava lavava a louça e ia para a escola. Chegava em casa 17:00h. Daí que eu ia aguardar a horta de novo e fazer o que tinha que fazer e daí já estava de noite. (ENTREVISTADA A. Informação verbal).

Além de produzir para autoconsumo, ela entregava seus alimentos para o PAA do PNAE local. Hoje ela ainda cultiva plantas medicinais, horta, pomares e alguns alimentos em lavoura, mas mais voltado para auto sustento. Segundo ela, faz menos coisas, porque afirma ter muitos problemas de saúde e “já não tem a mesma força”.

A próxima entrevistada foi Rosa Rosa. Ela vive uma união estável, tem cinco filhos, três adolescentes e duas crianças pequenas e estudou até a quarta série. Natural do município de Reserva no Estado do Paraná, ela sempre trabalhou na roça diversificada de milho, feijão e outros alimentos, com seus pais. A mãe dela trabalhava com leite e o seu pai com roçado de grãos. Depois de adulta, Rosa Rosa foi para a cidade de Ponta Grossa trabalhar. Porém, como estava muito difícil conseguir trabalho lá, decidiram (ela e seu ex-marido) vir para o acampamento. Aqui conheceu seu atual

esposo e começaram a trabalhar com hortas. Hoje eles cultivam uma horta diversificada voltada à comercialização para o PNAE municipal. Além disso, tem iniciado o cultivo de pomares de cítricos (laranjas e ponkans), tendo em vista também comercializar para o PNAE e já participou esporadicamente de algumas feiras locais e da horta coletiva.

Outra entrevistada é Margarida. Ela é casada e tem 37 anos de idade. Margarida e seu atual esposo vieram para o acampamento para cuidar do lote de um acampado que está estudando pelo Movimento Social em Curitiba. Eles estão no acampamento há cinco anos, e fazem parte da horta coletiva e dos projetos coletivos de entregas de sacolas na cidade. Antes de vir para o acampamento ela trabalhava em um mercado na cidade e não havia tido experiência com produção agrícola.

M: E eu trabalhava no mercado, daí nós viemos conhecer [...] e viemos para cá. Faz pouco tempo que estamos aqui, e agora eu gostei, acho que se for voltar para a cidade não volto mais.

M: já acostumei.

E: mas nunca tinha vivido assim no campo?

M: nunca, a primeira vez. Nunca tinha saído assim da cidade[...] Quando eu vou lá em já volto com dor de cabeça, aquele barulhão, carro, a gente aqui fica mais sossegadinho né, quieto. (ENTREVISTADA MARGARIDA. Informação verbal).

Outra interlocutora de pesquisa é Zinnia. Ela tem 49 anos de idade, sete filhos e hoje vive uma união estável. Zinnia vive no acampamento há cerca de um ano e meio. Zinnia trabalhava na roça com seus pais no assentamento Che Guevara, em Ponta Grossa. Neste local, além de trabalhar na roça, ela trabalhava na cidade e para um fazendeiro local. Lá conheceu seu atual esposo e decidiram migrar para o acampamento Maria Rosa – Castro -PR. Neste acampamento foram sorteados para virem morar no acampamento Emiliano Zapata e desde então partiram para essa comunidade. No Emiliano Zapata ela participa da horta coletiva junto com a Rosa Vermelha e Margarida no projeto das feiras e sacolas em cooperação com mediadores da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Além disso, estão começando a formar uma horta própria em seu lote.

A próxima interlocutora é Ipê Roxo. Ela é filha de Dona Rosa Vermelha, possui 42 anos de idade, é casada, tem dois filhos e estudou até a oitava série. Seu marido é filho de assentado do Assentamento Abapam – Castro. Quando casaram, ela foi viver com seu esposo naquele assentamento. Lá, trabalharam com produção de leite, vacas de leite. Porém o pai do seu esposo faleceu e como a terra estava no nome dele, não conseguiam fazer Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e não

conseguiram escoar a sua produção. Dessa forma eles não conseguiam obter renda e trabalho no local, optando por vir para o Emiliano Zapata. Nessa localidade, ela e seu esposo trabalham no cultivo de hortas diversificadas para autoconsumo e comercialização. Também iniciaram um pomar. Eles têm criação de suínos para autoconsumo e produção de leite e queijos artesanais para comercialização local, entre os vizinhos, em sacolas e em feiras livres.

A próxima entrevistada é Tulipa. Ela tem 43 anos de idade e três filhos. Quando terminei a pesquisa de campo ela estava concluindo um curso de licenciatura em Educação do Campo pela UFPR. Ela chegou no acampamento em 2006. Ela e seu esposo nunca haviam trabalhado na roça. Dessa forma, os dois têm buscado aprender como cultivar hortas e roçados com manejos ecológicos. Hoje eles entregam hortaliças para um mercado local e também para o PNAE. Além disso, decidiram cultivar grãos convencionais em parte do lote, com objetivo de produzir alimentos para suas criações de suínos e aves visando o autoconsumo local.

Na entrevista, a Tulipa me relatou o caso do processo de reconstrução de identidade sexual de sua filha. Tulipa contou que passou por muitas dificuldades, sendo que as mulheres lideranças políticas locais com formação de gênero e apenas algumas famílias específicas do território foram quem lhes auxiliou e apoiou na superação de preconceitos heteronormativos. Para a jovem, não obter compreensão e apoio da comunidade não figurou como algo impactante, na medida em que ela afirmou que para ela, o essencial foi obter a compreensão e apoio de sua mãe:

E: A, esse apoio da Tulipa fez diferença para você? Faz diferença?

A: fez bastante. Porque desde o começo ela me apoiou, e até quase tem horas eu falo, cara eu tenho a melhor mãe do mundo, porque ela me apoiou em tudo. [...] eu posso não ter apoio do mundo inteiro, mas tendo da mãe para mim já basta, tendo a apoio dela já basta tudo.  
(ENTREVISTADA ARTEMÍSIA. Informação verbal).

No entanto, a mãe, Tulipa, destaca as dificuldades vivenciadas no território, mas também os apoios que obteve de outras mulheres do Movimento Social. Associado a isso, também se evidencia o crescimento pessoal que ela obteve ao estudar a temática gênero em seu trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em Educação do Campo:

E: [...] foi assim, aqui na comunidade foi difícil no começo porque as pessoas que não entendem, que tem esse tipo de preconceito de gente que acha que é diferente. Porque para a maioria das pessoas isso é uma doença. Eu já vi mesmo em vários assentamentos que eu fui a dificuldade que as pessoas diferentes tem para sobreviver. [...] Ele mesmo não consegue se aceitar como

gay, ele mesmo acha que isso é errado, que não pode. Porque a sociedade impregna isso. [...] Mas eu tenho uma filha assim, então não tem como eu falar, ah eu não vou aceitar, então... porque a filha é minha, então se eu não der apoio para ela quem dará? Mas eu ainda tenho muita dificuldade de entender, porque não se fala quase nisso [...] (ENTREVISTADA TULIPA. Informação verbal).

Não inseri como objetivo analisar as des e reconstruções não heteronormativas de sexo-gênero nesta pesquisa. No entanto, trago aqui essas informações a título de visibilizar que mudanças socioculturais sexuais estão em curso nesses territórios de Reforma Agrária e problematizar a relevância da pesquisa desse tema em estudos futuros.

Outra interlocutora é Hortência. Ela é casada, tem duas filhas, 55 anos de idade e estudou até a quarta série. Ela e seus esposos foram nascidos e criados na lavoura, em um sítio do pai, próximo da cidade de Campo Mourão. Lá, trabalhavam com roçado de milho, feijão e algodão convencional e mecanizado. Porém, quando o pai faleceu a situação ficou difícil e migraram para Curitiba, moraram em Almirante Tamandaré, ela cuidava das crianças e ele trabalhava fora. Hoje o esposo trabalha em uma empresa local e ela cuida do lote.

A próxima interlocutora é Orquídea. Ela possui segundo grau completo, 35 anos de idade, é viúva e tem uma filha criança. Os seus pais são assentados no município de Reserva. Ela contou que viviam com muitas dificuldades financeiras naquele assentamento. Filha mais velha de cinco irmãos, com 13 anos de idade foi trabalhar na casa de uma vizinha para poder auxiliar na compra dos alimentos para a família. Na sequência ela foi trabalhar na casa de outra família em Ponta Grossa como cuidadora de crianças. Com 16 anos de idade ela foi para Curitiba trabalhar em casa de família como empregada doméstica. Ficou 10 anos lá. Orquídea tinha o sonho de estudar, mas os patrões não deixavam:

O: [...] completou dez anos morando lá. Eu olhei para mim e pensei: E a minha casa que eu quero ter, a minha geladeira, o meu sofá, como que eu vou conseguir isso aqui em Curitiba? Me bateu isso, eu vou voltar nas minhas raízes. Ai eu fiz o seguinte cálculo: se eu tivesse nesses dez anos ido me acampar eu tinha a minha casa, minhas vacas, meu terreno, meu tudo. [...] Ai eu vim para esse acampamento aqui, com esse propósito, [...] Porque na situação que eu estava eu não conseguia apoio de ninguém. Só eu, meu trabalho e meu esforço. E daí eu vim, me acampeei, fiquei praticamente um ano sozinha. [...] sozinha entre aspas, porque meu irmão de 14 anos veio junto [...] eu era provedora, [...] Daí conheci meu marido aqui, ficamos junto e até agora né, até esses dias. É, valeu a pena, valeu, porque se eu tivesse em Curitiba com a escolaridade ganhando um salário eu tinha tudo isso aqui? (ENTREVISTADA ORQUÍDEA. Informação verbal).

Hoje, no seu lote, Orquídea cultiva uma horta e tem alguns bovinos. Ela gosta de trabalhar com vaca de leite e pretende formar mais pasto para criar vacas. Hoje sozinha, Orquídea comercializa produtos ecológicos para o PNAE e na cidade de Ponta Grossa diretamente ao consumidor, através de venda em alguns pontos de comércio e entrega de cestas, junto com sua cunhada. Ela também participa de várias atividades coletivas de representação local, sendo coordenadora do acampamento e membro da diretoria da cooperativa regional.

A próxima interlocutora é Jasim. Ela tem 41 anos de idade, é casada, tem três filhos adolescentes e estudou até a quarta série. Os pais dela vivem no Assentamento Três Pinheiros, situado em Ponta Grossa. Ela sempre viveu lá nesse assentamento, trabalhou na roça e se casou com um assentado local. Lá, praticavam agricultura convencional e mecanizada. Quando se casaram, ficaram trabalhando no lote do sogro, mas logo vieram para o acampamento Emiliano Zapata para terem seu próprio lote. Foi no Emiliano Zapata que ela começou a ter contato com a agroecologia. Nesse território hoje ela cultiva uma horta ecológica e possui um quintal com árvores frutíferas e também tem criação de pequenos animais (aves). Além disso, em parte do lote, esse casal ainda pratica cultivo convencional de grãos, feijão e milho para comercialização. Ela e um de seus filhos normalmente trabalham na horta e seu esposo na lavoura de grãos. Essa divisão sexual e territorial do trabalho por gêneros também foi observada em outros casos e será analisada ao longo deste estudo.

A próxima interlocutora é Dona Dália. Ela tem 54 anos de idade, duas filhas do primeiro casamento, vive uma união estável com seu companheiro, que tem dois filhos pequenos, e é agrônoma. Ela é natural de Roraima. Se formou em agronomia lá, pois sempre gostou de plantas, mas depois de formada nunca havia atuado na área. Em Roraima, ela trabalhava com comércio e costura. Quando se divorciou, decidiu vir para o Paraná. Aqui ela conheceu seu atual esposo e acabou vindo morar no acampamento. Hoje ela e seu esposo cultivam uma horta ecológica. Ele trabalha de diarista para fora durante a semana e ela cultiva a horta. Eles entregam sacolas ecológicas com hortaliças na cidade de Ponta Grossa.

A interlocutora seguinte se chama Amora. Ela é uma mulher jovem, tem dezoito anos de idade, dois filhos pequenos e vive uma união estável. Amora estudou até a oitava série e vivia na cidade de Ponta Grossa. Lá na cidade conheceu seu atual esposo e acabou vindo morar no acampamento. Quando se casaram, a sogra dela e o seu atual esposo fizeram um projeto de PNAE para comercialização de alimentos

para as escolas. Tendo em vista essa possibilidade de geração de renda para o jovem casal, eles decidiram então vir morar ambos no acampamento. O esposo dela, além de ser filho de assentado, trabalha ainda hoje como pedreiro na cidade de Ponta Grossa. Amora nunca havia tido contato com agricultura e conheceu a agroecologia somente nesse território local. No momento, o casal está investindo na formação de uma agrofloresta. Dentro desse espaço eles cultivam hortaliças, frutas e árvores nativas. Além disso, cultivam um roçado ecológico e manual de grãos de milho e feijão principalmente para alimentação da pequena criação de suínos que possuem e para autoconsumo. Além desses produtos, eles entregam hortaliças para o PNAE. As sementes que eles utilizam são todas crioulas. Eles fazem a multiplicação e a conservação local dessas sementes.

Em campo também entrevistei outra jovem, chamada aqui de Palmarosa. Ela possui 23 anos de idade, estudou até a oitava série, não tem filhos e vive uma união estável. Ela foi adotada quando criança. Seu pai adotivo era acampado no lote que eles estão hoje. Por problemas de saúde, ele saiu do lote morar na cidade de Ponta Grossa com outra filha. Dessa forma, Palmarosa e seu esposo decidiram assumir o lote que estão hoje pois, segundo ela, os demais filhos não se interessavam. Palmarosa cultiva hoje nesse lote uma horta, um pomar e também tem criação de suínos e galinhas caipiras. Ela gosta de trabalhar com os animais. Ela comercializa seus produtos para o PNAE e, também, junto com a sua cunhada Orquídea, elas comercializam diretamente aos consumidores na cidade de Ponta Grossa. Seu esposo trabalha fora todos os dias da semana. Segundo ela, o objetivo deles é se capitalizar para ele poder trabalhar somente no lote. Ela contou que antes nunca havia tido contato com agricultura e pecuária, e que começou a aprender como trabalhar com o sítio através dessa experiência. Ela conta que ainda está aprendendo. Tem começado a participar de atividades coletivas na comunidade, principalmente atuando como coordenadora local do núcleo da Rede Ecovida de Agroecologia.

Outra entrevistada foi Dona Erva Doce. Ela tem 64 anos de idade, estudou até a terceira série e é casada. Ela e seu esposo têm juntos sete filhos já crescidos e que moram todos na cidade de Ponta Grossa e outras cidades. Dona Erva Doce sempre viveu na roça com os pais, onde tocavam roçado de milho, feijão, batata, mandioca e horta. Depois de casada, ela e seu esposo decidiram ir para a cidade:

ED: Fui criada na lavoura. Fui e me criei e me casei lá no município de Candido de Abreu e vivi na lavoura com meus pais. Depois com o meu marido



e os filhos. Vim embora para poder colocar eles na escola, porque lá tinha grupo mas não tinha professores porque era muito longe, lá era um lugar bem de difícil acesso sabe. [...] Daí vim embora para cá, daí o Cedrinho trabalhou na firma né, na empresa, e eu fiquei lá, como diz fazia os biquinhos de costura, crochê ou por dia para alguém. Para ajudar um pouquinho. [De 1988 até 2002]. (ENTREVISTADA ERVA DOCE. Informação verbal).

No período em que estiveram na cidade, o marido trabalhava em uma fábrica metalúrgica, mas no final dos anos 1990 enfrentaram uma crise de emprego e ele foi demitido e não conseguia mais trabalho. Então, decidiram acampar no Emiliano Zapata. Nesse território ele se aposentou. Ela está hoje em processo de aposentadoria. Desde que vieram para o território do Emiliano Zapata eles cultivam roçados de milho, feijão, mandioca, frutas, pomares e horta, tudo ecológico. Produzem para autoconsumo, para comercialização no PNAE e também para comercialização através de um dos grupos de consumidores da cidade de Ponta Grossa organizado por uma de suas vizinhas. Além disso, durante todo esse período de acampamento, eles sempre estiveram inseridos em atividades coletivas na comunidade.

A próxima entrevistada é Malva. Ela tem 35 anos, é casada, tem um filho e é engenheira agrônoma. Ela é filha de pequenos agricultores do município de Contenda – PR e sempre lidou com agricultura. Com os pais, praticavam um tipo de agricultura camponesa familiar, com baixo uso de insumos químicos e mais manual. Ao terminar o curso de agronomia, ela fez uma especialização em agroecologia e veio ao acampamento Emiliano Zapata fazer uma pesquisa de conclusão de curso. Ela gostou do local e decidiu se mudar para a comunidade. Inicialmente, ela contribuiu na gestão de um Projeto de Compra Direta pela Programa de Aquisição de Alimentos e realizou assistência técnica às famílias. Nesse local ela conheceu seu atual esposo, se casaram e tiveram um filho. Hoje ela conduz o lote, cultivando uma horta e pomar ecológicos e um roçado convencional. Ela faz entregas para o PNAE e para grupos de consumidores da cidade de Ponta Grossa. Seu esposo trabalha como motorista diarista na cooperativa local.

Outra mulher ainda deste grupo é Aroeira. Ela tem 54 anos de idade, fez magistério, tem quatro filhos adultos e é casada. Ela também teve experiência com agricultura antes de vir para o acampamento. Quando era criança, os pais viviam no campo em Cândido de Abreu, onde trabalhavam na lavoura. Ela era a caçula de 14 irmãos, cresceu e foi morar na cidade, trabalhou com comércio, com vendas. Depois chegou ao Zapata:

E: mas qual que foi a motivação de vocês terem vindo?

A: não sei, foi uma coisa que... nos estava bem lá, acho que foi uma aventura assim [...]. E daí outra coisa é que hoje eu dou graça porque eu digo que eu comecei a viver a partir do momento que eu entrei no Movimento Sem Terra. [...] porque na cidade você não vive, você vegeta. [...] é aquela correria que você vai do trabalho para casa, não tem tempo para se dedicar aos filhos, não tem tempo para nada, é muita correria. E daí você não quer saber. É só trabalhar ganhar dinheiro e gastar e aquele bolo que você vive com conta. E daí aqui não, você programa e você vive mais tranquilo né. (ENTREVISTADA AROEIRA. Informação verbal).

Hoje ela conduz uma horta ecológica e comercializa cestas ecológicas na cidade de Ponta Grossa. Eles também possuem um roçado convencional de grãos para autoconsumo. Aroeira viveu vários anos participando de atividades coletivas do movimento social, inserida em coordenações de atividades na cooperativa local e em ações públicas do Movimento Sem Terra.

A próxima entrevistada é a Anis Estrelada. Ela é uma jovem, vive hoje uma união estável, tem uma filha pequena e ensino médio completo. Hoje ela está tentando concluir o curso de licenciatura em Educação do Campo pela UNICENTRO. Os pais são assentados em Castro. Desde criança ela trabalhou com os pais e irmãos em roçados diversificados de milho, feijão, arroz, batata doce, etc. Quando se tornou adolescente, alguns de seus irmãos vieram para o Emiliano Zapata, mas não deixaram ela vir junto, porque ela era sozinha. Ela então saiu de casa e foi para o Rio Grande do Sul trabalhar como doméstica.

Alguns anos depois a sua mãe adoeceu e ela voltou para o Paraná para cuidar da mãe. Após a mãe falecer, ela veio trabalhar na cozinha comunitária do Emiliano Zapata com sua irmã. Logo conheceu seu atual esposo e passaram a viver juntos nesta comunidade. Os dois foram para São Paulo contribuir na Escola Nacional Florestan Fernandes<sup>69</sup>. Ele como motorista e ela na ciranda, na biblioteca, etc. Lá viveram muitos conflitos conjugais em meio à sua gravidez. Ela contou que nesse local vivenciou situações de violência psicológica contra a mulher. Após esses episódios, eles se separam, mas depois voltaram a viver juntos e retornaram ao Acampamento Emiliano Zapata. Nesse território, Anis Estrelada participou da horta coletiva com outras mulheres, comercializou para o PNAE e hoje está tentando recomeçar tanto sua construção familiar, quanto uma horta individual no seu quintal. Eles também possuem uma pequena criação de suínos para autoconsumo. O marido dela é

---

<sup>69</sup> Essa escola é um centro nacional de formação política gerida pelo MST.

motorista da cooperativa e também faz diárias como motorista para quem precisar na comunidade.

### 3.3.1.2 As Mulheres das Jornadas de Agroecologia

O próximo grupo de mulheres a ser descrito diz respeito às mulheres indicadas como referências agroecológicas e lideranças regionais e locais do MST<sup>70</sup> participantes das Jornadas de Agroecologia. Neste grupo, busquei mulheres mediadoras<sup>71</sup> nacionais, estaduais e locais, engajadas tanto em experiências produtivas de campo, quanto protagonistas de experiências territoriais, coletivas e nacionais com a agroecologia, gênero e também participantes e organizadoras das Jornadas de Agroecologia do Paraná. Essas indicações nos conduziram às mulheres de Curitiba, Ponta Grossa, Lapa, Londrina, Cascavel e Francisco Beltrão. Dessa forma, para alcançar essas mulheres, nos lançamos em viagens de campo, em que percorremos essas regiões do Estado, buscando ouvir suas histórias de vida temáticas e conhecer um pouco mais de suas experiências locais.

A título de breve esclarecimento, contextualizo que em Londrina, as mulheres pesquisadas vivem em duas áreas de Reforma Agrária que foram ocupadas durante a década de 2000, em propriedades rurais onde havia denúncias de trabalho análogo à condição de trabalho escravo de uma família tradicional da região denominada “Atalas”, conhecida como “fazenda dos Atalas”. Parte dessa área foi ocupada pelo Movimento Sem Terra, sendo posteriormente regularizada para fins de Reforma Agrária, criando os Assentamentos Eli Vive I e Eli Vive II<sup>72</sup>. As interlocutoras de

---

<sup>70</sup> Por se tratarem de lideranças regionais, estaduais e nacionais, preferi preservar as identidades das mesmas, não me utilizando de fotos das mesmas.

<sup>71</sup> O/A Mediador/a social, de acordo com Delma Peçanha Neves “[...] realça as condições de interconexão tanto entre segmentos como universos sociais; contribui intencionalmente na reordenação e transformação da vida social; torna viável as condições de representação política [...] [de forma personalizada ou formal]. [No âmbito da tarefa técnica e formal-institucional] os mediadores que assim tecnicamente se engajam, atuam colocando explicitamente em relação dos “seres sociais” (NEVES, 2008, p. 31). Dessa forma, entendo que a mediação social coloca em interação social dois sujeitos, atores ou grupos sociais, através da interação de um/a terceiro/a, o/a mediador/a. Se vista desde uma perspectiva formal-institucional, legitima posições hierárquicas entre saber, ser e poder estabelecidos entre os sujeitos. Outrossim, se experienciada através de marcos interpretativos e metodológicos emancipatórios, pode permitir transformações sociais associadas à emancipação social do ser, saber e do poder dos sujeitos.

<sup>72</sup> Eli Vive foi um membro do Movimento Sem Terra, assassinado em conflito de terra com os fazendeiros territoriais. Em sua homenagem, essas duas áreas de reforma agrária foram nomeadas com seu nome. É mister observar como temos várias áreas do Movimento Sem Terra no Paraná com nomes de militantes que foram assassinados em lutas pela Terra.

pesquisa entrevistadas desse território nos contaram que desde o início da formação desses acampamentos rurais se discutiu a proposta desses territórios serem assentamentos totalmente de base ecológica. Desde então elas vêm buscando desenvolver experiências locais e regionais com agroecologia, participando também de redes de movimentos ecológicos, dentre os quais se situam as Jornadas de Agroecologia.

As mulheres que vivem nas áreas do Walmir Motta em Cascavel, nos contaram que as terras desse assentamento pertenciam a fazendeiros locais e regionais, que possuíam passivos legais, e que isso lhes propiciou serem vendidas ao INCRA para fins de Reforma Agrária. Essas áreas também foram ocupadas no início dos anos 2000, em um contexto de intenso enfrentamento da luta pela terra contra as empresas transnacionais pelos Sem Terra no Paraná, sobretudo contra a Syngenta. Desde então elas também vêm buscando desenvolver experiências agroecológicas nesses territórios, em conexão com redes de movimentos sociais ecológicos e redes de movimentos feministas.

Saliento também que, ao longo desse percurso, pude perceber a relevância não somente de redes de movimentos ecológicos, mas também a relevância da organização social das mulheres Sem Terra em redes de movimentos sociais feministas, tal como descrito no estudo de Valdete Boni et al. (2017), e também de redes feministas situadas mais a Sudoeste do Paraná, e também de grupos produtivos e coletivos de mulheres situados nos territórios de Reforma Agrária da Lapa e de Londrina.

Além disso, destaca-se a presença de universidades na construção de parcerias com redes de movimentos sociais feministas e mistos na realização de diversas formações de gênero, organização sócioprodutiva das mulheres e agroecologia, realizadas em conjunto entre os três estados do Sul do Brasil (BONI et al., 2017). Mediante esses esclarecimentos iniciais, passo então à descrição das mulheres entrevistadas nesse percorrido estadual acerca das Jornadas de Agroecologia.

A primeira mulher entrevistada foi Dona Ipê Amarelo. Ela é natural de Santa Catarina, tem 56 anos de idade, teve dois filhos e é divorciada. Ela tem um filho que faleceu em acidente há alguns anos e uma filha caçula, que é casada e que tem um filho pequeno. Eles moram com ela. Dona Ipê Amarelo sempre viveu na roça com seus pais, onde aprendeu como cultivar roçado de grãos. Ela conseguiu fazer ensino

superior através dos Movimentos Sociais do Campo. Ela fez Pedagogia da Terra por um curso do Pronera<sup>73</sup> em Francisco Beltrão. Trabalhou na Assesoar dois anos e depois veio para o acampamento Walmir Motta, onde foi assentada. Antes de voltar ao Paraná, ainda na juventude, ela e seu esposo foram para o Mato Grosso trabalhar em garimpos e depois voltaram para o Paraná e ficaram no sítio da mãe dela por alguns anos. Naquele contexto, ela sentia que não era seu local, então, quando teve o convite, decidiu vir acampar em Cascavel, embora outros avaliassem que tivesse realizado uma “loucura” ela veio com seus filhos pequenos para o acampamento e conta que sentiu como se “voltasse para casa”.

Dona Ipê Amarelo, desde o início, se envolveu com atividades coletivas no acampamento, onde tornou-se coordenadora de grupo, do acampamento, atuou na escola, e também foi durante vários anos dirigente da brigada regional do MST. Ela conta que quando trabalhava com os pais não usavam agrotóxicos e que quando foi trabalhar na Assesoar já trabalhavam com a questão dos alimentos sem agrotóxicos, da alimentação orgânica, e que quando veio para o acampamento, no primeiro ano já participou da Jornada de Agroecologia que ocorreu em Cascavel. Ela nos contou que o processo de construção da agroecologia na área em que hoje vive aconteceu em concomitância com os processos das Jornadas de Agroecologia que aconteceram em Cascavel e Francisco Beltrão ocorridas no período entre 2006 e 2009.

Nossa próxima entrevistada, desse mesmo território de Reforma Agrária, foi Iris. Ela tem 48 anos de idade, separada, tem cinco filhos e hoje vive uma união estável. Tem graduação e pós-graduação *latu sensu*, Especialização em Educação do Campo<sup>74</sup>. Iris é filha de boias-frias que vieram do Rio grande do Sul para Santa Catarina. E lá, quando ela tinha 10 anos de idade, seus pais ocuparam a Fazenda Taborda, município de Burro Grande - SC. Depois ocuparam a Fazenda Anoni em SC e ela ficou lá por 30 anos. Conseguiu estudar Pedagogia da Terra por um convênio do Pronera na UFPR. Tornou-se professora, coordenadora do setor de educação e dirigente nacional do MST pelo Paraná:

---

<sup>73</sup> Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

<sup>74</sup> No dia que realizamos esse trabalho de campo, entrevistamos também a sua filha, a qual inclui na contagem do grupo das mediadoras sócio-técnicas que forneceram informações complementares à pesquisa. Isso se deveu ao fato de já termos entrevistado sua mãe e também pelo fato dessa jovem estar mais inseridas em outras atividades que não diretamente vinculadas à agroecologia, saindo, dessa forma, do perfil selecionado.

I: [...] eu era educadora do EJA<sup>75</sup> [...] E eu achava que eu não tinha capacidade para isso, porque eu era muito tímida, eu não conversava com ninguém, eu era no meu cantinho na casa, cuidando dos filhos e do homem. E depois que eu sai eu tive que aprender muito, a oratória, desenvolver a convivência, o jeito, tudo isso. [...] Daí fiquei no setor de educação da brigada, depois eu fui para o setor de educação do estado, fui dirigente do setor por uns 4 anos[...] e aí depois eu fui dirigente da brigada onde eu morava e fui indo. E daí eu cheguei nesse último período da direção nacional. (ENTREVISTADA IRIS. Informação verbal)

Iris vive hoje no assentamento Walmir Motta, leciona na escola local e cuida do seu lote. Possui uma pequena horta e alguma formação de plantas medicinais, pois esteve durante muitos anos engajada em várias atividades do Movimento Sem Terra e com o setor de gênero.

Indo para o Sudoeste e Oeste do Paraná, em Cascavel, reencontramos duas mulheres, as quais conheci ainda em 2004, durante meu primeiro estágio de vivência realizado em áreas de reforma Agrária. A mãe, Magnólia, tem 58 anos de idade, quatro filhos, estudou até a oitava série e é divorciada. A segunda, sua filha, é a Begônia. Ela tem 30 anos, é tecnóloga em Agroecologia, vive hoje uma união estável e tem três filhos. Magnólia nasceu e se criou na roça com seus pais no Sudoeste do Paraná. Aos 17 anos foi para um convento estudar. Irmã de mais 11 crianças, ela teve que buscar seu rumo, ficou três anos no convento e depois foi para o acampamento José Dias em Inácio Martins. Naquele momento, segundo ela:

M: [...] o movimento discutiu um novo jeito de fazer assentamento. Que seria coletivo, um assentamento coletivo, com a proposta de trabalhar coletivamente a divisão de lotes e tudo que construísse era para ser coletivo. Daí nós fomos, ficamos um ano em Inácio Martins e fomos para Pitanga, Município de Pitanga, que antes não era Boaventura, era Pitanga. Então nós fomos para aquela área lá que era uma área grande, comportou 42 famílias. Daí lá nós moramos lá por 21 anos. (ENTREVISTADA MAGNOLIA. Informação verbal)

Ficaram lá nesse assentamento coletivo produzindo lavouras de grãos mecanizados e convencionais por 21 anos. Até quando começou a ter contato com a agroecologia. Nesse novo contexto, os conflitos não tardaram a aparecer, culminando no seu divórcio e na sua mudança para o Assentamento Walmir Motta em Cascavel, onde as duas, mãe e filha, vivem hoje e praticam agroecologia. A sua filha, Begônia, hoje está cultivando hortas e agroflorestas e tem se engajado na comercialização direta desses produtos e também para o PNAE local. O seu esposo ainda trabalha

---

<sup>75</sup> Educação de Jovens e Adultos (EJA).

fora nos dias de semana, para conseguirem se capitalizar no lote e poderem os dois trabalhar e viver somente da agricultura.

Magnólia hoje participa da cooperativa local, das atividades coletivas da organicidade interna do movimento social e também tem uma área de referência em hortaliças e agroflorestas ecológicas. Ela está buscando se reencontrar e se reconstruir nesse território como mulher e agroecologista, depois de várias violências psicológicas que sofreu e dos vários processos conflituos conjugais que vivenciou ao longo deste período, culminando com a migração dela e de sua filha para o território que vivem hoje.

As duas próximas entrevistadas desse território de Cascavel foram um casal homoafetivo composto por duas mulheres, “Cravo” e “Canela”, a primeira, Cravo, tem 52 anos de idade, ensino médio completo e “Canela”, tem 56 anos de idade e também com ensino médio completo. Cravo teve contato com agricultura no Norte do Paraná. Desde criança trabalhava com seu pai na roça. Depois de adulta foi para São Paulo trabalhar em indústria de confecções como costureira. Morou lá por 10 anos, quando o pai adoeceu ela voltou para o Paraná para cuidar da família. Depois ela veio visitar alguns amigos que eram acampados em Cascavel e acabou gostando da área do Walmir Motta e veio acampar nesta área. Ela sempre gostou de roça e lavoura. Hoje Cravo e Canela, cultivam uma horta, um pomar e um roçado ecológico. Elas fazem feiras livres na cidade de Cascavel e entregam para o PNAE. Nesse caso, observamos que Cravo se dedica mais ao trabalho no lote e que Canela ao trabalho doméstico. As duas se conheceram nesse território e passaram a viver juntas. Em campo buscamos conversar mais sobre o processo de construção de suas identidades sexuais e de construção de sua união. No entanto, não foi possível avançar no diálogo dessas questões.

Depois desse casal, entrevistei Hortelã Pimenta. Ela tem de 32 anos de idade, é casada e tem um filho pequeno. Ela é filha de assentados da Lapa e tecnóloga em Agroecologia. Hoje ela está assentada em Cascavel, no assentamento Walmir Motta e trabalha como extensionista rural para certificação de produtos ecológicos, pelo Instituto CAPA (Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia), por meio um projeto financiado pela ITAIPU Binacional. No seu lote ela cultiva uma pequena horta voltada ao autoconsumo.

Por fim, entrevistei a Camélia. Ela e seus pais eram assentados e ela também foi assentada nesta área que vive hoje. Ela é casada, mãe de três filhas. Ela fez curso

médio técnico integrado em agroecologia na Escola Milton Santos e sempre contribuiu como técnica de campo agroecologista, inclusive participando das Jornadas de Agroecologia. Hoje ela trabalha no assentamento rural junto com Hortelã Pimenta no Instituto CAPA com os grupos de certificação orgânica no assentamento.

Indo para Londrina, conhecemos a Gloxínia e Hibiscus. A Gloxínia tem 47 anos de idade, dois filhos, é casada e tem quatro netos. Ela e seu esposo são assentados em um dos assentamentos Eli Vive. Ela e seu esposo trabalhavam na cidade de Londrina, porém ela nos contou que começaram a se endividar e optaram por vir acampar para poder ter uma vida mais tranquila e com menos gastos e endividamentos. Ela trabalhava em um barracão, com reciclagem. Hoje, Gloxínia cultiva de forma ecológica todo o seu lote junto com seu esposo, plantando batatas para venda, roçado de grãos para autoconsumo e venda e horta para comercialização pelo PNAE e feiras. A Hibiscus é casada, tem dois filhos e uma neta. Ela contou que foi para o acampamento Eli Vive por necessidade. Ela e seu esposo trabalhavam de meeiros na região. Na família, conta que sempre foram empregados de outros. Tocavam lavouras de café no norte do Paraná. Ela nos contou que tinha muito medo do MST e dos Sem Terra pelo que via passar na televisão, mas que quando participou de uma reunião do Movimento Social, o medo dela foi embora e ela decidiu acampar:

H: O que a Globo passava era o que eu filtrava, mas daí tentei focar no principal, fazendo o cadastro o objetivo era terra, por que ter terra? Terra para nós pobre ter mínimo de dignidade na vida. Era uma visão coisa que eu pensava em trabalhar para os outros, e quando eu vi eu tendo a minha terra, o meu cantinho para eu criar os meus filhos aquilo é isso, é aqui que eu queria viver. [...] É tudo isso que quero para minha vida, para minha família, quero andar de cabeça em pé e não ser capacho de patrão[...] Daí quando eu vi aquelas palavras das lideranças que a partir dali eu não tava invadindo nada e que eu tava reivindicando meu direito e que eu ia ter uma qualidade de vida melhor para minha família e que o povo sem-terra não era simplesmente invadir terra, que era ocupar a terra com educação, dignidade, saúde, né. [...] Ai toda aquela prosa acalentou meu coração [...] No outro dia ia sair carreata para o povo ir se acampar. (ENTREVISTADA HIBISCUS. Informação verbal)

Hibiscus hoje cultiva hortaliças em seu lote de forma ecológica. As hortaliças são destinadas ao PNAE a feiras livres na cidade de Londrina. As duas, Gloxínia e Hibiscus, participam do Feirão da Reforma Agrária que acontece uma vez por mês na cidade de Londrina. Essa experiência será analisada mais adiante.

A Próxima entrevistada foi Crisântemo. Ela tem 44 anos de idade, é casada, tem um filho e é graduada em serviço social, com mestrado em tecnologia. Ela morou em Curitiba por nove anos, e contribuiu no setor de comunicação do Movimento Sem



Terra. Depois, em 2013, foi para Querência do Norte coordenar um projeto de plantas medicinais. Ela participou de quase todas as Jornadas de Agroecologia contribuindo no setor de comunicação, nas feiras e nas duas últimas na produção cultural:

C: Então, porque eu estava na comunicação e eu fotografei a queima do milho. E então, o que me marcou foi aquela queima dos milhos transgênicos. Então eu estava fotografando, e eu fiquei no meio daquele fogo e me marcou assim. (ENTREVISTADA CRISÂNTEMO. Informação verbal)

Hoje ela é assentada no Eli Vive em Londrina e é produtora agroecológica em seu lote. Mas também atua como articuladora local e regional com movimentos sociais populares urbanos em Londrina.

Saindo de Londrina, encontrei Flor Branca, também filha de assentados da Lapa. Ela é graduada em Engenharia Florestal e atuou por vários anos na secretaria estadual do Movimento Sem Terra com finanças e projetos. Depois ela e seu ex-esposo foram convidados para ir para o Sudoeste, vindo então a se instalar em Francisco Beltrão. Hoje, com 36 anos de idade, ela é separada e tem uma filha de 11 anos. Ela está cursando administração e trabalha em uma cooperativa local de agricultura familiar.

Aqui, decidi incluir também três mulheres mediadoras que não fazem parte do MST, mas que tem atuações significativas na organização social de mulheres do Paraná, a fim de compreender melhor as interconexões entre as jornadas de agroecologia e os movimentos de mulheres estaduais.

A primeira delas é Macela. Ela 39 anos de idade, 4 filhos, é casada e residente atualmente em Marmeleiro. Marcela hoje é secretária do Sindicato dos Trabalhadores rurais de Marmeleiro. Ela tem uma trajetória longa de organização social dentro dos sindicatos rurais da região e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Sempre tecendo as pontes com os sujeitos rurais.

Macela esteve envolvida na coordenação e articulação das Jornadas de Agroecologia que aconteceram no Sudoeste e Oeste do Paraná, e por longos períodos, junto às mulheres Sem Terras, mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas, Movimento de atingidos por Barragens e também com a Assesoar e agricultores familiares, desenvolveram várias ações, projetos pautados no empoderamento feminino e reconstruções igualitárias de gênero. É uma das referências femininas e feministas da região Oeste e Sudoeste e que teve papel

bastante importante em pautar este tema nas jornadas de agroecologia de Cascavel e Francisco Beltrão.

Outras duas entrevistadas foram “Andoriba” e “Jatobá”. Elas são hoje mediadoras da Assesoar – Francisco Beltrão. Jatobá também é agricultora familiar, cultiva alimentos ecológicos em seu sítio e atualmente é uma das coordenadoras do Núcleo da Rede Ecovida de Agroecologia. Essas duas mulheres também estiveram e continuam engajadas em atividades de gênero em redes de movimentos sociais ecológicos na região em que vivem. Junto à Macela e outras lideranças femininas do MMC e do MST da região, elas tiveram papel relevante em pautar a temática de gênero, violência contra as mulheres e dos protagonismos das mulheres nas Jornadas de Agroecologia, não somente de Cascavel e Francisco Beltrão, mas também nas demais Jornadas em que participaram da organização. Nesse estudo não focarei no detalhamento das trajetórias de vida dessas três mulheres, mas antes buscarei destacar suas vozes na construção de igualdade de gênero nas Jornadas de Agroecologia, desde olhares feministas situados no contexto do Oeste e do Sudoeste do Paraná.

Também destaco aqui a relevância da voz de Arnica Montana. Ela é casada, é mãe de uma filha pequena e atualmente é professora da rede Federal de Ensino. Ela é agrônoma e durante longos anos também esteve à frente da construção de experiências agroecológicas em áreas de Reforma Agrária no Paraná bem como das Jornadas de Agroecologia. Como uma das pioneiras na construção prática das primeiras experiências de agroecologia da região Centro-Sul do Paraná, Arnica Montana também esteve à frente do setor de produção do Movimento Sem Terra, por longos períodos.

Destaco ainda, a voz de Jambolão, mulher solteira, jornalista, e que trabalhou por mais de dez anos na Secretaria Estadual da Via Campesina do Paraná e também na Secretaria das Jornadas de Agroecologia, passando mais recentemente a também fazer parte do MST, por causa do seu processo de acampamento em territórios de Reforma Agrária da região de Londrina.

Destaco, por fim, as vozes de algumas dirigentes políticas do Movimento Sem Terra. Dentre elas, Dente de Leão e Copaíba. Elas são duas mulheres na faixa dos seus 35-45 anos de idade, ambas ingressantes no MST como técnicas e que, com o passar do tempo, passaram a integrar organicamente este movimento social. Dente de Leão é atualmente assentada na região de Londrina, Assentamento Eli Vive, e é

dirigente nacional do MST do Estado do Paraná. Esteve envolvida na construção das Jornadas de Agroecologia desde 2003, inicialmente como participante e na sequência como organizadora e até hoje ela participa da coordenação das Jornadas de Agroecologia. Copaíba é engenheira florestal, assentada no Assentamento Contestado, no município da Lapa. Ingressou no MST inicialmente como técnica de campo e participou de vários projetos sociotécnicos de implantação de experiências agroecológicas em assentamentos rurais. Com o passar dos anos, casou-se, teve dois filhos e foi assentada. Dentre outros projetos, esteve envolvida na coordenação do projeto Flora, que foi um projeto financiado pela Petrobrás para implantação de agroflorestas em áreas de reforma agrária no Paraná. Hoje ela participa e coordena o setor de gênero estadual.

Por fim, também considerei relevante trazer a voz de Araucária. Ela é natural de Santa Catarina, onde cedo ingressou no convento para poder estudar. Nesse espaço, esteve com as pastorais sociais e, desde idos de 1970, começou a debater o papel das mulheres na bíblia, na igreja católica e nos sindicatos. Araucária conheceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ainda na sua formação inicial nos anos 1980 e ingressou neste movimento social logo no início, levando com ela as discussões que já faziam lá nos sindicatos e na igreja católica sobre igualdade de gênero e participação das mulheres:

A: 1975, elas já vieram empoderadas. Porque o que levou as mulheres agricultoras, a se empoderarem, uma foi a possibilidade que as Comunidades Eclesiais de Base deram. [...] . E o próprio Movimento Sem Terra nasce no bojo do que acontecia nesse momento. E isso vai elevando a consciência das mulheres do direito, da dignidade e da necessidade de participação. Então quando o movimento nasce, as mulheres já estão organizadas (ENTREVISTADA ARAUCÁRIA. Informação verbal)

Araucária foi uma das pioneiras a realizar o debate de gênero, através da formação que trouxe das Comunidades Eclesiais de Base para o MST, e contribuiu durante anos na coordenação do setor de educação e do setor de gênero do MST do Estado do Paraná e em nível nacional, tendo papel central na formação e educação de toda uma geração de ativistas sociais, escolas, grupos de estudos e coletivos de mulheres e de gênero em todo o Estado.

#### 4 APRENDIZAGENS DE AGRICULTURA ECOLÓGICA E CIRCUITOS CURTOS AGROALIMENTARES

Esse capítulo está dividido em três partes. Como ponto de partida, descrevo as práticas que as mulheres Sem Terra realizam em termos de agricultura. Em seguida, analiso os processos de aprendizagem delas na construção dessas agriculturas ecológicas, em relação aos processos de decolonização do seu saber, ser e poder. E em um terceiro momento, adentro as análises das agências dessas mulheres na construção de circuitos curtos e regionais agroalimentares ecológicos.

Para analisar a construção das aprendizagens de agricultura ecológica aqui abordadas, lanço mão de teorias de aprendizagem baseadas na ecoformação. Ela é conceituada a partir dos estudos de Pineau (1991 apud Silva, 2014), Moneyron e Bloeut (2005), e também abordada nas análises de Galvani (2002) e de Silva (2014).

A ecoformação designa as formas como apreendemos individualmente por meio da experiência vivida. Ela intervém através do uso dos nossos sentidos, com os quais aprendemos sobre das coisas “objetivas” do mundo. Essa forma de aprender se utiliza da experiência como centralidade e se baseia nos sentidos e na subjetividade dos indivíduos como forma de cognição. Elucida, por exemplo, como aprendermos individualmente a manejar os ciclos da Natureza através da nossa observação, experimentação e da nossa percepção sensível do meio, através do uso dos nossos sentidos e da nossa subjetividade. Dessa forma, através da ecoformação, constroem-se ecosaberes de manejo de agroecossistemas, “Formados na relação íntima com o meio [...]”<sup>76</sup> (MONEYRON e BLOUET, 2005, tradução nossa), e que podem ser transmitidos de geração em geração, através das culturas dos diferentes grupos sociais.

Moneyron e Bloeut (2005) também analisam a importância da ecoformação na construção e aperfeiçoamento de manejos ecológicos de animais e vegetais em agroecossistemas. Para eles são saberes – fazeres que se acumulam através do tempo e da cultura, que são passados de geração em geração, em que se desenvolvem estreitas e refinadas relações dos indivíduos com o meio. Essa relação profunda dos indivíduos com o ambiente em que vivem e seus manejos é destacada como elemento fundamental para a criação e adaptação de manejos sócio-técnicos

---

<sup>76</sup> “[...] *formé de la relation intime avec le milieu.*” (MONEYRON e BLOUET, 2005)

para esses ambientes. Silva (2014) se utiliza da abordagem da ecoformação para analisar os processos de aprendizagem de agricultura ecológica, como grupos de agricultores e agriculturas ecológicas/as da Rede Ecovida de Agroecologia da Região Metropolitana de Curitiba, e destaca a importância da ecoformação nos processos de aprendizagem em agroecologia analisados através dessas experiências.

Outrossim, a heteroformação é entendida como tudo aquilo que aprendemos na relação com os outros humanos. Segundo Silva (2014) e Galvani (2002), ela pode ser apreendida por meio dos vários processos de socialização que vivenciamos através da família, das escolas, das religiões, de educadores que atuam nos espaços pedagógicos formais e não formais, de instituições de ensino, pesquisa, extensão, das mídias sociais e de pessoas próximas. Toda e qualquer interação social que sirva à socialização humana, seja ela física ou não (virtual, por exemplo), pode ser uma forma de obter-se heteroformação. Por fim, a autoformação significa a reflexividade que o sujeito exerce acerca da eco e da heteroformação obtidas. É o momento da produção de considerações por parte do sujeito, oriundas da informação obtida seja através da eco ou da heteroformação. Através da autoformação o sujeito constrói novo conhecimento, a partir da reflexividade das informações obtidas através da observação e ou socialização vivenciada. O processo de aprendizagem sob esta perspectiva é formado, portanto, por três dimensões que contemplam a ecoformação, a heteroformação e a autoformação. Essas três dimensões formam uma tripolaridade retroativa que constitui o processo de aprendizagem dos sujeitos, de acordo com a Teoria de Aprendizagem proposta por Gaston Pineau. (SILVA, 2014; GALVANI, 2002).

Para Silva (2014, p. 86) através da modernidade a “[...] heteroformação é definida e hierarquizada de maneira heterônima pelo meio ambiente cultural e se revezam para apreendermos os saberes utilizados em nossa sociedade”. Nessa forma de aprendizagem, “[...] Somente a ‘razão racional’ é solicitada, tirando o máximo possível a nossa percepção sensorial do mundo real” (PINEAU, 1991 apud SILVA, 2014, p. 86).

A partir de uma perspectiva epistemológica do Sul (SOUSA SANTOS, 2002) e decolonizadora (QUIJANO, 2005), essa heteroformação passa a ser mobilizada na desacreditação de conhecimentos, experiências e formas de conhecer outras, que não aquelas hegemônicas, heteronormativas, produzindo, dessa forma ausências, bem como a colonialidade do saber. Dessa forma, em uma práxis pedagógica

decolonizadora (WALSH, 2009) se busca creditar experiências e formas de aprender desperdiçadas pela dominação colonialista do saber moderno, branco, patriarcal e eurocentrado, associar esses conhecimentos ausentes e emergentes, de modo não hierárquico, à novas perspectivas decolonizadoras de produção do conhecimento, colocando conhecimento culturalmente acumulado pelos grupos sociais, em relação não hierárquica de diálogo, com a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Para que o diálogo entre esses diferentes conhecimentos se torne possível, a construção de diálogos de saberes se torna relevante. Enrique Leff (2004) conceitua o diálogo de saberes como uma práxis social que não se produz com a intenção de absorver o saber, a racionalidade e a cosmovisão do outro, mas como forma de mediação para a criação de novos mundos, baseados na diversidade de culturas e de identidades culturais. Nas palavras do autor:

No diálogo de saberes, está em jogo um processo de reapropriação de saberes, de conhecimentos, de discursos. É um campo de debate, confronto e disputa de significados em que se constituem novas identidades, a partir das quais se abre um diálogo entre comunidades e uma troca de experiências.<sup>77</sup> (LEFF, 2004, p. 327, tradução nossa)

Esses diálogos de saberes, à medida em que se articulam com os sujeitos, seus territórios e agências coletivas, se produzem e se conectam por meio de redes de movimentos sociais ecológicos. A partir deles esses diferentes sujeitos obtêm novos conhecimentos, refletem e constroem novas intervenções em seus territórios locais.

Elucidadas essas questões teóricas referentes às aprendizagens das agriculturas ecológicas, passo então às questões teórico-conceituais relativas à construção de grupos produtivos de mulheres e de circuitos curtos alimentares ecológicos. No âmbito dos estudos de circuitos curtos alimentares ecológicos, Chiffolleau (2008), esclarece que não há uma definição oficial clara do que sejam esses circuitos curtos e regionais alimentares. Para esse autor, o que define o caráter de um circuito é a presença ou não de intermediários. Darolt (2013) analisa a experiência de circuitos curtos e regionais ecológicos no Brasil e, de acordo com a perspectiva do

---

<sup>77</sup> *En el diálogo de saberes se pone en juego un proceso de reapropiación de saberes, de conocimientos, de discursos. Es un campo de debate, confrontación y disputa de sentidos en el que se constituyen nuevas identidades, desde las cuales se abre un diálogo entre comunidades y un intercambio de experiencias[...]* (LEFF, 2004, p. 327)

autor acima citado, define “[...] circuitos de distribuição que mobilizam até, no máximo, um intermediário entre produtor e consumidor, segundo Chaffote e Chiffolleau (2007) [...]” (DAROLT, 2013, p. 142).

Os circuitos curtos não são dados por uma relação econômica instrumental e abstrata, mas antes, se constroem através das agências coletivas de produtores e consumidores de alimentos. Dessa forma, a construção social de circuitos curtos alimentares envolve práxis e representações sociais constitutivas das visões de mundo, cultura e *ethos* dos sujeitos que se relacionam entre si a partir da atividade de produção, circulação e consumo de alimentos (CHIFFOLEAU, 2008; LAMINE, 2007; DAROLT, 2013). Considera-se, portanto, que essas trocas econômicas permitem intercâmbios também de trocas simbólicas, ou seja, de representações simbólicas constitutivas das diferentes realidades sociais dos sujeitos envolvidos, tal como nos elucidam os estudos de Marcel Mauss (1988).

No âmbito dos sistemas agroalimentares, circuitos curtos alimentares visam aproximar produtores e consumidores e favorecer o desenvolvimento local. Além disso, possibilitam a construção de relações de maior confiança, ajuda mútua e reciprocidade entre produtores e consumidores, apresentando potenciais para a construção de relações sociais mais colaborativas, solidária e justas entre ambos (CHIFFOLEAU, 2008; LAMINE, 2007; DAROLT, 2013).

Estudos recentes no campo da construção social de mercados e reconstruções agroalimentares ecológicas (NIEDERLE, 2013; DAROLT, 2013; PEREZ-CASSARINO, 2012; LAMINE, 2008) demonstram como camponeses e agricultores familiares ecológicos agenciam alternativas e resistências socioeconômicas frente aos sistemas agroalimentares globais através da construção desses circuitos curtos alimentares. Para isso estes camponeses e agricultores familiares lançam mão de relações sociais de reciprocidade, cooperação, através de redes sociais e de tecnologias sociais inovadoras.

Lamine (2008) analisa as experiências das AMAPs – Associações para a Manutenção da Agricultura Família - França, a partir dessa perspectiva da construção social de circuitos curtos alimentares e ecológicos. A autora analisa como essas experiências explicitam novas capacidades de agência dos sujeitos na construção de sistemas agroalimentares ecológicos alternativos, como garantias de maior grau de autonomia para esses sujeitos frente à dominação de sistemas agroalimentares globais.

No âmbito do Brasil, Perez-Cassarino (2012), analisou a experiência da Rede Ecológica de Agroecologia, onde constatou a viabilidade de se criar formas alternativas de comercialização de produtos agroecológicos advindos da agricultura familiar, que priorizem a ampliação do acesso aos produtos ecológicos, bem como as relações voltadas ao mercado local e à comercialização direta. Nesse estudo, o autor enfatiza a proposição contra-hegemônica desses atores locais e regionais, em relação ao domínio de sistemas agroalimentares globais, dando ênfase à possibilidade que esses circuitos curtos e regionais agroalimentares ecológicos têm de aportar a criação de alternativas coletivas e contra-hegemônicas de promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional.

Embora reconheça a relevância desses autores para estudos de sistemas agroalimentares ecológicos, destaco as ausências de transversalidades de gênero em seus estudos e, a partir de uma crítica da economia feminista (FARIA e NOBRE, 2002), busco através desta pesquisa, adentrar no entendimento da construção desses circuitos curtos, dando foco a um recorte de gênero que leva em conta a perspectiva econômica feminista. Para Nalu Faria, olhar para a economia a partir de um recorte de gênero implica em:

[...] tornar visível a contribuição das mulheres à economia. [...] [o que inclui] o mercado informal, o trabalho doméstico, a divisão sexual do trabalho na família e integram a reprodução como fundamental à nossa existência, incorporando saúde, educação e outros aspectos relacionados como temas legítimos da economia" (FARIA, 2002, p. 13).

Desse modo, entendo que se trata de compreender que tanto a dominação colonialista da natureza quanto de gênero interferem na construção social dos circuitos curtos alimentares. Dessa forma, buscarei, através das agências das Sem Terra, visibilizar e refletir interseccionalidades de gênero que incidem nas construções agroalimentares ecológicas em curso.

#### 4.1 O NASCIMENTO DAS EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS DAS MULHERES SEM TERRA NO PARANÁ

No âmbito do Estado do Paraná, ao longo dos anos 2000, as mulheres Sem Terra construíram vários coletivos de mulheres locais e regionais, criaram um setor de gênero e de saúde estadual, realizaram vários espaços formativos e se engajaram nas lutas políticas do MST da Via Campesina. Além disso, elas também se engajaram



em redes de movimentos sociais mistos e feministas e construíram resistências coletivas, em prol da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e da sua autoafirmação como campesinato e em defesa da Agroecologia.

Nessa esteira, elas destacaram a relevância da organização das mulheres Sem Terra em redes de movimentos feministas do Sudoeste e Oeste do Paraná, abrangendo os territórios de Reforma Agrária de Cascavel. Essas mulheres citam em suas entrevistas relatos que de lutas políticas que fizeram contra os transgênicos, contra as transnacionais, em defesa da agricultura familiar e camponesa e da agroecologia naquela região. Além disso, elas destacaram a relevância dos coletivos de mulheres que nasceram através das ocupações e assentamentos rurais da região Norte, nas imediações de Londrina – áreas Eli Vive I e II e, em menor medida, os coletivos de mulheres da região Centro-Sul e dos Campos Gerais, envolvendo Imbaú, Ponta Grossa e o coletivo de mulheres do Assentamento Contestado da Lapa. A partir desses espaços, elas conseguiram protagonizar experiências individuais e coletivas de produção e comercialização agroecológica.

Os coletivos de mulheres do MST têm como objetivo propiciar espaços de organização, constituindo espaços onde possam realizar reflexões sobre desigualdades de gênero, violência contra a mulher, agroecologia, etc. buscando se fortalecer individual e coletivamente para construir estratégias coletivas em prol da construção da igualdade de gênero. Esses coletivos locais se vinculam ao setor de gênero a nível estadual e nacional, executam reuniões, seminários, plenárias e formações estaduais, regionais, nacionais e internacionais e também de diferentes formas, se vinculam a redes de movimentos sociais mistos do campo e feministas (BONI et al. 2017; SCHWENDLER, 2015; 2017).

Essas mulheres relataram que, além de espaços específicos com as mulheres, também organizam encontros de formação mistos para debater gênero, plenárias dos homens e mais recentemente, também começaram a organizar coletivos LGBTs e também a participar de redes de movimentos que debatem sexo-gênero nessas perspectivas.

Em campo pude identificar que essa organização coletiva das mulheres Sem Terra no Paraná se encontra com a trajetória de construção das Jornadas de Agroecologia, bem como com a produção das experiências agroecológicas em territórios de Reforma Agrária no Paraná.

Corroborar para essa assertiva a entrevista realizada com Copaíba, em que ela afirma que a construção da agroecologia em áreas de Reforma Agrária no Paraná se deu em conjunto com o fortalecimento desse trabalho sociopolítico de organização das mulheres e de luta de gênero das mulheres dentro da luta pela terra:

C: eu acho que [...] que a agroecologia e essa questão de gênero elas entram em um movimento com mais força com uma definição política na mesma época nesse congresso de 2000 também [...]. Mas eu vejo que a gente tem uns 18 anos dessa definição política, parece muito tempo, mas é pouco tempo [...] Essas coisas são lentas [...] Mas eu vejo vários avanços assim, a partir de 2006 teve uma grande virada nisso, que essas definições começam realmente a se efetivar, mas eu acredito que um fato que acontece ali em 2006 pra esse processo, foi o fato das mulheres da Via Campesina terem feito àquela ação do viveiro, e as mulheres inauguraram uma nova forma de fazer luta nos movimentos sociais, de uma luta contra o agronegócio. E aí eu acho que isso as joga lá pra cima em outro patamar. [...] A partir daquele momento as mulheres intensificam essa luta contra o capital, contra o agronegócio. A cada ano você vê ações mais criativas e mais bem organizadas, e isso tem provocado uma mudança muito grande pra dentro do movimento, de reconhecimento dessas companheiras na luta (ENTREVISTADA COPAÍBA. Informação verbal)

Além disso, a entrevistada Iris nos esclareceu que os processos formativos realizados através dos coletivos de mulheres e realizados ao longo dos anos 2000, sempre estiveram associados ao debate da agroecologia. Isso implicou na construção constante de reivindicações que visassem garantir a inclusão igualitária da participação das mulheres também nas Jornadas de Agroecologia:

I: antes de acontecer as jornadas nós já tínhamos né, porque desde o início do movimento a gente foi organizando as mulheres. Então já tinha coletivos, diversas experiências espalhadas e faziam formação com as mulheres e aí as mulheres iam para os encontros e foi que eu aprendi a ter gosto de fazer e as mulheres foram se destacando nas jornadas. E nas jornadas a gente conseguiu juntar esses coletivos, essas experiências e socializar, trazer para as jornadas o que a gente já tinha de experiências de agroecologia nos espaços né. (ENTREVISTADA IRIS. Informação verbal)

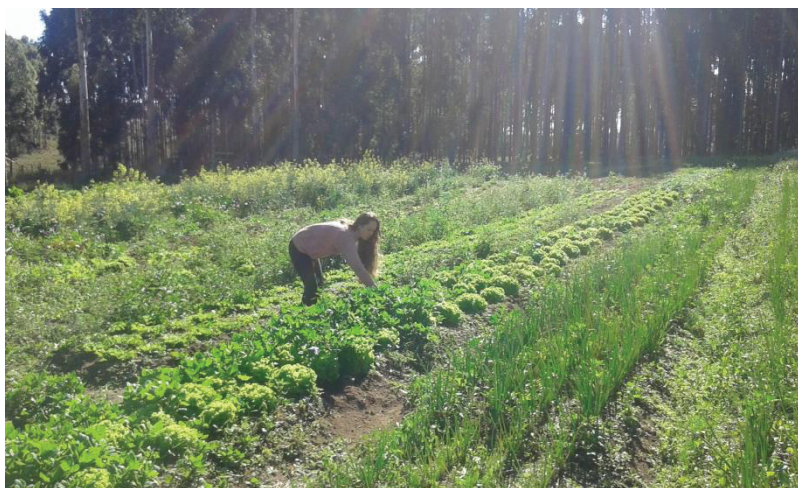
Dessa forma, Copaíba e Iris nos esclareceram como elas constroem agências coletivas e interseccionam a luta de gênero com a construção de experiências agroecológicas em territórios de Reforma Agrária, desde o início dos anos 2000:

I: [...] Porque a gente discute assim que a mulher sempre tem um cuidado com a família sempre é a mulher que fica, ou por vários motivos [...] Mas nós conseguimos fazer um trabalho que foi muito bonito, que foi um destaque assim, a formação das mulheres e na jornada [de agroecologia] a gente via todas as mulheres envolvidas. Nas feiras, na coordenação, na direção, em todos os espaços. E a formação da consciência. (ENTREVISTADA IRIS. Informação verbal)

Através dessas agências coletivas interseccionais as Mulheres Sem Terra vão se re-tecendo como mulheres, partindo de perspectivas feministas, ao mesmo tempo em que vão tecendo interseções entre transformações de relações de gênero, construção da agroecologia, defesa da Reforma Agrária e do projeto camponês popular para o campo. São tessituras que se fazem em conjunto, umas com as outras, e que envolvem transformações que vêm de dentro de si mesmas, de suas subjetividades e autoconfianças, em conexão com transformações de capacidades de agenciamento coletivo de experiências feministas, que conectam o florescer do movimento feminista camponês popular ao movimento ecológico e ao movimento da luta pela terra.

Em interseção com os agenciamentos coletivos em redes de movimentos feministas e ecológicos, as mulheres Sem Terra materializam as agroecologias em seus territórios de vida, através da criação, atualização e ampliação de territórios de hortas, quintais produtivos, pomares mistos, agroflorestas e, em outros casos, mais pontuais, de cultivos de roçados ecológicos de grãos, tais como milho, feijão, batata doce e mandioca.

FIGURA 7 - ORQUÍDEA EM SUA HORTA



FONTE: A autora (2018)

Em alguns casos identifiquei que, embora elas agenciem hortas, pomares mistos e agroflorestas ecológicas, ocorrem situações em que o casal, sobretudo os homens, ainda permanecem produzindo grãos convencionais em áreas de roçados. Em outros casos, identifiquei que, após terem passado por um certo período de produção ecológica em áreas de roçados, alguns casais optaram por voltar a produzir grãos convencionais em territórios de roçados. As especificidades desses agenciamentos conjugais serão debatidos nos itens e capítulos subsequentes.

Essas produções vegetais têm sido mescladas com a criação de pequenos animais, sendo os aviários e suínos os mais comuns, para autoconsumo e comércio de ovos caipiras, principalmente, em menores proporções, com associação a pastagens e produção de leite e queijos artesanais. A comercialização, às vezes é realizada por meio de produtos in natura (ovos caipiras) ou derivados processados (queijos artesanais).

Em campo as interlocutoras de pesquisa relataram que não haviam tido experiências anteriores de produção de hortas em escala comercial, que produziam hortas de fundo de quintal voltadas ao consumo familiar. Porém, com as oportunidades que obtiveram através dos Programas de Segurança Alimentar e Nutricional (Programa Nacional de Alimentação Escolar e Programa de Aquisição de Alimentos), observaram janelas de oportunidades financeiras, e aderiram à produção de hortaliças em escalas comercial, passando então a desenvolver essas experiências agroecológicas em maior escala.

Esses dados corroboram outros estudos recentes sobre mulheres e agroecologia (SILIPRANDI, 2009; 2015; 2018; PAULILO; BONI, 2017; BONI et al. 2017; ESMERALDO et al. 2017; SOF, 2017), em que as autoras também identificaram que experiências agroecológicas protagonizadas por mulheres rurais têm se dado através da valorização monetária de hortas, quintais produtivos e pomares mistos. Esses espaços compreendem atividades histórica e culturalmente realizadas pelas mulheres, como extensão do trabalho doméstico, mas até então não valorizadas monetariamente, nem visibilizadas e devidamente reconhecidas como trabalho produtivo, embora sempre tenham contribuído com a segurança alimentar e nutricional dessas famílias.

#### 4.2 APRENDIZAGENS FEMININAS DE AGRICULTURAS ECOLÓGICAS

Para alcançar as produtividades demandadas através desses novos agenciamentos produtivos, as Sem Terra têm buscado novas aprendizagens através do apoio de redes sociotécnicas e de diálogos de saberes, envolvendo autoformação, heteroformação e ecoformação.

No que diz respeito aos conhecimentos acumulados através da cultura de agricultura, para aqueles casos em que as mulheres já haviam tido experiências anteriores com agricultura camponesa diversificada, em especial para o caso das

mulheres que estão na faixa etária entre 40-70 anos de idade, elas relataram que não tiveram muitas dificuldades em praticar agroecologia, pois, segundo elas, ajustaram muitos daqueles conhecimentos outrora adquiridos pela sua práxis como agricultoras, à atividade atual.

Algumas delas relataram que não houve uma ruptura brusca do jeito que elas faziam antes a agricultura para a forma como a praticam hoje. Essas mulheres compreendem que a agroecologia já era o jeito que elas faziam antes. Nesses casos elas hibridizaram novos conhecimentos de cultivo ecológico à aquelas práticas anteriores de cultivo da Terra. Tal como esclarece Erva-doce: “[...] para nós não foi tão difícil de aprender a trabalhar com o agroecológico, porque nós se criamos com os pais nossos só trabalhando com os produtos orgânicos, né. Não existia esse negócio de veneno [...]” (ENTREVISTADA ERVA-DOCE. Informação verbal)

FIGURA 8 – DONA ERVA DOCE EM SUA HORTA.



FONTE: A autora (2018)

Dona Hortência nos disse que, além dos conhecimentos que aprendeu com os pais no roçado, pode aprender alguns novos manejos e aperfeiçoar as práticas produtivas, tal como podas de frutíferas, e aprender a trabalhar com hortas “[...] aí, a gente começou aprender com quem sabia aqui, né” (ENTREVISTADA D. HORTENCIA. Informação verbal).

FIGURA 9 – HORTÊNCIA EM SEU QUINTAL



FONTE: A autora (2018)

Dessa forma, conhecimentos culturalmente acumulados através da cultura camponesa de cultivo agrobiodiverso da terra são acionados, em associação a modernos conhecimentos de agricultura ecológica, produzindo novas formas de conhecer e de praticar agricultura.

Dos conhecimentos culturalmente adquiridos pelas mulheres de trajetória de vida camponesa, notei que elas preservam a otimização dos recursos naturais e econômicos, a diversificação no cultivo de organismos vivos, vegetais e animais e a conservação e multiplicação de sementes crioulas, bem como a capacidade de observar, interpretar, sentir e aprender com a observação empírica da natureza.

Algumas dessas agricultoras, sobretudo as mais idosas, com pouca escolaridade e que vieram de uma trajetória de vida camponesa, destacaram que aprenderam com a experiência prática a cultivar a terra e a serem agricultoras:

H. a lavoura ensina por uma coisa, vamos dizer por exemplo a horta, que eu não sei como trabalhar na horta, porque milho e feijão eu sei plantar de matraquinha, essa daí eu planto. Mas a horta, no caso assim vamos dizer assim o canteiro da horta[...] Vamos dizer que o canteiro da largura desse daqui, vamos dizer que esse aqui ele passou, com o levantador de canteiro. Alface né ai eu planto, daí nossa, eu não sei plantar alface, como que planta? Daí tá, eu plantei ai eu vou ver o crescimento dela, eu plantei muito perto, ela vai ficar desse tamanho, ela vai ficar pequenininha. Ahh mais a outra bandeja que eu vou plantar eu tenho que plantar mais longe [...] então me ensina nesse caso. (ENTREVISTADA HORTENCIA. Informação verbal)

Nessa esteira, outra interlocutora, Dona Arruda, destacou que aprendeu a fazer um preparado para repelir os insetos por meio da observação da ecologia das plantas nativas do campo, o que lhe possibilitou perceber, sentir e refletir sobre quais seriam as melhores plantas a serem usadas:

A: eu sei que tem muitos que falam: ah eu não sei fazer nada! Porque não pára pra meditar. Naquilo que pode ser bom né?  
[...]  
E: e a senhora acha que quando a gente está parado assim na lavoura fazer essa meditação vem resposta?  
A: vem, para mim vem.  
E: e como a senhora acha que vem essa resposta?  
A: ué, pensando o que será bom, daí alguma coisa os bichos não ataca.  
E: a senhora nunca saiu ai para ver as hortas da turma, para pegar receita, ver como estavam fazendo, pegar alguma coisa?  
A: não.  
E: foi aprendendo tudo...  
A: tudo pedindo ajuda de Deus [...] e foi vindo as inteligência de fazer.  
(ENTREVISTADA ARRUDA. Informação verbal)

A ecoformação, como atividade de aprendizagem do sujeito com a experiência, contribuiu com a construção cognitiva desse preparado que Dona Arruda elaborou para repelir os insetos. A receita desse preparado possui como principal princípio ativo, compostos da planta Buva, entre outras plantas medicinais, urina de vaca e mais alguns outros ingredientes naturais. A receita completa desse preparado está disponível no ANEXO I.

FIGURA 10 - DONA ARRUDA E SEU PREPARADO REPELENTE: BUVA & CIA.



FONTE: A autora (2018)

Parcela significativa dos conhecimentos sócio-técnicos agroecológicos que possuímos hoje (BURG; MAYER, 2006), sobretudo em termos de receitas de fitoterápicos, repelentes, homeopáticos, caldas, preparados biofertilizantes e outros “remédios” utilizados em manejos agroecológicos, partiram dessas experiências empíricas. São ecoformações obtidas através da experiência empírica dos sujeitos

com a natureza, em que os sujeitos, através da observação da paisagem e da ecologia dos agroecossistemas, puderam aprender e aperfeiçoar o seu fazer-saber em agricultura.

No entanto, tal como analisam Silva (2014), Leff (2004) e Souza (2002), por meio da emergência da racionalidade moderna ocidental, inúmeras experiências de aprendizagem de agricultura acumuladas pela cultura dos diferentes grupos sociais foram desperdiçadas, subalternizadas, por fim, erradicadas pela dominação da razão moderna instrumental e científica, bem como pela dominação colonialista da natureza, tal como explica Walsh (2009). Dessa forma, as Sem Terra, ao desenvolverem experiências agroecológicas através da ecoformação, constroem novos conhecimentos, baseados no uso e na ressignificação de conhecimentos culturalmente acumulados através de suas culturas camponesas de cultivo da terra e, dessa forma, produzem agências cognitivas que questionam a dominação colonialista da monocultura do saber racional instrumental, e evitam, desse modo, desperdícios de experiências, favorecendo construções cognitivas de ecologias descolonizadoras.

Além da observação, Dona Arruda destaca a interação cosmogônica e de prazer que realiza com a natureza: “A: [...] Mas eu tenho prazer de lidar assim, e eu parece que descarrega aquela coisa ruim que dá no corpo da gente. [...] Não sei o que e eu mexendo na terra, lidando com as árvores e tudo para mim, nossa, é uma vida para mim.” (ENTREVISTADA ARRUDA. Informação verbal)

Ela ainda destaca que conversa com as plantas, trata elas com carinho e que as plantas respondem produzindo bem:

A: Tem um pé de arruda lá dentro da horta que está lindo tudo engalhado, eu chego lá e eu abraço ele e digo: como você está lindo!!! [...] eu converso com as plantas. Eu estou trabalhando, eu estou lidando com elas, replantando e eu falo, vamos ver se vocês crescem. Não vão ficar ai fazendo eu trabalhar a toa. [...] é uma amizade, eu cuido delas e elas tem que dar resposta. (ENTREVISTADA ARRUDA. Informação verbal)



FIGURA 11 - DONA ARRUDA EM SUA HORTA



FONTE: A autora (2018)

Através dessa práxis social a interlocutora de pesquisa reposiciona e valoriza a empatia, a sensibilidade, o prazer e a amorosidade na sua forma de aprendizagem agroecológica com a natureza. Assim, ela gera emergência ecofeminista, que reposiciona não hierarquicamente, habilidades culturais e historicamente vinculadas ao universo feminino, porém relegadas à desvalorização, mediante a dominação colonialista e patriarcal do saber moderno (PULEO, 2013).

Em outras palavras, essas interlocutoras, ao valorizarem a reconexão entre os sentidos do corpo, a subjetividade e a experiência delas na aprendizagem da ecologia de agroecossistemas, elas constroem práxis pedagógicas ecofeministas e decolonizadoras do seu saber e, com isso, decolonizam-se como mulheres que aprendem agroecologia com a natureza, de forma empática, sensível e empírica.

Ao olhar para outras dimensões da aprendizagem, em campo também identifiquei que essas aprendizagens ecoformadoras interagem com processos heteroformativos. Através dessa interação de conhecimentos elas também aprendem a praticar cultivos de agroecossistemas sem uso de agroquímicos e de forma natural.

Essas práticas foram sendo socializadas entre as mulheres e em grupos mistos, através de relações de vizinhança, compadrio, parentesco e também através de redes sociotécnicas ecológicas e redes de movimentos sociais ecológicos territoriais e estaduais. Um exemplo disso foi narrado pela história de vida da interlocutora Malva. Ela destacou que em seu território, no Zapata, os/as acampados/as aprendem por expiação e cópia dos vizinhos:

M: porque aqui, por mais que você não tenha formação, aqui como que funciona, se você está progredindo, os vizinhos vão lá especular o que ele está fazendo. Daí faz igual. [...] aqui ninguém tinha irrigação, daí uma

conseguiu recurso, conseguiu irrigação, daí agora tem uns par deles que tem irrigação (ENTREVISTADA MALVA. Informação verbal)

Nessas relações de proximidade, elas também destacaram a relevância da aprendizagem com as gerações mais antigas:

P: Então de aprender é mais com o J. ali mesmo. [...] é, com ele, com as pessoas mais velhas né. Perguntando como que faz, o que faz. [...] é, que nem ele ali é o meu tio [...] Seu P., é com o tio, com a Dona M., pessoa que está há mais tempo, a gente vai perguntando e vai fazendo (ENTREVISTADA PALMAROSA. Informação verbal)

Através dessas relações sociais territoriais e de proximidade, elas exercem diálogos de saberes, através dos quais adquirem novos conhecimentos, que vão sendo internalizados em suas reconstruções ou construções culturais de agricultura ecológica, constituindo-se aos poucos, também como unidades de referência para as demais mulheres da vizinhança.

FIGURA 12 – PALMAROSA EM SUA HORTA



FONTE: A autora (2018)

Para as interlocutoras de pesquisa mais jovens, mulheres de até 40 anos de idade e que nunca haviam tido experiência com agricultura, a heteroformação obtida através dessas redes sociais de proximidade envolvendo os vizinhos, parentes e amigas mais próximas tem sido mais relevantes que experiências ecoformadoras:

P: [...] [se juntam entre vizinhos e amigos] Daí a gente vai trocando experiência, isso funciona, isso não funciona. [...]

E: mais com as famílias próximas??

P: é, com as famílias que a gente tem convívio. (ENTREVISTADA PALMAROSA. Informação verbal)

Nessas relações de vizinhança, amizade e de compadrio territoriais, percebi que as mulheres têm tido mais facilidade e abertura para aprender. Nesse tecido comunitário e familiar, Ipê Roxo destacou a importância da mãe, do esforço dela em se apropriar de conhecimentos modernos de agricultura ecológica, para poder ensinar

os vizinhos e a sua comunidade, influenciando também a forma como ela, Ipê Roxo, pode aprender a praticar essa agricultura:

IR:[...] Que a gente não sabia nem de onde saia o feijão né. [...] Dai viemos se aprofundar aqui no agroecológico. [...] através da mãe, devagarzinho. [...] dentro da comunidade, daí a mãe se aprofundou mais com a agroecologia e foi ensinando a gente. (ENTREVISTADA IPE ROXO. Informação verbal).

Dessa forma, o cotidiano das relações sociais vivenciadas no território e se constituem espaços relevantes na produção aprendizagens heteroformativas em agricultura ecológica, através da promoção de diálogos de saberes.

FIGURA 13 - IPÊ ROXO EM SUA HORTA



FONTE: A autora (2018)

Nessa esteira, observei interação entre essas relações sociais de reciprocidade e de proximidade, com redes de movimentos sociais ecológicos<sup>78</sup>. Através dessas relações, elas puderam aprender modernas técnicas de agricultura ecológica. Dentro dessas redes, elas destacaram a relevância do Assentamento da Lapa, como uma importante referência nas aprendizagens heteroformativas delas, seja no manejo de hortas ecológicas, em manejo de agroflorestas, acesso e construção de mercados e na gestão de cooperativas: “A: é a gente foi visitar agroflorestas, visitar outras que

<sup>78</sup> Segundo Ilse Scherer-Warren (2006) “[...] as redes de movimentos sociais, na atualidade, caracterizam-se por articular a heterogeneidade de múltiplos atores coletivos em torno de unidades de referências normativas, relativamente abertas e plurais. Compreendem vários níveis organizacionais – dos agrupamentos de base às organizações de mediação, aos fóruns e redes políticas de articulação. Essas redes ora têm como nexos uma temática comum (terra, moradia, trabalho, ecologia, direitos humanos etc.), ora uma plataforma de luta política mais ampla (a altermundialização, a soberania nacional, um projeto de nação, ou a luta contra o neoliberalismo, contra a hegemonia mundial do capitalismo, as guerras imperialistas, contra o monopólio dos meios de comunicação, dentre outras) [...]” (SCHERER-WARREN, 2008, p. 515)

mexem com orgânico né, então isso traz bastante sabedoria sim. De uma outra realidade”. (ENTREVISTADA AROEIRA. Informação verbal)

Com relação aos manejos que elas aprenderam através de vivências no Assentamento Contestado, elas destacaram a compostagem e o uso intensivo de esterco, principalmente de aviário, que foi a maior inovação sociotécnica observada para todos os casos analisados. Na fala de Aroeira:

A: ah eu o que eu aprendi foi única coisa assim de quando a minha mãe lidava, mas ela lidava assim só para o gasto, é assim esterco, folhas [...] que eu passei a usar aqui, as folhas das árvores e eu junto elas e misturo com a terra, eu deixo amontoada e deixo apodrecer para fazer o adubo (ENTREVISTADA AROEIRA. Informação verbal)

Além do uso de esterco, elas contaram que também aprenderam a fazer rotação de culturas, para não “enfraquecer a terra”. Outras contaram que aprenderam a importância e como fazer uso de cobertura morta. Dona Erva Doce contou que observou que ao longo dos anos houve mudanças na vegetação nativa e que os “matos de hoje”, estão mais difíceis de “limpar” que os de antigamente:

ED: [...] não tinha essa praga, essa sujeira que vem agora na planta é uma praga né, que mata a planta, eu digo que antigamente não tinha isso. Você plantava, era só cuidar para aquelas moitas não afogar a planta e nós capinava mesmo o arroz, a mandioca, amendoim, batata doce, essas coisas aí, mas que nem o feijão e o milho não era capinado de enxada (ENTREVISTADA ERVA DOCE. Informação verbal)

Como uma forma de reduzir a penosidade do trabalho e número de capinas manuais, resolveram imitar outras experiências conhecidas através das hortas do Assentamento Contestado da Lapa, passando a adotar coberturas mortas de solos:

ED: protege umidade da terra e também protege do mato, para não estar precisando estar capinando capinando e regando. [...] o Pedro aprendeu fazer indo visitar as pessoas que plantam ecológico, então ele viu bastante coisa com cobertura. Uma vez que ele foi em uma saída para a Lapa. Daí o ano passado nos fizemos uma experiência. (ENTREVISTADA ERVA DOCE. Informação verbal)

Essas e outras interlocutoras de pesquisa nos contaram que foram a esse Assentamento para conhecer as experiências com agroflorestas, hortas e com a cooperativa, o que lhes auxiliou a aprender como conduzir suas produções em seus lotes nos seus territórios locais. Esses dados corroboram as identificações e análises realizadas por Valadão (2012) em seu estudo sobre o Assentamento Contestado, em que o autor destaca a relevância desse assentamento rural como polo irradiador de

conhecimentos em agroecologia para os demais assentamentos e acampamentos rurais. Destaca-se que também para as aprendizagens das mulheres Sem Terra, foi possível identificar a relevância desse território nas aprendizagens ecológicas delas, pois, com os conhecimentos que foram assimilados através das atividades vivenciadas nesse território, elas criaram adaptações para seus agroecossistemas locais.

No entanto, o uso de cobertura morta, embora adotado no Contestado por algumas famílias ecológicas, não é uma prática de uso comum do Emiliano Zapata. Ainda observei muitos traços de formas tradicionais de cultivo da terra, de manutenção de “cultivo no limpo”, associadas a várias práticas de roçado e de capinas constantes das hortas. Refletindo sobre as condições de interação ecológica dos agroecossistemas do território do Emiliano Zapata, segundo categorias de análise de Gliessman (2001) e de Altieri et al. (2003), outro elemento relevante observado foi a baixa interação com o bioma e biodiversidade nativa local. Somente em um dos casos pude observar que o casal praticava uso de gramíneas nativas ou folhas de árvores para cobertura morta na horta. Nos demais casos, observei pastagem nativa, porém sem manejo e uso integrado e sustentável associado à produção agrícola.

Algumas delas, quando questionadas por que não usavam coberturas mortas, destacaram não ter os equipamentos apropriados para roçar, tais como roçadeiras. Outras alegaram falta de presença desses materiais nas imediações, ou não saber como fazer para incluir a produção de biomassa local dentro de seus sistemas de produção. De toda forma, ao irem obtendo informações, por meio de cursos, oficinas, palestras, elas vêm produzindo adaptações possíveis e ajustadas às suas lógicas camponesas tradicionais de cultivos:

E: você não tem o costume de usar cobertura?

O: vou catar capim de onde?

E: você não tem aqui próximo, capineira.

O: tem essas coisas natural aqui esses campos. Eu pensei em pegar a roçadeira e trazer aqui, agora que eu tenho a caminhonete né.

(ENTREVISTADA ORQUÍDEA. Informação verbal)

Não tendo uso de coberturas mortas, uma das grandes atividades e dos grandes períodos de tempos que as mulheres utilizam a campo é, portanto, a capina manual de plantas adventícias. Além disso, a necessidade de irrigações se torna uma constante, aumenta os riscos de ataque de insetos em períodos secos, bem como a penosidade do trabalho delas.

Quando são acometidas por algum ataque de insetos ou doenças, normalmente elas utilizam cinzas de folhas, de fogão a lenha, caldas bordalesas, chás e infusões de plantas nativas, urina de vaca, óleo de Nim e detergentes domésticos. Em nenhum caso encontrei uso de adubações verdes. Uma delas problematizou que fazem o básico de uma produção orgânica, mas falta disciplina para fazer uso de adubações verdes.

M: [...] Porque a gente ainda está só no básico da agricultura. [...] é só esterco, porque a gente não faz as caldas, não faz os biofertilizantes, não faz nada, só o esterco. [...] nem cobertura. Então o que é o básico: a gente joga o esterco, irriga, carpe, irriga e entrega.

E: e nunca usaram adubação verde?

C: a gente sempre conseguiu umas sementes, mas nunca teve aquela disciplina de época dessa adubação verde e tal, tal, tal.

E: meio que o jeito que vocês produziam lá vocês continuaram aqui?

C: isso, não teve esse choque. [...] o máximo que a gente faz é rotação (ENTREVISTADA MALVA. Informação verbal).

As pastagens, em grande medida, são mescladas entre pastagem nativa e pastagem plantada, onde lança-se sementes das forragens para vir a planta. Experimentos de piqueteamento de pastagem e implementação de diversificação de pastagens realizadas no Acampamento Emiliano Zapata não obtiveram continuidade. Com relação às sementes, o milho normalmente é comprado, e o feijão guardado de um ano para outro. As sementes e mudas de hortaliças também são todas compradas em bandejas. No entanto, para os casos em que elas praticam roçados ecológicos, encontrei sementes crioulas<sup>79</sup>, de milho Caiano e Feijão Carioquinha, principalmente. A produção dos roçados normalmente é utilizada para consumo da família, venda local e regional e também para nutrição dos animais, aves e suínos.

---

<sup>79</sup> Sementes crioulas são sementes armazenadas, cultivadas e melhoradas por meio de seleção massal, pelos agricultores familiares e camponeses. Essas sementes podem ser transmitidas através das gerações nas famílias, entre comunidades e redes (AS-PTA, 2009).

FIGURA 14 – AMORA MOSTRANDO AS SEMENTES DE MILHO CRIOULO QUE CULTIVAM EM SEU LOTE



FONTE: A autora (2018)

Segundo Malva, elas estão nesse “básico” ainda por falta de recursos financeiros. “[...] Então tudo vai esbarrar na falta de recurso assim. Não é nem tanto conhecimento eu acredito, é mais falta de recurso mesmo” (Informação verbal). Outras relataram não ter interesse ou não saber como manejar e usar adubações verdes em suas hortas e pomares.

Para aquelas mulheres que nunca haviam tido contato com agricultura, principalmente as mulheres mais jovens, cuja ecoformação ainda é escassa, a aprendizagem heteronormativa de modernas tecnologias de produção orgânica tem sido o principal meio de acesso a conhecimentos que lhes deem condições de iniciar e manter processos de ecologização. Para o desenvolvimento desse tipo de aprendizagem ecológica, sociotécnica moderna, a heteroformação tem predominado e obtida a partir de diálogos de saberes exercidos em redes de movimentos sociais, onde se destaca a experiência da Rede Ecovida de Agroecologia e a experiência do Programa Paranaense de Certificação Orgânica. Essas redes envolvem acampadas, assentadas de outras áreas, outras agricultoras familiares, universidades, escolas de formação técnica, cooperativas de produção e ONGs, entre outros atores sociais.

Como processo de aprendizagem, se constitui, portanto, uma teia de aprendizagem individual e coletiva, que articula ecoformação, aprendida com a experiência empírica e sensível delas no lote e com a natureza, com processos heteroformativos, obtidos através de relações de vizinhança, proximidade e através de redes de movimentos sociais ecológicos. Através de processos de aprendizagem coletiva, conhecimentos ecoformadores vão sendo refletidos e associados a conhecimentos heteroformadores, qualificando as aprendizagens e os manejos

ecológicos de agroecossistemas exercidos pelas mulheres, contribuindo com a construção de processos decolonizadores do seu saber.

Aquelas jovens mulheres e as mulheres “da cidade” têm buscando agenciar novas aprendizagens por meio de cursos, oficinas e dessas redes de movimentos sociais. Para Margarida, uma mulher “da cidade”, que nunca havia trabalhado na agricultura, a experiência tem sido apreendida aos poucos e com apoio da comunidade: M:” [...] Foi devagar, pegando experiência de um, de outro, falando faz assim, faz assim, a gente ia pegando ideia assim, porque a gente nunca trabalhou assim com horta” (ENTREVISTADA MARGARIDA. Informação verbal)

Palmarosa destaca a relevância do técnico local da cooperativa e do Movimento Social na sua aprendizagem e também da Rede Ecovida de Agroecologia: P: “[...] e tem o M. ali que também ensina bastante. Ultimamente eu tenho dado aula do que eu tenho aprendido com ele. [...] Aprendi a fazer caldas, para bichinhos essas coisas [...]” (ENTREVISTADA PALMAROSA. Informação verbal).

Amora, outra jovem agricultora que nunca havia tido contato com o campo e agricultura, contou que no começo sentiu dificuldades com a adaptação, tanto de viver no campo quanto de trabalhar com a agricultura, mas que através da experiência do esposo e dos pais do esposo, ela aos poucos foi aprendendo e se acostumou: A: “[...] é no começo a gente estranha né. Mas agora está... agora a gente pega gosto pelas coisas também.” (ENTREVISTADA AMORA. Informação verbal)

Amora destacou a relevância de um professor de Agronomia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, nas aprendizagens sobre a implantação e manejo da agrofloresta que eles conduzem hoje em seu lote. Aqui a relevância do conhecimento heteroformativo técnico agrônômico assumiu um papel importante na apropriação de conhecimentos e manejos de agricultura deles, influenciando no tipo de ecologia que vieram a desenvolver.



FIGURA 15 - AMORA E SEU FILHO CAÇULA NA AGROFLORESTA



FONTE: A autora (2018)

Amora também destacou a importância do Assentamento Contestado da Lapa na aprendizagem dos manejos ecológicos das agroflorestas. Ela contou que seu marido fez alguns dias de campo nesse assentamento, onde aprendeu como fazer os manejos e podas, e isso lhes auxiliou a conduzir as agroflorestas do seu lote. Ela nos contou que na comunidade achavam que eles eram “loucos” de fazer agrofloresta.

Amora rebate os argumentos contrários ao uso de agroflorestas, justificando a economia de trabalho manual com roçados e capinas manuais e com ganhos de produtividade, através da ampliação da qualidade biológica do solo, através do manejo ecológico do solo:

A: olha eu não sei porque não quiseram seguir a agrofloresta, porque eu acho importante a agrofloresta, aqui é como se fosse um pulmãozinho né. Porque aqui nós estamos criando árvores, vai fazer a fotossíntese, várias coisas aqui. Nós consegue controlar os biomas com várias árvores. [...] com esse manejo é mais fácil que uma horta normal. Igual as pessoas ai com horta normal elas precisam usar muita água. Comprar irrigação cara para molhar. Coisa que aqui nós usamos o regador, coisa pouquinha para cada cova e no outro dia está úmido ainda, pode dar um solzão você vai lá e está úmido. Porque a árvore mantém a sombra né, daí o capim também (ENTREVISTADA AMORA. Informação verbal)

O lote deles é o único em que as agroflorestas realmente estão seguindo um protocolo de manejos de podas e conduções sociotécnicas de uso de diversificação, estratificação de árvores, plantas alimentares e uso de massa verde. Nos demais lotes, as famílias que receberam unidades de agroflorestas do projeto Flora fizeram adaptações sociotécnicas, mesclando as técnicas de manejos das agroflorestas com conhecimentos culturalmente acumulados de cultivo de pomares mistos e quintais produtivos, oferecendo resistência ao uso de gramíneas nas entrelinhas e de árvores nativas nas linhas.

Esses dados conduzem à reflexão de que os modernos e contemporâneos conhecimentos sociotécnicos de agricultura ecológica, tais como manejos ecológicos de hortas e agroflorestas, ao serem apreendidos através da experiência local, sofrem adaptações culturais e ajustam-se aos manejos culturais agroecossistemas. Um exemplo disso foram as agroflorestas adquiridas por meio do Projeto Flora<sup>80</sup>, as quais vêm sendo manejadas ajustando-se aos sistemas de conhecimentos tradicionais existentes sobre quintais produtivos e pomares mistos, formando uma hibridação de conhecimentos dentre aqueles conhecimentos sociotécnicos modernos prescritos sobre agrofloresta e saberes tradicionais acumulados sobre manejo de quintais diversificados e pomares mistos, de forma análoga ao que Kaminski e Lesama (2013) já identificaram em outras pesquisas sobre o tema das aprendizagens em sistemas agroflorestais com grupos de agricultores familiares.

Esses dados de campo nos levam a refletir que a produção de conhecimento agroecológico se dá a todo tempo na tensão, conflito e negociação, por meio de diálogos de saberes (LEFF,2004), onde o conhecimento empírico e culturalmente adquirido é negociado com novos conhecimentos de cultivo orgânico, produzindo associações, hibridações e sobreposições de saberes e conhecimentos, reconstruindo as agriculturas ecológicas que elas praticam.

Além disso, é necessário destacar as desigualdades de gênero que atravessam essas experiências e agências, e que impactam as condições de aprendizagem ecológica das mulheres Sem Terra. Nessa esteira, Amora, explicou que, embora tenha aprendido a manejar as agroflorestas através de oficinas realizadas por um professor da universidade no lote deles e através do seu Marido, afirmou que somente seu marido sai do lote para aprender. Ela disse que por causa das crianças, ela não consegue sair de casa para fazer cursos, oficinas fora do lote, e mesmo quando o professor da universidade vinha no lote mostrar as coisas para eles, sempre falava mais com o marido dela, e depois era ele que passava para ela as informações.

A: é. [...] Mas ele sempre conversa bastante né, ele fala bastante com o meu marido, o meu marido me fala.

E: ah, mas as vezes que ele veio aqui conversar ele conversou mais com o teu marido daí?

A: é mais com ele sim.

E: mas por que daí que você não estava junto?

---

<sup>80</sup> O Projeto Flora foi um projeto Estadual financiado pela Petrobrás entre os anos de 2014-2015 para implementação de 200 unidades agroflorestais em áreas de reforma agrária em todo o estado do Paraná.

A: mais é por causa das crianças mesmo né, que não deixam a gente conversar muito. Mas eu tenho interesse de ir na jornada de agroecologia aprender (ENTREVISTADA AMORA. Informação verbal)

Nas outras vezes, como por exemplo, a ida à Lapa para conhecer as agroflorestas, ela disse que não foi e que não tem como por causa dos filhos. É sempre ele que sai e depois ensina para ela o que aprendeu e os dois fazem juntos na agrofloresta. Dessa forma, o caráter gendricado e patriarcal da abordagem extensionista observada em campo através dessa fala da interlocutora Amora, onde somente o marido sai para aprender e onde o professor apenas se dirige ao seu esposo para ensinar, impede que Amora e outras mulheres também possam construir agências em termos de aprendizagem de agricultura. No contexto de uma cultura extensionista rural patriarcal, ainda herdeira da revolução verde, que entende a família nuclear como unidade de análise, essa abordagem extensionista se centra no “chefe de família” como seu porta voz. Com isso, oculta-se, invisibiliza-se e não favorece a participação e a expressão da fala das mulheres nas aprendizagens e na gestão do lote.

Outrossim, no âmbito do cuidado com os filhos, questão enfrentada por Amora também apareceu em outros relatos, em que as mulheres destacaram, para além do fato de não terem com quem deixar seus filhos, que não conseguem sair para fazer cursos, participar de oficinas, embora tenham interesse, porque não têm tempo pela sobrecarga de trabalhos produtivos e reprodutivos que executam diariamente por “dar conta” concomitantemente da produção e entregas de alimentos das escolas, feiras e cestas:

P: ah se tivesse um curso que eu saia aqui de casa vou e volto, eu faria. Mas a maior parte dos cursos você tem que ir e ficar longe. Daí para mim é difícil. Para mim é meio complicado, porque no momento eu que estou cuidando de tudo, ele está indo na cidade buscar dinheiro, então é complicado sair. (ENTREVISTADA PALMAROSA. Informação verbal)

Por estarem sobrecarregadas de atividades, produtivas e reprodutivas, elas tendem a restringir suas aprendizagens à observação e interação social com experiências vividas em seus contextos locais, em detrimento de formações longas e distantes. O que evidencia também a responsabilização completa das atividades de cuidado às mulheres e as impede de sair de casa e de seus territórios locais, para aprender mais sobre a agroecologia em atividades sociais realizadas fora do contexto dos seus lotes e comunidades locais.

Dessa forma, tal como já identificado em outros estudos de gênero rurais (PAULILO, 2016; JALIL; ESMERALDO; OLIVEIRA, 2017) que o corpo atua como critério definidor de papéis sociais de gênero, baseados em relações patriarcais, que tendem a restringir os papéis das mulheres camponesas às atividades domésticas, vinculadas ao cuidado, à reprodução e à família, que, nesse caso, se associam também ao trabalho produtivo feminino nas hortas, quintais e pomares, e os homens ao domínio da esfera pública, dentre as quais, inclui-se os trabalhos externos e a participação em cursos de formação ecológica.

Há outros casos ainda, mais raros, em que foi possível observar relações de ciúmes, pois os maridos não deixam as mulheres saírem, principalmente para fazerem cursos fora da comunidade. Nesses casos, elas participam, mas somente quando as atividades são realizadas no assentamento ou acampamento. Nesse sentido, externaliza-se a necessidade de sempre se pensar em cirandas nos dias de campo, oficinas de extensão rural e assistência técnica, bem como olhar de forma diferenciada para a participação das mulheres, no sentido de promover condições favoráveis à sua participação e de incentivar a participação delas nesses espaços. Tal como Siliprandi (2002) entre outras autoras feministas sugerem.

Além disso, esses dados de campo, como atividades históricas culturalmente vinculadas às mulheres (TRONTO, 2007; 2013, GARRAU; LE GOFF, 2010), também sinalizam para a permanência e a persistência das mulheres como únicas e exclusivas responsáveis pelo conjunto das atividades de cuidado. Esses dados de campo também corroboram as análises realizadas por Jalil, Esmeraldo e Oliveira (2017), acerca das iniciativas agroecológicas praticadas por mulheres em estados do Nordeste brasileiro. Lá, essas autoras também identificaram a centralidade das mulheres na execução de atividades de cuidado e a relevância da construção de outras abordagens de extensão rural na promoção da participação e aprendizagem das mulheres acerca da agroecologia.

Por outro lado, esse tipo de abordagem patriarcal da extensão rural não foi encontrada em contextos em que, por exemplo, são técnicas mulheres e do Movimento Social que praticam a assistência técnica e extensão rural, e onde acontecem atividades com a presença de cirandas. No entanto, nem todas as atividades, mesmo aquelas organizadas pelo movimento social, têm cirandas e mulheres como organizadoras e que incentivam a participação de outras mulheres. Isso indica que a decolonialidade de gênero, no sentido da construção da igualdade

de gênero e que favoreça a participação das mulheres, é um processo constante de construção, de incentivo e de valorização, de respeito e reconhecimento dos potenciais e capacidades das mulheres em agenciar a construção cognitiva dessas ecologias.

Também observei que essa atuação diferenciada de gênero acontece onde são técnicos e técnicas formados pelo movimento social e que já passaram por processos de formação de gênero que acompanham essas áreas. Um exemplo foi o do técnico que atua na cooperativa local do acampamento Emiliano Zapata, e com as demais técnicas de campo formadas pelo Movimento Social.

Os profissionais sociotécnicos formados pelas escolas do Movimento Sem Terra têm sido relevantes na promoção das aprendizagens das mulheres Sem Terra. Pelo olhar social diferenciado e pela metodologia de trabalho diferenciada que possuem, eles conseguem traduzir melhor os anseios das assentadas e atender às expectativas das mulheres. Isso enfatiza o papel do movimento social, sobretudo sua capacidade de transversalizar gênero, na luta dentro da luta (SCHWENDLER, 2015) e também na formação educacional no nível profissional da formação sociotécnica, como critério diferenciador da construção de novos sujeitos extensionistas, capazes de construir novos olhares e práxis de gênero, em sentido mais igualitário e equitativo.

Schwendler, Vieira e Amaral (2018) analisaram os processos de divisão sexual do trabalho, processo educativo escolar, gênero e geração. Nesse estudo, as autoras analisam processos formativos escolares realizados com jovens do ensino básico e médio, onde constatam que a realização de processos formativos de gênero no ambiente escolar e no movimento têm contribuído para a criação de empoderamento dos/das jovens, gerando tensionamentos e transformações de relações de gênero com suas famílias.

Com base nesse estudo de Schwendler et al. (2018) e nos dados de campo coletados, corroboro para os dados e análises realizadas por essas autoras, pois compreender que a formação diferenciada em gênero dos profissionais através dos cursos técnicos e superiores coordenados pelo movimento social e junto às instituições públicas de ensino tem sido relevante no sentido de lhes preparar como profissionais capazes de visibilizar e desconstruir desigualdades de gênero no âmbito da extensão e assistência técnica rural. Isso pode ser observado tanto para o estudo de caso realizado no Emiliano Zapata, como no caso da Hortelã de Cascavel, de Crisântemo de Londrina e de Copaíba da Lapa, que são mulheres mediadoras, com

formação de gênero e que adotam uma abordagem extensionista feminista e diferenciada. Essa formação diferenciada das técnicas e técnicos do MST atenta à promoção da participação das mulheres no conjunto das atividades realizadas.

No entanto, embora sejam fundamentais para incentivar a participação das mulheres nos territórios, as técnicas educadoras populares entrevistadas destacaram as ainda presentes dificuldades de ser mulher nesse meio e de se afirmar tanto como mulher, quanto como técnicas:

H: primeiro que é um crescimento, a gente poder ter empoderamento e poder fazer alguma coisa. Porque eu venho de uma classe que trabalhar como técnica até quando eu estava me formando né, não era uma coisa válida, técnico tinha que ser homem, porque você vai na casa da família quem atende é o homem. Então primeiro que a gente tinha essa dificuldade. Então você vai na casa da família, a mulher faz tudo, mas quem te atende é o homem. Então é aquela coisa, você vai dentro da casa a mulher fica te olhando com um jeito estranho porque você está lá conversando com o marido dela [...] Então toda vez que eu vou em uma propriedade eu nunca deixo o homem me atender. Ah não cadê a fulana? Já vou brincando, vou fazendo alguma coisa, para que a companheira venha junto ne, ela perceber que ela também é parte. (ENTREVISTADA HORTELÃ. Informação verbal)

Além disso, ao analisar os cursos de formação de Tecnólogos em Agroecologia realizados pela Escola Latino-Americana de Agroecologia do Paraná – ELAA, Schwendler, Vieira e Amaral (2018) identificaram que a participação das mulheres nesses cursos tem sido reduzida, em comparação com a participação dos homens, apontando para as desigualdades de gênero que ainda persistem nesses espaços:

Como efeito das hierarquias ligadas à cultura patriarcal, elas participam destes espaços educativos em menor número. Por exemplo, na ELAA, das três turmas que se constituíram entre 2005 a 2013, totalizando 120 formandos no curso de Graduação de Tecnologia em Agroecologia, 77 eram homens e 43 mulheres. (REZENDE, 2018, apud SCHWENDLER et al. 2018, p. 256)

Destaca-se que, mesmo para este ambiente escolar e de formação sociotécnica diferenciada em termos da promoção de construções mais igualitárias de gênero e geracionais, as desigualdades de gênero ainda estão presentes, tanto no ambiente escolar do Movimento Social, quanto no âmbito da extensão rural praticada em assentamentos e acampamentos rurais, onde as mulheres jovens, ainda permanecem integrando estes espaços em menor proporção e onde mulheres técnicas de campo ainda encontram constrangimentos de gênero em relação à ampliação e qualificação de sua participação.

Essas desigualdades de gênero e geracionais, inscritas nas ações extensionistas dos mediadores e das escolas do Movimento Social, também foram

identificadas no âmbito do setor de produção estadual do Movimento Sem Terra. Nesse espaço, Copaíba também destaca a presença dessas dificuldades de gênero no âmbito do setor e da prática cotidiana da assistência técnica afirmando que: “[...] uma técnica mulher tem que ser duas vezes melhor pra conseguir respeito nas famílias e dos próprios homens que são a maioria no setor de produção do movimento, mas aos pouquinhos vai conquistando, vai ganhando seu espaço, vai mostrando competência.” (ENTREVISTADA COPAÍBA. Informação verbal.) Este testemunho corrobora os dados já identificados e problematizados em outras pesquisas sobre extensão rural, onde as autoras problematizam a necessidade de formações sociotécnicas de gênero diferenciadas para esses/as profissionais (SILIPRANDI, 2002; BONI, 2017; JALIL; ESMERALDO; OLIVEIRA, 2017).

Essas questões de gênero da extensão rural vão atravessar também as redes sociais de aprendizagens de agroecologia, que se estabelecem através da Rede Ecovida de Agroecologia, do Programa Paranaense de Certificação Orgânica e das Jornadas de Agroecologia, que são os três espaços construídos através de redes sociais de movimentos ecológicos de que as acampadas e assentadas de Reforma Agrária participam. Segundo Rosa vermelha: “[...] na Rede Ecovida tem uma tendência, isso claramente não é trabalhado. [...] Aí tem a IESOL<sup>81</sup>, mas eles não têm essa parte política [...] Eles vão direto na técnica. [...]” (ENTREVISTADA ROSA VERMELHA. Informação verbal)

Com relativa exceção das Jornadas de Agroecologia, que serão analisadas nos itens e capítulos seguintes, nas demais redes sociais aqui citadas, Rede Ecovida de Agroecologia e Programa Paranaense de Certificação Orgânica, questões de gênero não são abordadas de forma interseccional por essas redes sociais, o que tende a reproduzir desigualdades e invisibilidades de gênero nesses espaços.<sup>82</sup>

A interlocutora Gerânio, técnica de campo do Programa Paranaense de Certificação Orgânica do Paraná, ao analisar questões de gênero, reforça os

---

<sup>81</sup> Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESOL. Sediada em Ponta Grossa, essa organização social realiza trabalho de assessoria técnica ao grupo produtivo de mulheres e da horta coletiva do Acampamento Emiliano Zapata, além de participar de redes e movimentos ecológicos e de economia solidária, buscando incentivar o desenvolvimento da economia solidária com essas experiências de campo.

<sup>82</sup> No ano de 2019 foi realizado o primeiro encontro das mulheres da Rede Ecovida da Região Sul do Brasil, após denúncias de casos de abusos e de violência contra a mulher, expulsões e desligamentos de homens dessa Rede, em determinados núcleos. Dessa forma, elas tem pressionado à construção como Rede Ecovida de normativas específicas, capazes de coibir casos de violência contra a mulher em experiências agroecológicas.

argumentos de Rosa Vermelha e destaca a ausência da interseccionalidades de gênero nesse Programa. Ela elucida as debilidades e limitações sociopolíticas interseccionais desses espaços: “G: bom, o meu programa não tem nenhum debate de gênero, ele contrata técnicos para certificar as pessoas. Inclusive a maioria dos técnicos do Estado inteiro são homens. Não tem nenhum debate sobre isso, não tem.” (ENTREVISTADA GERANIO. Informação verbal)

Esses dados indicam que ainda existe uma presença patriarcal e colonialista que intervém como práxis extensionista a partir desse Programa de Certificação Orgânica, evidenciando dificuldades desses atores em construir abordagens interseccionais, capazes de integrar as categorias gênero e geração em processos sociais de certificação ecológica participativa, o que se explicita tanto nas ações oriundas do Programa Paranaense de Certificação Ecológica, quanto da Rede Ecovida de Agroecologia.

Outrossim, outras interlocutoras, embora tenham apontado que questões de gênero não são debatidas e nem visibilizadas no âmbito da Rede Ecovida<sup>83</sup>, destacaram a presença das universidades estaduais, associadas aos projetos estaduais de certificação participativa operados por essas universidades, como lócus privilegiados da promoção de diálogos de saberes e de promoção de aprendizagens de ecologia para elas: “P: [...] porque quero andar com eles, porque eu quero aprender, eu tenho que melhorar meus pessegueiros [...]” (ENTREVISTADA PALMAROSA. Informação verbal). Outras interlocutoras, Malva e Palmarosa de Ponta Grossa e Cravo de Cascavel também destacaram a importância da Rede Ecovida de Agroecologia, dos encontros mensais, das atividades de olhares externos, etc. como importantes espaços de aprendizagens heteroformativas de agroecologia para elas. Dessa forma, entende-se que, embora a Rede Ecovida de Agroecologia e o Programa Paranaense de Certificação Orgânica não visibilizem e nem debatam de forma interseccional gênero em seus múltiplos espaços coletivos, essas duas redes configuram importantes espaços de aprendizagem ecológica para as mulheres Sem Terra.

---

<sup>83</sup> No período da pesquisa de campo e de coleta desses dados, debates coletivos e resoluções novas de Rede Ecovida, que atentaram para questões de desigualdades de gênero e violência contra a mulher ainda não haviam sido problematizadas e externalizadas no âmbito dessa rede social. Após essa pesquisa de campo houveram eventos significativos no âmbito da rede Ecovida, protagonizados pela organização coletiva das mulheres e que conquistaram um novo marco normativo interno, ajustando como demanda à certificação ecológica a não violência contra as mulheres.



No âmbito das Jornadas de Agroecologia, as interlocutoras de pesquisa argumentaram que foi através desses espaços que elas puderam aprender, socializar suas experiências e inspirar outros sujeitos à construção de experiências agroecológicas locais. Com os conhecimentos acumulados pelas suas culturas de cultivo da terra, e também com o que puderam aprender nas Jornadas de Agroecologia, aos poucos elas conseguiram concretizar experiências agroecológicas em seus lotes:

I: [...] Então foi uma experiência muito rica em tudo né, desde você ter que aprender a fazer o processo, a preocupação que tem que dar certo e ficar bonito, e aí o despertar para essa questão da diversidade é o que fica... as sementes, aí a questão das oficinas práticas. Essa questão das sementes, a participação das mulheres nos espaços, nas palestras, tudo que vem da Jornada é muito proveitoso. Até da cultura, da alimentação e a gente percebeu que as mulheres aqui do Estado do Paraná, que a gente coordenava esse grupo aqui no Estado do PR e a gente percebeu que as mulheres tem um destaque muito grande na questão da produção, da elaboração, de todo o processo. Sempre teve mulheres envolvidas em todos os processos. (ENTREVISTADA IRIS. Informação verbal)

As mulheres entrevistadas, acampadas e assentadas, foram unânimes em afirmar que as Jornadas de Agroecologia foram fundamentais para apoiar, incentivar e mobilizar os processos locais de construção da agroecologia em seus territórios locais:

C: [...] quando a gente foi participar das jornadas, além da gente descobrir as sementes crioulas que a gente já tinha perdido né, pelo tempo, mas ter contato de novo com as sementes, trazer essas sementes, ter oficinas dentro dessas agroecologia, sobre criação de galinhas caipiras, sobre como fazer a compostagem, os coisarada para trazer para a horta. São coisas que vai voltando na mente da gente [...]. (ENTREVISTADA CRAVO. Informação verbal)

Nas Jornadas, as oficinas têm essa relevância, tanto na valorização do conhecimentos culturalmente acumulados de agriculturas camponesas, quanto na qualificação dos mesmos através de sua hibridação com modernos conhecimentos de produção orgânica:

G: eu participei de várias eu só tenho uma desde 2008, 2009, 2010, foi a primeira que eu participei e eu parei uma só. Então tem sete jornadas que eu participo geralmente a gente vai para aprender mais como trabalhar com o agroecológico [...], através das oficinas que tem lá na agroecologia. Que a gente vai implantando lá né. (ENTREVISTADA GLOXÍNIA. Informação verbal)

Esses espaços das Jornadas de Agroecologia se configuram como um dos principais espaços onde as mulheres entrevistadas puderam obter aprendizagens ecológicas, obtidas através de oficinas, místicas, partilha de sementes, feiras e etc.

onde elas puderam refletir sobre seus conhecimentos já acumulados, aprender novos conhecimentos e qualificar condições de intervenção sócio ecológica em seus lotes.

Essas atividades estão estreitamente ligadas ao resgate, manutenção e multiplicação da agrobiodiversidade<sup>84</sup>, contemplando a produção, o beneficiamento e a comercialização ecológica de sementes crioulas. As sementes que puderam ser adquiridas e partilhadas nas Jornadas de Agroecologia, tiveram, e ainda hoje têm, um papel relevante na construção de processos de transição agroecológica agenciados pelas mulheres. Através dessas sementes, elas puderam resgatar variedades de sementes já perdidas e diversificar as suas produções agrícolas. Elas relataram que conseguiram resgatar e multiplicar principalmente sementes de milho, feijão, adubações verdes e de hortaliças, variedades que puderam obter através das feiras e partilhas das Jornadas, e que até os dias atuais cultivam em seus lotes.

Nessa esteira, Gloxínia e Hibiscus de Londrina destacaram que com as aprendizagens e sementes que obtiveram nas Jornadas, puderam desenvolver experiências em seus lotes. Para elas, no início das Jornadas que participaram receberam muitos conhecimentos e sementes e hoje, passados alguns anos de práticas, estão podendo retornar às Jornadas com os produtos desse trabalho, por meio da partilha de sementes crioulas e de outros produtos beneficiados ou in natura, cultivados por elas e comercializados nas feiras ecológicas das Jornadas:

H: oh, vou te falar assim porque para nós também é novo, eu fui na jornada, participei, eu não sabia nada. Dessa questão, de como cuidar da saúde, como ter as plantas e tal. Participei de que lá: oficinas, palestras. Eu fui acumulando o que? Conteúdo. Eu fui lá assistir. Primeiro eu fui aprender. Voltei para o lote, comecei a executar aquilo lá que eu tinha aprendido. Consegui, aquilo que eu consegui desenvolver, eu já estou conseguindo retornar para as jornadas. Com o que, o produto. Lá eu fui sem nada, agora eu aprendi como cuidar da verdura e eu vou levar para vender. E eu aprendi as ervas, quais as importâncias delas, então eu fui para casa, preparei e retornei na forma de tinturas, isso que eu aprendi, executei e agora estou retornando para as Jornadas. (ENTREVISTADA HIBISCUS. Informação verbal)

As Jornadas de Agroecologia apresentaram um diferencial de inclusão das mulheres e de promoção da igualdade de gênero, pois permitiu ser interpolada pela ação feminista das mulheres. Desde o início a participação igualitária das mulheres nas várias atividades de organização da Jornada foi reivindicada, tanto na composição das delegações, como na exigência da presença de cirandas infantis em todas as

---

<sup>84</sup> A agrobiodiversidade aqui é compreendida como a diversidade ecológica que se diferencia pela diversidade genética, de espécies e de agroecossistemas (SANTILI, 2009).

suas edições. Essas ações combinadas têm sido fundamentais para favorecer a participação das mulheres nesses espaços, bem como para promover a construção de relações de gênero mais igualitárias.

Algumas delas avaliaram as Jornadas de Agroecologia como sendo decisivas, sobretudo para aquele contexto inicial dos anos 2000, quando começavam a desenvolver experiências agroecológicas em seus assentamentos e acampamentos rurais, em que as Jornadas de Agroecologia constituíam praticamente os únicos espaços de aprendizagem em que podiam obter informações de como conduzir e praticar esses processos de transição ecológica:

I:[...] Hoje as mulher, nós já temos práticas. Em todos os encontros está se discutindo agroecologia. Mas naqueles anos que se iniciou a discussão estava focado só nas Jornadas. Então acho que foi muito decisivo naquela época né. (ENTREVISTADA IRIS. Informação verbal)

Esses dados são relevantes, ao se tratar de mulheres camponesas, de classes sociais populares, pois muitas não tiveram oportunidades de realizar formações técnicas de níveis profissional ou superior, que lhes assegurassem outras formas de aprender modernas técnicas de produção ecológica. Por isso, principalmente as oficinas das Jornadas de Agroecologia cumpriram, e ainda cumprem, papéis significativos na construção de conhecimentos ecológicos, e por conseguinte, decolonizadores do seu saber em agricultura e ecologia.

Segundo elas, o agronegócio foi e vai eliminando tudo em termos de biodiversidade. E com isso vão sendo erradicados também os conhecimentos associados a essas práticas e cultivos biodiversificados. Muitas delas, antes de começarem a participar das Jornadas de Agroecologia, já tinham perdido muitas espécies de plantas e sementes e também conhecimentos associados a cultivos biodiversos de agricultura:

B: ah, anteriormente a gente não fazia troca de sementes [...] Porque quando a gente optou por trabalhar mesmo só na linha da agroecologia, a gente se deparou que a gente não tinha mais sementes. Não tinha mais mudas de nada, porque o convencional vai eliminando tudo essas coisas, o agronegócio elimina tudo. Daí essa da Jornada das trocas de sementes, nossa é uma questão muito forte. Porque em um espaço que você vai lá, as pessoas compartilham sementes, mudas tudo né. Outras as oficinas também. Porque quando a gente vai.... A gente teve oportunidade ainda no curso de conhecer técnicas para melhorar a produção e tal. (ENTREVISTADA BEGONIA. Informação verbal)

Esses dados de campo corroboram os estudos de mulheres rurais realizados por Siliprandi (2002), Esmeraldo (2013), Paulilo (2016) e Jalil et al. (2017), em que

essas autoras apontam que com a revolução verde e a mecanização dos cultivos produtivos, os homens assumiram o protagonismo dessa agricultura, invisibilizando por completo o trabalho produtivo e cognitivo das mulheres rurais. Nesse caso, essa interlocutora acrescenta que além de invisibilizar e, em determinados casos, constranger o trabalho produtivo das mulheres rurais, o agronegócio acabou por exterminar seus conhecimentos e práticas de agricultura e de usos da agrobiodiversidade, favorecendo e aprofundando a colonialidade de gênero e da natureza em seus territórios de vida.

Em meio ao desperdício dessas experiências femininas de conhecimentos sobre o cultivo da terra, as Jornadas de Agroecologia se constituem como lócus privilegiados da visibilização, emergência e atualização de conhecimentos culturalmente acumulados pelos camponeses em práticas de cultivo da terra e, ao mesmo tempo, através de diálogos de saberes, possibilita a hibridação, atualização e sobreposição destes a novos e modernos conhecimentos de cultivo ecológicos. Dessa forma, as Jornadas contribuem com a construção de iniciativas agroecológicas decolonizadoras de gênero e da natureza, que se expressam nas experiências agroecológicas das mulheres Sem Terra em seus territórios de vida.

Através das Jornadas de Agroecologia, ao aprender e socializar conhecimentos ecológicos e ao adquirir e multiplicar sementes crioulas, as mulheres Sem Terra abrem fraturas na dominação colonialista de gênero e da natureza e, a partir de seus territórios locais, criam agências coletivas e individuais decolonizadoras do seu ser, saber e poder como mulheres agricultoras e ecologistas, abrindo fendas territoriais de agrobiodiversidade, soberania e segurança alimentar em meio aos vastos territórios de monocultivos convencionais de cereais convencionais espalhados pelo Estado do Paraná.

Em síntese, as aprendizagens agroecológicas realizadas pelas mulheres Sem Terra envolvem aprendizagens ecoformadoras e heteroformadores, que associam conhecimentos culturalmente adquiridos em cultivo da terra a modernos conhecimentos em cultivo ecológico de agricultura. Essas aprendizagens são agenciadas pelas mulheres através de redes locais, de proximidade e de redes de movimentos sociais ecológicos. Quando esses espaços são interseccionalizados por questões de gênero, tendem a favorecer a participação mais igualitária das mulheres, bem como suas aprendizagens, o que se torna mais visível através dos cursos e de

mediadores/as formados/as pelo Movimento Social e através das Jornadas de Agroecologia.

#### 4.3 AGENCIAS COLETIVAS DAS SEM TERRA NA CONSTRUÇÃO DE CIRCUITOS CURTOS AGROALIMENTARES ECOLÓGICOS

Este item visa analisar a inserção das mulheres agroecologistas Sem Terra na construção social de mercados. Os circuitos curtos agroalimentares representaram outra dimensão significativa das agencias das mulheres Sem Terra no desenvolvimento de suas experiências agroecológicas, constituindo dimensão relevante da construção da autonomia econômica delas.

Em campo identifiquei que as mulheres têm protagonizado a construção social de circuitos curtos e regionais agroalimentares, inicialmente através de incentivos que obtiveram a partir de sua inclusão em políticas públicas de SAN (Segurança Alimentar e Nutricional), a partir das quais puderam ampliar suas agencias e avançar para a construção de feiras livres e grupos de consumo:

C: Eu acho que as políticas públicas que vieram depois, esses programas de aquisição de alimentos, mais recentemente o PNAE, fortaleceu tudo isso né porque o assentamento com isso descobriu sua verdadeira vocação na produção, que essa é a produção de verduras dos legumes. Tinha um preço diferenciado para produtos agroecológicos, ao mesmo tempo tinha que ter um processo de certificação. As famílias se inseriram nesse processo de certificação acho que também foi um grande momento de aprendizado de avançar na agroecologia e aos pouquinhos você vai vendo avanços aí (ENTREVISTADA COPAÍBA. Informação verbal)

Ao se inserirem em Programas Institucionais, tais como PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), aos poucos elas foram se capitalizando, ampliando e diversificando seus cultivos. A fala de Rosa Rosa sintetiza como foi esse processo para a maioria das famílias no Emiliano Zapata:

RR: ah no começo nós plantamos feijão bastante, daí não tinha dinheiro para arrumar a horta. [...] o feijão a gente vendia. [...] nós começamos arrumar um porco, [...] daí aqui tem os arvoredos. [...] Quando [...] abriu a cooperativa para nós, melhorou as vendas para nós, porque antes era só CONAB [PAA]. [...] Começamos ganhar e fomos investindo aos pouquinhos, aos pouquinhos. (ENTREVISTADA ROSA ROSA. Informação verbal)

Em todos os casos analisados, notei a presença de uma combinação de elementos que acompanharam a ampliação da garantia da geração de renda

monetária para as mulheres: a) inclusão em programas institucionais de compras da agricultura familiar (PAA e PNAE); b) criações de associações e cooperativas<sup>85</sup>; c) aumento do volume da produção agrícola ecológica; e d) criação de circuitos curtos agroalimentares.

Em campo identifiquei que para algumas famílias (1/3 do total – das famílias do Zapata) os mercados institucionais ainda constituem o principal meio de obtenção de renda monetária. Isso se coloca principalmente para aqueles casos em que são as mulheres que conduzem as hortas e os pomares, possuem filhos pequenos, são menos escolarizadas, menos capitalizadas e que dependem exclusivamente dos recursos desse Programa para se sustentar e se reproduzir socialmente como condição camponesa<sup>86</sup>, como é o caso de Rosa Rosa.

FIGURA 16 – ROSA ROSA EM SUA HORTA COM SEUS/AS FILHOS/AS



FONTE: A autora (2018)

No Emiliano Zapata, onde pude fazer observações de campo mais densas, identifiquei que as rendas obtidas pelo PNAE variam entre R\$200,00/R\$300,00, podendo chegar até a R\$2.000,00, uma média de R\$800,00/R\$1.000,00 por mês por família. Essa variação depende da capacidade produtiva familiar. Essas rendas são

<sup>85</sup> No caso da comunidade Emiliano Zapata, eles criaram uma associação local e acessaram o PAA de 2007 até 2013. No começo do acampamento a renda deles provinha praticamente somente do PAA. Segundo Dona Rosa Vermelha, o Zapata foi o primeiro acampamento do MST a conseguir acessar esse Programa. Em 2013 sofreram com os processos de criminalização e fiscalização que ocorreram no Estado do Paraná. Passam então, a construir uma cooperativa própria (COOPERAS) que passou então, desde 2015 a comercializar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, onde continuam comercializando até os dias atuais.

<sup>86</sup> Para os casos mais descapitalizados, as mulheres associam esses recursos também aos recursos do Bolsa Família.

utilizadas para guardar como poupança, formar fundos para reinvestir no lote ou para comprar insumos produtivos.

Em Londrina, Hibiscus narrou que hoje o PNAE significa para elas a única forma de terem uma renda estável, pois as rendas de feiras e grupos de consumidores ainda são pequenas: H: “[...] E o PNAE para nós hoje é o único jeito de nós ganhar um dinheirinho mais tranquilo.” (ENTREVISTADA HIBISCUS. Informação verbal)

Já na experiência do Assentamento Walmir Motta de Cascavel, elas entregam hortaliças e legumes certificados como ecológicos para o PNAE. Além disso, as mulheres estão organizadas em grupos produtivos mistos, participam na cooperativa local e, em alguns casos, também fazem feiras livres e mantêm grupos de consumidores: “[...] Então é assim, um ajuntamento, um pouquinho daqui, um pouquinho dali.” (ENTREVISTADA BEGONIA. Informação verbal).

Esses dados corroboram outros estudos feministas rurais do Brasil, em que se destaca a capacidade inclusiva desses Programas Institucionais de Compras Diretas, tal como apontou Siliprandi (2011) e Hora, Rezende e Macedo (2015) em estudos realizados sobre mulheres rurais, geração de renda e agroecologia.

A partir da combinação entre diferentes rendas monetárias, provindas do agenciamento individual e coletivo de diferentes fontes de comercialização, seja programas institucionais, feiras livres ou grupos de consumo, elas conseguem conquistar e ampliar autonomias econômicas. A renda contribui com seus processos de decolonização de gênero, enquanto ser, saber e poder, pois, segundo uma das interlocutoras “[...] ninguém se emancipa sem uns troco no bolso.” (ENTREVISTADA ROSA VERMELHA. Informação verbal)

Com relação aos desafios, a interlocutora Begônia destaca as dificuldades no acesso à obtenção de recursos financeiros para capitalização dos seus lotes:

[...] Porque nós tipo... você faz a opção pela agroecologia, mas é com a cara e a coragem, porque você não tem investimento para nada. O convencional tem. Se você quer financiar lavoura de milho, soja e você quer financiamento você tem. Para a agroecologia você não tem nada. Então você tem que ser tudo aos passos [...] (ENTREVISTADA BEGÔNIA. Informação verbal)

Esses argumentos de Begônia corroboram outros estudos recentes sobre gênero, ruralidades e agroecologia, nos quais as autoras destacam que, mesmo que tenhamos obtidos avanços políticos através da institucionalização de políticas públicas de promoção da agricultura orgânica e da agroecologia, os acessos a esses

recursos para mulheres rurais, ainda são poucos e morosos, tal como analisado por Siliprandi (2017), por Hora, Rezende e Macedo(2015) e por Boni et al. (2017).

Outro aspecto relevante identificado em campo no Acampamento Emiliano Zapata foi que algumas interlocutoras relataram que nem sempre conseguem fazer um planejamento produtivo correto. Contaram que às vezes plantam bastante, mas não conseguem entregar e perdem produção. E que isso tem forçado algumas delas a buscarem outros mercados, e também as cooperativas que elas participam a adotarem medidas de gestão mais democráticas e inclusivas:

RV: Quando começou ficou só os bão [...] gente que produzia bastante. Daí do ano para cá mudou um pouco, que todo mundo que tem um pouco entrega, ficou mais social a coisa. Aí disseram assim na reunião da cooperativa, que se eu tiver dez quilos de couve para entregar eu vou entregar meus dez quilos de couve, não importa quantos quilos de couve o cara tem. Daí ficou mais justa a coisa. [...] (ENTREVISTADA ROSA VERMELHA. Informação verbal)

Esses conflitos colocam, por um lado, visões de mundo baseadas no produzir bastante, de forma mecanizada e para ganhar bastante, como uma visão de mundo e de *ethos* de trabalho produtivo historicamente vinculada ao trabalho produtivo masculino rural (PAULILO, 2016) e, do outro lado, as produções diversificadas e de pequenos volumes produzidas pelas mulheres, na disputa pelas entregas à cooperativa.

Para minimizar desigualdades de gênero nesses processos, a cooperativa local tem adotado medidas normativas mais igualitárias em termos da inclusão de diferentes volumes produtivos, com vistas a abranger a totalidade dos seus associados. Isso tem favorecido principalmente aquelas mulheres que produzem poucos alimentos e de forma diversificada, para quem a renda oriunda desse programa é relevante, pois garante que elas possam continuar entregando, evitando assim exclusões por capacidade produtiva e por gênero, tal como identificamos em outros estudos recentes sobre esse tema (CORADIN; DENARDIN, 2018).

Além disso, como conquistas do movimento feminista e agroecológico rural (ESMERALDO, 2013; SILIPRANDI, 2017; JALIL et al. 2017), a inclusão do nome delas como associadas à cooperativa, nos Documentos de Aptidão ao Pronaf (DAP), como responsáveis nas entregas dos projetos, bem como a criação de contas bancárias que colocaram as mulheres como beneficiárias e receptoras desses recursos, também são importantes aspectos para a ampliação e a manutenção da participação delas nas



atividades da cooperativa, gerando maior visibilidade e valorização delas como agricultoras e cooperadas.

No âmbito da participação das mulheres na gestão da cooperativa local, no Zapata, identifiquei que elas participam das reuniões e que algumas mulheres são também diretoras da cooperativa. No entanto, elas também analisam que na maioria das vezes as participantes mais “escutam” as reuniões do que interagem, demonstrando, dessa forma, que o expressar da fala feminina (SPIVAK, 2003) em espaços cultural e historicamente ligados ao domínio do público e dos homens, tal como a gestão da cooperativa, ainda representa um desafio à construção de subjetividades ativas e de agencia das mulheres.

Já no âmbito da gestão familiar do lote, identifiquei que elas conseguem construir maior agencia, tendo em vista que quase todas as mulheres entrevistadas argumentaram que conseguem decidir junto com seus esposos as ações que serão realizadas no lote, bem como sobre os usos do dinheiro: “ED: sempre junto”. (ENTREVISTADA ERVA-DOCE. Informação verbal). Evidenciando que, no domínio do território do lote, elas já conseguiram conquistar maior subjetividade ativa, tornando-se capazes de influenciar em tomadas de decisões familiares acerca dos usos do dinheiro e gestão produtiva do lote.

Outrossim, embora todas elas tenham argumentado que decidem em conjunto, há casos em que observei que são mais as mulheres que decidem e assumem a gestão do lote: “IR: [...] nós conversa, mas é mais eu. [...] Que daí eles ficam mais na função da gente resolver, porque daí se der alguma coisa sobra para a gente.” (ENTREVISTADA IPE ROXO. Informação verbal). Analiso que, embora nesse caso isso configure conquista de agencia e subjetividade ativa feminina, por outro lado, desigualdades de gênero se manifestam através da ausência de atitudes proativas masculinas e na culpabilização da mulher pelos erros e acertos vivenciados na experiência produtiva. A simples ausência masculina das tomadas de decisões não configura igualdade de gênero, mas antes, pode ocultar desigualdades de gênero baseadas na culpabilização e na responsabilização exclusiva da mulher sobre a totalidade da gestão do lote.

Em apenas alguns poucos casos, cujas relações de gênero e de trabalho ainda se apresentaram rigidamente patriarcais e binárias, notei que era mais o marido que realizava a gestão do lote. Observei isso sobretudo para aqueles casos onde ainda havia presença de cultivos convencionais de grãos e também com casais entre 60-70

anos de idade.No entanto, identifiquei que mesmo para estes casos, essa lógica desigual de gênero é problematizada em espaços formativos de gênero. E que na medida em que elas participam de debates de gênero no movimento social, e se abrem para se reconstruir como práxis de gênero no âmbito doméstico e coletivo, conseguem gerar certas mudanças cotidianas nas relações de gênero no âmbito familiar e comunitário, tal como pode expressar Dona Arruda nesta fala:

A: é, daí que despertou o negócio, eu disse, eu estou trabalhando igual uma boba, trabalhando e dando o dinheiro para o homem, deixando de comer [...] daí eu tipo agora se eu conseguir vender ainda, eu vou embolsar tudo o dinheiro não vou mais deixar só ele. Porque naquele tempo eles faziam o pagamento do balcão. Não era assim em banco que ia receber. Agora não, agora a gente tem que abrir conta no banco para ir lá depositar. [...] Naquele tempo eles traziam o dinheiro no barracão, faziam o pagamento para a turma. Então ele que ia receber, e as notas tudo está no nome dele. (ENTREVISTADA ARRUDA. Informação verbal)

Dessa forma, compreende-se que quando há combinação entre medidas normativas institucionais que primam pela igualdade de gênero, associadas à organização sociopolítica coletiva permanente das mulheres, como a luta dentro da luta (SCHWENDLER, 2017) seja em espaços cooperativos, comunitários ou familiares, pode-se assegurar a construção de maior igualdade de gênero em processos de construção social de circuitos curtos agroalimentares, na gestão familiar e cooperativa coletiva.

Essa combinação entre normas institucionais e organização das mulheres, impacta a capacidade de construção de subjetividade ativa através dos circuitos curtos agroalimentares, e também influencia nos processos de decolonização delas como gênero e da natureza, ao passo em que essas medidas favorecem a criação de novas agências e subjetividades ativas femininas, e que isso se reflete na construção e na ampliação territorial da agroecologia. Ao decolonizarem-se como gênero, elas ampliam condições de decolonização da natureza, através da expansão de suas experiências agroecológicas.

Essas novas agências femininas, inscritas no aumento de ganhos financeiros e das capacidades de tomadas de decisões, segundo algumas das entrevistadas, não têm se perdido com o ingresso dos homens nesta atividade. No entanto, elas frisam a necessidade da vigilância constante neste âmbito, a fim de que não percam tais conquistas feministas, quando haja a inclusão dos homens na produção e comercialização agroecológica: “C.: é uma questão assim que a princípio as mulheres

tem que ficar atentas, mas muitas mulheres estão no comando aqui dos seus lotes, tão decidindo o que fazer, como fazer”. (ENTREVISTADA COPÁIBA. Informação verbal). Esses dados de campo contrastam os dados e análises de pesquisa realizados por Paulilo (2016) na atividade do leite de Santa Catarina, onde ela identificou que com a inclusão dos homens nessa atividade, as mulheres perderam seu espaço e a renda monetária, obtida através de seu trabalho com o leite. No entanto, tal como ressaltado pelas Sem Terra, destaco a necessidade da continuidade de pesquisas futuras, a fim de analisar a médio e longo prazo, como se dá e se dará efetivamente a inclusão dos homens nessa atividade e como isso impactará efetivamente a agência das mulheres. Não há saturação suficiente de dados nesta pesquisa para analisarmos as razões pelas quais estas mulheres mantêm seu espaço produtivo, renda e capacidade de agência na atividade agroecológica, mesmo quando ocorre a inclusão dos homens.

Na tentativa de ampliar formas e meios de comercialização e de geração de renda, várias delas têm buscado extrapolar os mercados institucionais e se vincular à construção de grupos produtivos e grupos de consumidores, os quais passo a analisar detalhamento. Em campo encontrei tanto grupos organizados por redes sociais *online*, quanto vendas de porta-em-porta, em bairros, casas e pontos de comércio conhecidos das agricultoras. Além disso, também identifiquei feiras livres, onde se destacaram as experiências realizadas em parceria com universidades públicas estaduais e federais, Feiras das Jornadas de Agroecologia e o Feirão da Reforma Agrária Nacional e de Londrina.

No que se refere aos grupos de consumo, no Emiliano Zapata, Orquídea e Palmarosa são duas cunhadas que trabalham juntas e conduzem praticamente sozinhas seus lotes. Orquídea é viúva e o esposo de Palmarosa trabalha fora na cidade de segunda a sexta-feira. No período da pesquisa de campo, elas estavam constituindo grupos de consumidores, entregando semanalmente as ditas “sacolas” na cidade de Ponta Grossa:

P: eu com a minha cunhada nós fizemos uma parceria, [...] compramos uma caminhonete junto. Ai ela é a motorista. [...] Ai a gente vai, porque eu já tinha um monte de amigas que queriam. Elas queriam ovo, [...] um frango... mas daí depois que comprou a caminhonete nós resolvemos ir vender, daí eu fiz os clientes semanal. [...] Tudo pelo whats, daí tem umas senhoras que já deixam encomendado o que quer para a outra semana. [...] [com base] No que que tem, daí eu levo a sacola pronta, e mais a caminhonete cheia. [...] A gente sai para bater, passar na vila assim. (ENTREVISTADA PALMAROSA. Informação verbal).

Orquídea contou que na sua trajetória sempre quis fazer carteira de motorista para dirigir e trabalhar com suas produções agrícolas e animais, mas que seu ex-esposo, hoje falecido, nunca havia permitido.

O: [...] A cidade é aqui né, cara, porque nós não fizemos antes??? Porque não tinha apoio. Eu sempre dizia C. compra uma estrada para mim que eu vou trabalhar, eu vou plantar verdura, vou vender... não ele precisou morrer, para eu fazer a minha habilitação, comprar o carro que eu queria e ir lá vender e hoje eu trabalhar da forma que eu sempre quis há dez anos. Então o casamento tem muita coisa boa, mas tem muita coisa que segura né, principalmente na roça né. Daí a mulher da roça fica omissa ao marido, sim senhor, sim senhor. [...] me regrediu. Porque eu era uma menina cabeça aberta, depois que eu vim para cá que fechou [...] Mas de certo era a cruz que eu tinha que carregar né [...]. E estamos tentando bater asas. (ENTREVISTADA ORQUÍDEA. Informação verbal)

O constrangimento da fala, da aprendizagem e da presença feminina no universo da comercialização e da gestão do dinheiro, se constituem, nesse caso, como categorias constitutivas e reprodutoras da colonialidade do ser, do seu saber e do seu poder como mulher camponesa. Na medida em que cerceiam a construção de novas agências e subjetividades ativas femininas. Para Orquídea, o falecimento do esposo associado ao ato de aprender a dirigir e ir para a cidade comercializar significou para ela um desabrochar. Esse desabrochar, segundo ela, constitui hoje o maior desafio para as demais mulheres da sua comunidade: “O: elas tinham que ter um companheiro que fizesse elas desabrochar. [...]. Se o C. tivesse me escutado e me valorizado, eu já estava fazendo isso aqui há oh... anos. [...]” (ENTREVISTADA ORQUÍDEA. Informação verbal)

É relevante destacar que homens que apoiem processos de construção de agências e de subjetividades ativas femininas são importante em processos de decolonização de gênero. No entanto, a fratura na colonialidade de gênero se conquista pela agência das mulheres, na medida em que elas próprias agenciam espaços de fala, de expressão emancipatória do seu ser, saber e poder como mulheres.

No caso de Orquídea, esse domínio colonial patriarcal somente é fraturado quando o esposo dela falece, forçando-a a desenvolver subjetividade ativa e novas agências, expressas na busca pela construção de novas aprendizagens, novas práticas e habilidades sociais, então ditas do “universo masculino”, tais como aprender a dirigir, aprender a negociar, a comercializar e a ir a espaços públicos, como é o espaço do mercado agroalimentar. Ao agenciar a sua inclusão ativa em espaços do

universo do público e do mercado, para além da simples produção no lote, bem como a conquista da autonomia econômica pelo seu trabalho, ela decoloniza-se como ser, saber e poder, no âmbito da construção de circuitos curtos agroalimentares.

Por outro lado, Palmarosa analisa que para ela não tem sido difícil comercializar, porque ela já havia construído experiência anterior com comércio e vendas: “P: ah, eu sempre fui vendedora então.... Eu fui atendente, eu fui confeitadeira... eu fui tudo nessa vida, até essa idade eu trabalhei muito e eu sempre lidei com gente. Então para mim...” (ENTREVISTADA PALMAROSA. Informação verbal) A fala dessa interlocutora demonstra que conhecimentos e habilidades sociais adquiridas anteriormente, tais como a comunicação, a capacidade de negociar e de estabelecer preços, têm sido relevantes no desenvolvimento dessas agências femininas empenhadas na construção de experiências agroecológicas. Já para Orquídea, que nunca havia tido experiência com comércio e vendas, aprender a vender foi um dos maiores desafios:

O: eu dirijo, eu sou tranquila para dirigir [...] Daí eu não tinha o dom de vender, eu tinha vergonha. [...] Mas quem disse que eu me aguentei, na primeira vez sai batendo palma, perdi o medo, perdi a vergonha. [...] Uma coisa que eu pensava que nunca ia aprender, a pessoas vinham aqui comprar eu não sabia botar preço. (ENTREVISTADA ORQUÍDEA. Informação verbal)

Através dessas experiências elas assumem espaços e habilidades sociais outrora ocupados e exercidos pela atividade produtiva e pública, cultural e historicamente vinculadas aos homens pelo sistema de sexo-gênero patriarcal e colonialista, e com isso, vão fraturando a colonialidade de gênero, e construindo-se com agências e subjetividades ativas femininas decolonizadoras do seu ser, saber e poder de gênero.

Outro aspecto relevante, constitutivo da decolonialidade de gênero delas através da construção desses circuitos curtos agroalimentares identificado a campo, foi a melhoria de suas autoestimas, vinculada às suas identidades sociais como mulheres Sem Terra:

O: Semana passada nós fomos as duas e saímos assim batendo nas portas, e já fomos ficando conhecidinha aqui, conhecidinha ali, e fomos falando assim: não porque nós moramos lá no assentamento, eu falo assim, porque eu tenho orgulho disso, porque nós somos Sem Terra. Tem gente que fala: olha as meninas dos Sem Terra estão chegando!!! E é uma verdura orgânica fresquinha. No salão de beleza então, a mulherada ferve, doce de abóbora. (ENTREVISTADA ORQUÍDEA. Informação verbal)

Dessa forma, ao ingressar na cidade, na mediação socioeconômica com as mulheres urbanas, essas mulheres camponesas vão desconstruindo mitos e estigmas<sup>87</sup> sociais construídos acerca da identidade dos sujeitos Sem Terra. Através de suas agências ecológicas na construção desse circuitos curtos, elas criam um sentido de orgulho de serem mulheres Sem Terra. Dessa forma, entende-se que a desconstrução de estigmas relativos à construção dessa identidade, contribuem com sua decolonialidade de gênero, sobretudo no âmbito do ser. A subjetividade ativa da mulher, expressa em suas autoestimas, aqui é tomada como categoria de ressignificação e de valorização decolonial da identidade da mulher Sem Terra ecologista.

Embora satisfeitas com essa atividade, Orquídea e Palmarosa destacam as sobrecargas de trabalhos, produtivos e reprodutivos, correlacionadas com atividades coletivas da cooperativa, da comunidade, das redes de agroecologia e do movimento social, pois ambas participam de atividades coletivas no Movimento Social, em seu território e em redes de movimentos sociais ecológicos. “O: Agora estávamos pensando em ir duas vezes por semana, só que nós não estamos sabendo, nós não temos corpo para produzir e para cuidar da casa e cuidar de filho, marido e dos porcos e das galinhas e sair vender.” (ENTREVISTADA ORQUÍDEA. Informação verbal)

A agência delas em circuitos agroalimentares ecológicos, embora promova fraturas na colonialidade de gênero, ampliando a autonomia econômica e o acesso das mulheres ao espaço público e da gestão do dinheiro, não vem sendo acompanhada de redefinições mais igualitárias da divisão sexual do trabalho doméstico. Isso acaba por lhes sobrecarregar de atividades produtivas no âmbito do

---

<sup>87</sup> A produção do estigma para Erwin Goffman tem a ver com os processos de produção de identidades sociais. Estigma para ele significa a “[...] situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena” (GOFFMAN, 1978. p. 07). É uma ideologia para explicar a inferioridade (GOFFMAN, 1978). Segundo Goffman (apud Melo S.I.), “[...] o estigma é um atributo que produz um amplo descrédito na vida do sujeito; em situações extremas, é nomeado como ‘defeito’, ‘falha’ ou desvantagem em relação ao outro; isso constitui uma discrepância entre a identidade social virtual e a identidade real. [...] Para os estigmatizados, “[...] a sociedade reduz as oportunidades, esforços e movimentos, não atribui valor, impõe a perda da identidade social e determina uma imagem deteriorada, de acordo com o modelo que convém à sociedade. O diferente passa a assumir a categoria de ‘nocivo’, ‘incapaz’, fora do parâmetro que a sociedade toma como padrão. Ele fica à margem e passa a ter que dar a resposta que a sociedade determina. O social tenta conservar a imagem deteriorada com um esforço constante por manter a eficácia do simbólico e ocultar o que interessa, que é a manutenção do sistema de controle social”. (GOFFMAN, 1993, apud MELO S.I., p. 01).

lote, sobrepondo-se à comercialização, à participação na cooperativa local, na organização comunitária, no Movimento Social e na Rede de Certificação Ecovida.

Dessa forma, a construção de estratégias coletivas de socialização das atividades de cuidado, tais como creches, escolas, cirandas, refeitórios coletivos, bem como a associação dessas práticas à construção de estratégias familiares que possibilitem redefinições mais igualitárias do trabalho doméstico entre os membros da família, ainda configura categoria de gênero relevante da transformação das relações de gênero na construção de experiências agroecológicas, associadas à construção de circuitos curtos agroalimentares.

Um outro exemplo é o de Malva. Ela é agricultora acampada que está entregando para grupos de consumidores. Nessa venda, ela comercializa hortaliças, frutas, plantas medicinais e temperos verdes. O critério para compra é que os alimentos sejam todos orgânicos. E os preços são baseados naqueles operacionalizados no PNAE. Nesse caso, é um casal da cidade que mobiliza e organiza os consumidores e faz o contato com Malva e suas vizinhas para organizar as demandas e ofertas aos consumidores. Essa experiência ainda se situa como circuito curto, na medida em que existe apenas um intermediário na experiência. Nesse grupo que Malva participa também estão incluídas Dona Erva-Doce, Ipê Roxo e outra vizinha sua:

M: [...] toda semana eles jogam os produtos lá na internet, e eles fazem essa ponte, entre consumidor. Eu não diria atravessador, atravessador é uma palavra muito forte, eles localizam os consumidor, pegam de nós e entregam. [...] eu entrego para a merenda, e faço feira verde. São essas três linhas de comercialização hoje. [...]. Daí eles fazem o pagamento semanal, assim eles, estão com 30 consumidores, o objetivo deles é chegar em 150 consumidores. E entrega duas vezes por semana. (ENTREVISTADA MALVA. Informação verbal)

Nessa experiência, ao se liberarem das atividades de comunicação e de comercialização, que pode ser uma opção delas, por outro lado, elas também perdem possibilidades de construir novas agências e subjetividades ativas, bem como de realizarem processos pedagógicos de educação ecológica e agroalimentar com seus consumidores. Malva analisa que hoje o maior desafio para ela é a valorização dos produtos agroecológicos, o que impacta diretamente o ânimo, estímulo e autoestima das mulheres:

M: bom, eu pratico essa agricultura, porque eu tenho consciência dos malefícios do veneno. [...] Mas é que você cansa de lutar né, cansa de falar, de brigar, de... daí você se entrega. [...] o pessoal não valoriza, não valoriza, vendia sacola igual a Dona Rosa Vermelha. O pessoal valoriza o peso da

sacola, não o que tem dentro da sacola. Daí você cansa (ENTREVISTADA MALVA. Informação verbal).

Através da análise das falas dessa entrevistada, percebo que a valorização dos produtos agroecológicos está relacionada com a valorização, reconhecimento e a visibilização produtiva delas como mulheres produtoras agroecologistas. Sem que haja a construção de processos que permitam a visibilidade, o reconhecimento e a valorização, tanto delas quanto de seus produtos, desigualdades e invisibilidades de gênero ainda se reproduzem nessas construções agroalimentares, ainda que ecológicas. Dessa forma, entendo que a construção desses circuitos curtos agroalimentares, para que assuma perspectivas decolonizadoras de gênero, implica na construção cotidiana de processos de valorização, visibilização e reconhecimento da capacidade produtiva delas, como mulheres produtoras agroecológicas, bem como se suas autoestimas, permitindo assim, a sua decolonização não somente como saber e poder, mas também como ser.

Um terceiro exemplo que expressa essa relação subjetiva das mulheres com a construção dos circuitos curtos é a experiência de Aroeira. Ela é uma das acampadas pioneiras no desenvolvimento desses mercados diretos por meio de grupos de consumidores. Ela começou com a comercialização do PAA, PNAE, passando a migrar para os grupos de consumidores:

A: Que nos plantava bem pouquinho, um litro de chão, mas já era alguma coisa e nos começamos a plantar lá e já começamos a entregar lá, desde aquele tempo e agora na cooperativa. E daí as sacolas surgiu do mês de dezembro que tinha bastante produção e brócolis, alface, couve flor e não tinha o que fazer. E daí tem uma irmã minha que mora lá na nova Rússia, eu disse, veja aí com teus vizinhos se eles querem... vamos dar um jeito de vender as minhas verduras aí né. (ENTREVISTADA AROEIRA. Informação verbal)

Então, ela e sua irmã moradora da Cidade de Ponta Grossa saíram nas ruas para vender as sacolas. Elas saíam e vendiam seus produtos de porta em porta e assim foram formando uma clientela própria: “A: é, e daí ficou assim até hoje.” (ENTREVISTADA AROEIRA. Informação verbal)



FIGURA 17– AROEIRA EM SUA HORTA



FONTE: A autora (2018)

Aroeira enfatiza a importância das mulheres conhecidas da cidade na construção desses circuitos curtos. Destacam-se mulheres trabalhadoras urbanas, professoras, mulheres donas de frequentadoras de salões de beleza, de lojas de comércio, etc. Nesse caso, solidariedades femininas campo-cidade, entendidas aqui como comuns comunitários femininos (FEDERICI, 2019) favorecem a construção dos circuitos curtos pelas agências das mulheres Sem Terra, bem como os seus processos decolonizadores de gênero.

Ela tem em torno de 30 consumidores e, ao todo, ela disse que conseguem obter por semana cerca de R\$500,00 líquido através dessa comercialização. Além disso, continuam entregando no PNAE. Ela nomeia suas sacolas, de “sacolas-solidárias”. Porque faz um ajuste de preços pelas condições econômicas dos consumidores e também porque às vezes vão produtos que não são tão bonitos. O diálogo com os consumidores é constante:

A: Por isso que eu tendo as minhas sacolas lá fora, e eu já chamo sacola solidária. Porque tem semanas que vai 100% bonito, de repente os bichos atacam, já vai uma couve picoteada dos bichinhos né. Vai uma alface que a lebre deu uma tosada e tem semana que vai tudo bonito tem semana que não é 100% então por isso que os freguês entende que não é fácil você produzir orgânico. [...] (ENTREVISTADA AROEIRA. Informação verbal)

Do perfil dos consumidores, tal como Orquídea e Palmarosa, os consumidores de Aroeira também são, em sua maioria, mulheres: “A: pois entre mulher e homem, dá mais mulher. [...] mais da metade. [...]” (ENTREVISTADA AROEIRA. Informação verbal). Esses dados corroboram estudos de cuidado (GILLIGAN, 2013; TRONTO, 2007; 2013; CARREAU; LE GOFF, 2010; PAPERMAN; MOLINER, 2013) em que as autoras identificam maior propensão e relação das mulheres com preocupações com a reprodução social da família, com educação, alimentação e saúde, entendidas como

práticas de cuidado, atividades cultural e historicamente vinculada às mulheres, em virtude de relações de gênero patriarcais e binárias.

De outra forma, essas agencias coletivas demonstram o quão relevantes são construções de relações de proximidade, confiança, amizade e solidariedade entre mulheres do campo e da cidade, na preocupação com a construção de alimentações mais saudáveis e ecológicas. São comuns comunitários (FEDERICI, 2019) em redes que se tecem entre solidariedades e relações mutuas de confiança entre mulheres, que vão possibilitando transformações agroalimentares em ambos os territórios e contextos, seja no campo ou na cidade.

Outros aspecto importante destacado por Aroeira é a relevância pedagógica que esses processos de comercialização direta têm. Na medida em que elas se vinculam diretamente aos consumidores, e que podem dialogar com eles sobre temas relativos à alimentação, saúde e agroecologia:

A: sim, porque sempre eu passo, agora ele passa umas falas também. Porque tem umas pessoas que não tem noção. Você conversa com que é o produto lá no mercado né, e elas dizem, nossa, eu não sabia disso e eu pegava o mais bonito. Tipo vou lá o tomate se ele está mais feinho lá no mercado você pegue aquele. Porque aquele pegou menos veneno, está com umas broquinhas, está mais feinho. Nossa, e eu já vou pelo mais bonito. Então eles não tem noção então a gente vai falando, vai incentivando né. Porque a gente compra e dão para as crianças e dão, então a gente vai conscientizando. (ENTREVISTADA AROEIRA. Informação verbal)

Através de uma agencia feminina reflexiva, ela intervém na desconstrução pedagógica de racionalidades instrumentais e colonialistas de gênero e da natureza, e afirma-se como práxis feminista Sem Terra agroecologista.

Nessa esteira, Aroeira afirmou que já participou e auxiliou a organizar várias atividades de mulheres e de gênero realizadas na comunidade e fora da comunidade, e que essas atividades foram importantes para ela aprender a se respeitar como mulher e não permitir ser “pisada”, ou seja, aprender a fraturar a colonialidade de gênero (LUGONES, 2008; 2014):

A: é difícil quando eu não vou. Porque aqui nós já organizamos encontro de mulheres que saiu aqui na comunidade. Já fomos arrancar eucalipto da Syngenta para aqueles lados lá.

E: e o que foi essas atividades para ti assim como mulher, o que elas o que elas contribuíram de que forma, em que, na tua construção como mulher, de se entender, no teu trabalho, no teu cotidiano?

A: ah, é aprendizado, você aprende a ser mais, se respeitar mais, e não deixar ninguém te pisar né, essas coisas assim. Eu nunca sofri esse tipo de coisa. Mas tem mulher que eu penso que se fosse participasse talvez você conseguia dominar o teu homem né? Porque tem pessoas que eu conheço mulher que é massacrada e fica ali quietinha, então se ela participasse não

ia ser tão submissa ao homem né. Então esses encontros ajuda bastante a clarear a cabeça das mulher (ENTREVISTADA AROEIRA. Informação verbal)

A participação dela nesses espaços de gênero a fez compreender processos do que é a colonialidade de gênero, as violências contra a mulher e de como desconstruí-las, não aceitando violências materiais ou simbólicas contra as mulheres, e a gerar processos reflexivos que agenciam a construção de outras relações de gênero no campo.

Essa construção de si mesma como mulher Sem Terra feminista e ecologista impacta também a forma como constrói e se relaciona com seus/as consumidores/as da cidade. De modo que, concepções ecológicas, políticas e democráticas tanto de ecologia, alimentação quanto de gênero vão aos poucos emergindo no cotidiano da construção desses circuitos curtos agroalimentares, provocando reflexividades sobre agricultura, ecologia, alimentação, saúde, gênero com os consumidores.

Entretanto, no que diz respeito ao caráter pedagógico dessa atividade, em que pese todos esses avanços, Aroeira atenta para os diferentes tempos dessas construções:

A: é, ali ainda tá. Tem clientes mais novos que não sabem que eu sou Sem-Terra. Eles sabem que eu sou agricultora, que eu produzo na região do Tatuquara, mas eles não sabem que eu produzo na área da Embrapa. Que eu sou uma Sem Terra. Que ocupamos este espaço aqui. E tem pessoas que eu ainda penso em falar. Porque é complicado que nem eu falei a ideologia que está lá fora né. Não é brincadeira. Às vezes eu passo uma mensagem assim meia, elas nossa que bom saber disso. (ENTREVISTADA AROEIRA. Informação verbal)

Como construções pedagógicas reflexivas, ela entende que essas práxis sociais, que intervêm em reconstruções de racionalidades e subjetividades, em sentido decolonial, socioambiental e ecofeminista, demandam tempo de reflexão e de maturação. O que, de diferentes formas, elas vão percebendo, refletindo e se dispondo a construir ao longo do tempo com esses grupos de consumo.

Nessa linha, em campo também emergiram experiências de grupos produtivos de mulheres que buscam conectar a construção desses circuitos curtos com processos reflexivos sobre gênero e ecologia. Esses grupos produtivos são experiências incentivadas pelo setor de gênero do MST, e têm como objetivo favorecer a criação de espaços coletivos onde as mulheres possam se apoiar umas nas outras, a fim de agenciar coletivamente produções e comercializações ecológicas, vinculadas a transformações de gênero em sentido emancipatório.

No caso em questão, os grupos produtivos de mulheres analisados têm como objetivo gerar renda monetária e autonomia financeira para as mulheres através da produção, gestão e comercialização ecológica. Nesse objetivo, agregam-se determinadas universidades estaduais, incubadoras sociais e grupos de extensão rural e a Rede Ecovida<sup>88</sup>. Tal como pude observar através da experiência do Acampamento Emiliano Zapata e do coletivo das mulheres do Eli Vive I e II de Londrina.

No Emiliano Zapata, pude conhecer a experiência de uma horta coletiva gerida por um grupo de três mulheres. Dona Rosa Vermelha destacou que esse espaço coletivo se formou com o objetivo de ser um ambiente de aprendizagem não somente de técnicas modernas ecológicas de cultivo agrícola mas também como espaço de geração de renda para as mulheres: “RV: [...] a horta é um veículo de aprendizado para todos nós. Então o que nós vamos fazer lá na horta. Nós vamos ter assistência técnica, vai ter [...] estrutura e nós vai aprender lá para nós jogar para o nosso lote. [...] É esse o objetivo da horta”.<sup>89</sup> (ENTREVISTADA ROSA VERMELHA. Informação verbal)

FIGURA 18 – MOMENTO DE TRABALHO DO GRUPO DE MULHERES DO ZAPATA DA HORTA COLETIVA



FONTE: A autora (2018)

<sup>88</sup> Embora como já problematizado em itens anteriores, nem sempre esses espaços conseguem transversalizar gênero adequadamente, o que permanece sendo um desafio.

<sup>89</sup> Toda a infraestrutura obtida para estruturar essa horta foi conquistada através de projetos de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, a qual, por meio de estudantes, professores e técnicos de campo contratados, vinham fazendo oficinas de capacitação em produção ecológica de gestão cooperada.

Em campo, as mulheres que participaram das atividades nesse espaço coletivo foram unânimes em destacar a relevância desse ambiente para as aprendizagens sobre cultivo agroecológico, convívio coletivo e gestão do dinheiro, possibilitando a construção de novas agências femininas:

RR: [...] que no caso era mais meu marido que fazia tudo né, daí eu comecei a agir mais, comecei a sair mais de casa, comecei a participar mais das coisas. Daí a conviver mais com outras mulheres, com a natureza delas, porque eu era muito fechada aqui, só eu sozinha. [...] Daí eu comecei a participar do coletivo, e daí no coletivo nós já teria que conversar. [...] . E lá não, lá eu tive que aprender a conviver. (ENTREVISTADA ROSA ROSA. Informação verbal)

Através dessa experiência elas puderam começar a fazer entregas de sacolas na UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa), em algumas escolas estaduais e também começaram a fazer feira nesta mesma Universidade, uma vez por semana, todas as semanas. Contaram, para isso, com a assistência técnica do Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos do Paraná e também com a assistência técnica de uma incubadora local que trabalha com economia solidária - IESOL – Incubadora de empreendimentos solidários, locada na UEPG.

FIGURA 19 – SACOLAS SOLIDÁRIAS DO PROJETO EXECUTADO COM A UEPG



FONTE: A autora (2018)

No coletivo das três mulheres todo o trabalho produtivo, bem como as saídas e entradas financeiras e a gestão da horta são realizados coletivamente. É, portanto, nesse sentido que elas destacam a horta coletiva como uma aprendizagem de convívio, de interação social e de construção de relações de trabalho mais

colaborativas, que elas assumem como uma das grandes aprendizagens desse espaço: “Z: [...] uma ajudando a outra é que vai as coisas para frente. [...] Quando a gente trabalha em grupo a gente tem que se unir. Tem que ter respeito né.” (ENTREVISTADA ZINNIA. Informação verbal)

Algumas também destacaram a importância financeira da horta coletiva, como um tempo-espço de aprendizagem de gestão do dinheiro, convívio e também de capitalização, para investimento do lote individual: M: “[...] Com esse dinheiro que sai de lá a gente está investindo aqui. Tipo comprando muda, pega o trator para passar né, fazer canteiros, essas coisas.” (ENTREVISTADA MARGARIDA. Informação verbal)

Para elas, esse espaço e essa renda também têm sido relevantes para geração de mais autoconfiança e maior autoestima, na medida em que possibilitam a elas acreditarem em si mesmas como capazes de fazer a gestão dos recursos financeiros adquiridos. Dessa forma, a experiência dessa horta coletiva possibilita tanto a produção de conhecimentos, o que intervém na sua decolonização como saber, mas também geração de renda e autoconfiança, o que intervém na sua decolonização como poder e ser.

Dos desafios coletivos, identifiquei conflitos geracionais, que causaram adversidades entre as diferentes gerações pelas divergências nas percepções de como fazer e de como conduzir os manejos e a gestão coletiva dos recursos:

AE: Porque daí ela acha que a experiência dela é mais valiosa do que a experiência da gente. Porque ela está mais tempo ali, daí a experiência da gente não tem muito valor aí isso dificulta, [...] então como que a gente vai trabalhar isso quando não se entra em um acordo? [...] Então fica essa pergunta né, que forma que é o melhor jeito de trabalhar com a agroecologia? (ENTREVISTADA ANIS ESTRELADO. Informação verbal)

Esses dados de campo corroboram os estudos de Schwendler, Vieira e Amaral (2018), em que as autoras analisaram os conflitos geracionais que envolvem divisão sexual do trabalho e a juventude de Sem Terra. Elas analisam como as jovens são duplamente subalternizadas, tanto pelo critério geracional quanto de gênero. Essas relações de dominação passam a ser questionadas através da formação socioeducativa e da organização sociopolítica de gênero e dos jovens no âmbito do movimento social. Dessa forma, entende-se que também para este caso analisado, creditar as vozes e as capacidades criativas das jovens se constitui como palavra-

chave: AE: “[...] Porque eu acho assim que para a juventude hoje que está iniciando, vale muito o incentivo.” (ENTREVISTADA ANIS ESTRELADO. Informação verbal)

Como desdobramentos dessas experiências, Dona Rosa Vermelha apontou a associação entre produção e consumo de alimentos ecológicos com a construção de roteiros turísticos como mais uma alternativa para geração de renda e autonomia financeira para as mulheres: “RV: [...] O que que é a intenção da gente, é chamar a mulherada e ver se tem intenção de assumir isso para gerar uma renda. (ENTREVISTADA ROSA VERMELHA. Informação verbal)

No Assentamento Walmir Motta de Cascavel as mulheres assentadas também enfatizaram que se organizam em grupos produtivos mistos e que também fazem feiras coletivas semanais, às quintas-feiras e aos sábados, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE e em frente à catedral da cidade. Elas relataram que tem havido aumento na procura dos alimentos orgânicos nas feiras. Cravo argumentou que este aumento se dá pela ampliação no número de doenças e pelo crescimento da conscientização e das preocupações da população com a saúde, que associa prevenção de doenças com a busca por uma alimentação saudável, livre de contaminações químicas, bioquímicas e ecológicas:

C: [...] hoje em dia as pessoas estão mais envolvidas, preocupadas com a saúde. [...] e estão procurando consumir produtos livre de químicos né, de produtos químicos, de veneno, até o transgênico. E não sabemos o que vai acontecer no futuro [...] Que você tem então que e o pessoal vão na feira e o pessoal quer saber como foi plantado, se faz semente, se compra muda. Eles querem saber, ter certeza que não tem nada de químico ali, muitas pessoas a gente leva o certificado para eles ver. (ENTREVISTADA CRAVO. Informação verbal)

Nisso, ela destaca a importância e as preocupações dos pais, associadas às eventuais pressões dos filhos, crianças e jovens, na busca crescente por alimentos orgânicos: “C: Tem gente que vem de carro ali no sábado ali buscar. Eles vêm ali buscar porque eles só vêm na feira comprar produtos orgânicos para o seu filho, às vezes se fosse por eles nem iam fazer mesmo. [...] eles querem uma vida mais saudável para todo mundo, mas só que os filhos incentiva mais os pais a correr atrás.” (ENTREVISTADA CRAVO. Informação verbal)

É esse senso de cuidado, como preocupação com a vida de si mesmos e do outro, como categoria histórica e culturalmente vinculada às mulheres pela divisão sexual binária do trabalho (TRONTO, 2007), que motiva esses consumidores a buscarem alimentos ecológicos e que favorece a construção desses circuitos curtos

alimentares ecológicos agroalimentares, agenciados pelas mulheres. E é também através desse sendo de cuidado com a vida, que as Sem Terra vão refletindo com os consumidores questões referentes à saúde, alimentação e agricultura: Então eles vão na feira e sempre a gente troca muitas conversas na feira.” (ENTREVISTADA CRAVO. Informação verbal)

Como forma de atestar a confiabilidade e a qualidade desses alimentos orgânicos, ela afirma que sempre tem em mãos o certificado de produção orgânica. Além disso, ela disse que tem se planejado para começar receber visitas nos assentamentos rurais “[...] e depois lá na feira sempre tem gente querendo vir aqui. [...] porque tem gente que quer vir conhecer as experiências”. (ENTREVISTADA CRAVO. Informação verbal). Dessa forma, a construção social desses circuitos curtos agroalimentares ecológicos em Cascavel, também têm aberto possibilidades para novas atividades, tais como visitas de campo, gastronomia, etc.

Com relação à experiência de Londrina, Hibiscus e Gloxínia descreveram que elas foram incentivadas ainda no período do acampamento por outras mulheres do setor de gênero do MST a organizar grupos produtivos de mulheres para trabalhar com artesanatos. Segundo elas, esta foi uma estratégia para “tirar de dentro de casa” aquelas mulheres que estavam somente dentro dos barracos e que começavam demonstrar sinais de depressão. Quando as Jornadas de Agroecologia foram para Londrina, em 2010, elas já tinham esses grupos de artesanato organizados e participaram das feiras da Jornada com a comercialização dos seus artesanatos:

H: aí foi assim, conforme a gente começou a despontar nos artesanatos, com o pouco que nós tinha, que era poucas as companheiras que levavam no começo, um pedaço de pano, uma linha, começou então o pessoal a enxergar nós. Para a primeira agroecologia que eu participei, na Universidade da UEL [Universidade Estadual de Londrina] foi feita no espaço da universidade nós precisava trazer. Foi a primeira vez que o artesanato veio. [...]

G: aí explicaram o que era a Jornada de Agroecologia e qual era a importância dela para nós. E nós não tinha produção, verdura essas coisas. Não tinha. O que o coletivo das mulheres estava preparando? Era o artesanato. Fomos nós com o artesanato para a Jornada. E dá-lhe caprichar. Aí apareceu os apoiadores, pessoas começaram a perceber a nossa necessidades materiais, nós não tinha condições para comprar, aí começaram a doar materiais. (ENTREVISTADAS HIBISCUS E GLOXÍNIA. Informação verbal)

Elas contaram que foi por meio dessas feiras das Jornadas de Agroecologia que puderam obter o primeiro dinheiro significativo, o que lhes estimulou a continuar organizadas. Até aquele momento eram cerca de 50 mulheres. E, segundo a entrevistada Hibiscus, “[...] já demos nome para os artesanatos, era flores vermelhas”



[...] (Informação verbal). Essa mesma interlocutora destacou que foi com a produção e a comercialização desses artesanatos nas Jornadas de Agroecologia que ela conseguiu aprender a fazer vendas:

H: [...] eu vendi todos os arranjos assim, uma coisa que eu não sabia e eu conseguia me identificar com vendas também e lá no meu mundinho eu não tinha essa noção. [...] que além de produzir, eu conseguia vender, eu conseguia organizar as companheiras, também não sabia que eu conseguia isso. E a partir daí as nossas flores vermelhas começaram a se destacar deu uma nota preta naquela época. [...] aí começamos a ser chamadas para outros espaços para levar as coisas nossas, aí nós ia com as coisinhas, aí o artesanato começou a tomar uma proporção enorme. (ENTREVISTADA HIBISCUS. Informação verbal.)

Além disso, ela destacou que esses espaços de produção dos artesanatos foram importantes para elas refletirem, problematizarem e criarem laços de solidariedades entre as mulheres e para enfrentar situações de violências contra as mulheres:

H: questões de violência, de não sair de casa porque o marido não deixava, não participava de reunião porque o marido não deixava. E aí elas contavam se abriam e sabiam que nós não ia ficar... que nós estava ali uma apoiando a outra. Relatava os trabalhos, ah eu queria tanto estudar, eu queria tanto fazer um curso que o MST está proporcionando, mas o marido lá o fulano falou ah onde vai por aí se meter com homarada sabe? (ENTREVISTADA HIBISCUS. Informação verbal)

Esses dados corroboram as análises de Bruno et al. (2013) em que as autoras, ao estudar as razões da participação das mulheres rurais em grupos produtivos, já identificaram que: “[...] tão importante quanto melhorar a renda familiar ou ter a possibilidade de obter recursos próprios participar do grupo significa também estreitar laços de sociabilidade, como amizade. [...] pois possibilita o convívio e a união entre elas para enfrentar adversidades” (BRUNO et al. 2013, p. 218). A esse respeito, Hibiscus fez uma fala muito simbólica:

H: O confeccionar o tapete hoje, cada corte daquele tecido emendado que vinha era uma companheira que estava se libertando dentro de si. E quando nós terminava o tapete nós comemorava um monte e vinha aquele desabafo e ela ficava mais à vontade e ela já chegava mais feliz, e lá em casa ela já começava a fazer o tapete dela e ganhava o dinheirinho. Ela chegava em casa e dizia: oh marido eu ganhei 10 reais, eu vendi um tapetinho por 10 reais. Ele dizia: ah o que você vai fazer com essa miséria! Miséria para ele, porque para nós era uma fortuna. (ENTREVISTADA HIBISCUS. Informação verbal)

Tal como identificado por Bruno et al. (2013, p. 227) “[...] a maioria das mulheres vê o grupo como lugar de maior autonomia e espaço de liberdade para se ‘reunir’, ‘aprender a falar’, ‘saber como lidar com o dinheiro’. Além disso, esses espaços

constroem situações que facilitam relações de confiança e de proximidade mútua, se constituindo como espaços privilegiados onde as subjetividades ativas das mulheres encontram contextos e condições de se expressar e de serem re-tecidas, fortalecendo-as no enfrentamento coletivo da colonialidade de gênero, e que expressa nas violências físicas, materiais e simbólicas contra as mulheres.

Acrescenta-se à essa organização dos grupos produtivos, a participação delas em atividades do setor de gênero. Segundo Hibiscus, isso foi fundamental para que elas conseguissem enfrentar as situações de violência contra as mulheres, se organizar, se fortalecer coletivamente e avançar nessas experiências produtivas ecológicas:

E: [...] vocês participaram de encontros, coletivos de mulheres, seminários de mulheres? Da discussão de gênero do movimento e o que a relação dessas formações com esse curso que vocês foram fazer?

H: sim, é por aí, por isso que hoje tem toda essa dinâmica de produção e liberdade das mulheres por conta desses cursos. [...] a partir daí começou, reunimos um grupo de companheiras, quatro mulheres, plantaram as suas hortinhas, não tinha recurso nada, eu e mais três, fizemos esse grupo, as outras tudo de longe observando. (ENTREVISTADA HIBISCUS. Informação verbal)

Dessa forma, diferentes espaços coletivos de organização de mulheres articulados entre si e em conexão com a construção de circuitos curtos agroalimentares se configuram como ricos tecidos sociais. A partir desses tecidos sociais elas desenvolvem agências e subjetividades ativas femininas, que lhes asseguram condições de geração de fraturas tanto da colonialidade de gênero, quanto da colonialidade da natureza, o que se expressa através da ampliação das experiências agroecológicas protagonizadas por elas nos territórios de Reforma Agrária no Paraná.

Elas relataram que com o que puderam aprender e acumular através das feiras das Jornadas, estão replicando em seus lotes através geração experiências agroecológicas locais:

H: [...] E todas aprenderam nas Jornadas, como fazer, como aprender, como zelar. E a dinâmica da agroecologia. [...] Então nós aprendeu. Que agora nós estamos assentados e nós temos que produzir com qualidade para nosso bem e da humanidade. Então nós já tem para comer e para vender. Então a partir do momento que nós se assentamos nós já pudemos pôr em prática. E daí nós só teve força para levar enquanto coletivo. Essa última agora ali de Curitiba a nossa barraca estava linda, coletivo das mulheres do assentamento Eli Vive. [...] Estava coisa mais linda, tinha semente de tudo jeito. Sementes que nós pegamos nas Jornadas e nós reproduzimos. (ENTREVISTADAS HIBISCUS E GLOXINIA. Informação verbal)

Com as produções que têm obtido através dessas experiências agroecológicas, elas têm replicado a experiência das feiras das Jornadas de Agroecologia para a formação de feiras em Universidades Estaduais: G: “[...] E agora a gente entrega na universidade as nossas mercadorias. Mandioca, batata, alface, repolho, enfim, tudo que é verdura que a gente produz.” (ENTREVISTADA GLOXÍNIA. Informação verbal) Em Londrina, hoje, elas estão com cerca de trinta e cinco mulheres nesse coletivo. E estão entregando também em um feirão da Resistência mensal. Além disso, também estão organizando grupos de consumo e cafés coloniais nas áreas de reforma agrária para receber visitantes, com auxílio de mediadores da UEL.

FIGURA 20 – GRUPO DE MULHERES DO ELI VIVE I E II NA FEIRA NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA DE 2018



FONTE: A autora (2018)

No âmbito das Jornadas de Agroecologia, Dente de Leão vê as feiras atuais das Jornadas de Agroecologia como expressões desses vários coletivos produtivos territoriais de mulheres: “Então, se você passar aqui pela feira você vai perceber que vários grupos de mulheres organizadas que atuam no assentamento, [...] em grupos de agroecologia e em grupos de mulheres, que se organizam para vir para a feira.” (ENTREVISTADA DENTE DE LEÃO. Informação verbal). Segundo ela, esses processos não são restritos às Jornadas de Agroecologia, mas encontram nelas espaços privilegiados de expressão e fortalecimento.

Além disso, com a participação delas em atividades de gênero do movimento social, tais como encontros e seminários de mulheres, associada à organização coletiva nesse grupo produtivo, elas conseguiram ampliar a quantidade e a qualidade da participação política no movimento social, assumindo coordenações e direções regionais e estaduais, bem como ampliar a sua participação coletiva em redes de movimentos sociais ecológicos:

H: [...] Lideranças começaram a entender que nós não estamos trabalhando para nós, mulheres, é um processo que nós queremos atingir as famílias do assentamento. Nós não queremos coisas para as mulheres, nós não somos um processo a parte, nós fazemos parte do processo. Nós queremos contribuir com a qualidade de vida dos assentamentos. As festas estão mais bonitas, porque as famílias vem todas, a mulher vem, o marido vem, as reuniões, as companheiras debatem. As estradas ficavam para os maridos falar. Ah mas o caminhão de milho não sobre, agora a mulher: eu quero estrada, porque no dia de levar minhas alface eu quero estrada e não tem estrada para mim ir. Na reunião elas estão falando, se soltaram e debatem política com qualidade (ENTREVISTADA HIBISCUS).

Esses dados de campo não corroboram com as análises de outros estudos realizados com mulheres do MST e em assentamentos rurais, dentro dos quais, as autoras apontam que o movimento social sozinho não elimina relações patriarcais de gênero. Nem mesmo a participação das mulheres em grupos produtivos, espaços específicos com recorte de gênero, assegura essa eliminação de forma plena. (BRUNO et al. 2013; BRUNO et al. 2011; CAPELLIN; CASTRO, 1997).

O que se pode perceber através dessa experiência de Londrina, de Ponta Grossa e de Cascavel, é que quando a criação de grupos produtivos de mulheres se associa à organização/formação de gênero do movimento social, elas ampliam suas capacidades de agencia individual e coletiva, desenvolvem subjetividade ativa feminina, se fortalecem, se valorizam e se organizam como grupo produtivo e como gênero e expandem suas experiências agroecológicas para dentro e para fora do MST. Com isso, decolonizam-se como gênero e como natureza e reconstroem-se como racionalidades ecofeministas e socioambientais.

Em síntese, a construção social desses circuitos curtos agroalimentares ecológicos tanto possibilitam quanto são construídos a partir da ampliação das agências e subjetividades ativas das mulheres Sem Terra. Através dessas experiências elas aprendem novas habilidades sociais, conquistam maior autonomia econômica e ampliam sua capacidade de atuação no domínio do espaço público da ação política coletiva e do mercado, ampliando fraturas na colonialidade de gênero e da natureza.

## 5 AGROECOLOGIA, DIVISÃO SEXUAL E TERRITORIAL DO TRABALHO

Este capítulo versa sobre a intersecção entre os processos de territorialização da agroecologia e as transformações nas relações de gênero, a fim de trilhar os caminhos para análise das intersecções identificadas em campo. Abordo os processos de territorialização da agroecologia, veiculados aos conflitos de gênero, de trabalho e de estilos de agricultura, interseccionalizados à divisão sexual do trabalho. Por fim, discuto como essas ações sociais interferem na construção de territorializações ecofeministas da agroecologia.

Hirata e Kergoat (2007) argumentam que nas sociedades capitalistas modernas, diferentes sexos estabelecem diferentes papéis sociais e trabalhos exequíveis ou não por homens e mulheres:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc.). (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 599)

Essas relações criam um sistema sexo-gênero desigual, que extrapola o âmbito doméstico e se institui no mundo do trabalho moderno como divisão social do trabalho, determinando condições desiguais de acesso das mulheres à educação profissional, ao mercado de trabalho e às políticas públicas, bem como estabelecem hierarquias de valor de trabalho por sexo:

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie (HIRATA e KERGOAT, 2007, p.596).

No âmbito das ruralidades Paulilo (2016) enfatiza que não se pode separar o trabalho individual de cada pessoa que compõe a família camponesa, porque os arranjos desse trabalho se constituem no âmbito familiar. Através desse estudo ela categoriza o trabalho da mulher rural em a) trabalho doméstico, b) trabalho produtivo no lar e c) trabalho produtivo fora do lar. “Como trabalho doméstico foram

consideradas as atividades de lavar a passar roupa; cozinhar, lavar a louça, arrumar a casa e cuidar das crianças.” (PAULILO, 2016, p.43) Outrossim, o trabalho produtivo realizado no lar “[...] abrange os cuidados com a horta e com os animais domésticos. O trabalho produtivo fora do lar se refere às atividades realizadas nos campos.” (PAULILO, 2016, p.44)

Paulilo (2016) define o trabalho doméstico como atividade exequível pelas mulheres rurais. Isso inclui a alimentação da família, lavar, passar, limpar e cuidar de crianças e idosos, além da produção de hortas, pomares e quintais. Essas atividades são histórica e culturalmente interpretadas pelas cultura patriarcal como atividades “leves”, porque são executadas pelas mulheres e possuem status inferior. Por isso não são valorizadas, nem visibilizadas, até porque não geram renda monetária direta.

Por outro lado, o trabalho produtivo, de acordo com esta autora, é aquele por status considerado “trabalho pesado”, porque é realizado pelos homens, o qual normalmente se situa nas atividades geradoras de maior remuneração familiar. E, por se tratar de atividades geradoras de renda monetária e serem realizadas pelos homens, constituem atividades visibilizadas e valorizadas, possuindo maior status valorativo hierárquico e por isso, dignas de realização do status de masculinidade (PAULILO, 2016).

Tanto neste quanto nos demais estudos realizados por Paulilo, a autora descreve e analisa que as fronteiras entre esses trabalhos realizados pelas mulheres rurais não são fixas: ora esse trabalho se situa mais no âmbito doméstico e produtivo do lar, ora mais no trabalho produtivo fora do lar. De acordo com a autora, isso depende do grau de capitalização e da estratégia de reprodução adotada pela família camponesa (PAULILO, 2016). Do conjunto desses estudos, ela ainda problematiza a invisibilidade estrutural do trabalho feminino:

[...] faz sentido, também, atentarmos para a discriminação que é não considerar as lidas femininas, na casa ou na roça, como ‘trabalho’. A desvalorização das múltiplas tarefas femininas nas estatísticas oficiais, daí a expressão ‘trabalho invisível’, é um reflexo da desvalorização que perpassa toda a sociedade e suas principais instituições, incluindo a família. (PAULILO, 2016, p. 192)

Como contraponto, Paulilo destaca a relevância dos movimentos sociais feministas rurais na construção de visibilização, reconhecimento e valorização do trabalho das mulheres rurais. Segundo ela, os movimentos sociais rurais feministas são decisivos no questionamento do status hierárquico da dominação masculina, que

justifica a invisibilização do trabalho das mulheres rurais e na sua categorização como “ajuda”:

A influência dos movimentos feministas sobre a sociologia rural não se limitou apenas a tornar mais visível o trabalho das mulheres nos campos, mas trouxe pelo menos outras duas contribuições importantes. Uma delas é questionar a pressuposição de que a família rural se comporta como se fosse uma única pessoa, tal a identidade de valores e práticas entre seus membros, embora consideremos importante manter a ideia de ‘família produtiva’, para diferenciar essa forma de trabalho da forma assalariada [...] a outra contribuição do feminismo é questionar a associação quase automática que se faz entre o que ‘de ‘moderno’, incluindo a modernização agrícola, e a independência feminina. A utilização de novas máquinas e tecnologias não significa mudança nas relações de poder entre os conjugues. O que está por trás dessa associação é a visão da mulher, em primeiro lugar, como dona de casa, só trabalhando na terra para ‘ajudar’ o marido. (PAULILO, 2016, p. 170)

Para compreender a interrelação entre divisão sexual do trabalho e território, trago para o diálogo com as autoras acima citadas, Enrique Leff (2014), Haersbarth (2011), Escobar(2014), Cabnal(2010;2015) e Cruz et al.(2017). O conjunto desses/as autores/as compreendem os territórios, os processos de territorialização e de desterritorialização como construções materiais e simbólicas.

O segundo destes autores acima citados, Haersbarth (2007) compreende que o território tem tanto um sentido material e funcional, de dominação e de apropriação, quanto um sentido simbólico, afetivo, ontológico cultural. Essas duas perspectivas atuam em concomitância entre si no tempo e no espaço:

Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, "desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais 'concreta' e 'funcional' à apropriação mais subjetiva e/ou 'cultural-simbólica'. (HAERSARTH, 2007, p. 21)

Entretanto, a territorialidade diz respeito à uma práxis social que os indivíduos e coletivos estabelecem em um dado território partir da sua interação social, econômica, política e cultural este meio:

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está "intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (HAERSARTH, 2007 p. 22)

A territorialidade se constitui como uma imagem ou um símbolo acerca de um território, uma estratégia de poder e uma forma de dotar de significado a construção social de determinado território:

Ela é também uma dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto "imagem" ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se

eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado [...]. (HAERSARTH, 2007, p. 25)

A partir de Deleuze e Guatarri, Haersbarth (2011) desenvolve o conceito de territorialização e desterritorialização no fluxo das entradas e saídas do território:

A noção com novas reivindicações é que não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem ao mesmo tempo haver um esforço para reterritorializar em outro local.<sup>90</sup> (DELEUZE no vídeo *L'abécédaire de Gilles Deleuze*, filmado em 1988 por Claire Parnet. Apud HAERSBARTH, 2011, p. 84, tradução nossa.)

Considerando que a territorialização implica em um permanente processo de vir a ser e de um ente passado, movido por transformações constantes “[...] devemos, acima de tudo, pensar na territorialização e desterritorialização como processos concomitantes, fundamentais para a compreensão das práticas humanas.”<sup>91</sup> (HAERSBARTH, 2011, p. 85, tradução nossa). O término de uma forma de territorialização inaugura a construção de outra territorialização. No processo de territorialização, é possível encontrar, portanto continuidades e descontinuidades, sobreposições, hibridações e rupturas materiais e simbólicas. A velocidade e a direção desse vetor de transformação territorial dependerá das disputas de poder e dos agenciamentos coletivos e individuais dos atores que se inscrevem nesses espaços (HAERSBARTH, 2011).

Para Leff (2014), esses processos de territorialização são acompanhados de produções de imaginários sociais e de *habitus*. Como nesse estudo não utilizo o conceito de *habitus*, baseio-me nos conceitos de visão de mundo, *ethos* e de estilo de vida de Clifford Geertz (2012) para analisar esse fenômeno. Territórios assumem condições físicas, materiais e simbólicas, em permanentes processos de permanências e mudanças. Eles mobilizam territorializações e desterritorializações de culturas, visões de mundo, *ethos*, estilos de vida, identidades e sujeitos sociais, os quais em conflitos e negociação, mantêm e transformam esses espaços.

<sup>90</sup> *La noción con pretensiones nuevas es que no hay territorio sin un vector de salida del territorio, y no hay salida del territorio, o sea, desterritorialización, sin que al mismo tiempo exista un esfuerzo por reterritorializarse en otro lugar.* (DELEUZE en el video *L'abécédaire de Gilles Deleuze*, filmado en 1988 por Claire Parnet. Apud HAERSBARTH, 2011, p. 84).

<sup>91</sup> [...] *debemos, ante todo, pensar la territorialización y la desterritorialización como procesos concomitantes, fundamentales para comprender las prácticas humanas.* (HAERSBARTH, 2011, p. 85)



Todas essas relações são interseccionalizadas por desigualdades de gênero, como explicam Miñoso, Correal e Muñoz (2014), Svampa (2015), Cabnal (2010; 2015) e Cruz et al. (2017), dentre outras autoras feministas. Os processos de territorialização, desterritorialização implicam em reproduções de desigualdades de gênero, como também possibilitam transformações de gênero. Essas agências coletivas colocam conflitos de sexo-gênero na ordem do dia dos processos de territorialização e desterritorialização. Ao passo que se compreende a colonialidade de gênero também territorializa-se e desterritorializa-se, junto com agências coletivas e individuais econômicas, políticas e culturais que mobilizam desterritorializações e re-territorializações, tal como nos explicam os estudos feministas decoloniais de Maria Lugones (2008; 2014).

Na interseccionalidade de gênero e território em perspectiva decolonial, através do feminismo comunitário indígena latino-americano, Lorena Cabnal (2010; 2015), indígena camponesa guatemalteca, denuncia violências contra a Terra e contra as mulheres na América Central, a partir de processos de territorialização e desterritorialização desses povos, mediante as investidas colonialistas de dominação dos seus territórios de vida pelo sistema mundo moderno colonial.

Ela explica através em seus estudos como, através das experiências e das agências das mulheres camponesas indígenas guatemaltecas, elas constroem práxis sociais de resistências frente a essas investidas colonialistas, baseadas em práticas ecofeministas cosmogônicas e de promoção da saúde das mulheres e da Terra. Saúde baseada no autocuidado e no cuidado com a Terra. Através dessas práticas elas se fortalecem como subjetividades ativas, o que fortalece e qualifica agenciamentos coletivos territorializados de resistências camponesas populares indígenas, frente à dominação colonialista de si e de seus territórios de vida.

Arthuro Escobar reforça essa leitura de Cabnal (2010; 2015) e enfatiza que as disputas acerca dos territórios são centrais em processos de decolonização, tanto desses espaços, quanto das materialidades, identidades e subjetividades daqueles sujeitos que ali habitam. Sobretudo das mulheres, pois, segundo ele: “[...] foi no corpo da mulher que a humanidade aprendeu a oprimir; é por isso que a desapropriação causada pelo ato colonial não pode ser totalmente compreendida sem abordar a

dimensão patriarcal.”<sup>92</sup> (ESCOBAR, 2014, p. 11, tradução nossa) Dessa forma, o corpo, entendido como território, se torna a chave da leitura para compreensão das explorações e espoliações colonialistas, capitalistas e patriarcais.

Cabnal (2010;2015) e Cruz et al. (2017), em conjunto com outras autoras indígenas feministas, desenvolvem a noção de corpo-território das mulheres e de corpo-território da Terra para explicar os processos de territorialização e desterritorialização de seus habitats. O corpo-território da Terra é entendido como a diversidade dos elementos biofísicos que constituem os ecossistemas locais, associados às dimensões simbólicas, cosmogônicas, culturais e sociais que se engendram nesses espaços. Os corpos-territórios das mulheres são entendidos como materialidades, subjetividades e culturas em estreita relação com esse corpo-território da Terra.

Para elas, é nos corpos das mulheres que se somatizam as violências de sexo-gênero e as violências contra a Terra, através de longas gerações ancestrais. Elas entendem que violências contra o corpo-território da Terra produzem violências contra os corpos-territórios das mulheres. Entendem também que violências contra seus corpo-territórios reverberam em violências contra o corpo-território da Terra:

Pensamos no corpo como nosso primeiro território e reconhecemos o território em nossos corpos: quando os lugares em que habitamos são afetados, nossos corpos são afetados, quando nossos corpos são afetados, os lugares em que habitamos são violados.<sup>93</sup> (CRUZ et al. p. 07, 2017, tradução nossa)

Dessa forma, entendem que os processos de territorialização e de desterritorialização, tal como compreendidos por Haersbarth (2011), são atravessados por relações de sexo-gênero, inscritas nos corpos-territórios das mulheres e no corpo-território da Terra: “Através dos sentidos nos conectamos com os territórios: ouvimos o que o rio nos diz, conversamos com as fazendas, os campos de milho e rimos com os pássaros; isto é, são os sentidos que nos conectam aos territórios.”<sup>94</sup> (CRUZ et al. p. 07, 2017, tradução nossa)

<sup>92</sup> [...] fue en el cuerpo de la mujer donde la humanidad aprendió a oprimir; es por esto que el despojo causado por el hecho colonial no puede ser entendido cabalmente sin abordar la dimensión patriarcal. (ESCOBAR, 2014, p. 11)

<sup>93</sup> Pensamos el cuerpo como nuestro primer territorio y al territorio lo reconocemos en nuestros cuerpos: cuando se violentan los lugares que habitamos se afectan nuestros cuerpos, cuando se afectan nuestros cuerpos se violentan los lugares que habitamos. (CRUZ et al. p. 07, 2017)

<sup>94</sup> A través de los sentidos nos conectamos con los territorios: oímos lo que nos cuenta el río, hablamos con las chacras, las milpas, y reímos con los pájaros; es decir, los sentidos son los que nos conectan con los territorios. (CRUZ et al. p. 07, 2017)

Através dessa conexão entre seus corpos, violências e a Terra, elas correlacionam os adoecimentos do corpo-território da Terra com os adoecimentos dos corpos-territórios das mulheres. Segundo elas, quando grandes empreendimentos capitalistas se instalam em seus territórios, eles intensificam violências e desigualdades de sexo-gênero que, associadas à intensificação da expropriação e violência contra a Terra, acabam por impactar de forma violenta e desigual a vida das mulheres.

Aqui, colonialidade da natureza retroalimenta colonialidade de gênero no plano territorial e nos corpos das mulheres, na justa interposição interseccional entre violência e expropriação do corpo-território da Terra e violência e expropriação dos corpos-territórios das mulheres. É no território material e simbólico do corpo humano, como recurso explorável, e no corpo material e cosmogônico da Terra, como recurso natural expropriável, que o sistema mundo moderno-colonial se territorializa, se desterritorializa e se retroalimenta local e globalmente. Essa colonização do corpo-território das mulheres se expressa em fome, desnutrição, desemprego, na violência física e psíquica contra as mulheres, gerando adoecimentos biofísicos, mentais e emocionais.

Arthuro Escobar (2014) explica como esses processos de colonialismo de grupos étnicos latinos têm ocasionado uma série de conflitos sociais, que envolvem tentativas colonialistas de aculturação dos sujeitos que habitam esses territórios, por meio da expropriação e da violência, podendo levar à erradicação desses grupos étnicos de seus territórios de vida. Segundo ele, é frente a esses processos de desumanização que insurgem resistências territoriais em sentido decolonizador do ser, saber e poder desses povos e grupos sociais.

No âmbito do corpo-território da Terra, essa expropriação e violência se manifesta na ampliação da deflorestação, no avanço do agronegócio, baseado em monocultivos sintéticos, convencionais e transgênicos; na ampliação da extração de minérios; na ampliação da poluição e da degradação dos solos, das águas, da fauna, da flora e do ar desses ambientes; bem como no aumento do aquecimento global, dentre outros impactos socioambientais decorrentes da redução das capacidades de suporte, de resiliência e de adaptação dos ecossistemas e agroecossistemas globais frente a processos colonialistas de territorialização. (PORTO-GONÇALVES, 2017; PORTO; PACHECO; LEROY, 2013; CABNAL, 2010; 2015; CRUZ et al. 2017).

Frente a tais fenômenos, as mulheres indígenas camponesas desenvolvem práticas de saúde coletivas e cosmogônicas, chamadas práticas “sanadoras”, para promoção da saúde, tanto dos corpos-territórios das mulheres, quanto do corpo-território da Terra. Essas práticas são fundamentais para lhes fortalecer como saber, ser e poder de resistência feminista, frente às múltiplas formas de expropriação e de violências colonialistas vivenciadas em seus corpos-territórios e no corpo-território da Terra.

Mediante tais considerações conceituais, assumo neste estudo a concepção de corpos-territórios das mulheres e de corpo-território da Terra, oriunda do feminismo comunitário camponês indígena da América Latina, tal como propõem Cabnal (2010; 2015) e Cruz et al. (2017), e também as contribuições de Haersbarth (2011), de Escobar (2014), de Paulilo (2016) e de Hirata e Kergoat (2007), como referências teóricas complementares entre si, para analisar as intersecções de gênero, território e divisão sexual do trabalho, a partir das experiências agroecológicas das mulheres Sem Terra do Paraná.

## 5.1 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E TERRITORIALIZAÇÃO GENDRIFICADA DA AGROECOLOGIA

Em campo identifiquei que as mulheres interlocutoras da pesquisa dividem seus tempos de trabalho na execução do trabalho produtivo “do lar” (PAULILO, 2016), composto pelas atividades de rotina doméstica, como lavar, cozinhar, limpar, cuidar de filhos, com o cultivo de hortas, pomares, quintais produtivos e pequenos animais, participando de forma esporádica no trabalho produtivo “fora do lar” (PAULILO, 2016), composto pelo cultivo de roçados de milho e feijão, o qual segue sendo gerido sobretudo pela força de trabalho dos homens.

Dessa forma, a territorialização da agroecologia através das experiências das mulheres Sem Terra pesquisadas se dá por meio da extensão e da ressignificação do trabalho produtivo “do lar”, realizado a partir de hortas e pomares, à medida em que esses territórios e alargamentos de agenciamentos produtivos em hortas e quintais passam a gerar renda monetária para elas.

Esses dados de campo corroboram outros estudos de gênero e agroecologia realizados por Siliprandi (2015) e de Boni et al. (2017), Paulilo e Boni (2017) e Vasconcellos (2015), Jalil, Esmeraldo e Oliveira (2017). A partir de diferentes

experiências e territórios essas autoras analisam que construção de experiências agroecológicas pelas mulheres rurais tem se dado através da valorização monetária de atividades e de territórios histórica e culturalmente cultivados pelas mulheres, porém não valorizados simbólica e monetariamente, tais como quintais produtivos, hortas e pomares mistos.

O trabalho produtivo feminino nos roçados, entendido como “ajuda”, já identificado nos estudos de Paulilo (2016) e de Esmeraldo (2013), também apareceu nesta pesquisa. Compreende-se que o homem é quem trabalha e a mulher e seus filhos apenas “ajudam”, principalmente quando há necessidade de maior volume de força de trabalho, tal como a atividade de colheita.

No que diz respeito ao trabalho, para o grupo de mulheres pesquisado, começar a cultivar hortas ecológicas e pomares mistos não significou novidade significativa em termos de redefinições de divisões sexuais do trabalho e nem redefinições territoriais de divisões sexuais do trabalho no âmbito dos sistemas de produção do lote.

Para aquelas mulheres de origem camponesa e que já trabalhavam tanto no âmbito e no território doméstico dentro e fora do lar, identifiquei que com a agroecologia, os territórios ocupados pelas mulheres continuam sendo os mesmos. Ou seja, a casa, o quintal, a horta e os pomares, e em alguns raros casos, também os roçados. Para estes casos, a assimilação da agroecologia possibilitou a ampliação do trabalho considerado por Paulilo (2016) como trabalho produtivo do lar, composto pelo cultivo de hortas, pomares, quintais e pequenos animais.

Para aquelas mulheres que não vieram de uma trajetória rural, agrícola e camponesa e que também são de gerações mais novas (16-40 anos de idade), observei que elas têm passado por processos de recampesinação<sup>95</sup> (PLOEG, 2008). Nesse processo, a internalização dessa cultura, visão de mundo e *ethos* de divisões sexuais e territoriais dos trabalhos camponeses, historicamente já praticados pelas mulheres rurais, se vincula à reconstrução de seus *ethos* e visões de mundo e

---

<sup>95</sup> A recampesinação, de acordo como Ploeg (2008) significa um processos de reconstrução dos sujeitos que, migrando de territórios e de trabalhos urbanos, passam a migrar para territórios e trabalhos camponeses, assimilando lógicas de reprodução social, *ethos* e visões de mundo camponeses. Isso constitui um processo contemporâneo, percebido em alguns países, como uma possível tendência denominada de processo de recampesinação. É uma recampesinação porque são novos sujeitos, não necessariamente vinculados de origem ao mundo rural e ao campesinato, mas que se reconstruem como tal através de sua territorialização nesses espaços.

influencia no processo de territorialização dessas ecologias, de forma que elas também passam a se constituir como camponesas “multifuncionais”.

Dessa forma, o *ethos* de divisão sexual do trabalho camponesa multifuncional, que associa trabalho doméstico, produtivo no lar e fora do lar (PAULILO,2016) se hibridiza às lógicas cotidianas das mulheres e dos casais jovens em recampesinação por meio das relações de parentesco, vizinhança, proximidade, amizade e relações comunitárias, influenciando a forma como elas territorializam essas experiências, circunscritas ao âmbito das hortas, pomares e quintais produtivos agrobiodiversos. Orquídea definiu o que é a mulher camponesa Sem Terra ecologista e “multifuncional” da seguinte forma:

O: A mulher na agricultura eu acredito que ela é duas vezes mulher né. [...] é como se fosse a mulher e o homem numa coisa só. A mulher trabalha mais do que o homem, a mulher da roça ela cuida da casa, da vaca, na roça, da galinha, do porco, faz pão, planta a horta, vai entregar na cooperativa, produz, cozinha. Não sei, é múltiplas funções e nós damos conta né. [...] É uma mulher que não tem medo de pisar no chão, é uma mulher que não tem medo de correr atrás de uma vaca, que pega o porco pelo rabo e ergue. Então a mulher da roça é duas vezes mulher. Ela é a casa, a roça, coisa e ainda sai vender. Não é igual a mulher da cidade que sai da fábrica, chegou em casa, limpou a casa, acabou o serviço. Vai assistir, vai no shopping, nós não. (ENTREVISTADA ORQUÍDEA. Informação verbal)

Quando Orquídea diz que são ao mesmo tempo mulheres e homens, se refere às não diferenciações entre papéis e atividades supostamente “de mulheres” e “de homens” tal como analisa Paulilo (2016) em seus estudos. Sendo que ela afirma que as mulheres Sem Terra realizam tanto os trabalhos considerados “pesados” como os trabalhos “leves”. As mulheres Sem Terra, segundo Orquídea, executam todas as funções que precisam para produzir, comercializar e movimentar a agroecologia e o movimento social no território, em redes de movimentos sociais ecológicos, independentemente de serem mulheres.

No entanto, parte dos maridos trabalham fora, por dia ou como contratados. Em raros casos o casal trabalha somente no lote (~20%). Na maioria dos casos analisados (~80%), os homens trabalham para fora alguns dias da semana ou todos os dias, e as mulheres cuidam dos lotes, sobretudo das hortas, da casa e dos filhos. Observei que somente para os casos em que a família já conseguiu adquirir infraestrutura básica e um nível de capitalização suficiente para se reproduzir somente do lote é que o homem fica trabalhando no território do lote com a mulher, onde conseguem ampliar os volumes e a diversidade de produtos produzidos e abranger a territorialização

ecológica plena ou parcial do seu lote. Isso pode ser observado para os casos de Jasmim, Ipê Roxo, Rosa Rosa e Amora:

J: [...] desde quando nós entremos aqui renda nós tinha. [...] Só que quando ele começou a trabalhar a gente já lidava com a horta, mas era pouquinho. [...] eu mexia, para entregar para a Conab e ele trabalhava de dia e eu com os pias trabalhava aqui na horta para entregar as coisas um pouquinho. E daí foi mais uns dois anos ele largou de trabalhar, porque daí aumentou os projetos e daí a gente começou a trabalhar os dois aqui né. [...] e daí a gente planta feijão, milho [...] a gente planta para o consumo e para venda. [...] porque o trator a gente está sempre usando nas lavoura convencional. Porque a gente também planta convencional. [...] tem o feijão e o milho, só a verdura que não, que é certificada. Um hectare só para verdura. (ENTREVISTADA JASMIM. Informação verbal)

Aqui é importante analisar que esses dados de campo vêm corroborar mais uma vez os estudos de Paulilo (2016), sobretudo com aqueles realizados sobre a atividade leiteira no Estado de Santa Catarina. Atividade histórica e culturalmente praticada pelas mulheres mas que, quando começou a gerar renda monetária e especialização produtiva, os homens passaram a dominá-la, gerando perda de renda e autonomia de trabalho para as mulheres.

É importante ressaltar que para o caso analisado aqui, os homens se inserem no território e na atividade da horta, pomares e roçados ecológicos apenas na medida em que se amplia a capacidade de geração de renda e monetarização dessa atividade, e quando conseguem obter grau suficiente de capitalização para pelo menos mecanizar parte dessa produção. Hierarquias valorativas de trabalhos executados e executáveis por homens e mulheres (HIRATA; KERGOAT, 2007) aqui são visíveis. Eles participam, desde que possam ganhar dinheiro em somas significativas e que possam mecanizar ao menos parte dessa atividade, seja através da horta ou do pomar ecológico ou do roçado convencional ou ecológico.

O estudo de Esmeraldo (2013) é significativo para evidenciar a forma como os homens se apropriam de conhecimentos, técnicas e instrumentos de trabalho produtivo, como construções simbólicas hierárquicas de valores dos sujeitos e dos trabalhos, reproduzindo relações sexistas e patriarcais:

A labuta do homem é central para produzir a autoridade masculina. Essa se ancora no domínio e controle dos processos de produção do conhecimento que envolvem a gestão do *fazer-aprender* e do *saber-fazer* e no planejamento para a realização de todo o ciclo produtivo (escolha das áreas de plantio, definição do que plantar e das variedades de sementes, apropriação das técnicas e dos instrumentos de trabalho, etc.). Até nas regras de relacionamento com o mercado há uma ordem simbólica (moral) que se instala para reger o trabalho camponês e qualifica-los de forma diferenciada e hierarquizada como trabalho de homens e trabalho de mulheres. O trabalho

é constituidor da identidade e da autoridade masculina e requer a invisibilização e omissão do trabalho feminino que se anuncia nos roçados como ajuda. (ESMERALDO, 2013, p. 240)

Enquanto a atividade da agroecologia não gera renda monetária significativa, não é passível de mecanização, por conseguinte, não é capaz de realizar esse status de masculinidade rural, permanece sendo exercido apenas pelas mulheres. Acrescenta-se a isso o fato de também ter identificado associação entre o *ethos* dessa masculinidade ao domínio da agricultura do “bastante”, do roçado, dos grãos e do uso intensivo das máquinas.

Essa racionalidade instrumental de masculinidade, baseada no cultivo intensivo, em larga escala, de forma convencional e mecanizada atua como práxis e como representação simbólica colonialista, que mantém e legitima a reprodução material e simbólica da colonialidade de gênero, em intersecção com a colonialidade da Natureza, tanto para dentro dos territórios de Reforma Agrária quanto para fora, não favorece a ampliação de transformações territoriais de gênero e de ecologias em territórios rurais.

Dessa forma, se entende que a agroecologia que se territorializa hoje em contextos de Reforma Agrária no Paraná, em virtude de sua restrita capacidade de geração de renda e de mecanização, se dá sobretudo a partir das agências das mulheres Sem Terra. Não por uma maior propensão natural das mulheres com o cuidado com a vida e mesmo por uma maior interação das mulheres com a natureza, como sugerem autoras ecofeministas clássicas, citadas por Puleo (2013), mas antes pelo fato de que essa atividade se utiliza do uso intensivo de mão de obra manual que gera renda monetária que, embora relevante para as mulheres, ainda é insuficiente para assegurar a reprodução social da família camponesa como um todo, se constituindo, por isso, como uma atividade insuficiente para realizar este status de masculinidade patriarcal.

Além disso, em campo também observei que, mesmo para aqueles casais que ecologizaram totalmente seus lotes e que ambos vivem desta atividade, em raros casos observei que o homem tem passado a auxiliar de forma complementar e esporádica a mulher no cuidado com os filhos e na alimentação da casa. Em nenhum caso, eles intervêm em limpeza doméstica e no cuidado com a lavagem de roupas ou outras atividades afins.



Notei que essas reproduções binárias de divisões sexuais do trabalho variam de acordo com a idade do casal e com o nível da formação sociopolítica de gênero de ambos. Normalmente casais mais jovens e de meia idade (até 45 anos) e casais que possuem maior engajamento sociopolítico com o movimento social e de mulheres tendem a construir divisões mais igualitárias dos trabalhos domésticos e produtivos.

Para os demais casos, essa não divisão mais igualitária do trabalho doméstico entre homens e mulheres tem gerado sobrecargas de trabalhos, cansaço e falta de tempo para descanso e lazer, o que acaba por exaurir os corpos-territórios das mulheres. Essas sobrecargas de trabalhos se tornam tão mais ampliadas quanto maior o volume da produção, mais diversidade, e também quanto menos capitalizadas são essas unidades familiares de produção:

J: na verdade eu faço tudo, trabalho na casa, na roça, da horta, eu faço tudo. [...] porque os pias não gostam de fazer nada em casa. [...] tem um pia ali que ajuda, mas é difícil, só o dia que peço para eles, mas é difícil. [...] tem dias que é apurado mesmo, porque tem muito monte de coisa e você tem que fazer. [...] Igual eu falo para o meu marido, ah daqui uns dias não vai dar mais porque é muito serviço para fazer, é dentro de casa é fora de casa é tudo quanto é canto. (ENTREVISTADA JASMIM. Informação verbal)

Por conseguinte, se compreende que através das agências desses casais ecológicos, embora essas famílias desterritorializem agriculturas convencionais de seus territórios de vida, eles ainda reproduzem binários hierárquicos e valorativos no universo do trabalho, relegando aos corpos-territórios das mulheres as responsabilizações plenas pelas atividades de cuidado, relegando aos homens somente o trabalho produtivo fora do lar.

Esses dados de campo corroboram os estudos de relações de gênero e campesinato contemporâneas (PAULILO, 2016; SCHWENDLER; VIEIRA; AMARAL, 2018) e também com os estudos recentes sobre gênero e mundo do trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2007), que apontam que mesmo com os avanços obtidos nas últimas décadas através dos movimentos sociais feministas, ainda hoje encontra-se um conjunto de desigualdades de gênero nos âmbitos profissionais e domésticos.

Há evidências de que essas experiências agroecológicas analisadas, apesar de ampliarem capacidades de gestão e de geração de autonomia financeira das mulheres, tem gerado ampliação de jornadas de trabalho para as mulheres, resultando em sobrecargas de trabalho e na exaustão dos corpos-territórios das mulheres, não gerando, portanto, transformações significativas de relações de gênero no que diz respeito à redefinições mais igualitárias da divisão sexual do trabalho

doméstico. Além disso, o fato de que as atividades coletivas sócio-políticas do movimento social e de redes de movimentos sociais ecológicos (certificação participativa) também terem sido assumidas pelas mulheres, sem que ao mesmo tempo isso implique em ampliação e participação igualitária de homens e mulheres nessas atividades, faz com as jornadas de trabalho das mulheres se tornem ainda mais exaustivas.

Os homens em período produtivo (dos 20 aos 65 anos de idade) participam somente quando são espaços de aprendizagem e de tomadas de decisão que implicam em dinheiro, tais como vendas e arrendamentos de lotes, uso ou não de insumos químicos, e questões que possam gerar ganhos de produtividade e qualificação dos processos produtivos e financeiros. Dessa forma, compreendo que eles valorizam essas atividades, como atividades produtivas e geradoras de renda monetária direta, como atividades coerentes e dignas da participação e da promoção do status subjetivo como ser e de trabalho masculino, em detrimento de outras atividades organizacionais, não diretamente veiculadas a finanças e produtividade (HIRATA e KERGOAT, 2007; ESMERALDO, 2013; PAULILO, 2016).

Notei que reuniões, cursos e formações, principalmente organizativas, de rotinas, tanto comunitárias, quanto do movimento social e das redes de agroecologia têm sido assumidas principalmente pelas mulheres. Além de todos os demais trabalhos produtivos e reprodutivos já assumidos, elas também acabam por se comprometer com essas instâncias de decisão e organização social coletiva e comunitária. É por isso que muitas delas argumentam que estão sobrecarregadas, acabando por não ter mais paciência para participar de reuniões:

IR: elas também não se envolvem muito, porque envolve as obrigações da casa: ah eu não saio porque eu tenho filho para criar, tenho que mandar para a escola. Até eu também, eu também já não saio mais por causa do meu nenê, do meu piá, que daí eu tenho que mandar para a escola, tenho que cuidar, e daí a gente já se apega né, porque antes eu saia mais, daí agora... [...] (ENTREVISTADA IPE ROXO. Informação verbal)

Dessa forma, a falta de espaços coletivos para deixar seus filhos, associada às sobrecargas de trabalhos domésticos e produtivos e às não redefinições mais igualitárias de trabalhos no âmbito doméstico afetam diretamente a quantidade e a qualidade da participação coletiva das mulheres, seja em atividades comunitárias ou do movimento social.

Corroborando com tal leitura o fato de ter identificado que, mesmo para o caso daquelas mulheres que participam desses espaços coletivos no âmbito do território local do Zapata, há dificuldades na expressão de suas falas nesses espaços. Esse fato associado às suas sobrecargas de jornadas de trabalho, acaba por lhes desestimular a participar de espaços coletivos: “IR: eu participo, de uma assembleia, prestação de contas, eu participo, para escutar. [...] eu não falo muito. É porque eles entendem mais e eu não entendo né.” (ENTREVISTADA IPE ROXO. Informação verbal). Outras relataram que desanimaram de participar, pois perceberam que suas opiniões não eram acatadas: “[...] Eles dão espaço para todo mundo falar, mas não acatam né. Mas dão.” (ENTREVISTADA MALVA. Informação verbal)

O silenciamento colonialista da voz das mulheres (SPIVAK, 2003) aqui se manifesta através das ausências de suas agências como capacidade ativa das mulheres frente às tomadas de decisões coletivas, à reflexividade e à ação proativa delas na gestão sociopolítica comunitária, bem como na gestão administrativa e financeira da cooperativa que participam. Outrossim, foi possível observar que quando são construídas melhores condições de expressão da fala delas nesses espaços, em virtude da sua conquista de mais autoconfiança, conhecimentos e de experiências de vida e de metodologias coletivas que favoreçam a expressão da fala delas, as mulheres tendem a se engajar mais e a ressignificar sua participação nesses espaços, tal como nos relatou Palmarosa:

P: da minha parte eu tenho um bom acolhimento, eu falo, muita gente escuta, pergunta, sabe, eu também tenho o que passar para os outros sabe? As mais velhas são mais retraídas, elas até falam, mas não são mulheres que se desenvolvem mais. [...] porque a minha irmã ela foi muito assim, ela foi coordenadora, ela era militante, então ela me ensinou, eu vi ela fazendo isso desde que eu era pequena, ela falando, sabe ela fazendo, ela era muito dona de si e eu sou muito dona de mim. [...] eu ia para reunião, eu ia lá ficar olhando, sou pessoa muito empoderada. (ENTREVISTADA PALMAROSA. Informação verbal)

Esses dados levam à reflexão de Schwendler, Vieira e Amaral (2018), em que as autoras analisam que, quando são qualificadas as condições de intervenção coletiva das mulheres nesses espaços e também a formação de gênero dos pais, irmãos, demais familiares, há influência direta na construção de relações de gênero e geracionais mais igualitárias. No caso observado, quando há construção dessas agências, elas aumentam a capacidade de intervenção sociotécnica e sociopolítica coletiva, e ampliam resistências coletivas feministas, frente à dominação colonialista de gênero.

Esses dados de campo também corroboram os estudos de Siliprandi (2015), em que a autora dá relevância à construção de um “empoderamento político” mínimo das mulheres, como condição para a criação de agências sócio-políticas coletivas proativas. Destaco a relevância da construção de subjetividades ativas nos processos decolonizadores de gênero, em interface com a decolonialidade da natureza.

Como decorrência da ampliação das jornadas de trabalho das mulheres no âmbito do lote e em coletivos sociais, identifiquei mudanças na qualidade da participação das mulheres. Segundo as interlocutoras, com a ampliação das experiências agroecológicas, tem havido transformações no tipo de participação coletiva das mulheres, que vão de um caráter mobilizatório sociopolítico, “*do movimentar*” do processo político da luta pela terra, para assumir um caráter produtivo do “*produzir e comercializar*” do assentamento rural. Esses dados de campo corroboram a leitura de campo da Araucária, que já vinha alertando sobre essa situação no Estado do Paraná:

A: Ótimo, beleza, necessário, nossas companheiras precisam se qualificar produtivamente, porque ai que é a produção e ai que está a libertação nossa, como sociedade. [...] Mas elas se tornam produtoras e esquecem que elas fazem parte de um coletivo maior. Ela se separa do coletivo, porque agora ela tem que trabalhar na produção dela, para garantir, ganhar o recurso. E não avança politicamente. Então aqui nós temos um impasse. Na agroecologia também. [...] isso é generalizado, mas elas também dizem. Produzir agroecológico dá trabalho, porque exige mais manuseio da terra. E produzir para o mercado tem uma periodicidade que você precisa construir, porque senão você não entrega. [...] então alguém vai ter que produzir para mim poder comprar. Você quer vender e eu quero comprar. Mas você vai ter que trabalhar. E agora você não tem mais tempo para participar. (ENTREVISTADA ARAUCÁRIA. Informação verbal)

Essa mudança da participação coletiva das mulheres nas instâncias organizativas do movimento social e em redes de movimentos sociais ecológicos para participações produtivas, é vista por Araucária como um impasse da agroecologia. Isso, segundo ela, tem forçado o movimento social a repensar como fazer o debate político e a construção prática da agroecologia, garantindo a participação e a construção ativa das mulheres em instâncias e atividades sociopolíticas coletivas:

A: Então me parece que na organização hoje nós precisamos compreender que tipo de debate nós precisamos fazer com as mulheres para que a ascensão econômica delas, o acesso delas à renda, não tire elas do debate político. [...] Em termos de famílias que hoje estão fazendo agroecologia ali dentro da Lapa não conseguem mais participar. E algumas quase que excluiu da participação: eu não posso assumir compromisso. Porque nós temos que entregar tanto disso, tanto disso e eu tenho que estar lá para entregar. Então esse é um impasse que eu acho... é, ele é teórico e prático e precisa

coletivamente se descobrir uma forma que a companheira possa ter renda, acessar o econômico, para ela se libertar em casa, mas não perca o grupo coletivo que ajude ela ficar de pé. (ENTREVISTADA ARAUCÁRIA. Informação verbal)

Em síntese, a construção territorial das experiências agroecológicas femininas, tem gerado ampliação das jornadas de trabalho das mulheres Sem Terra. O que não vem sendo acompanhado de redefinições mais igualitárias do trabalho por homens e mulheres. Fenômeno observado tanto no âmbito dos lotes, quanto em atividades coletivas. Acrescenta-se a isso, dificuldades de expressão da fala de parte delas nesses espaços coletivos, o que acaba por gerar exaustões de seus corpos-territórios e impactar diretamente a qualidade da participação coletiva das mulheres nos vários espaços de organização sociopolítica, tendendo a deslocar-se da participação do âmbito sociopolítico para o produtivo.

## 5.2 TERRITORIALIZAÇÕES ECOFEMINISTAS EM DEFESA DA VIDA

A partir dos anos 2000, mediante tomada de decisão política coletiva adotada pelo MST (VALADÃO, 2012), em todas as áreas onde pude coletar dados, registrei que houveram tomadas de decisões coletivas locais em que os acampados e assentados de Reforma Agrária assumiram a implementação da ecologização de seus territórios de vida. Veicularam-se a essas tomadas de decisões coletivas, a abertura de novas oportunidades de produção e de comercialização locais, estaduais e nacionais, onde as agências das mulheres assumem centralidade.

Para o caso do acampamento Emiliano Zapata, Rosa Vermelha conta que “RV: [...] Já tinha uma discussão quando nós coisava aqui que a Reforma Agrária não ia viabilizar se nós não fosse mudar a matriz tecnológica. [...]” (ENTREVISTADA ROSA VERMELHA. Informação verbal) No caso do assentamento Walmir Motta, Hortelã afirmou que a compra da área foi condicionada a se tornar totalmente orgânica:

H: [...] Porque o nosso assentamento, ele só foi comprado com a garantia de que a gente pudesse cultivar produção orgânica. Hoje em dia tem famílias que usam agrotóxicos e tal [...] mas no começo todo mundo estava tentando trabalhar orgânico. (ENTREVISTADA HORTELÃ. Informação verbal)

Para o caso das áreas de Londrina, também observou-se relatos semelhantes. No entanto, aos poucos esses Sem Terra foram percebendo que a ecologização em área de Reforma Agrária não se daria por deliberações políticas verticais, mas antes

por uma práxis pedagógica de convencimento dos indivíduos, tal como nos explicou Dona Ipê Amarelo:

IA: [...] Então teve muitas famílias que estão até hoje embaixo da lona, porque não quiseram vir para cá porque não quiseram aceitar esse projeto. [...] era condição para vir. Mas depois que veio, muitos trabalharam aqui dentro para desmontar. Muitos trabalharam aqui dentro para desmoralizar, passaram veneno [...]. Então não adiantava nós segurar só na política, nós temos que ganhar as pessoas de coração [...] fomos reunindo, fomos combinando fomos fazendo combinados. (ENTREVISTADA IPE AMARELO. Informação verbal)

Essa mesma constatação foi observada para o caso do Acampamento Emiliano Zapata, do assentamento Walmir Motta, e também no Assentamento do Contestado. Esses dados de campo também corroboram as análises realizadas por Harsen (2008) e por Souza (2017) em estudo sobre ecologização de áreas de reforma agrária no Oeste do Paraná. Harsen (2008) também identificou que o processo de ecologização das áreas de Reforma Agrária tem se dado por meio da construção de diálogos de saberes vinculados à práxis pedagógicas eco, hétero e auto formadoras, baseadas em observação e na aprendizagem empírica e coletiva através das experiências agroecológicas presentes em territórios de Reforma Agrária, e não por uma decisão política vertical do MST. Souza (2017) analisa que essas decisões verticais tanto não contribuíram para qualificar as experiências agroecológicas, quanto favoreceram o desmoroamento daquelas já desenvolvidas no contexto analisado.

No âmbito da produção e da socialização pedagógica e reflexiva de experiências agroecológicas, as agências das mulheres Sem Terra assumem centralidade. Em campo identifiquei que as mulheres foram pioneiras a começar, acreditar, manter e ampliar a territorialização da agroecologia. Através dessas agências, elas constroem subjetividade ativa e, a partir de suas práxis sociais, questionam racionalidades, *ethos* e visões de mundo convencionais, colonialistas e patriarcais de agriculturas, tanto em seus territórios locais, quanto em espaços coletivos ampliados do movimento social e de redes de movimentos sociais ecológicos. Segundo Copaíba, isso se dá porque:

[As mulheres] têm uma adesão muito mais forte a essa questão da agroecologia, tem menos receio, e isso é principalmente na cabeça das mulheres. [...] então o papel das mulheres é importantíssimo. Acho que as mulheres são muito corajosas nessa proposta nova de algo diferente, que é tida como diferente, nova, mas na verdade elas historicamente já faziam a agroecologia. Só não chamavam com esse nome. [...] (ENTREVISTADA COPAÍBA. Informação verbal)

Através dessa identificação com a agroecologia, elas se constroem como capacidades coletivas de resistência ecológica e feminista, e assumem o protagonismo e a centralidade na geração de tensões e conflitos com colonialidade de gênero e da natureza em seus territórios de vida. Não por uma maior propensão natural das mulheres à adesão da agroecologia, mas antes, por uma relação histórico-cultural e que vincula as mulheres à natureza e às práticas de cuidado. Dentre elas, se destaca o cuidado voltado à produção diversificada de alimentos visando a soberania e segurança alimentar e nutricional familiar.

No Acampamento Emiliano Zapata, os acampados assumiram a ecologização plena deste território desde a fundação do acampamento. No entanto, em virtude da morosidade da legalização do assentamento rural, a maioria dos homens saíram para trabalhar fora. E aqueles homens que continuaram no território, começaram a pressionar politicamente a comunidade para a liberação do uso de agroquímicos e para a implantação da agricultura convencional em seus lotes, sobretudo, para possibilitar cultivos convencionais de roçados de grãos: “RV: [...] Veio a luz, não veio o assentamento, não veio investimento, não veio nada. Teve um tanto de gente que saiu para fora trabalhar [...] Que na primeira reunião de certificação que nós estava ali, 22 famílias, o rapaz foi ali e disse, viu o que eu tô achando é que nós vamos ter que certificar só um pedaço, o resto tudo nós vamos botar veneno.” (ENTREVISTADA ROSA VERMELHA. Informação verbal)

O retorno à agricultura convencional em roçados neste acampamento foi acompanhado de conflitos e tomadas de posições divergentes, que colocaram de um lado homens e alguns casais favoráveis à abertura do território para a agricultura convencional e do outro lado, alguns outros casais, mas principalmente aquelas mulheres que já vinham desenvolvendo experiências agroecológicas em seus lotes, contrárias a essas tomadas de decisões: “RV: [...] daí ali o povo [...] ficou bem louco. Porque, ah! nossa! eu quero plantar um milho, daí não sei como capinar um milho porque é muito ruim, porque tem que dessecar, porque não sei o que. Bom eu levantei da reunião e fui embora.” (ENTREVISTADA ROSA VERMELHA. Informação verbal)

Alguns homens defenderam o uso de agroquímicos para manejos convencionais de grãos a fim de diminuir os trabalhos manuais e melhorar a produtividade dos roçados. Outros alegaram a falta de recursos e equipamentos para poderem lançar mão de manejos ecológicos para produções de cereais, como argumentou Ipê Roxo:

IR: nós plantava lá na mãe, mas só que não dava para o ano, daí tinha que comprar lá na cidade, daí sai mais caro. E daí não tem lógica também né, totalmente, a gente não consegue plantar todo o terreno aqui na enxada né, gostaria, mas a gente não tem [...] porque seria bom se desse para fazer tudo orgânico, seria bom se pudesse, até para a gente seria uma concorrência boa para venda né, mas a gente não consegue. (ENTREVISTADA IPE ROXO. Informação verbal)

Nesse caso, compreendo que a não legalização do assentamento rural, veiculada às dificuldades no acesso a políticas públicas para estruturação dos lotes, de agroindústrias e de cooperativas, constituem os principais fatores que influenciaram no recuo desse grupo à agricultura convencional. Esses dados corroboram análises já realizadas em outros estudos sobre ecologização de territórios de Reforma Agrária realizados no Paraná, em que se enfatiza os limites infraestruturais e financeiros como entraves ao avanço de experiências agroecológicas em territórios de Reforma Agrária. (HARSEN, 2008; VALADÃO, 2012; SOUZA, 2017)

No que diz respeito às agências das mulheres mediante esses recuos em processos de ecologização, na maioria dos casos analisados, seja no acampamento Emiliano Zapata, ou em Cascavel ou em Londrina, observei que foram principalmente os homens que assumiram e defenderam a reconversão de cultivos ecológicos para convencionais, sobretudo das áreas de roçados de grãos, sob a justificativa do uso intensivo de maquinário, redução da penosidade do trabalho e aumento da produtividade. Segundo “RV: é bem, bem, bem salientado, que a proposta do veneno não foi das mulher. As mulher omissa aceitaram o que os homens resolveram. [porque] elas podem participar em tudo que é coisa, menos na produção, daí lá os maridos que manda” (ENTREVISTADA ROSA VERMELHA. Informação verbal)

Em Cascavel, Dona Ipê Amarelo nos contou que também já passou por alguns tensionamentos parecidos aos que Dona Rosa Vermelha nos contou:

IA: E daí muitas vezes, por causa dessa questão de veneno as vezes o pessoal dizia, ah mas a Ipê Amarelo é contra o veneno porque ela não precisa do lote. Fulano é dirigente, então não precisa do lote. Está ganhando, então não precisa do lote, e a gente não ganha nada. Então, mas enfim a gente... porque a gente tem uma consciência e não se deixa abater por isso. (ENTREVISTADA IPE AMARELO. Informação verbal)

Essa mesma situação identificada lá atrás no Acampamento Emiliano Zapata e em Cascavel reapareceu em Londrina com o processo de assentamento das 600 famílias as áreas Eli Vive I e II: “H: [...] Novamente a mesma situação do



acampamento, porque o marido tomando conta de todo o lote, vai plantar como? Vai plantar sem veneno? [...] mesma coisa, mandioca, milho, feijão, o lote inteiro, cará, café, leite. O marido tomou conta, virou tudo pasto sobrou um pedacinho para ela fazer horta.” (ENTREVISTADA HIBISCUS. Informação verbal)

Considerando as limitações infraestruturais, tecnológicas e financeiras à ecologização plena dos lotes de Reforma Agrária, por outro lado, também compreendo que esse *ethos* e visão de mundo masculina e que se vincula à um *ethos* e a uma visão de mundo baseada na agricultura convencional, mecanizada e de larga escala, já largamente avançada em extensos territórios de monocultivos de grãos convencionais e transgênicos no Paraná, se constituem como “porta-vozes endógenos”, que reproduzem e legitimam essas racionalidades colonialistas e patriarcais de agricultura para dentro dos territórios da Reforma Agrária. Desse forma, caso não haja questionamento suficiente, essas práxis sociais legitimam a colonialidade do ser, saber e poder de gênero e da natureza desses sujeitos.

Esse recuo à re-colonização de territórios de roçados se hibridiza à reprodução social de práxis e representações sociais colonialistas e patriarcais de gênero, assumidas também por parte daquelas mulheres que acabaram por aceitar retornos à agricultura convencional em seus lotes, sem que, ao mesmo tempo oferecessem resistências significativas. Tudo isso em nome de proclamados aumentos de produtividade, redução da penosidade do trabalho e aumento da geração de renda, que esses casais poderiam eventualmente obter através do retorno à agricultura convencional.

Nessa situação é relevante analisar como Rita Segato (2011; 2014) já apontava em estudos feministas decoloniais como a assimilação do padrão colonial de dominação da América Latina dependeu primeiramente do consentimento dos homens colonizados para que obtivesse sucesso. Estes, segundo ela, não ofereceram tensão alguma à dominação de gênero que se interpôs junto a esse plano de dominação do sistema mundo moderno colonial.

Entendo que essas observações de Segato (2011; 2014) são válidas para compreendermos aqui também como os assentados homens da reforma agrária, via de regra, não oferecem resistência significativa à colonização dos territórios da Reforma Agrária pela agricultura convencional. A análise de Segato auxilia a explicar porque, também normalmente são principalmente as mulheres aquelas a se oporem

a este modelo de agricultura moderno-colonial, e a sustentarem experiências agroecológicas em seus territórios de vida.

Dessa forma, entendo que a colonialidade da natureza não está de forma alguma dissociada da colonialidade de gênero. Isso implica em reconhecer que a desconstrução de uma colonialidade implica na coetânea e interseccional desconstrução da outra no campo, a fim de tornar possível a construção de territorialidades, sujeitos e racionalidades socioambientais e ecofeministas decoloniais e em sentido emancipatório em contextos rurais contemporâneos brasileiros.

De outra forma, em menor proporção e visibilidade, também observei emergências contemporâneas de casais que resolveram insistir na ecologização plena de seus lotes. Isso pode ser observado principalmente para os casos daqueles casais com mais formação sociopolítica, sociotécnica e/ou mais capitalizados e/ou que associam a produção agrícola à rendas de aposentadorias. Esses casais se colocaram contrários ao uso de agroquímicos no acampamento, optando por investir em manejos agroflorestais: “A:[...] porque nós queremos fazer o feijão orgânico também. Não queremos usar o veneno. [...] pelo meio ambiente e por ser uma coisa saudável também. Tipo nós nunca quisemos lidar com veneno sabe. Nunca passou isso pela nossa cabeça lidar com veneno”. (ENTREVISTADA AMORA. Informação verbal)

Nesses casos, decolonização de si mesmos como gênero e como ecologia passa a abranger o casal, e permite que ambos passem a se orientar por princípios ecológicos, que se empenhem na busca pela construção de alternativas ecológicas, para o conjunto dos cultivos que praticam. Nesses casos, os desafios são de ordem econômica, na medida em que estes ainda não conseguem se viabilizar somente através da atividade produtiva ecológica, e que ainda dependem de rendas oriundas de trabalhos realizados fora do lote.

Além disso, corroboram para essas construções ecológicas conjugais, as atitudes daquelas mulheres que já conquistaram capacidades de agencia e subjetividade ativa capazes de lhes gerar condições de promover tensionamentos coletivos frente a dominação colonialista da Natureza e de gênero em múltiplos espaços sociais, envolvendo desde seus territórios locais até as redes de movimentos sociais estaduais e nacionais. Essas mulheres, quando questionadas sobre o uso ou não de agroquímicos nos territórios que vivem, se posicionaram totalmente contrárias

à liberação para cultivos convencionais de roçados, optando pela permanência da produção ecológica na totalidade dos seus lotes e em todos os cultivos praticados. Como defendeu Aroeira: “nós não vamos fazer convencional. [...] porque assim como eu não quero comer não quero que o outro coma né? Vou plantar com veneno, eu não vou comer, mas vou dar para o outro né? Então, na minha cabeça não.” (ENTREVISTADA AROEIRA. Informação verbal)

Essa fala demonstra que a formação política de gênero, de agroecologia e sobre questão agrária contribui significativamente para a construção de racionalidades socioambientais (BRANDENBURG, 2012), ecofeministas (SILIPRANDI, 2015; PULEO, 2013) e decoloniais (LUGONES, 2008; 2014), que impactam diretamente as ações dos sujeitos inseridos nesses contextos, e permitem que experiências agroecológicas avancem em territórios de Reforma Agrária.

Corroborando para essa expansão da agroecologia no plano territorial, o fato de ter identificado em alguns outros casos, que começam a aparecer situações em que há aumento significativo da produção e da comercialização ecológica, ampliando a capacidade de geração de renda desse setor. Isso favorece para que mais homens se insiram nessa atividade e que esses casais consigam manter a produção ecológica na totalidade dos seus lotes. Nesses casos, eles passam a abdicar de trabalhos externos ou de cultivos roçados convencionais, e começam a se dedicar à produção ecológica de hortaliças e pomares, mantendo os roçados ecológicos para subsistência e venda esporádica. Essas ações, caso sejam acompanhadas de processos reflexivos de transformação de relações de gênero, também geram transformações de relações de gênero naqueles homens que se inserem nessa atividade. Isso pode ser observado nos casos de Aroeira, Hibiscus e Gloxínia:

G: então, minha filha, ela faz parte do coletivo, o marido dela, machista mesmo, Deus oh livre, o dia que a minha mulher começar a fazer alguma coisa por ela ter independência vou morar em um barraquinho lá do lado, não moramos mais junto. E começamos no coletivo, eu, minha nora e minha filha. Daí o marido falou assim, ah você não é só ir trabalhar com aquela l. lá, eu quero tudo as coisas prontas aqui dentro de casa. Eu quero tudo pronto dentro de casa, não quero um nada sem fazer dentro de casa. E pressionando ela, para que ela saísse, daí agora ele ajuda ela na horta. [...] então quer dizer, as mulheres levantaram a cabeça né [...] O marido virou a cabeça, porque está entrando dinheiro, porque depois que virou a cabeça ninguém segura mais. Só que tem uns machistas ainda. (ENTREVISTADA GLOXÍNIA. Informação verbal)

Nesse caso, o genro de Gloxínia, somente após vários e consecutivos esforços femininos de sua esposa, em colaboração com o coletivo de mulheres do

assentamentos local, pode refletir sobre suas condutas de gênero e transforma-las em sentido mais igualitário, passando a poiar a sua esposa nas atividades da horta. Isso demonstra a relevância da permanente reflexão coletiva das mulheres em grupos acerca que questões relativas à igualdade de gênero, bem como a sua necessária veiculação às práxis cotidianas no âmbito doméstico, como estratégias individuais, conjugais e coletivas de geração de fissuras na colonialidade de gênero e, processos de construção de agroecologias.

Dessa forma entendo que a associação entre formação de gênero e agroecologia, junto com o aumento da capacidade de capitalização dos lotes através da expansão da construção social dos circuitos curtos agroalimentares ecológicos, favorece a ampliação do ingresso de homens nessa atividade, facilitam a construção de mudanças de visão de mundo, *ethos* e cultura masculina sobre si mesmos e acerca das mulheres. Isso assegura condições de permanência e de expansão da territorialização da agroecologia para o conjunto do território dos lotes e dos cultivos praticados:

H: mas tem casos que quando elas começaram, era isso, eles desdenhavam. Mas hoje tem a participação, os companheiros participando para aumentar a renda. Então eles estão entendendo que a agroecologia é possível. Porque passando veneno na produção maior do lote lá não está viabilizando e o quadradinho que a companheira está lidando está se viabilizando e é possível garantir a renda [...] Então tem casos que o companheiro já está ali na feira ajudando vender. [...] E já está entendendo que avança o quadradinho para mais, para trabalhar com a agroecologia. É viável, é possível sim, e quem mostrou isso/ quem provou isso? A companheira dele. Fomos nós mulheres. Mas que esse quadradinho você conseguiu fazer mais que a roça inteira no veneno. Então dá certo. Muitos casos já começou acontecer. A companheira tem a autonomia, ela chama para o diálogo, com exceção que aquela lá ela manda, [...] tem companheiras que envolvem o marido, os filhos [...] (ENTREVISTADA HIBISCUS. Informação verbal)

Dessa forma, entendo que as mulheres Sem Terra, através de suas agências, criam um tensionamento com a monocultura da racionalidade colonialista patriarcal imbricada à reprodução de territorializações colonialistas de agricultura convencional e patriarcal. Ademais, provocam processos de decolonização de si mesmas, como saber, ser e poder de gênero e da Natureza, e com isso, estimulam mudanças tanto nas relações de gênero, quanto no cultivo da Terra e também nos homens, que, aos poucos, também vão assumindo a construção de experiências agroecológicas em seus territórios de vida.

As mulheres Sem Terra que atuam como pioneiras da sucessão ecológica, tal como as Buvas em meio à monocultura de grãos, desintoxicam esses solos e rasgam

as paisagens monolíticas preenchidas por monocultivos de soja e milho convencionais e transgênicos, e abrem caminhos para que a vida se refaça nesses territórios. Através dessas agências coletivas elas rasgam também as monoculturas das racionalidades e subjetividades colonialistas e patriarcais, e se reconstróem como pioneiras da territorialização decolonial e ecofeminista dos territórios de Reforma Agrária. Para isso, todas elas também foram unânimes em afirmar que as experiências das Jornadas de Agroecologia foram e continuam centrais. Para muitas delas, este foi o único espaço onde elas puderam aprender conhecimentos sociotécnicos e sócio políticos, bem como adquirir as sementes, que lhes capacitaram a iniciar essas produções ecológicas em seus lotes. Elas contam que com o que puderam obter através das Jornadas de Agroecologia foram encorajadas a agências ecológicas locais em seus territórios de vida:

B: A gente começou a se questionar e a refletir sobre as nossas práticas, mas assim individualmente, foi a partir das jornadas, [...] daí a gente foi aperfeiçoando as práticas né. [...] eu na minha avaliação eu acho que a agroecologia ela desperta mais nas mulheres. Pelo cuidado com a vida, com as coisas. As mulheres tem mais essa coisa de pensar na família, nos filhos, de pensar em uma alimentação saudável. E as mulheres, o pessoal costuma dizer que são as coisas mais pequenas, então é a horta, é os bichos, e os homens não, é a visão de ter as coisas grandes, porque se não for grande não dá retorno. E a mulher sempre teve mais ligada à produção de alimentos, de ter uma horta, ter remédio. É difícil você ver um homem assim sair catar uma muda de flor. Então eu acho que esse projeto despertou muito mais nas mulheres e aí fomentou mais essa discussão, de criar grupos de mulheres [...] (ENTREVISTADA BEGONIA. Informação verbal)

Aroeira também reforçou essas reflexões, destacando o quanto as Jornadas de Agroecologia, vinculadas à construção de circuitos curtos agroalimentares ecológicos e a espaços de formação de gênero, foram importantes para criar agências e subjetividades ativas nas mulheres e favorecer a construção das iniciativas agroecológicas em seus territórios de vida:

A: foi, desde o começo, clareou né, aí o povo começou ver que tinha que plantar sem veneno, agroecológico, tanto que durou anos essa discussão. Ninguém se dizia que não né. Daí que por um castigo veio aquela discussão do veneno e que começaram. Mas agora até que já, agora até que a merenda escolar graças a Deus já não vai mais pegar convencional. Então esses que optaram pelo veneno já estão voltando a produzir orgânico porque se não eles não vão ter, se não tiver a certificação eles não vão poder entregar no programa né. (ENTREVISTADA AROEIRA. Informação verbal)

Arnica Montana, destacou as Jornadas de Agroecologia como somatórias de anos de trabalhos regionais na região Centro-Sul do Paraná com agroecologia: “AM:

então eu acho que esse encontro ele é resultado desse trabalho que existiu anteriormente através da rede PT-A, que tinha 9 anos de trabalho na região. Das sementes crioulas, recuperação de solos, adubação verde.” (ENTREVISTADA ARNICA MONTANA. Informação verbal). Dessa forma, ela entende que com a agroecologia as mulheres têm conseguido reconquistar um território produtivo para si:

AM: Porque assim, se você for pensar o processo de modernização, [...] ela [a mulher] perdeu o espaço dela de fazer agricultura. Então ela se tornou uma dona de casa. E aí assim quando você começa a discutir agroecologia ela se empodera, ela começa a dizer: não, esse pedaço aqui é meu. Esse pedaço eu vou fazer a horta, então ela começa a conquistar um espaço produtivo. (ENTREVISTADA ARINCA MONTANA. Informação verbal)

Jatobá, ao analisar os processos das Jornadas de Agroecologia, a participação das mulheres e as experiências de agroecologia nos territórios do Sudoeste do Paraná com agricultores familiares, também reforçou essa visão de Arnica Montana:

J: Porque no agronegócio a mulher não tem sentido, porque o trator faz tudo, não tem lugar para a mulher e juventude no agronegócio, porque ele é extremamente masculino né. Então se você analisar, agronegócio, ele é masculino e não tem lugar para nenhuma outra possibilidade. Tanto é que esse era um dos debates que nós fazia né. De que com a entrada do agronegócio no Sudoeste ele expulsou os jovens e as mulheres do campo. [...] Agora lá na horta, em um pomar, na horta, em uma agrofloresta, a mulher e o jovem estão inseridos. Na feirinha os jovens, a moça, o rapaz, a mulher estão inseridos. Isso é uma constatação antiga nossa aqui. No agronegócio a mulher ficou dentro da casa, mais para dentro da casa ainda do que ela já era. (ENTREVISTADA JATOBÁ. Informação verbal)

Esses argumentos de Jatobá corroboram as análises de Schwendler, Vieira e Amaral (2018), em que essas autoras também destacam o papel da formação na construção e no fortalecimento das experiências de campo em agroecologia e em termos de transformações de relações de gênero e geracionais.

As Sem Terra, ao recuperar seu espaço produtivo na agricultura através da agroecologia por meio das hortas, pomares e quintais ecológicos, ressignificam esses territórios e a si mesmas como mulheres, e se reconstroem como racionalidades socioambientais e ecofeministas, se fazendo reconhecer e assumindo-se como autoras dessas experiências agroecológicas. Desse bojo, elas passam a reivindicar a agroecologia não apenas como meio de geração de renda para si mesmas, mas como projeto de vida e estratégia de desenvolvimento rural para o conjunto dos territórios de Reforma Agrária do Brasil. Assim, a agroecologia passa a constituir-se como categoria de resistência na luta pela terra e pela efetivação da Reforma Agrária Popular. Para elas:

H: então, um dos maiores desafios é esse, mostrar para o assentamento que é possível trabalhar com o agroecológico com toda a família. Se não o lote todo, mas uma parte dele. Para que os companheiros não foquem lá em plantar o soja, só babata doce. [...] Então nós temos esse desafio de trabalhar lado a lado, nem atrás e nem na frente, lado a lado. E com essas propostas de produção, de organicidade que a gente pretende conquistar esse espaço do lado a lado, dentro da organização, dentro do assentamento, dentro da sociedade como um todo. (ENTREVISTADA HIBISCUS. Informação verbal)

Dessa forma, as Sem Terra dão ênfase e sequência, através dessas experiências agroecológicas, a décadas de lutas feministas por visibilidade e reconhecimento sociopolítico e socioproductivo delas como mulheres rurais (ESMERALDO, 2013), ressaltando a importância das mulheres na construção da Reforma Agrária Popular através da agroecologia. Dessa forma, elas tensionam a colonialidade de gênero e da natureza e oxigenam a construção efetiva da Reforma Agrária Popular com bases sociais ecológicas, feministas, democráticas e decoloniais.

### 5.3 VIOLÊNCIAS CONTRA OS CORPOS-TERRITÓRIOS DAS MULHERES E CONTRA O CORPO-TERRITÓRIO DA TERRA

Como parte dos conflitos de gênero que envolvem a territorialização da agroecologia em contextos de Reforma Agrária, a violência contra as mulheres emergiu em campo como categoria relevante. Para buscar compreender essa emergência, busquei tecer diálogos entre as formulações de Lorena Cabnal (2010; 2015), de Cruz et al. (2017) e as teóricas feministas de cuidado.

A violência contra a mulher, de acordo com a Lei Maria da Penha (LEI 11.340/06), é caracterizada como violência física “[...] entendida como qualquer conduta que ofenda a sua integridade ou saúde corporal” (LEI 11.340/06), e também como violência psicológica:

[...] entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação” (LEI 11.340/06).

A partir das experiências de campo identifiquei vinculações entre padrões colonialistas e patriarcais de sexo-gênero com a geração de violências contra as

mulheres e contra a Natureza. Magnólia nos contou sobre os tensionamentos que enfrentou tanto com seu ex-esposo, quanto com a organicidade daquele assentamento rural, quando começou se apropriar da agroecologia:

M: É porque assim eu lembro que mesmo na cooperativa o pessoal questionava muito forte. Eu não lembro de eu ter ficado fora da coordenação, sempre eu estava de alguma coisa, ou de outra. [...] Aí eu sempre participava das reunião [...] então lá a gente no coletivo a gente começou na época, quando veio os investimentos para o assentamento e nós pegamos bastante né. [...] Porque o movimento não tinha ainda a discussão da agroecologia. Então todos os investimentos era na área do agronegócio. [...] bem estruturado, mas era tudo convencional. Daí então o assentamento se desenvolveu coletivamente, construímos muitas coisas, mas sempre faltando parte que era a questão da agroecologia. [...] Só que chegou um momento que as famílias também ficaram ociosas né. [...] Então era isso que também querendo ou não, criou também muitos conflitos. Porque quando nós fomos para a terra o objetivo era produzir comida né. Daí isso foi muito questionado pelo coletivo. [...] as pessoas desse coletivo saiam e começaram desde o início das Jornadas de Agroecologia e isso gerou conflitos de entendimentos [...]. Então a agroecologia questionava muita coisa. [...] Então eu fui entrando naquela discussão de defender, não porque eu ia para as Jornadas, mas porque eu me identificava muito. [...] E assim, eu tenho que falar algumas coisas do meu relacionamento com o meu ex-marido porque isso me fez crescer também na área da agroecologia. Ele era um defensor do convencional, era e é até hoje. Então eu tive muito conflitos. Tanto na defesa do coletivo para avançar a agroecologia, como na defesa pessoal né. Do relacionamento e daí chegou um momento [...] que eu também decidi que eu tinha que construir uma nova vida, porque daquele jeito não dava. Aí era muitos conflitos, conflitos de discussão da organicidade do assentamento, da cooperativa e conflitos familiar. [...] Porque eu sempre pensei assim: ou você prioriza a agroecologia, ou você não vai fazer nada. [...] Então nós não dava certo. [...] Daí eu comecei sair bastante, sair para os encontros, fiz formação e fui. [...] Para mim foi muito bom. Eu me identifiquei muito mais do que eu já vinha vindo. Que foi um espaço que me deu muita oportunidade de ajudar construir a agroecologia. (ENTREVISTADA MAGNOLIA. Informação verbal)

Dentro disso, ela destacou a violência psicológica como um dos elementos emergentes desse processo. Acrescenta-se a isso o fato dela e seus filhos terem que ter saído desse lote, migrando para outro assentamento rural, e não seu ex-esposo. Isso se justifica na medida em que se observou ausências nas tomadas de decisões coletivas, e que favorecessem a contenção de violências contra a mulher, bem como de medidas que incentivassem a continuação dela e de seus filhos nesse território. Isso se justifica pela reprodução de uma cultura de gênero patriarcal nesses territórios e movimento social, bem como pela contemporânea assunção das mulheres como titulares de lotes de reforma agrária, o que somente se tornou possível a partir de 2003, a qual ainda permanece sendo reivindicada como categoria constitutiva das novas sociais e da cultura desse grupo social.



Esse caso de Magnólia conduz à reflexão de que existem correlações entre violências contra a Terra atreladas a violências contra os corpos-territórios biofísicos das mulheres e violências contra o corpo-território da Terra. Essas violências não são apenas físicas, mas também atingem o corpo-território psicoemocional delas, como nos contou Magnólia:

M: [...] Porque daí a violência se pesa muito quando a violência é física né, mas a violência física é uma das violências, mas e as outras? Eu por exemplo, quando eu estava junto com o meu ex-marido eu nunca sofri violência física né, mas a violência psicológica era muito grande então isso foram marcas que dificilmente vá conseguir superar. Mas ainda é muito forte, fica né. (ENTREVISTADA MAGNOLIA. Informação verbal)

Esse exemplo esclarece como relações de poder de gênero colonialistas e patriarcais alimentam a territorialização do agronegócio para dentro dos territórios da Reforma Agrária, sustentando-se com base na reprodução de violências sistemáticas cometidas tanto contra os corpos-territórios das mulheres, quanto do corpo-território da Terra. Magnólia evidencia através de sua práxis social, conexões entre a colonialidade de gênero e colonialidade da Natureza.

Essa violência psíquica contra o corpo-território de Magnólia se manifestou através da coerção da sua fala, da sua aprendizagem e da sua expressão prática e criativa da agroecologia em seu lote e no assentamento rural:

E: você acha que está ligado essa questão do patriarcado, da relação de gênero com a questão convencional, em termos dessa resistência, dessas duas coisas estarem juntas ou não necessariamente?

M: está ligado, porque, por exemplo, eu hoje eu estou sozinha, mas vou falar lá do espaço do acampamento. Então tipo quando vai para a discussão da agroecologia e do convencional, sempre as mulheres vão mais em defesa da agroecologia. Só que elas sabem o conflito que tem com o companheiro do lado, porque sempre tem o conflito porque elas muitas vezes, muitas vezes elas não conseguem defender de uma forma mais clara, por conta do próprio conflito familiar que tem. Então tem algumas definição que muitas vezes as companheiras gostariam de defender e que muitas vezes não defende por conta disso, porque o homem que decide, então tem que ver se ele aceita, então não tem aquela coisa do diálogo da família, então a gente sempre quer isso. [...] Mas onde tem os companheiros do lado então já tem uma resistência assim dela dizer, defender com segurança o que ela realmente quer. Porque no agronegócio [...] não entra a participação da mulher, não tem necessidade de entrar. (ENTREVISTADA MAGNOLIA. Informação verbal)

Nesse caso, a colonialidade da natureza se mantém e se reproduz nesses territórios com base na colonialidade de gênero e se manifesta como violência contra as mulheres. Isso se dá através do constrangimento da fala, da vontade, do desejo, da ação, como desacreditação e desvalorização delas e de suas experiências, subjetividades ativas e agências. Essa intersecção colonialista de gênero e da

Natureza cria discursividades violentogênicas e que ameaçam o cuidado com a vida, tanto dos corpos-territórios das mulheres quanto do corpo-território da Terra.

Abre-se aqui possibilidades de visualizar como a colonialidade da natureza se nutre da violência contra os corpos-territórios psicoemocionais das mulheres, anulando perspectivas de cuidado com a vida delas, de seus filhos, da terra e mesmo de seus próprios maridos, muitos dos quais intervêm como agentes ativos da promoção dessas violências. É essa violência de sexo-gênero que garante a colonialidade de gênero e que legitima a colonialidade da natureza nesses territórios.

Além desse caso de Magnólia, outros casos também corroboram para a existência de uma estreita associação entre relações de sexo-gênero binárias e violentogênicas contra as mulheres e a reprodução social de agriculturas convencionais. Em outro caso, no Emiliano Zapata, elas problematizaram a ampliação de casos de adoecimento psicoemocional das mulheres, correlacionados à construção de uma leitura social do machismo como uma doença:

RV: [...] tem uma doença... por exemplo.... O que a T. disse, que esse negócio que você não vai que eu não deixo, tenho ciúme, o marido não deixa, eu também não deixo, ela disse que isso é uma doença. Um tipo de uma doença da sociedade, tipo de uma insegurança que as pessoas tem né. (ENTREVISTADA ROSA VERMELHA. Informação verbal)

Há aqui um aprofundamento e um olhar mais atento para as dimensões subjetivas das violências contra os corpos-territórios das mulheres e contra os corpos-territórios da Terra. Nesse caso, elas atribuem os adoecimentos das mulheres à manutenção de relações de gênero patriarcais e colonialistas. Essas relações afetam as autoconfianças e autoestimas das mulheres, afetam a sua saúde física e mental, acabando por interferir na capacidade delas agenciarem experiências agroecológicas em seus territórios de vida. Nessa esteira, também pude colher outros relatos de outras mulheres problematizaram o aparecimento de doenças físicas e mentais nas mulheres, decorrentes da limitação delas ao espaço e ao trabalho doméstico:

J: [...] é assim que a gente fica dentro de casa de quatro paredes só, a gente quase não sai, a gente não fica bem né, e que nem se a gente tem a horta lá, a gente vai lá limpar, é tipo uma terapia para a gente. [...] tem gente aqui que tem depressão de ficar só dentro de casa. [...] tem bastante gente que sofre de depressão, porque não tem assim um animo para fazer nada. Não tem animo para trabalhar, as vezes que ficar só dentro de casa, às vezes só dentro do quarto. (ENTREVISTADA JASMIM. Informação verbal)

Na medida em que elas se prendem somente ao trabalho doméstico no lar, elas tendem a adoecer. E quando essas potências de vida criativas femininas são

castradas, pela simples restrição delas a atividades domésticas e reprodutivas rotinizadas, enquanto atividades assumidas sem prazer, realização e desejo pessoal, como atividades que limitam a sua criatividade e não geram prazer e realização pessoal. Os relatos de campo apontam que isso gera adoecimentos femininos psicoemocionais e físicos graves em seus corpos-territórios, tal como citado por Jasmim.

Além disso, no Emiliano Zapata uma das interlocutoras analisou que a própria decisão de recuo da agroecologia para a aceitação do uso de agroquímicos para plantio de lavouras convencionais pelos maridos decorre do entendimento do machismo como doença:

RV: não, as vezes assim: não eu acho que é certo, tudo certo, mas eu tenho que ficar do lado do meu marido. Que Deus oh livre para ele. É isso que a T. disse, que isso é uma doença [...] Então o medo de perder o marido, meu Deus, como que eu vou perder meu marido! Deus o livre! Isso a T. disse, isso é uma doença, uma coisa que tem que curar. [...] O que ela precisa? Precisa de ajuda. Acho que as pessoas precisam de ajuda né? Que isso eu entendo que foi uma coisa que o capital fez com nós né [...] isso é uma coisa que nós trouxemos já, desde mil não sei quanto, quantas geração, quantas reencarnação que nós trouxemos isso de coisa que não é querer culpar as pessoas, dizer que um é ruim, outro é bom, não sei o que. É a realidade. (ENTREVISTADA ROSA VERMELHA. Informação verbal)

Esse entendimento do machismo como doença se expressa nos comportamentos das mulheres como medo e insegurança de “perder os maridos”, o que se expressa em incapacidades de tomadas posições proativas em defesa da agroecologia, mesmo que em seus foros íntimos elas desejem trabalhar com a agroecologia. Essas entrevistadas destacam as dimensões subjetivas das violências simbólicas vivenciadas pelas mulheres por trás da colonialidade da natureza e de gênero, ao aceitarem coercitivamente as tomadas de decisões de seus maridos em retornar a praticar agricultura convencional em seus lotes.

Frente a tais circunstâncias, as mulheres Sem Terra não somente se omitem e se calam, elas também produzem resistências ecofeministas. No entanto, nem todas elas têm ficado passivas às violações de seus corpos-territórios e permissivas à tomadas de decisões de recuo da agroecologia para regressão a agricultura convencional em seus lotes. Elas problematizam essas dominações e constrangimentos de seu ser, saber e poder de gênero, e agenciam a territorialização de experiências agroecológicas, estimulando aquelas mulheres que ainda se encontram em situações violentogênicas e presas única e exclusivamente ao trabalho

doméstico do lar: “A: para a minha vida mesmo é uma vida muito boa, porque se eu não tivesse essas coisas para eu mexer aqui eu já não estaria mais viva. [...]” (ENTREVISTADA ARRUDA. Informação verbal)

Assim, elas restituem e constroem autoconfiança, autoestima e amor próprio e constroem subjetividades ativas que passam a questionar tradicionais, binárias e patriarcais divisões sexuais do trabalho camponês (PAULILO, 2016), passando a territorializar a agroecologia em seus lotes, a gerar renda, a desenvolver a criatividade e a realizar-se com esse trabalho com a Terra. Essas ações coíbem violências contra seus corpos-territórios e contra o corpo-território da Terra e promovem tanto a saúde física e mental de seus corpos-territórios quanto dos corpos-territórios dos agroecossistemas, constituindo-se como uma atividade geradora de saúde para elas, para a sociedade e para a Terra, configurando-se, por isso como uma “atividade terapêutica”. Dessa forma, encontram e constroem agências feministas decolonizadoras do seu ser, saber e poder como mulheres, através da restituição de um senso de cuidado com a vida delas mesmas, de suas famílias, da natureza e da sociedade.

Corroborando para essa compreensão o fato de ter identificado em campo alguns ensaios coletivos, onde, através da metodologia da Terapia Comunitária<sup>96</sup> alguns coletivos de mulheres têm buscado, através de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde<sup>97</sup> (PICS), a restituição do cuidado com a vida delas e de geração de subjetividades ativas, abrangendo desde aspectos físicos até aspectos psicoemocionais das mulheres. Gerando, assim, ações capazes de lhes fortalecer como resistências coletivas ecofeministas, mediante cenários de violências contra seus corpos-territórios e contra o corpo-território da Terra:

G: é, esse trabalho com a T. é seja quem está lá na horta ou não. Porque problema tudo nós temos. Independentemente de estar na horta ou não né. [...] Ela disse que através desse trabalho dá para a gente detectar o que é

<sup>96</sup> Terapia Comunitária é uma metodologia de abordagem terapêutica desenvolvida pelo médico Dr. Adalberto Barreto – Ceará – que visa a promoção da saúde sócio-psico-emocional dos sujeitos, visando a sua saúde preventiva, familiar, coletiva e integrativa. Se baseia em princípios da educação popular, está atrelada ao contexto sócio-cultural dos sujeitos. É aplicada em vários contextos de comunidades rurais e urbanas no Brasil, como estratégia de saúde da família, saúde preventiva e comunitária. Também incluída na Política Nacional de Terapias Integrativas e Complementares em Saúde pelo SUS.

<sup>97</sup> “As Práticas Integrativas e Complementares (PICS) são tratamentos que utilizam recursos terapêuticos baseados em conhecimentos tradicionais, voltados para prevenir diversas doenças como depressão e hipertensão. Em alguns casos, também podem ser usadas como tratamentos paliativos em algumas doenças crônicas” (BRASIL, 2020).

mais grave. Quais são os problemas né. Tem algumas delas que vai ter que parar no psicólogo, as vezes vai ter. Ou então é o marido que vai ter que ter um acompanhamento. Vai ter que arrumar uma consulta às vezes, conversar com alguém. (ENTREVISTADA ROSA VERMELHA. Informação verbal)

É mister frisar a dimensão coletiva desses processos, bem como suas interconexões com redes e movimentos feministas, como categorias políticas que fortalecem as subjetividades ativas que elas adquirem tanto através da prática agroecológica, quanto através dos coletivos que participam: “A: e são coletivas, mas são individuais, a solução está no coletivo, mas também está no individual, porque eu posso dizer não quero... Então nós estamos dizendo que nós precisamos de uma outra psicologia.” (ENTREVISTADA ARAUCÁRIA. Informação verbal)

Na medida em que elas fortalecem essas experiências coletivas agroecológicas sanadoras de seus corpos-territórios e do corpo-território da Terra, e que introduzem nessas experiências noções éticas ecofeministas de cuidado com a vida, elas conseguem ferramentas que intervêm na redução de práxis violentogênicas colonialistas de gênero e da natureza. Esses impactos não são apenas individuais, mas também coletivos, dada a inserção delas em contextos sociais coletivos em seus territórios de vida, no movimento social e em redes de movimentos sociais.

Em síntese, a combinação entre experiências produtivas agroecológicas, formações de gênero, formações de ecologia e o uso de ferramentas metodológicas de promoção da saúde integral das mulheres, é o que lhes gera melhores condições de resistência ecofeminista Sem Terra, frente a práxis violentogênicas cometidas contra seus corpos-territórios e contra o corpo-território da Terra. Essa integralidade entre saúde dos corpos-territórios das mulheres e saúde do corpo-território da Terra é o que caracteriza essas experiências agroecológicas e práticas de cuidado em saúde, e é o que aproxima essas experiências das práticas “sanadoras”, desenvolvidas pelas feministas camponesas indígenas latino-americanas, tais como aqueles analisadas por Cruz et al. (2017) e por Cabnal (2010; 2015).

#### 5.4 OS SENTIDOS DAS ECOLOGIAS DAS MULHERES SEM TERRA

Neste item busquei realizar um trabalho de tradução, tal como sugere Sousa Santos (2002), das ecologias que as mulheres Sem Terra constroem a partir de suas experiências locais e da análise dos sentidos que essas ecologias portam para elas. Tendo em vista também a construção contextualizada de sentidos de ecologias

através das agências dos sujeitos, tal como sugerem Norden et al. (2016) e Stassart et al. (2012).

Quando indagadas sobre o que significa agroecologia para elas, de forma geral, todas elas destacaram que agroecologia é a produção agrícola sem uso de agroquímicos “A: iche, essa ecologia eu acho que é assim os produtos todos sem veneno [...]” (ENTREVISTADA ARRUDA. Informação verbal)

Buscando adentrar as especificidades sociotécnicas dessas ecologias, algumas mulheres afirmaram que “M: ah, seria um equilíbrio no sistema, entre todo mundo. [...] tanto quem produz, como as plantas, insetos, animais.” (ENTREVISTADA MALVA. Informação verbal) Porém, ao analisar os manejos de agroecossistemas que praticam, algumas disseram que não praticam agroecologia, mas que fazem agricultura orgânica: “M: [...] mas só que a gente não faz agroecologia aqui, a gente faz o sistema orgânico. Nós somos orgânicos!” (ENTREVISTADA MALVA. Informação verbal)

Isso por que, segundo elas, agroecologia seria algo mais complexo sob o ponto de vista ecológico, pois envolveria maior interação ecológica entre as espécies. Ao olharem para essas várias etapas da transição ecológica e comparar com seus manejos atuais, elas entendem que ainda estão na fase de substituição de insumos, sendo interpretadas, portanto, como uma das primeiras fases da transição agroecológica, tal como definidas por Gliessman (2000)<sup>98</sup>.

Nessa mesma esteira, outras mulheres argumentaram que não praticam agroecologia porque conceituaram esta como a produção de alimentos “no mato”, um tipo de agricultura complexa praticada em meio a cultivos florestais. Para justificar esta argumentação, elas se reportaram às experiências de agroflorestas que puderam conhecer no assentamento Contestado da Lapa e na Barra do Turvo em São Paulo:

A: tipo a agroecologia é uma coisa que é além do que nós pensamos. [...] **porque o agroecológico você tem que produzir ele no meio do mato!** Produzir ali no meio do mato por cima, só dá uma desbastada por cima para o sol entrar um pouco e ali está e para mim não vai. [...] eu produzo sem veneno. Eu produzo um produto saudável, mas que não é agroecológico. (ENTREVISTADA AROEIRA. Informação verbal. Grifo da autora)

<sup>98</sup> Gliessman(2000) define três passos para a conversão ecológica: “a conversão agroecológica possui três níveis básicos: I – aumento da eficiência de práticas convencionais a fim de reduzir o uso e o consumo de recursos escassos, caros ou ambientalmente danosos; II – substituição de insumos e práticas convencionais por práticas alternativas; III – redesenhar o agroecossistema de forma que ele funcione baseado em um novo conjunto de processos ecológicos”. (GLIESSMAN, 2000, p. 575)

Dentro dessa abordagem, outras mulheres correlacionaram agroecologia com um tipo de agricultura que está associada ao manejo complexo de interações ecológicas: IR: “[...] para mim agroecologia eu acho que é manter o bioma local, adaptando as plantas com as plantas nativas, sem precisar destruir uma para manter a outra, mas manter a terra né, a capacidade da terra.” (ENTREVISTADA IPE ROXO. Informação verbal)

Os biomas para elas têm sentido de agroecossistemas, tal como compreendidos por Gleissman (2000), porque representam capacidade de gerir as interações ecológicas entre solo, clima, temperatura, água, luz, micro e meso fauna e flora. Dessa forma, tanto Malva, Aroeira quanto Ipê Roxo, destacam os aspectos ecológicos vinculados ao manejo da agrobiodiversidade de agroecossistemas como principal categoria constitutiva do que de fato elas consideram que seja agroecologia. É por isso que, ao olharem para suas produções especializadas de hortaliças, legumes e frutas, elas entendem que manejam seus agroecossistemas em baixa complexidade ecológica, não as considerando como cultivos agroecológicos, mas sim orgânicos. Para elas alcançarem a agroecologia, precisariam trabalhar com mais diversidade e complexidade ecológica em seus agroecossistemas, tal como preconizam autores do campo agrônomo e ecológico da agroecologia. Cito por exemplo, os estudos de Altieri, Silva e Nichols (2003) e de Gliessman (2000).

No entanto, na medida em que se adentra nos aspectos socioculturais, socioeconômicos e sociopolíticos dessas ecologias, elas assumem outros contornos camponeses populares, que lhes aproximam de experiências agroecológicas latino-americanas, tais como aquelas descritas por Altieri e Toledo (2011) em sua publicação intitulada “*La Revolución Agroecológica em Latinoamérica*”.

Adentrando estes outros aspectos da produção de sentidos dessas ecologias, outras mulheres, quando indagadas sobre os sentidos que essas agroecologia têm para si mesmas e para suas vidas, todas elas foram unânimes em destacar a saúde:

ED: olha, agroecologia para mim é uma coisa que você está, que nem diz o caso, até se protegendo de alguma doença. Porque ali não vai veneno, não vai nada químico, você vai se proteger de muita coisa. É muito bom para a saúde da gente, então a gente se protege e protege a família da gente [...] como mulher mesmo eu acho que é bem importante porque eu aprendi como eu me proteger de alguma coisa assim, como comer só o alimento agroecológico, como proteger a minha família [...] então eu aprendi bastante coisa assim sobre a saúde, sobre como se proteger, como proteger a sua família, então eu acho que esse é o importante. (ENTREVISTADA ERVA-DOCE. Informação verbal)

Com as mulheres de Londrina também notei uma preocupação constante com a saúde, vinculada à produção e ao consumo de alimentos saudáveis, orgânicos, livres de transgênicos e de agrotóxicos:

G: Então eu penso assim eu comer com veneno, vou plantar com veneno, vou acabar com o resto de saúde que a gente tem né? [...] Pode se eu colher 10 abobrinhas vale por 10 porque não adianta você colher as coisas envenenado, porque é ruim para a saúde da tua família e para os demais ao redor né? (ENTREVISTADA GLOXINIA. Informação verbal)

Através dessas agroecologias, elas projetam e promovem a saúde e o bem estar de si mesmas, de suas famílias, da sociedade e também da Terra. A construção social dessas ecologias está, dessa forma, estreitamente ligada à construção de uma noção complexa de saúde, expressa em múltiplas práticas de cuidado, que se interseccionam desde a saúde coletiva e preventiva dos humanos até a saúde e a sanidade dos agroecossistemas.

Como preocupação com a saúde desses múltiplos seres vivos, humanos e não humanos, que constituem essas construções agroalimentares ecológicas desde os corpos-territórios dos agroecossistemas até os corpos-territórios dos humanos, essas ecologias passam a portar um sentido abrangente de cuidado com a vida. Esse cuidado com a vida, tomando como referência os estudos ecofeministas de Puleo (2013) e feministas de Tronto (2007; 2012), de Carreau e Le Goff (2010) e de Gilligan (2013), envolvem preocupações individuais e coletivas com a saúde dos humanos e dos não humanos da Terra.

Magnólia, de Cascavel, falou sobre a sua identificação subjetiva e simbólica com a agroecologia através dessa promoção da saúde, destacando a preocupação com a alimentação para si, seus familiares e para a sociedade:

M: [...] E isso cada vez a gente se identifica mais ainda pela necessidade de produzir e de consumir um alimento de qualidade né, isso te traz um gosto muito maior. Uma firmeza daquilo que você quer mesmo. Então por isso que eu me identifico muito assim. Eu gosto de produzir, eu gosto de plantar eu gosto de consumir aquilo que eu produzo. (ENTREVISTADA MAGNOLIA. Informação verbal)

Essa identificação subjetiva com a agroecologia, o trabalho com as plantas, animais, estar na terra, produzir, comercializar e consumir esses alimentos saudáveis desenvolve-se através de uma relação ecoformadora e ecofeminista subjetiva com a Terra, onde subjetividades, emoções, empatia e sensibilidade são acionadas em associação à razão mental, como categorias de interação com os agroecossistemas



e com os humanos da Terra. Essas qualidades são por elas acionadas e positivadas através de suas experiências agroecológicas.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que elas produzem saúde através da produção e oferta de alimentos ecológicos à sociedade, recebem saúde através desses alimentos que consomem, e também pela satisfação e bem estar que elas sentem ao praticar esta atividade: “O: eu amo estar na horta, porque na horta nossa, acaba tudo os problemas lá. [...] na horta eu sou outra pessoa, é terapêutico para mim. [...] eu vou para a horta sou outra Orquídea lá, sou calma, tranquila, é uma terapia para mim a horta, por isso que eu acho que eu sempre lidei com a horta. (ENTREVISTADA ORQUIDEA. Informação verbal)

É essa geração de saúde vinculada a práticas de cuidado com os corpos-territórios dos humanos e dos não humanos da Terra, entendida como relação de regeneração e suporte das múltiplas formas de vida da Terra, que configura o caráter ecofeminista, decolonial e de ética de cuidado implicado nessas ecologias.

Através dessas experiências agroecológicas das mulheres Sem Terra, pude compreender os sentidos de uma das frases que vi escrita em uma das cartilhas das Jornadas de Agroecologia, que dizia: “a gente cuida da Terra e a Terra cuida da gente”. As Sem Terra cuidam da terra ao produzir os alimentos ecológicos, através de manejos ecológicos e produções ecológicas de alimentos, e recebem esse cuidado da Terra de volta, tanto através dos alimentos fornecidos pela Terra, do dinheiro que recebem através das vendas desses produtos e também através da saúde física e mental que recebem de volta, ao desenvolver esse tipo de experiência. A figura abaixo demonstra simbolicamente essa representação de intercâmbio e troca mútua de cuidado entre a Terra e os humanos:

FIGURA 21 - REPRESENTAÇÃO DO QUE DENOMINO DE UMA MULHER TERRA DESDE OS IMAGINÁRIOS SOCIAIS DAS SEM TERRA



FONTE: Extraído de: <http://www.mst.org.br/encontro-nacional-setor-saude-mst/>. Encontro nacional do setor de saúde do MST. 2018.

Constrói-se, dessa forma, uma cosmovisão dinâmica e interativa retroativa de sanação dos corpos-territórios das mulheres, do conjunto dos humanos e das naturezas não humanas da Terra. Em retroação complexa, esses diferentes sujeitos se cuidam, e se regeneram mutuamente. Ao cuidar da Terra, ela cuida da gente. A Terra, entendida como um corpo-território vivo, responde ao cuidado regenerativo, através da fertilidade, boas colheitas, boas sementes, equilíbrio ecológico, etc. de forma análoga ao que se passa com os corpos-territórios das mulheres. São relações de empatia e de afeto mutuo que se baseiam em noções éticas de cuidado:

J: porque daí a gente vai lidar com mais carinho, a gente está lindando ali na verdura a gente está lidando com carinho, a gente sente que não tem nada de ruim nas verduras, é assim. [...] Então a gente está ali conversando com os bichinhos, a gente zela por eles. É tão gostoso. É uma relação boa. (ENTREVISTADA JASMIM. Informação verbal)

A Terra, longe de um objeto passivo, passa a se reconstruir como ente vivo, um corpo-território dinâmico e pulsante de vida, que interage com os corpos-territórios das mulheres, dos humanos e não-humanos, respondendo ecologicamente, de acordo com os comportamentos e intervenções humanas recebidas destes:

A: O que muda na relação com a terra? É demais o que muda. A terra é um ser vivo, primeira coisa. Não é algo para você exaurir e tirar lucro, mas é um ser vivo, que tem muita vida dentro dela e que se pode construir muita vida a partir dela. Na natureza, todos podem viver, tem espaço para todos, é o equilíbrio. (ENTREVISTADA ARAUCÁRIA. Informação verbal)

Trata-se, portanto, da construção de uma relação afetiva, emocional, cosmogônica e ética de inter-relação dialógica com a Natureza. Essa relação coloca em cena humanos e não humanos na construção de outras relações, reflexivas, pluralistas e não exploratórias consigo mesmos e com a natureza, como categorias constitutivas das racionalidades socioambientais (BRANDENBURG, 2012), ecofeministas (PULEO, 2013; SHIVA; MIES, 1993; WARREN, 1996) e decoloniais (LUGONES, 2008; 2014), que elas estão construindo através de suas experiências agroecológicas.

Araucária conclui essas reflexões, afirmando que as Sem Terra ainda precisam aprofundar o entendimento coletivo sobre a relação do corpo da mulher com a Terra. Ela correlaciona práticas de agricultura convencional masculinizadas, que primam pela exaustão e violência sistemática do corpo-território da Terra com as violências físicas, simbólicas e com os usos instrumentais dos corpos-territórios das mulheres Sem Terra:

A: Então aqui, o que a agroecologia trás para nós. Eu acho que aqui nós com as mulheres nós temos muito que trabalhar essa coisa da terra. [...] O que é a terra para a agricultura convencional, para o agronegócio? A terra é um ser para ser explorado, e um objeto de lucro. Aqui, terra é igual a lucro. Então eu vou exaurir a terra. Eu vou exaurir, eu vou por tudo que for preciso para eu tirar dela tudo que eu puder, enquanto ela me devolver. Essa é uma relação que se tem com a terra [...] (ENTREVISTADA ARAUCARIA. Informação verbal.)

Mediante tais reflexões, Araucária problematiza: como desenvolver outras relações de cultivo dos corpos-territórios da terra e dos corpos-territórios dos sexogêneros, materializando relações sociais pluralistas, democráticas e que não sejam para exauri-los. Para isso, as relações ecológicas que estabelecem através da agroecologia tem lhes gerado algumas pistas: “Então eu acho que a agroecologia ela pode ajudar nós do campo muito para nós entender na vida”. (ENTREVISTADA ARAUCÁRIA. Informação verbal) Nessa esteira, Dona Rosa Vermelha reforça essa argumentação de Araucária afirmando que:

RV: mas a agroecologia também, porque nós não vamos pensar na dizimação dos outros seres vivos que não é o homem. Por isso que a agroecologia é importante. Porque a monocultura e o veneno, eles diz que só tem que ter uma, duas, ou três qualidade de vida no mundo, ou é só o soja, ou só o milho, não tem lugar para outra coisa. Então na agroecologia nós dissemos que tem lugar para todos os seres vivos. Tem a cadeia alimentar, que uns vão comer os outros, mas eles vão ter todo direito e sobreviver ali e o homem também. O homem está dentro desses bichos, que a gente quer que sobreviva né, que tenha a sua liberdade, que tenha outra jeito de vida, mas que sobreviva né. (ENTREVISTADA DONA ROSA VERMELHA. Informação verbal)

Emergem, através dessas agências coletivas, discursividades éticas, democráticas e populares que buscam, através da leitura e da interpretação da ecologia biodiversa da Terra, construir interpretações possíveis para a construção de éticas democrático populares pluralistas entre os humanos da Terra, capazes de interseccionalizar classe, sexo-gênero e raça na construção de relações sociais mais igualitárias e humanistas.

Para reforçar essas construções ecofeministas, em campo também observei que as Sem Terra têm acionado representações sociais positivadas referentes à mulher nutridora, ou à Mae Terra (PULEO, 2013), como meio pedagógico de chamar a atenção e problematizar com a sociedade tanto as violências e as desigualdades presentes nas relações de gênero, quanto atentar para as violências das relações com o corpo-território da Terra.

Em contraposição às sementes transgênicas e à dependência das sementes de empresas transnacionais, elas correlacionam a atividade de conservação de sementes crioulas com a reprodução humana, e com as representações simbólicas que acionam a noção de mulher nutridora (PULEO, 2013), como representação social simbólica da mulher que defende, guarda e cultiva a vida:

IA: na verdade quem faz agroecologia é as mulher mesmo.

G: é, realmente né, porque a mulher é a guardiã das sementes né.

IA: da vida né.

G: tanto da semente humana quanto da... Você pode ver que você vai nesses interior, que nem essas senhorinhas, vai conversar com elas, elas tem uns vidros lá com cinzas, com coisarada, mas elas estão guardando para proteger as sementes né. Então eu acho que se não fosse isso eu acho que muitas sementes nem existia. (ENTREVISTADAS IPE AMARELO E GRANDFLORA. Informação verbal)

Notei que elas têm acionado esses essencialismos da mulher nutridora de forma estratégica, positiva e politizadora em sentido pedagógico, de forma análoga às experiências realizadas pelas mulheres ecologistas da Índia, como analisado por Vandana Shiva (1993), como forma de apelar para a defesa das sementes crioulas e da agroecologia, de forma análoga ao que Valdete Boni (BONI, 2012; BONI et al. 2017; PAULILO; BONI, 2017) identificou com as mulheres camponesas agroecologistas do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina.

A colonialidade da natureza e de gênero, bem como representações simbólicas femininas de desqualificação da natureza, da maternidade, da reprodução através da racionalidade moderna instrumental e patriarcal (PULEO, 2013) são aqui tensionadas

pela construção de subjetividades ativas femininas, que se afirmam como representações simbólicas positivas e estratégicas, identificando-se como mulheres mães, produtoras, mantenedoras e regeneradoras da vida. Acionar esses estereótipos da mulher nutridora, para elas, tem um sentido decolonizador do ser, do poder e do seu saber como mulheres, ao mesmo tempo, pedagógico, ambientalista e anticapitalista.

Essas subjetividades ativas acionam categorias histórica e culturalmente associadas ao feminino como meio de desqualificação e domínio das mulheres (PULEO, 2013; WARREN, 1996; SHIVA; MIES, 1993), tais como maternidade, cuidado com a família, reprodução, sementes e natureza de forma positivada e positivadora, como categorias portadoras, defensoras e cultivadoras de vidas. Elas não abrem mão dessas categorias e simbologias binárias e associadas historicamente ao feminino. No entanto, como saída ecofeminista anticapitalista, elas positivam e ressignificam de forma pedagógica e democrática o uso dessas representações sociais, no sentido de construir a valorização de si como mulheres produtoras de alimentos saudáveis, soberania e segurança alimentar e nutricional, e de saúde para a sociedade, atentando para a democratização da terra, da agroecologia, da alimentação saudável e do cuidado com a vida.

Há aqui uma valorização e uma defesa substantiva da vida, que envolve afeto, emoção, prazer, satisfação, realização, reconhecimento e amorosidade, que se dá em conjunto com as argumentações políticas anticapitalistas e anticolonialistas. Essas práxis sociais constituem, dessa forma, emergências de racionalidades socioambientais (LEFF, 2014; BRANDENBURG; FERREIRA, 2012) e ecofeministas (PULEO, 2013; WARREN, 1996; SHIVA; MIES, 1996) Sem Terra.

Através dessas práxis e racionalidades, elas ultrapassam dicotomias e binários de sexo-gênero, e emergem como éticas ecofeministas democráticas, pluralistas e decoloniais, que se caracterizam pelo seu caráter diversificado, pluralista, comunitário e coletivo, o que implica em contemplar as relações coletivas que se estabelecem no e com o Movimento Social e com a sociedade como um todo. Alicea Puleo (2013) destaca a relevância das mulheres na promoção e tensionamentos sociais de promoção de perspectivas socioecológicas de vida e, corroborando Tronto (2007), problematiza que:

Não se deve pedir às mulheres para serem as principais cuidadoras do meio ambiente. Não seria justo pedir aos que estão em situação de desvantagem

que se esforcem mais do que aqueles que estão em situação privilegiada. [...] Por isso me parece essencial a existência de projetos ambientais que não façam sacrifícios às mulheres, mas, pelo contrário, favoreçam seu empoderamento.<sup>99</sup> (PULEO, 2013, p. 18-20, tradução nossa)

Esse cuidado com a vida emergente através de suas agências e experiências agroecológicas se constrói como uma ética ecofeminista e democrática de cuidado, tal como discutido por Puleo (2013), Gilligan (2013), Tronto (2007; 2013), Carrau e Le Goff (2010), Paperman e Moliner (2013), na medida em que reivindica transformações coletivas e ampliadas das relações em sociedade. Essa ética do cuidado com a vida emergente através dessas experiências agroecológicas protagonizadas pelas mulheres, impacta os sentidos da Reforma Agrária Popular, e emerge como justificativa à demanda da atual persistência da necessidade da Reforma Agrária no Brasil.

De forma análoga ao que Pinheiro (2004) e Brandenburg (2010) já analisavam nas experiências agroecológicas inscritas no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia da Região Metropolitana de Curitiba, identifiquei uma perspectiva de projeto de vida emergente através das experiências agroecológicas protagonizadas pelas mulheres Sem Terra: “IR: ah ela é o futuro da gente, que a gente pode melhorar através disso [...] para deixar para os filhos também [...]” (ENTREVISTADA IPE ROXO. Informação verbal). Nessa esteira, em famílias jovens uma correlação entre processos migratórios para fora das cidades, entendidas como ambientes estressantes, doentios, para territórios rurais em acampamentos e assentamentos rurais, como estratégias de recampesinação (PLOEG, 2008) e como projeto de vida:

P: é, porque nosso plano de vida [...] Eu acho que vai ser o futuro, porque as pessoas vão cansar de se envenenar, ter uma vida que você tem na cidade é muito estressante, as pessoas estão buscando isso. Eu acho que futuramente o orgânico, a agroecologia... porque a gente está em um pouco que a gente vai ter que cuidar da natureza, porque a agroecologia é isso né, é um meio, porque você tira, mas você repõe na terra também né, do jeito certo, então para mim é isso, é uma forma sustentável de viver também. (ENTREVISTADA PALMAROSA. Informação verbal).

Como possibilidade de recampesinação, essas experiências passam a constituir projetos de vida, entendidos como estratégias de reprodução social camponesa popular, diante de alternativas socioambientais infernais (ACSELRAD;

---

<sup>99</sup> *No se debe pedir a las mujeres que sean las principales cuidadoras del medio ambiente. No sería justo solicitar a quien se halla en situación de desventaja que haga mas esfuerzo que quien se encuentra em situación privilegiada. [...] Por eso me parece esencial que exitan projectos medioambientales que no piedan sacrificios a las mejeres, sino que, por el contrario, favorezcan su empoderamento.* (PULEO, 2013, p. 18-20)

MELLO; BEZERRA, 2009). Ressignifica-se assim os sentidos contemporâneos de defesa da Reforma Agrária no Brasil, como potencial resistência construtora de existências humanizadoras, frente a situações de vida colonialistas e desumanizadoras. Aqui, é importante destacar o caráter feminista, democrático e coletivo dessas construções:

A: Porque que eu falo isso, porque agroecologia só existe com organização coletiva. Agroecologia não se sustenta no trabalho camponês individual, mas ela consegue se sustentar e produzir resultado se em algum momento ela se coletiviza. [...] Quando nós nos encontramos na coletividade nós nos relacionamos e essas relações, é preciso que a gente aflore esse outro jeito de fazer a produção, e que a gente explicita as diferenças no jeito de produzir orgânico, agroecológico (ENTREVISTADA ARAUCÁRIA).

Dessa forma, a defesa da Reforma Agrária, se torna um ato coletivo de defesa da vida, defensável não apenas para as mulheres ou parte de seus lotes, mas antes como estratégia de viabilização coletiva da Reforma Agrária Popular na contemporaneidade. O que ocorre através de suas experiências agroecológicas territorializadas, do desenvolvimento de formas cooperadas de produção e comercialização, e da conexão entre essas experiências com redes de movimentos sociais ecológicos.

Os sentidos políticos socioambientais e ecofeministas coletivos dessas ecologias também foram nutridos, criados e aprimorados através de redes de movimentos ecológicos e de redes sociotécnicas ecológicas, que encontraram nas Jornadas de Agroecologia do Paraná, um lócus privilegiado de criação e expressão para as mulheres:

DL: [...] porque em alguma medida no início das Jornadas nós estávamos nos apropriando desse debate. De entender o que é a agroecologia, dela ser um projeto amplo, político, muito mais que mudar uma matriz tecnológica, mudar um jeito de viver. Então esse conceito esse conceito foi sendo apropriado ao longo dos anos, à medida que a gente começou a entender isso como uma mudança de comportamento, uma mudança profunda dos homens e das mulheres, esse debate foi se materializando também. (ENTREVISTADA DENTE DE LEÃO. Informação verbal)

Dentro disso, as mulheres tiveram um papel central, porque, segundo Dente de Leão, as mulheres conseguiram entender esse projeto, se apropriar e criar experiências:

DL: [...] de conseguir perceber do que nós estamos falando quando nós falamos que a agroecologia ela é uma proposta de mudança de comportamento, ela é uma proposta de vida. [...] A gente construiu uma cultura contra-hegemônica importante. Então como a gente reflete o nosso jeito de entender o mundo e o jeito das mulheres ver o mundo, também na

nossa produção cultural. [...] Essa proposta da agroecologia, ela se deve muito a isso, e essa nossa capacidade de colocar na subjetividade dos processos também essa mensagem da agroecologia. Vai desde o ponto de vista da estética, do comportamento, da linguagem que se usa e isso se deve muito às mulheres. (ENTREVISTADA DENTE DE LEÃO. Informação verbal)

Dessa forma se entende que as mulheres tiveram e continuam a ter um papel central na inserção de uma noção ética coletiva de cuidado com a vida também nas Jornadas de Agroecologia:

J: [...] Eu acho que é um pouco disso que a gente tentou imprimir nas Jornadas de Agroecologia aqui, é esse cuidado com a vida, cuidado com a educação, cuidado com a formação, cuidado com todos os outros seres todos que vem para cá. (ENTREVISTADA JATOBÁ. Informação verbal)

De forma que essa noção ética de cuidado com a vida, emergente através dessas experiências agroecológicas protagonizadas pelas mulheres Sem Terra, vai compondo categoria de construção do projeto camponês popular para o campo, da agroecologia e da defesa da Reforma Agrária, para os múltiplos espaços onde elas atuam, o que inclui as Jornadas de Agroecologia e as redes de movimentos sociais ecológicos.

Em síntese, as Sem Terra destacam os sentidos de promoção da saúde e do cuidado com a vida através das experiências agroecológicas que praticam, que portam. Por meio dessas agências, elas reivindicam a ecologização da Reforma Agrária, como meio de democratização do cuidado com a vida, de seus territórios de vida da sociedade de forma geral.

## 5.5 O RECONHECIMENTO DA AUTORIA DAS MULHERES SEM TERRA NA ECOLOGIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ

Neste subcapítulo podemos analisar como as mulheres Sem Terra foram se construindo como protagonistas das experiências agroecológicas emergentes em territórios de Reforma Agrária no Paraná. Ao longo dos anos 2000, elas construíram experiências agroecológicas em seus territórios de vida, se organizaram enquanto setor de gênero, se fortaleceram enquanto agência e subjetividade ativa feminina, e impactaram a construção das Jornadas de Agroecologia no Paraná.

A interlocutora Dente de Leão analisa que as feiras que acontecem hoje nas Jornadas de Agroecologia, envolvendo a participação das mulheres seja na execução, formulação e/ou gestão, são expressões e resultados da organização sociopolítica e



socioproductiva dos coletivos de mulheres que atuam nos territórios da Reforma Agrária do Paraná:

DL: [...] É uma participação massiva das mulheres [...] é um tema que atrai as mulheres, que é quem lá na prática constrói esse debate e a prática do alimento saudável, da produção dos alimentos em si no lote, do cuidado com a semente, do cuidado com a vida, então a temática geral da jornada ela é atrativa para as mulheres (ENTREVISTADA DENTE DE LEÃO. Informação verbal)

Quando as mulheres vêm para a organização das Jornadas, elas trazem consigo também os impactos dessa organização coletiva feminista, que se articula a redes de movimentos sociais feministas e ecológicos em nível estadual, nacional e internacional. Quando elas vêm para as Jornadas, elas vão abrindo espaços de debate e intervenção interseccional de gênero nesse evento, a partir da inserção delas nas várias dimensões da construção das Jornadas:

DL: que as mulheres ao longo das Jornadas elas foram se inserindo nos processos organizativos centrais das Jornadas. Por exemplo, desde você pegar um espaço como um espaço de coordenação [...]. Boa parte da atuação desde a construção até nas Jornadas elas são fortemente protagonizadas por mulheres em todas essas frentes se a gente for olhar nos processos. E não é mais uma questão de necessidade. Ah porque a gente precisa ter mulher no processo... é porque as mulheres foram se percebendo nesses espaços e construindo esses espaços. Então é uma cultura política que foi se fortalecendo. (ENTREVISTADA DENTE DE LEÃO. Informação verbal)

Para que essas agências femininas pudessem se tornar possíveis nesses espaços, elas precisaram abrir fendas na dominação colonialista e patriarcal ainda presente nesses espaços. Ao romperem com as cercas da monocultura do pensamento e das práxis colonialistas patriarcais nesses espaços, elas rompem com relações de gênero colonialistas e patriarcais, assumem lideranças políticas e de grupos produtivos; constroem circuitos curtos agroalimentares ecológicos e constroem as Jornadas de Agroecologia. Decolonizam-se, dessa forma, como ser, saber e poder de gênero, e retecem-se como mulheres ecologistas e ecofeministas, assumindo as autorias dessas experiências agroecológicas.

Esses dados de campo confirmam e corroboram os estudos de Esmeraldo (2013), Jalil, Esmeraldo e Oliveira (2017), Schwendler (2015) e de Siliprandi (2015), em que a partir de diferentes experiências e visões, essas autoras identificam que é pela ação sociopolítica organizada das mulheres que elas conseguem desconstruir desigualdades e invisibilidades de sexo-gênero, e pautar reconhecimento, valorização e visibilização de suas agências na construção da agroecologia.

Outrossim, em que pese os avanços feministas ecológicos coletivos, identifiquei persistências de visões de mundo e de práxis sociais colonialistas e patriarcais ainda presentes no contexto das Jornadas de Agroecologia. Essas práxis sociais não interseccionalizam gênero no conjunto das reflexões sociopolíticas e atividades práticas vivenciadas a partir desses eventos. Por conseguinte, geram invisibilidades e ausências do reconhecimento das autorias das mulheres Sem Terra na construção das experiências agroecológicas em territórios de Reforma Agrária no Paraná.

Ao traçarmos as trajetórias das Jornadas de Agroecologia, para buscar compreender os porquês dessas ausências e invisibilidades de gênero nesses eventos, identifiquei em campo que nas regiões onde havia organização social das mulheres em redes de movimentos sociais feministas, bem como trabalhos sociopedagógicos de gênero internalizados nas organizações e movimentos sociais mistos, esse debate apareceu como pauta política nas Jornadas de Agroecologia, como foi o caso das Jornadas de Agroecologia realizadas em Francisco Beltrão e Cascavel. O Mesmo não acontecendo para outras regiões e territórios, onde debates de gênero e redes de movimentos sociais feministas estiveram frágeis ou ausentes. “J: [...] Então é isso, debater gênero nas Jornadas foi uma coisa presente e em alguns momentos um pouco mais distante.” (ENTREVISTADA JAMBOLÃO. Informação verbal)

Nos territórios onde houveram debates de gênero nos discursos das Jornadas, identifiquei que isso se tornou possível a partir da demanda organizada das mulheres através das redes de movimentos sociais feministas, e também organizadas em redes feministas, participantes de movimentos sociais mistos, tais como Movimento Sem Terra, ASSESOAR, Movimento de Pequenos Agricultores, Movimento de Atingidos por Barragens, Rede Ecovida, e também do Movimento de Mulheres Camponesas, além da presença de mediadoras das universidades estaduais e federais de cada região, tais como Unioeste, UEL, EMATER e UFPR.

Macela, representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Marmeleiro nos descreveu um histórico do Movimento de Mulheres Agricultoras do Sudoeste do Paraná e nos contou como, a partir de projetos sociais, elas criaram grupos de mulheres camponesas em várias cidades do Oeste e Sudoeste do Paraná no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, culminando com a eleição de uma deputada estadual, Luciana Rafagnin: “M: [...] e a gente fez inclusive muitas atividades em

conjunto com o MMC [...] a gente fez até um curso de agroecologia juntas. [...] ela trabalhava bastante essa questão política pela UFFS.” (ENTREVISTADA MACELA. Informação verbal)

O fato de existirem esses grupos de mulheres organizados em redes feministas no Sudoeste do Paraná, foi o que assegurou que elas conseguissem pressionar, pautar e sustentar a inclusão do tema da violência contra as mulheres nas Jornadas de Agroecologia realizadas no Oeste e Sudoeste do Paraná:

M: [...] Quando nas jornadas de Beltrão, se debatia o tema da violência contra as mulheres. Porque também na época nós estava com as conferências municipais e regionais os conselhos de mulheres. [...] Foi o sindicato, porque quem organizou a conferência, foram todas as entidades que tinham trabalho com as mulheres. Tinha a UNIOESTE, tinha a UNICAFES, tinha a M. L. que sempre teve essa compreensão da necessidade de se trabalhar com esse tema da violência contra as mulheres e nós pautamos isso também [...] Aí na região a gente discutiu em vários espaços essa questão da violência. (ENTREVISTADA MACELA. Informação verbal)

A ASSESOAR é outro ator importante na construção tanto da temática de gênero quanto da própria agroecologia nesses territórios, o que se refletiu também na atuação feminista diferenciada dessa organização nas Jornadas de Agroecologia, tal como nos contaram Jatobá e Andiroba:

J: [...] aqui na região era a ASSESOAR que puxava essa discussão e nós se identificávamos com essa discussão. [...] nisso a ASSESOAR se juntava no Sul do Brasil com o debate da agricultura orgânica e na criação de uma rede, que hoje é a Rede Ecovida de Agroecologia né.  
[...] a ASSESOAR sempre participou da Rede TA-Sul, dos debates das tecnologias alternativas em nível de Brasil e em nível de Sul [...] Nós temos o núcleo Sudoeste da Rede Ecovida de Agroecologia aqui. [...] e todos esses debates eles tinham muito forte a questão da agroecologia, questões de gênero e da juventude. Então isso automaticamente vai para dentro das Jornadas. (ENTREVISTADA JATOBÁ. Informação verbal)

Nesse trabalho sociopolítico e produtivo com as mulheres descreveram processos organizativos territoriais de redes de movimentos feministas territoriais e que agenciavam naquele contexto em que, a partir de diferentes atoras e olhares, elas conseguiram pautar a temática de gênero nessas Jornadas de Agroecologia:

J: então, muito próximo com o MMC. Por um longo período, o MMC sempre estava muito presente aqui conosco, principalmente com o pessoal do Oeste de SC e também com o movimento sindical e os coletivos das mulheres dos sindicatos dos trabalhadores rurais.

A: e o GT de gênero da Rede né.

J: isso, o GT de gênero da Rede Ecovida e da Articulação Nacional de Agroecologia também. Nós fizemos parte por muito tempo. Na própria Rede Ecovida nós somos umas das protagonistas de estar sempre levando e fazendo seminários, a tentativa da inclusão das mulheres e assim nos mais

diversos espaços que a gente está presente. [...] (ENTREVISTADAS JATOBÁ e ANDIROBA. Informação verbal)

Esse trabalho da ASSESOAR intersecciona gênero, classe, juventude e agroecologia desde o início dos anos 2000. E com os acúmulos que vinham tendo na intersecção dessas temáticas, buscaram intervir nas Jornadas de Agroecologia:

J: [...] Então me parece que as Jornadas tinham muito disso, elas tinham muito do que a gente estava fazendo de fato. Ela foi a expressão do que a região tinha de bom para mostrar, e nós tínhamos aqui o movimento agroecológico, nós tínhamos aqui a organização das mulheres, esse debate da inclusão das mulheres e dar o poder as mulheres, e segue até hoje. A festa das sementes segue até hoje, e eu acho que isso é muito lindo. Por exemplo, a questão das sementes, a ideia de partilhar, cada um traz a sua semente para doar, traz um pouco de si para doar. Isso é extremamente feminino né. É uma característica extremamente feminina que para mim isso é um impacto muito grande para dentro das jornadas. Não precisa necessariamente a presença de uma mulher, mas o ato em si ele traz essa lógica. Que era a lógica de você esparramar um monte de sementes e dizer que essas sementes que estão ali são sementes de feijão, de milho, de trigo, mas tem outras sementes, inclusive de gente, que a gente precisa preservar, precisa considerar, que a gente precisa cuidar (ENTREVISTADAS JATOBÁ E ANDIROBA. Informação verbal)

Dessa forma, compreendo que essas Jornadas de Cascavel e Francisco Beltrão, com especial ênfase à atuação da ASSESOAR e das redes de movimentos sociais feministas territoriais e nacionais, com expressão também para a participação delas na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), foram fundamentais para pautar gênero como interseccionalidade dos debates realizados naquelas edições das Jornadas.

Esses dados de campo corroboram análises de outros estudos feministas de mulheres rurais e agroecologia, em que as autoras destacam a importância das redes de movimentos sociais feministas internacionais, nacionais, territoriais e locais, para que se conseguisse pautar a interseccionalidade de gênero na construção da agroecologia (BUTTO, 2017; SILIPRANDI, 2015; ESMERALDO, 2013).

Entretanto, em Londrina, as Jornadas de Agroecologia chegaram em 2010 em um contexto de ocupações de terra e de regulação fundiária de novos assentamentos rurais (Eli Vive I e II), onde a presença do MST na execução da Jornada foi destacada. Nesses contextos, estavam em construção os coletivos de mulheres dos acampamentos e assentamentos Eli Vive I e II. Esses coletivos produtivos de mulheres participaram das Jornadas de Agroecologia, por meio da produção e comercialização de artesanatos na feira, pois naquele momento aquelas ainda estavam iniciando suas produções agroecológicas. Dessa forma, diferentemente das

Jornadas do Oeste e Sudoeste, em Londrina elas não conseguiram incidir diretamente nas pautas e nos discursos sociopolíticos da Jornada e nem interseccionalizar gênero nos debates coletivos.

Outrossim, é relevante destacar das Jornadas de Londrina, o crescimento da participação das mulheres na coordenação da Jornada e nas feiras. Através dessas Jornadas, as mulheres conquistam certa ampliação de suas capacidades de agenciamento coletivo nesses espaços, manifestas no domínio das experiências agroecológicas, da formação de grupos produtivos, feiras e organização das Jornadas, não conseguindo ainda se pautar como categoria socioteórica e sociopolítica interseccional da centralidade dos discursos de agroecologia propalados através dessas Jornadas. A entrevistada Hibiscus de Londrina reforça esses argumentos, apontando como desafios às Jornadas de Agroecologia:

H: [...] justamente seria levar esses desafios nossos para dentro das Jornadas. [...] E os espaços dentro das Jornadas com os coletivos ainda é pequeno né. [...] das mulheres. [...] é dito, todas têm. Mas nada que tipo aprofunda. É sempre passado. Eu lembro que eu participei. Mas assim, sempre acaba ficando em segundo plano, não é uma coisa que é destaque na Jornada, tanto que a gente não consegue te dizer. Foi falado, foi dito, tem, mas com destaque não. (ENTREVISTADA HIBISCUS. Informação verbal)

Na Jornada de Irati, realizada em 2015, se reproduziram ausências da temática de gênero nos debates. Buscando compreender em nível local os porquês dessas ausências, uma das interlocutoras locais argumentou que isso se deve em virtude de fragilidades político-organizacionais das mulheres:

AM: Ai talvez quando você coloca no discurso das Jornadas talvez essa discussão de gênero não tenha aparecido com força [...] agora eu acho que se esse discurso não aparece também é sinal de uma fragilidade do setor de gênero, enquanto pautar uma coisa específica. (ENTREVISTADA ARNICA MONTANA. Informação verbal)

De fato, nessa região, não se pode identificar movimentos feministas mais organizados e que tenham conseguido pautar gênero nessa edição da Jornada.

Na tentativa de tensionar tais ausências de gênero dos discursos desses eventos, desde a Jornada da Lapa (2017) até a Jornada de 2019 em Curitiba, as mulheres organizadas em redes de movimentos sociais feministas vêm conquistando espaços específicos para debates de gênero nesses eventos, tais como como plenárias, seminários, oficinas e rodas de conversas, onde tem-se debatido o tema gênero, mulheres e agroecologia. Esses espaços contaram com a participação de mulheres de movimentos ecológicos e de movimentos e redes feministas, tais como

Sempre Viva Organização Feminista (SOF), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), e Associação Brasileira de Agroecologia (ABA).

Dessa forma, nessas últimas Jornadas, tal como já identificado no caso do Oeste e Sudoeste do Paraná, também destaca-se a atuação dessas redes feministas e ecologistas nacionais, sobretudo da Articulação Nacional de Agroecologia, na capacidade de ampliação do escopo feminista e ecologista de intervenção interseccional de gênero dentro das Jornadas de Agroecologia no Paraná. Corroboram, dessa forma, aqui também os estudos de Siliprandi (2015), Esmelrado (2013) e Butto (2017), em que se destaca a relevância dessas redes de movimentos sociais feministas e ecologistas na construção de maior igualdade de gênero, tanto para fora quanto para dentro dos movimentos sociais do campo e ecológicos.

No ano de 2017 houve debate de gênero em uma mesa central, porém, de forma superficial. Em 2018, houve um debate em uma conferência específica sobre mulheres, agroecologia e soberania alimentar, onde foi possível debater agroecologia e gênero a partir de diferentes experiências e pontos de vistas, reunindo mulheres Sem Terra, indígenas, quilombolas e ativistas sociais da agroecologia. Dessa mesa, foi avaliado que gênero deveria ter sido pautado em uma mesa central. Em 2019 novamente houve pressão das mulheres para pautar gênero e agroecologia como temática de mesa central. Dessa forma, conquistou-se um espaço feminista de fala em uma mesa central, onde a interlocutora pôde interseccionalizar gênero, mulheres e a conservação das sementes crioulas. No entanto, em virtude de mudanças na organização do evento, essa mesa acabou sendo realizada em espaços específicos novamente. Além disso, nos demais espaços dessa Jornadas, gênero ainda acabou sendo debatido somente em espaços específicos, sem interseccionalizar gênero no conjunto das ações e debates da Jornada.

Esses dados evidenciam ampliação das capacidades de agencia coletiva e organizada das mulheres em redes de movimentos ecológicos e feministas nas Jornadas. No entanto, embora se identifique maior abertura à inclusão interseccional da temática gênero nesses espaços, isso ainda não assegura a assunção dessa categoria como interseccionalidade nas análises e construções sociais da agroecologia e nem permite o reconhecimento pleno das autorias das mulheres Sem Terra na construção da agroecologia em territórios de Reforma Agrária no Paraná.

Analisando outros aspectos dos porquês dessas ausências de gênero e das ausências desse reconhecimento das autorias das mulheres acerca dessas

experiências agroecológicas nesses espaços, também identifiquei que corrobora para a persistência de tais invisibilidades a persistência da reprodução social de marcos teórico-conceituais e discursos sociais eurocêntricos e patriarcais, que assumem a categoria classe social como centralidade da transformação social, e que relegam a segundo plano, de forma hierárquica e marginal, como “especificidade”, as categorias gênero e raça:

J: esse é o discurso do movimento né, que os problemas de gênero, do racismo se resolve na medida em que a classe avançar. [...] Só que não dá para ser. Eu na minha opinião eu acho que se supera a questão de classe, mas você tem que ir trabalhando essas questões específicas, e tem que trabalhar, é um assunto espinhoso e muitas vezes não tem eco nas organizações, principalmente no movimento que eu posso dizer que eu acompanhei mais. (ENTREVISTADA JATOBÁ. Informação verbal)

No âmbito das Jornadas, segundo as interlocutoras de pesquisa, questões de gênero têm sido abordadas como categorias culturais, específicas e, por isso têm sido secundarizadas:

J: é eu vejo dessa forma, nunca como temas centrais, sempre embutidos ou nas laterais. Não é algo que você discute como tema central, pelo menos das atividades que eu acompanhei. E mesmo nas atividades do MST é um tema espinhoso, você puxar uma pauta, de você fazer um trabalho diretamente sobre a questão de gênero, sobre a questão das mulheres, sobre violência. Não toma eco, fica aparecendo: não isso está no contexto, mas não precisa debater isso especificamente. Tem isso dentro do próprio movimento, e é uma coisa que sempre me incomoda. [...] percebo que a questão de gênero e identidades sempre foi meio que... está na pauta mas não está, discute superficialmente, fica por último, alguma coisa pontual. (ENTREVISTADA JATOBÁ. Informação verbal)

O uso de tais lentes teóricas oculta, dessa forma, ausências e invisibilidades de gênero como categoria interseccional na construção da agroecologia e do Projeto Camponês Popular, e impedem que se torne visível o reconhecimento das autorias das mulheres Sem Terra na construção das experiências agroecológicas presentes hoje territórios de Reforma Agrária no estado do Paraná.

Corrobora com essa argumentação o fato de ter identificado a campo leituras sociais que não consideram relevante pautar-se gênero como interseccionalidade em atividades específicas e no conjunto dos discursos das Jornadas de Agroecologia:

DL: isso, porque eu acho que isso também é da nossa concepção de inserção e de construção das mulheres nesses espaços. Que é isso, a gente não quer, o feminismo para nós é parte da construção orgânica da agroecologia e de um processo socialista. Então a nossa concepção de construção dos processos ela compreende todos os sujeitos inseridos dentro desses processos (ENTREVISTADA DENTE DE LEÃO. Informação verbal)

No entanto, as argumentações das interlocutoras acima citadas são questionadas pelas mulheres Sem Terra e da Via Campesina, e pelo Feminismo Camponês Popular, os quais desde o início dos anos 2000 reivindicam a interseccionalidade de gênero em classe nas construções deste movimento social, tal como nos elucidam o estudo de Schwendler (2015). Essas concepções feministas camponesas populares foram reafirmadas no primeiro Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra, realizado em Brasília em março 2020:

Esta concepção do feminismo baseia-se na análise de que as mulheres camponesas estão dentro de uma sociedade de classes, que é a origem da sua exploração, dominação e opressão, e que é sustentada por uma sociedade capitalista baseada no colonialismo, no patriarcado e no racismo. E, portanto, esta construção do feminismo luta contra este modelo econômico, social e cultural e seus não valores. (MST, 2020, não paginado)

Dessa forma, as mulheres Sem Terra reafirmam há pelo menos 20 anos consecutivos (2000-2020), o caráter interseccional de interpretação das relações sociais a que se situam, contemplando gênero e classe em suas concepções feministas.

Entretanto, apesar de tais reafirmações feministas coletivas nacionais no âmbito das Jornadas de Agroecologia, essa concepção interseccional de gênero, classe e raça ainda não é plenamente compreendida e nem assimilada pela totalidade das práticas e dos discursos propalados através das Jornadas: “J: porque, uma leitura que eu faço agora, é me parece que quando você resolver as questões da classe as outras se diluem”. (ENTREVISTADA JATOBÁ. Informação verbal). Ao afirmar e reproduz essa visão de mundo, não haveria razões para debater-se gênero e raça, haja vista que quando da dissolução das desigualdades de classe, as desigualdades de gênero e raça “automaticamente” também se dissolveriam. O que não se confirma pela práxis social vigente. O fato é que quando isso acontece, desigualdades de gênero acabam por ser ocultadas e invisibilizadas em meio às demais pautas e tensões política, ditas “centrais e mais emergentes”, através das Jornadas. É essa invisibilidade que obscurece o reconhecimento, a valorização e a visibilidade das autorias das mulheres Sem Terra na ecologização da Reforma Agrária.

Nesse bojo, a interlocutora Ipê Amarelo reconhece que ainda falta às mulheres Sem Terra reconhecer a sua importância, centralidade e a autoria delas na construção da agroecologia no Estado do Paraná:



IA: [...] E dentro da agroecologia [...] eu sempre vou lá trás, quando veio a questão da revolução verde com os agrotóxicos. Os homens deixavam os cantinhos mais feios para as mulheres produzir as bobagens. Então, essa palavra eu nunca vou esquecer essa palavra, Quando eu estava no Sindicato, mesmo na Assesoar, diziam: **mas deixa lá um cantinho para plantar as bobagens das mulher.** E nunca se percebia que era essas bobagens que alimentavam a família. [...] Se hoje nós temos esses poucos avanços na agroecologia é porque teve as mulheres que foram as guardiãs das sementes. [...] E são protagonistas de produzir alimentos, pensando primeiramente na família [...] Mas que isso foi pensado pelas mulheres muitas delas ainda não tem noção disso. Elas tem o conhecimento de produzir para alimentar, mas elas não tem noção de qual o peso disso, da importância que isso tem para um projeto maior de sociedade. (ENTREVISTADA IPE AMARELO. Informação verbal. Grifos da autora)

Nessa esteira, Copaíba destacou a relevância da formação, organização e intervenção sociopolítica de gênero continuada das mulheres, para que haja a conquista do reconhecimento delas como autoras dessas ecologias, bem como da interseccionalização de gênero e classe na reconstrução das práxis e dos discursos das Jornadas de Agroecologia:

C.: Então acho que com as mulheres principalmente a formação tem que caminhar no sentido de fazer elas reconhecer a importância política do que elas fazem né [...] Também se apropriar da autoria da agroecologia. [...] Incentivar que façam cada vez mais e politizar, mostrar a importância, fazer com elas possam por si próprias mostrar a importância desse trabalho que elas fazem também tanto na segurança alimentar como na questão da renda mesmo. [...] Mas nem todo mundo faz essa conta né. Então quando faz essa conta vê que é muito importante esse trabalho delas em vários aspectos, na questão da renda, na questão da segurança alimentar e na questão da agroecologia de avançar. [...] então eu acho que a formação tem que ser nesse sentido, de resgatar a autoestima mostrar a importância de tudo que é feito e aprimorando tudo isso, qualificando esse trabalho. (ENTREVISTADA COPAÍBA. Informação verbal)

Esses dados de campo reforçam dados de campo e análises de outros estudos de gênero, luta pela terra e agroecologia, em que as autoras destacam a relevância da luta política de gênero das mulheres rurais dentro da luta pela agroecologia (SILIPRANDI, 2015) e pela terra (SCHWENDLER, 2015; BUTTO, 2017) como meio de conquista de visibilidade, reconhecimento e de construção de igualdade de gênero. O que, no âmbito das ecologistas, se expressa na assunção pelas mulheres ecologistas da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA a partir do Congresso Brasileiro de Agroecologia de 2013 e subsequentes, onde mulheres ecologistas argumentam que “Sem feminismo não há agroecologia.” (GT GÊNERO ABA, 2020, não paginado)

De acordo com Iris, é preciso colocar essa luta de gênero em uma perspectiva contínua, como luta constante dentro da luta pela terra e pela agroecologia:

I: E como que a gente ouve as mulheres, como as mulheres se sentem dentro desse processo isso não é tão.... Como vou dizer, não é tão fácil de você entrar nos espaços, então nós fomos construindo [...] porque as mulheres foram se impondo e foram se colocando, elas queriam participar desse projeto. [...] Mas as mulheres sempre tem que ficar brigando pelo seu espaço. É uma briga constante e permanente de luta das mulheres para conseguir estar nos espaços de decisões políticas, principalmente nos espaços de grandes decisões políticas. [...] Então essa questão de gênero para nós ela não é uma coisa parada. [...] ela é uma constante luta. [...] nossa questão é assim, nós não queremos mulher para dizer que a questão de gênero está resolvida, nós queremos mulher que tenha voz e vez. (ENTREVISTADA IRIS. Informação verbal).

As vozes das mulheres Sem Terra agroecologistas precisam falar por si mesmas (SPIVAK, 2003). Isso faz parte de seu processo de decolonização de gênero. Elas precisam falar, não somente através dos seus produtos e práticas que já exercem nas Jornadas, essas vozes precisam falar em termos de reconhecimento público de suas autorias na construção dessas experiências e em termos de capacidades de geração de aportes teórico-conceituais significativos à construção dos discursos então propalados através das Jornadas de Agroecologia. Araucária reforça essa argumentação e complementa sua análise crítica e reflexiva acerca das Jornadas de Agroecologia, problematizando que:

A: As questões conjunturais não podem determinar a essência da Jornada. [...] Então aí vem a minha crítica a nós mesmos. De nós não conseguir muitas vezes manter esse central. É isso que você diz, de repente aquilo que é central vira periférico. Na minha avaliação o que é central, é discutir esse modelo de agricultura. [...] Tendo que ao mesmo tempo entender que modelo de agricultura nós queremos[...] E nisso para mim quais são os elementos centrais desse debate: a Reforma Agrária Popular ela não é só agroecologia, ela é mais que agroecologia, ela tem mais elementos, é a agroindustrialização, é a educação, uma série de elementos que vem junto né, mas aqui o que viria para mim, está na centralidade do debate de gênero, de sexualidade, ele não poderia se desvincular daqui, para você ir compondo esse jeito novo de fazer. E de construir essa sociedade mais igualitária. [...] (ENTREVISTADA ARAUCÁRIA. Informação verbal)

É preciso romper com as monoculturas de pensamento, originárias de visões de mundo colonialistas e patriarcais, baseadas em pressupostos eurocêntricos e que se tornam incapazes de interseccionalizar gênero como categoria interseccional tanto da acumulação capitalista, quanto da colonialidade do poder, de gênero e da natureza.

Interseccionalizar gênero, classe e raça<sup>100</sup> nas análises dessas estruturas sociais, não implica em perder o caráter de classe e democrático popular desse projeto camponês popular, implica em reconhecer que é sobre essas categorias, articuladas de forma interseccional entre si, que a exploração colonialista se institui e se mantém (LUGONES, 2008; VIGOYA, 2016).

Interseccionalizar gênero e classe na construção das Jornadas de Agroecologia, bem como na construção discursiva do projeto camponês popular para o campo, da Reforma Agrária e das redes de movimentos sociais do campo e ecológicos, se constitui como um imperativo do reconhecimento, da visibilização e da valorização das autorias das mulheres Sem Terra na ecologização da Reforma Agrária no Paraná.

A alimentação da família camponesa há décadas vem sendo identificada pelas pesquisas de mulheres rurais como um trabalho produtivo feminino não pago e não reconhecido (PAULILO, 2016) e que constitui a base material sob a qual representações simbólicas de invisibilidade, desvalorização, desqualificação do trabalho feminino e das mulheres se legitimam. E isso as Sem Terra já vêm questionando há décadas de organização sociopolítica e de luta feminista (ESMERALDO, 2013).

Romper com as cercas desse silenciamento de gênero se torna, portanto, um imperativo ecofeminista decolonial da construção dessas experiências. É preciso superar a monocultura de pensamento impressa nessas definições sociais para que se tenham condições de emergência de racionalidades socioambientais (LEFF, 2014) e ecofeministas (WARREN, 1996; PULEO, 2013; SHIVA; MIES, 1993) e decoloniais (LUGONES, 2008;2014; VIGOYA, 2016).

As mulheres Sem Terra, tal como as buvas, se constroem como pioneiras da ecologização de territórios do Paraná. Como as buvas elas iniciam processos de restituição da vida biológica e social nesses territórios rurais até então degradados pela colonialidade da natureza e de gênero. E isso precisa ser reconhecido, visibilizado, valorizado e falado pelas vozes das próprias mulheres Sem Terra, como autoras dessas ecologias.

---

<sup>100</sup> O tópico “raça” não foi discutido, pois não houve condições de abordá-lo neste estudo.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

FIGURA 22 – FLORES ARTESANAIS DE GIRASSÓIS DO GRUPO DE MULHERES DO ELI VIVE I E II



FONTE: Grupo de Mulheres Eli Vive (2018)

Através da realização deste estudo foi possível analisar como as mulheres Sem Terra constroem experiências agroecológicas, constituindo-se como autoras dos processos de ecologização da Reforma Agrária no Paraná, ao mesmo tempo que retecem-se como ser, saber e poder feminino, em sentido ecofeminista e decolonial camponês popular.

As agroecologias que as Sem Terra agenciam acontecem através da valorização monetária e simbólica de hortas, pomares e quintais produtivos, entendidos como espaços histórico e culturalmente vinculados às mulheres e à garantia da segurança e soberania alimentar familiar, porém até então não valorizados simbólica e materialmente. Esses espaços têm sido ressignificados a partir da inclusão delas em mercados institucionais, tais como PAA e PNAE, e também através da construção de grupos produtivos de mulheres e da criação de circuitos curtos agroalimentares ecológicos.

Com relação às aprendizagens, identifiquei que elas se utilizam da observação e da sensibilidade para aprender com a Natureza como fazer agroecologia. Através da ecoformação, elas valorizam categorias cultural e historicamente vinculadas ao feminino, porém tornadas ausentes pela racionalidade colonialista e patriarcal. Além disso, elas associam esses conhecimentos ecoformadores a processos heteroformativos de agricultura ecológica, através de socializações coletivas realizadas em redes de proximidade, vizinhança e de movimentos sociais ecológicos.

Para as aprendizagens dessas mulheres, as Jornadas de Agroecologia cumprem papel fundamental, sobretudo, por meio das oficinas, trocas de experiências, aquisições de mudas e sementes crioulas. Para muitas das interlocutoras, as Jornadas foram e ainda vêm sendo os principais espaços de aprendizagem de agriculturas ecológicas. Com o que aprenderam nas Jornadas, elas puderam desenvolver experiências agroecológicas em seus lotes, e retornar para esses espaços com os produtos desses acúmulos produtivos. Soma-se a isso a realização de intercâmbios, oficinas locais de trocas de experiências com redes de movimentos sociais ecológicos. Nesse contexto, algumas delas relataram impedimentos em sair para poderem fazer cursos, intercâmbios e oficinas fora do território local, em alguns casos, porque os maridos não deixam e em outros, porque não têm com quem deixar os filhos, o que demonstra que a atividade do cuidado com os filhos ainda é uma atividade restrita às mulheres, e reflete desigualdades na divisão sexual do trabalho doméstico. A isso acrescenta-se o fato de ter identificado processos de extensão rural convencionais, ainda baseados em práxis de gênero colonialistas e patriarcais, e que obliteram a participação e a aprendizagem direta das mulheres nesses espaços e redes sociais. A formação de gênero obtida através da organização das mulheres e através das escolas desse Movimento Social, constituem diferenciais em termos de gênero, e asseguram formas de relacionamento extensionista mais igualitários de gênero.

No âmbito da construção das agências femininas na construção de circuitos curtos e regionais agroalimentares ecológicos, tanto o PAA quanto o PNAE foram fundamentais para possibilitar a elas começarem a desenvolver, manter e ampliar em seus lotes essas experiências agroecológicas. Hoje, elas conseguem fazer composições de rendas, associando as remunerações obtidas através do PNAE, grupos de consumo e feiras livres. Para agenciarem essas construções sociais de circuitos curtos agroalimentares, habilidades tais como aprender a dirigir, a comercializar, a falar, se expressar e a fazer a gestão do dinheiro, foram elencados como os principais desafios ao enfrentamento de constrangimentos originários de relações colonialistas e patriarcais de gênero, alguns superados e outros ainda em processo de superação. As aprendizagens de comercialização e de comunicação outrora obtidos em outros trabalhos contribuíram para que elas conseguissem melhor se expressar e agenciar a construção desses circuitos curtos agroalimentares ecológicos.

Através dessas agências coletivas, as identidades das mulheres Sem Terra vão se ressignificando e se desestigmatizando. Através dessa atividade, elas se sentem valorizadas como mulheres Sem Terra ecologistas, agricultoras e produtoras de alimentos saudáveis. Além disso, na construção desses circuitos curtos, elas foram aprendendo que essas ações não se tratavam apenas de atividades produtivas e comerciais, mas também pedagógicas. Dessa forma, começaram a problematizar aspectos relativos à saúde e à alimentação com os consumidores, adotando práxis socioeducativas ecológicas e, baseadas em um senso de cuidado com a vida, que se manifesta na preocupação com a alimentação saudável.

Embora essas experiências e agências agroecológicas estejam favorecendo a construção de autonomia financeira e subjetiva das mulheres, a gestão dos recursos ainda é realizada pela família, dentro de um cálculo camponês voltado à reprodução do lote e da família. Com a agroecologia, elas puderam melhorar as condições de tomada de decisão coletiva familiar sobre os usos desse dinheiro, o que, segundo as interlocutoras, não têm se perdido através da inclusão de alguns homens nessa atividade.

Essas agências agroalimentares na construção de circuitos curtos são fortalecidas pela construção de coletivos e grupos produtivos de mulheres. Por meio desses grupos, vinculados a debates de gênero, elas conseguem ampliar e fortalecer suas experiências agroecológicas, bem como ampliar sua capacidade de atuação no âmbito do movimento social e das redes de movimentos sociais ecológicos. Aos poucos elas foram abrindo fraturas da colonialidade de gênero e da natureza, e conseguiram ingressar no espaço do mercado e do domínio coletivo e público no território, no movimento social e em redes de movimentos sociais ecológicos.

Embora elas estejam assumindo mais espaços em atividades produtivas e públicas, identifiquei que a maioria dos trabalhos domésticos, relacionados à reprodução da vida, tais como alimentação, limpeza da casa e cuidado com os filhos, ainda se situam como responsabilidade das mulheres, gerando sobrecargas de trabalho e ampliação das jornadas de trabalho delas. Em raros casos, alguns homens começaram a cuidar parcialmente dos filhos e em outros casos passaram a cozinhar. Sem que haja redefinições de divisões sexuais do trabalho significativas, elas passam a selecionar em que atividades irão priorizar participar, deixando, em vários casos analisados, de participar de atividades políticas do movimento social para se dedicarem as atividades produtivas e domésticas no lote e fora do lote.

Elas territorializam a agroecologia a partir de hortas e pomares que praticam, mas não restringem sua ação à parcialidade dos lotes e nem às iniciativas estritas das mulheres. Através de suas experiências agroecológicas, as Sem Terra passam a pressionar a ecologização plena dos territórios de Reforma Agrária, o que inclui os territórios dos roçados, conduzidos sobretudo pelos homens. Em alguns casos, elas conseguiram provocar mudanças nas condutas de gênero e nos sistemas de produção de seus cônjuges e lotes.

Dessa forma, através de suas agências a experiências agroecológicas, elas criam territorializações ecofeministas em defesa da vida e, com isso, rompem com a colonialidade de gênero e com a colonialidade da natureza presente nesses territórios, avançando da ecologização dos territórios de Reforma Agrária do Paraná. Tal como as Buvas no campo, as Sem Terra ecologistas abrem fraturas na monocultura do pensamento colonialista patriarcal da agricultura convencional e territorializam suas experiências agroecológicas. Para isso, corroboram de forma articulada a associação entre processos formativos de gênero, de ecologia e qualificação das condições materiais para capitalização dos lotes através de cultivos ecológicos. Quando essas categorias encontram-se articuladas e presentes em campo, observa-se ampliação de processos de territorialização da agroecologia, bem como inclusão dos homens nessa atividade. Através dessas associações, elas fortalecem subjetividades ativas e ampliam suas capacidades de agências na construção de experiências agroecológicas em sentido decolonial.

As mulheres também denunciaram violências interseccionais cometidas contra seus corpos-territórios e contra o corpo-território da Terra. Para elas, essas violências interseccionam a dominação violentogênica da colonialidade de gênero e com as violências da colonialidade da natureza. Nesse bojo, observou-se o uso de violência simbólica contra as mulheres, como elemento de justificação para retornos a cultivos convencionais por alguns casais em seus lotes. As mulheres agroecologistas, no entanto, denunciam essas violências, avançam em suas experiências agroecológicas, e constroem práticas de cuidado com a saúde delas, e fazem frente a essas violências cometidas contra seus corpos-territórios e contra o corpo-território da Terra.

Com relação aos sentidos dessas ecologias, as interlocutoras foram unânimes em destacar a saúde. Algumas destacaram preocupações com a alimentação e a saúde de suas famílias, outras, de forma mais ampliada, destacaram preocupações com a saúde dos consumidores e da sociedade como um todo. A partir desses

sentidos, emerge uma noção de cuidado com a vida e uma ética ecofeminista, democrática e decolonial. São preocupações individuais, familiares e coletivas com a defesa da vida delas, da sociedade e da natureza, que as motivam à práxis cotidiana dessas experiências agroecológicas a partir de seus territórios de vida. Para isso, elas acionam representações sociais e estereótipos femininos veiculados à natureza e à reprodução, tais como a maternidade, as sementes e a reprodução, de forma estratégica em defesa da vida, como problematização da colonialidade da natureza e de gênero e como categoria constitutiva de suas racionalidades socioambientais e ecofeministas decoloniais.

Outro sentido relevante dessas ecologias é o caráter coletivo, anticapitalista e democrático dessas ecologias. A todo tempo, elas se empenham na construção de relações comunitárias e coletivas no âmbito do movimento social, onde reivindicam coletivamente a transformação de relações de gênero, a democratização da agroecologia e do cuidado com a vida para o conjunto da sociedade, como categoria de legitimação da pertinência da Reforma Agrária Camponesa Popular nos dias atuais.

Apesar dessas mulheres serem pioneiras na territorialização dessas experiências agroecológicas em territórios de Reforma Agrária no Paraná, o reconhecimento, a visibilização e a valorização delas como autoras da ecologização da Reforma Agrária no Paraná ainda é ausente dos discursos propalados através das Jornadas de Agroecologia do Paraná. Isso se deve, por um lado pela ainda insuficiente organização sociopolítica das mulheres, entrelaçadas aos contextos de realização das Jornadas de Agroecologia, e por outro lado pela reprodução do uso de marcos teóricos interpretativos materialistas e eurocentrados, que tomam a classe social como centralidade da luta política, sem interseccionalizar gênero, classe e raça na produção das desigualdades sociais. Esses dois fatores combinados entre si, reproduzem e legitimam a colonialidade de gênero nesses espaços, e impedem o pleno reconhecimento das autorias das mulheres na construção da agroecologia em territórios de Reforma Agrária no Paraná.

É preciso que as vozes das mulheres Sem Terra agroecologistas falem por elas mesmas sobre o reconhecimento, a visibilidade e valorização de suas autorias na construção da ecologização da Reforma Agrária no Paraná, e que assumam coletivamente o caráter interseccional de classe, gênero e raça na construção da



agroecologia e dos discursos e das práxis propaladas através das Jornadas de Agroecologia.

No âmbito teórico destaco do referencial teórico decolonial adotado, na medida em que possibilitou gerar compreensão densa dos conflitos e formas de resistências sociais de gênero constitutivas das dinâmicas sociais que permeiam a construção social de experiências agroecológicas femininas. Também destaco a relevância da utilização desse referencial teórico para a geração de visibilização, valorização e o reconhecimento das vozes, agências e experiências das mulheres na construção da agroecologia em territórios de Reforma Agrária.

A título de finalização, destaco que questões raciais e de diversidades de sexo-gênero não heteronormativas, embora tenham emergido a campo, não puderam ser analisadas neste estudo. Em campo identifiquei histórias de vida de mulheres e casais homoafetivos, que mesmo em meio a diversas violências de sexo-gênero vivenciadas, assumiram suas identidades sexuais homoafetivas. Além disso, também entrevistei mulheres oriundas de construções étnico-raciais múltiplas, ainda por serem analisadas. Dessa forma, destaco a relevância de estudos futuros acerca de diversidades sexuais e étnico-raciais, como necessidades interseccionais da produção de estudos sociais acerca das múltiplas identidades de sexo-gênero e étnico-raciais constitutivas das mulheres Sem Terra e de suas experiências agroecológicas.

Destaco, por fim, a relevância da construção de estudos futuros capazes de interseccionalizar gênero, saúde e agroecologia. A fim de melhor compreender as relações constitutivas das relações de cuidado constitutivas do processo de trabalho e suas conexões com os corpos-territórios das mulheres Sem Terra e do corpo-território da Terra.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil - uma introdução. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Orgs.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004. p. 10.

\_\_\_\_\_; MELLO, C.C.A.; BEZERRA, G.N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

AGUILLAR, R. G. Mujeres, reproducción social y luchas por lo Común: ecos de la visita de Silvia Federici a México en otoño del 2013. **Bajo el Volcán**, año 15, número 22, mar/ago. 2015.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS. 2009.

ALTIERI, M; SILVA, E.V.; NICHOLLS, C. I. **O papel da biodiversidade no manejo de pragas**. Ribeirão Preto, Holos, 2003.

ALTIERI, M; TOLEDO, V.M. **Revolución Agroecológica en Latinoamérica**. SOCLA. 2011.

ARROYO, M; CALDART, R.S.; MOLINA, M. C. **Por uma Educação do Campo**. 4ed. Editora Vozes. Petrópolis, RJ. 2009.

BERNSTEIN, H. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. Editora UNESP. São Paulo, 2011.

BONI, V. De Agricultoras a camponesas: o Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina e suas práticas. Tese de Doutorado. PPG Sociologia Política. UFSC. 2012.

BONI, V.; PERON, L.; MARQUES, S. A.; MOHR, N. E. R.; BASTIANI, T. M. de **Mulheres camponesas e agroecologia**. Editoria CRV, Curitiba, 2017. P. 129-146

\_\_\_\_\_; **Organização produtiva de mulheres e promoção de autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica**: relatos de uma vivência. Tubarão. Copiart. 2017.

BRANDENBURG, A. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente e Sociedade**, Campinas v. XIII, n. 2, p. 417- 428, jul./dez. 2010.

\_\_\_\_\_. Os novos atores da reconstrução do ambiente rural no Brasil: o movimento ecológico na agricultura. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 19, n. 1, 2011. P. 126-148.

BRANDENBURG, A; LAMINE, C; DAROLT, M. R. Institucionalização do movimento ecológico na agricultura: mercado e reorganização dos atores sociais. In: **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 2, 2013. P. 221-247.

BRANDENBURG, A.; FERREIRA, A, D, D. **Agricultores ecológicos e o meio ambiente rural**: visões interdisciplinares. São Paulo: Annablume. 2012.

BRUNO, R.; DANTAS, I.. Organização produtiva das mulheres assentadas da Reforma Agrária. In: BUTTO, A.; DANTAS, I.(Org's.). **Autonomia e Cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: MDA 2011. p. 55-86.

BRUNO, R.; JUNIOR, V. J. W.; BORDALO, C.A.; AQUINO, S. L.; JALIL, L.. Razões da participação das mulheres rurais em grupos produtivos. In: NEVES, D.P., MEDEIROS, L. S. **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói. Editora Alternativa, 2013. p.217-236.

BURG, I, C. ; MAYER, P. H. **Alternativas ecológicas para prevenção e controle de pragas e doenças**. 30ed. Francisco Beltrão. 2006.

BUTLER, J. **Deshacer el género**. Barcelona, Buenos Aires, México, DF: Paidós, 2006.

BUTTO, A. L, Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Sociologia. UFPE. Recife, 2017.

CABNAL, L. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: Feminismos diversos: el feminismo comunitario, ACSUR, 2010, p. 11-25.

\_\_\_\_\_. Corps-territoire et territoire-terre: le féminisme communautaire au guatemala. Entretien avec Lorena Cabnal. In: <https://www.cairn.info/revue-cahiers-du-genre-2015-2-page-73.htm>. Acesso em 20 de set. 2019.

CAMPOS, C. S. S. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS. Buenos Aires. CLASCO. 2011.

CAPELLIN, P. CASTRO, E.G. Fazer, Pensar e Decidir: os papéis das mulheres nos assentamentos rurais: algumas reflexões a partir de três estudos de casos. **Raízes**. Ano XVI, Nº 15, dez./1997. p. 113-130.

CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

CHELOTTI, M.C. Agroecologia em assentamentos rurais. **Revista Agrária**, São Paulo, Nº 7, p. 94-118, 2007.

CHIFFOLEAU, Y. Les circuits courts de commercialization em agriculture: diversité et enjeux pour le développement durable. In: MARECHAL, G(Coor.). **Les circuits courts alimentaires**: bien manger dans le territoires. Educagri editions. 2008. P.21-30.

CORADIN, C. DENARDIN, V. . Dinâmicas de comercialização ecológica e desenvolvimento territorial sustentável no Vale do Ribeira Paraná. *Extensão Rural* (Santa Maria), v. 25, p. 112-129, 2018.

CRUZ, D.T.; VÁZQUEZ, E.; RUALES, G.; BAYÓN, M.; GARCÍA-TORRES, M.. **Mapeando el cuerpo territorio**: guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios. Autoría Colectiva: Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo. Quito, Ecuador, 2017.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, P; ALMEIDA, L; VEZZANI, F.M.. **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Editoria da UFPR, Curitiba, 2013. p. 139-170.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na Reforma Agrária Brasileira. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 12(1): 360, jan./abr.. 2004.

ESMERALDO, G, G. S. o MST sob o signo de uma economia subjetiva o assentamento José Lourenço. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Ceará. 2004.

\_\_\_\_\_. O Protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, D.P., MEDEIROS, L. S. **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói. Editora Alternativa, 2013. p.237-256.

\_\_\_\_\_; VIANA, L.A.; CAMURÇA, A.M.O feminismo e as relações entre a sociedade civil , Estado e ONGs na execução das políticas de ATER para mulheres e ATER agroecologia. In: JALIL, L.M.; ESMERALDO, G.G. S.L.; OLIVEIRA, M.S.L. **Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste**. Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste. Recife. MXM Gráfica e editora. 2017. p.83-96.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra**: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014

FEDERICI, S. **O calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax, São Paulo, 2017.

\_\_\_\_\_. Feminism And the Politics of the Commons. [www.thecommoner.org](http://www.thecommoner.org). acesso em 25 de set. de 2019.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis. Editora Vozes. 2000.

GALVANI, P. A Autoformação, uma perspectiva transpessoal, transdisciplinar e transcultural[1]. In: Educação e transdisciplinaridade II, São Paulo, Triom/UNESCO, 2002.

GARRAU, M; ‘ LE GOOF, A. **Care, justice et dépendence**: introdución aux théories du care. Philosophies. Press Universitaires de France. Paris. 2010.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 1ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GILLIGAN, C; HOCHSCHILD, A; TRONTO, J. **Contre l'indifférence des privilégies: à quoi sert le care**. Payot. Paris; 2013.

\_\_\_\_\_. Résister à l'injustice: une éthique féministe du care. In: GILLIGAN, C; HOCHSCHILD, A; TRONTO, J. **Contre l'indifférence des privilégies: à quoi sert le care**. Payot. Paris; 2013. P. 35-67.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2000.

GOFFMANN, E. A representação do Eu na vida cotidiana. 1996.

GOFFMANN, E. A produção do Estigma. 1978.

GT GÊNERO ABA. Associação Brasileira de Agroecologia. GT de Gênero. Disponível em: <https://aba-agroecologia.org.br/grupos-de-trabalho/genero/>. Acesso em 25 de fev. de 2020.

HACHE. E. **Ecologie politique: cosmos, communautés, milieux**. Éditions Amsterdam. Paris. 2012.

HADICH, C.; BASTIANI, T.M. As mulheres assentadas e a construção da agroecologia no Oeste Catarinense. In: BONI, V.; PERON, L.; MARQUES, S. A.; MOHR, N. E. R.; BASTIANI, T. M. de **Mulheres camponesas e agroecologia**. Editoria CRV, Curitiba, 2017. P. 129-146.

HAESBARTH, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia** - Ano IX - No 17 – 2007.

\_\_\_\_\_. **El mito de la desterritorialización: del fin del territorio a la multiterritorialidad**. Tradução Marcelo Canossa. México, siglo XXI. 2011.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 26, n. 1. 2014. p.61-73

HARSEN SCHLACHTA, M. O MST e a questão ambiental: uma cultura política em movimento. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Programa de Pós-graduação em História. Marechal Cândido Rondon. 2008. p.177.

HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HORA, K; REZENDE, M; MACEDO, G. (ORG.). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Premio Margarida Alves. 4ed. Mulheres e agroecologia. NEAD ESPECIAL. BRASIL, 2015.

JALIL, L.M.; ESMERALDO, G.G. S.L.; OLIVEIRA, M.S.L. **Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste**. Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste. Recife. MXM Gráfica e editora. 2017.

\_\_\_\_\_ ; OLIVEIRA, M. S. L.; COSTA, M. A.G. Um livro de historia de lutas e conquistas na construção da agroecologia e do feminismo no nordeste do Brasil. In: JALIL, L.M.; ESMERALDO, G.G. S.L.; OLIVEIRA, M.S.L. **Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste**. Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste. Recife. MXM Gráfica e editora. 2017. p.08-19.

\_\_\_\_\_ ; Experiência do projeto/processo ATER Feminismo e agroecologia na construção do conhecimento: caminhos epistêmicos e saberes políticos-coletivos. In: JALIL, L.M.; ESMERALDO, G.G. S.L.; OLIVEIRA, M.S.L. **Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste**. Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste. Recife. MXM Gráfica e editora. 2017. p.21-42.

KAMINSKI, T. C. G.; LESAMA, M. F. **Contribuições da Ergonomia da Atividade na Construção do Conhecimento Agroflorestal**. Artigo científico submetido ao evento “2ª Jornada da questão Agrária e Desenvolvimento: projetos sociais e políticas públicas em disputa”, UFPR, 2013.

KIAN-THIÉBAUT, A. Introduction: genre et perspectives pos/dé-coloniales. In **Les cahiers du CEDREF**. Genre et perspectives postcoloniales. Université Paris Diderot – Paris 7. 2010.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero (trad. Suzana Funk) In: HOLLANDA, H, B. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rocco, Rio de Janeiro, 1994. p.206-242.

LAMINE, C. **Les AMAP: un nouveau pacte entre producteurs et consommateurs?** Éditions Yves Michel. Sain-Etienne. 2008.

LEFF, E. **La Apuesta por la vida: imaginación sociológica e imaginarios sociales en los territorios del sur**. São Paulo: Editora Vozes. 2014.

\_\_\_\_\_ **Racionalidad ambiental: la reapropiación social de la naturaleza**. Siglo XXI editores. S.A. de C.V. 2004.

LOPES, R.F. Considerações sobre os mercados públicos: relação de sociabilidade e vitalidade urbana nas cidades. **ANAIS: III Colóquio Internacional sobre Comércio e Cidade**. 2010.

LUGONES, M. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, No.9: 73-101, jul.-dic. 2008.

\_\_\_\_\_ Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014. P. 935-952.

MAHMOOD, S. Teoria feminista, agencia e sujeito libertário: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. **Etnografia**. v.X. 2006 p.121-158.

MARÉCHAL, G. **Les circuits courts alimentaires**: bien manger dans les territoires. Educagri. 2008.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. 2ed. São Paulo: HUCITEC, 1999;

MATOS DE COMER. O tempero mais odiado do mundo. In: <http://www.matosdecomer.com.br/2014/09/o-tempero-mais-odiado-do-mundo.html?m=1>. Acesso em 21 de jun. de 2019.

MAUSS, M.. **Ensaio sobre a dádiva**. Tradução Antônio Felipe Marques. Lisboa Edições, 70 1988.

MELO, Z.M. Os estigmas: a deterioração da identidade social. S.I.

MIES, M; SHIVA, V. **Ecofeminismo**. São Paulo: Epistemologia e Sociedade. 1993

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MIÑOSO, Y, E; CORREAL, D, G; MUÑOZ, K, O. (org) **Tejiendo de otro modo**: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en *Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

MONEYRON, A.; BLOUET, A. Ecosavoir et formation experientielle dans les metiers de l'agriculture. In: PINEAU, G. et al. Habiter la terre. Écoformation terrestre pour une conscience planétaire. Paris: L'Harmattan, 2005.

MST. O Feminismo Camponês Popular e a identidade da mulher rural e mundo operário. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/03/11/o-feminismo-campones-e-popular-a-identidade-da-mulher-rural-e-mundo-operario/>. Acesso em 05 de maio de 2020.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, B. M., MARQUES, M.I.M., SUZUKI, J.C. (Org.). **Geografia Agrária teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 211- 270.

\_\_\_\_\_ (Org.) **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

\_\_\_\_\_ "Diferenciação socioeconômica do campesinato". Revista de Ciências Sociais Hoje. ANPOCS, ed. Cortez. 1985. P.220-241.

NEVES, D.P. ; MEDEIROS, L. S. **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói. Editora Alternativa, 2013.

PADUA, J. A. Natureza e Projeto Nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: PADUA, J. A. (org). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço & Tempo/IUERJ, 1987.

PAPERMAN, P. ; MOLINER, P. Présentation: désenclaver le *care*?. In: GILLIGAN, C; HOCHSCHILD, A; TRONTO, J. **Contre l'indifférence des privilégies**: à quoi sert le *care*. Payot. Paris; 2013. P. 07-34.

PAULILO, M.I.S. **Mulheres rurais**: quatro décadas de diálogo. Editora UFSC. Florianópolis. 2016.

\_\_\_\_\_. Que feminismo é esse que brota da horta? **Revista Política e Sociedade** - Florianópolis - Vol. 15 - Edição Especial – 2016b. P. 296-316.

PAULILO, M. I.S. ; BONI, V. Movimentos de mulheres agricultoras e ecologia. In: Delgado, G.C. Bergamasco, S.M.P. (Org's.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: MDA, 2017. P. 398-417.

PÉPY, É-A. Les femmes et les plantes : accès négocié à la botanique savante et résistance des savoirs vernaculaires (France, xviiiè siècle).In :Genre&Histoire 2018.

PEREZ-CASSARINO, FERREIRA, A. D. D. Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da Rede Ecovida de Agroecologia.In: NIEDERLE, P; ALMEIDA, L; VEZZANI, F.M.. **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Editora da UFPR, Curitiba, 2013. p. 171-214.

CURRIEL, C. O. Hacia la construcción de un feminismo descolonizado . In: MIÑOSO, Y, E; CORREAL, D, G; MUÑOZ, K, O. (org) **Tejiendo de otro modo**: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en *Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 201. P. 325-335.

PINHEIRO, Gustavo Silveira Rosa. Agricultores familiares e projeto agroecológico de vida.Dissertação de Mestrado em Sociologia. Programa de Pós-graduação em Sociologia. UFPR. Curitiba, 2004.

PLOEG, J. D.V. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008

PORTO-GONÇALVES. C.W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J. P. (Orgs.). **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

PPGMADE. Trabalho coletivo da Turma XII Conflitos socioambientais e (In) Justiça Socioambiental, Resistências, Estratégias e Alternativas de Desenvolvimento. Curitiba, 2017a

\_\_\_\_\_. Trabalho coletivo da Turma XI da Linha Ruralidades, Ambiente e Sociedade. A inter-relação entre as alternativas e a reprodução socioambiental na agricultura familiar ecológica da RMC e LP, Curitiba, 2017b.

PULEO, A. **Ecofeminismo para otro mundo possible**. Kobo Editions. Espanha. 2013.



\_\_\_\_\_ El patriarcado: una organización social superada? Temas para el debate n°133, diciembre 2005, pp.39-42.

QUIJANO. A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** CLASCSO, 2005, 117-143.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e os direitos dos agricultores tradicionais.** Editora Peiropolis. Rio de Janeiro, 2009.

SÁNCHEZ, G, P, Z; CATAFORA-VARGAS, G.; SILIPRINDI, E. **Agroecología en femenino: reflexiones a partir de nuestras experiencias.** SOCLA. 2018.

SCHERER-WARREN. I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006

SCHWENDLER, S. F. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. **Educar em revista.** Editora da UFPR. Curitiba, n.55, p. 87-109, jan./mar. 2015.

\_\_\_\_\_ Feminismo camponês e popular: práticas, saberes e discursos de gênero, construídos nas conexões sociais e políticas dos movimentos sociais de campo. In: TAMANINI, M. (Org.) ; BOSCHILIA, R. (Org.) ; SCHWENDLER, S. F. (Org.) . **Teorias e Políticas de Gênero na Contemporaneidade.** 1. ed. CURITIBA: Editora da UFPR, 2017. v. 1. .

\_\_\_\_\_ ; VIEIRA, C.R.; M.R., AMARAL, Relações de trabalho, gênero e geração das jovens camponesas em assentamentos de Reforma Agrária. **MEDIAÇÕES**, Londrina, V. 23 N. 3, Dez, 2018. p.248-275.

SCOTT, J.. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade.** Porto Alegre: FE-UFRGS, v. 20(2), jul./dez, 1995.

SEGATO, R. Colonialidad y patriarcado moderno: expansión del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres. In: MIÑOSO, Y, E; CORREAL, D, G; MUÑOZ, K, O. (org) **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala.** Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 75-90.

\_\_\_\_\_ Género y colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial. In: Bidaseca, K. (Cord.) **Feminismos y poscolonialidad. Descolonizando el feminismo desde y en América latina.** GODOT, 2011.

SILIPRANDI, E. Desafios para a extensão rural: o "social" na transição agroecológica. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.** Porto Alegre, v.3, n.3, Jul/Set 2002. P. 38-48.

\_\_\_\_\_ Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese de doutorado. Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília. UnB/CDS, 2009.

\_\_\_\_\_ **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015.

\_\_\_\_\_ Rompendo a inércia institucional: as mulheres rurais e a política nacional de agroecologia e produção orgânica. In: SAMBUICHI, R. H. R.; SPINDOLA, P. A. C.; MATTOS, L. M. de; AVILA, M. L. de; MOURA, I. F. de; SILVA, A. P. M. da (ORG). **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil**. BRASIL, 2017. P. 278-294.

SILVA, J. C. B.V. Ecologização do agricultor familiar: avançando desde uma transição ecoformadora. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. UFPR. Curitiba. 2014. 275p.

SOUSA SANTOS, B. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 3ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_ **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_ Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 63. Out. 2002. p. 237-280.

SOUZA, A.L. Experiências agroecológicas na agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária do MST: entre o ideal e o concreto/estudo de caso do assentamento Ander Rodolfo Henrique – Diamante D'Oeste, Paraná. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. UNIOESTE. Toledo. 2017.

SPIVAK, G.C. Puede hablar el subalterno? **Revista Colombiana de Antropología**. Instituto Colombiano de Antropología e Historia Bogotá, Colombia. vol. 39, ene/dic. 2003. p. 297-364

STASSART, P. M.; BARET, P.; H.; GRÉGORIE, J.C.; HANCE, T.; MORMONT, M.; REHEUL, D.; STILMANT, D.; VANLOQUEREN, G.; VISSER, M.L. agroécologie: trajectoire et potentiel pour une transition vers des systèmes alimentaires durables. In: VAN DAM, D.; STASSART, P. M.; NIZET, J.; STREITH, M. **Agroécologie entre pratiques et sciences sociales**. Dijon: Educagri édition, 2012.

STEDILE, J. P. ; FERMANDES, B. M. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 2ed. São Paulo. Editora Expressão Popular. 2012.

SVAMPA, M. Feminismos del Sur y ecofeminismo. **Nueva Sociedad** N.256, mar-abr. 2015. p.127-131.

TAMANINI, M. Apresentação. In: TAMANINI, M; HEIDEMANN, F. (Org.) ; VARGAS, E. P. (Org.) ; MARCOS, S. (Org.). **O cuidado em cena: seus desafios políticos, teóricos e práticos**.. 1a. ed. V. 01. Florianópolis: UDESC 2018.

THOMPSON, A. Reconstituo a memória. Questões sobre a relação entre história oral e as memórias. Proj. História, São Paulo, 15, abri. 1997.

TRONTO, J.C. Assistência democrática e democracias assistenciais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 285-308, maio/ago. 2007.

\_\_\_\_\_. Mulheres e Cuidados: O que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: BORDO, SUSAN. R. , JAGGAR, ALISON. M. **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record/ Rosa dos Tempos. 1997. p. 186-203.

\_\_\_\_\_. Particularisme et responsabilité relationnelle em morale: une autre approche de l'Étique globale. In: GILLIGAN, C; HOCHSCHILD, A; TRONTO, J. **Contre l'indifférence des privilégies: à quoi sert le care**. Payot. Paris; 2013. P. 99-137.

VALADAO, A.C. Transição agroecológica nos assentamentos rurais. Tese(Doutorado). PPG-Sociologia. UFPR. Curitiba, 2012.

VASCONCELOS, B.M. Mulheres rurais, trabalho associado e agroecologia. In: NOVAES, E.; MAZIN, A, D.; SANTOS, L. **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. Vol. I. 1.ed.—São Paulo: Outras Expressões, 2015. p.341-369.

VIGOYA, M. V. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. **Debate feminista**. N. 52. 2016. p. 01-17.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: editora da UFRGS. 2009.

WALSH, C. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V. M(ORG.). **Educação Intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. 2009.

WARREN, K.J. **Filosofias ecofeministas**. Icaria Editorial. 1996.

## ANEXO I

### PREPARADO DE BUVA DA DONA ARRUDA

A: ah eu ponho esse tambor quase cheio de agua [50 litros]. [...] E ponho e ponho aquele vidro lá cheio de soro [3 litros de soro de leite]. [...] E daí eu coloquei a base de umas cinquenta gramas de enxofre. [...] porque o enxofre também combate as coisas. [...] E dai umas 20 gramas de fumo. Que eu ponhei dentro, e peguei um punhado daquele mato que eu te mostrei que estava de semente.

E: o que será que era aquele mato?

A: aquele mato eu não sei qual o nome dele, mais eu sei que ele é bem fedido. E peguei um punhado de folhas da arruda ponhei dentro. [...] Ai eu coloquei o fumo, enxofre, soro, arruda, aquele mato e aquela outra buva. [...]

E: mas porque a senhora pegou a buva?

A: porque também é outro inseto que pode ver, não tem inseto que vai. [...]

A: olha para te dizer eu ponhei desse daqui ah urina de vaca que eu ponhei a base de um copo de urina de vaca. [...] porque a urina é vitamina e combate com os bichos. [...] E soro eu que inventei de ponhar. Eu pensei assim, o soro é vitamina né, já tem nome de soro, então o soro é vitamina, vai dentro também. [...]

E: tá e daí , como que foi, como deixou? Deixou fechado com essa tela?

A: é eu deixo porque se não cai tudo as folhas ali e cai tudo no regador, que daí eu tenho que misturar com a água e passar.

E: Deixou quanto tempo aqui?

A: ah uns quinze dias. [...] mas é bom ter a tampa. [...] Porque daí ela curte mais. Porque assim ela fica evaporando né.

E: tá, então depois de quinze dias qual é a proporção que usa? Como que faz?

A: [...] é um copo dessa água em uma máquina de [20L].

E: Dai pulveriza uma vez só ou não?

A: é conforme a necessidade né do... [...] é quando você vê que esta juntando uns bichinhos nas plantas daí eu faço assim.